

DIVULGAÇÃO MARXISTA

SUMÁRIO

<i>Calvino Filho</i> — Notas sôbre o conceito Govêrno	1
<i>E. Varga</i> — A aproximação da crise econômica no mundo capitalista	21
<i>Hook</i> — A heresia sindicalista	27
O pensamento de <i>Lénin</i>	32
Perguntas e respostas	33
O pensamento de <i>Engels</i>	36
<i>Karpinski</i> — A estrutura estatal da União Soviética	37
<i>Prenant</i> — O problema da concorrência e as leis da população	57
<i>Lerski</i> — O desenvolvimento cultural da União Soviética dentro do novo Plano Quinquenal	65
<i>Angrand</i> — As leis da dialética	71
O que dizem nossos jornais	79
<i>Aleksándrov</i> — Sôbre as modernas teorias burguesas da evolução social	81
<i>Lénin</i> — Os cartéis internacionais	125
O pensamento de <i>Marx</i>	126
<i>Marx</i> — Carta a <i>Annenkov</i>	127
O que dizem nossos parlamentares	137
Sínteses	140
De tudo um pouco	141
Pequeno Dicionário Marxista	149

ANO II

25 MARÇO 1947

N. 17/18

DIVULGAÇÃO MARXISTA

Publicação quinzenal

Sai aos dias 10 e 25 de cada mês

Direção de
Calvino Filho

e
S. O. Hersen

Redação e Administração
Av. 28 de Setembro, 174
Rio de Janeiro — Brasil

*

Número em circulação .. Cr\$ 10,00
Número atrasado Cr\$ 12,00

*

ASSINATURAS

Para o Brasil

Trimestral (6 números). Cr\$ 35,00

*

As assinaturas começam na data em que são tomadas e cada número da revista é remetido sempre sob registro. Os pedidos devem ser dirigidos à

EDITORIAL CALVINO LIMITADA

Av. 28 de Setembro, 174
Rio de Janeiro

*

Foi publicado no número 15 de *Divulgação Marxista*:

Calvino Filho, Notas para o estudo do fomento da produção agrícola e liquidação dos latifúndios; Liápin, Sobre a transição gradual do socialismo para o comunismo; O socialismo conservador ou burguês; Barbosa de Oliveira, Porque é necessária uma nova reforma agrária no Brasil; Ocherov, União Soviética, novo tipo de federação estatal; Prestes, A situação política e o PCB; Angrand, A filosofia ao alcance de todos; Os materialistas franceses do século XVIII; Surrarevski, A re-

construção socialista dentro do novo Plano Quinquenal; Questões de Economia Política; Lênin, Vicissitudes históricas da doutrina de Marx; Um "ersatz" de reforma agrária; Andreiev, "Visitantes ilustres" na Áustria; Leonidas de Resende, A ciência, novo dogma; Stálin, Teoria da "estabilidade" da pequena economia camponesa; Hook, Ditadura e democracia; Prenant, Biologia e marxismo.

*

Foi publicado no número 16 de *Divulgação Marxista*:

Calvino Filho, Notas sobre o problema do Estado; Baskin, O sentimento popular da democracia soviética; O que está certo e o que está errado; Bogolepov, Os impostos na União Soviética; Stálin, Os intelectuais da classe operária; Nossa realidade descrita por um brasileiro que a vive penosa e conscientemente; Max Beer, O movimento herético; Prenant, Alguns pontos importantes do materialismo dialético; Tarlé, A propósito da "História da Diplomacia"; Mitrorrin, A indústria da borracha no novo Plano Quinquenal da URSS; O pensamento de Lênin; Lênin, O chovinismo morto e o socialismo vivo; Angrand, A posição de Marx e Engels é dialética; Tehtkerachvili, O ensino superior livre na URSS; Ignorância e reacionarismo; Hook, A exegese revisionista; O pensamento de Marx; O que dizem nossos parlamentares; O Vaticano e o macarrão; O que se passa pelo mundo.

AJUDE-NOS A DIFUNDIR DIVULGAÇÃO MARXISTA

Pedimos aos leitores do interior nos enviem nomes e endereços completos de amigos ou simples conhecidos, que se interessem ou sejam capazes de se interessar pelo estudo do marxismo.

DIVULGAÇÃO MARXISTA

Ano II Diretores: Calvino Filho e S. O. Hersen N.º 17/18

NOTAS SÔBRE O CONCEITO GOVÊRNO

CALVINO FILHO.

Vimos nas nossas notas publicadas no número 16 desta revista, sob o título: "Notas sobre o problema do Estado", que se designa por Estado, numa sociedade dividida em classes antagônicas, a instituição que se mantém, dentro das condições de cada época e de cada país, com um certo caráter de permanência e estabilidade, como poder organizado, apoiado por forças armadas, para assegurar a sua própria estrutura jurídica e política, dentro dos limites de um território ou territórios determinados, dos quais garante a inviolabilidade, bem como representa e exprime jurídica e politicamente as relações de produção da sociedade, todas as leis criadas pelas classes dominantes, no desenvolvimento histórico da sociedade, para garantirem seus "direitos" impostos às classes dominadas, para o que se socorre da força e da violência. Na atualidade (da mesma forma que no passado os escravistas e senhores feudais), a burguesia empresta ao Estado caráter eterno, enquanto os comunistas proclamam a sua transitoriedade.

Neste trabalho, procuraremos esclarecer o conceito Governo, por tantos confundido com o do Estado, a ponto de não compreenderem se possa estudar um e outro separadamente, embora ambos estejam intimamente inter-relacionados, confundidos um no outro, não poucas vezes.

"E" extremamente importante distinguir entre o Estado e o governo, mesmo quando, como nas sociedades modernas, o governo serve o Estado e mesmo quando certos indivíduos unem na sua pessoa as funções sociais do governo e as funções repressivas do Estado. Por exemplo, o agente de polícia, que regula o tráfego e fornece informações; o professor, que transmite rudimentos de saber aos seus alunos; são trabalhadores, que

Divulgação Marxista, ns. 17-18 — Rio, 25-3-1947

— 1

executam serviços administrativos, governamentais, necessários em toda a sociedade complexa. Se o Estado fôr destruído, esse trabalho deverá ainda ser executado. O mesmo agente de polícia, entretanto, que metralha os piquetes de greve e o mesmo professor que inculca a ideologia do nacionalismo, são servidores do Estado. Onde quer que o Estado exista perverte a função administrativa do governo para seus interesses. A diferença, todavia, continua." (Hook — *Towards the understanding of Karl Marx*, pág. 254 — John Day, 1933.)

Esclarecido, pois, convenientemente, o conceito Estado, no nosso artigo anterior, passemos agora a esclarecer o de Governo, que, aliás, surge na história da sociedade humana milênios antes do de Estado, que se estabeleceu numa etapa já muito adiantada da civilização.

Definindo Governo, podemos dizer que é o sistema pelo qual estão organizadas a direção e administração de um Estado. É sempre composto por um conjunto complexo de funcionários que têm a seu cargo a criação e superintendência da execução das leis, administração e o controle da vida política do Estado. Constituído, com raras exceções modernas, direta ou indiretamente pela classe dominante economicamente, é o instrumento político dessa classe dominante, através do qual mantém a classe dominada sob coação, sob todas as formas, para garantia de seus privilégios, por si mesma outorgados e mantidos à custa da força policial e militar, sustentáculos do Estado.

Por conseqüência, o Governo é um dos órgãos do Estado, aquele que tem por função materializar todos os princípios que constituem a estrutura jurídica e política de um Estado determinado, ao mesmo tempo que estabelecê-la, historicamente.

O Estado é uma criação da sociedade de classes desenvolvida e com ela desaparecerá, enquanto o Governo é uma necessidade social constante, cujas funções variam no tempo e no espaço. Pode existir governo sem Estado, mas não pode sobreviver um Estado sem governo.

Que é governo?

O governo é um fenômeno histórico... não é uma causa, mas um efeito, que não cria, mas é criado... (Bray — *Labour's wrongs and labour's remedy*, pág. 37 — Leeds, 1839.)

"Um governo é o mecanismo administrativo que controla e dá assistência às necessidades econômicas da sociedade. Quanto mais é primitiva a sociedade, mais as formas de governo são rudimentares. Na sociedade moderna, entretanto, com sua divisão do trabalho muito adiantada, o governo é uma instituição complexa, munida de poderes delegados separadamente" (Sidney Hook — *Towards the understanding of Karl Marx*, pág. 254 — The John Day Company, 1933.)

Por isso, na sociedade moderna, chama-se governo o sistema de órgãos por intermédio dos quais o poder de dominação, repressão e coação do Estado se realiza, assegurando ao mesmo tempo a ordem, a administração e coordenação do conjunto complexo de atividades que garantem a produção e a distribuição do produto do trabalho social, de que se beneficiam principalmente as classes dominantes.

O governo, num Estado à base de classes, é o instrumento com que a classe dominante submete, coarcta e reprime a classe dominada, a dos trabalhadores em geral, e através do qual se assenhoreia do Estado.

"O Estado é um poder público coarctor, especialmente organizado, que existe para fazer cumprir as decisões de todo o grupo ou classe que controla o governo. Onde o governo representa as necessidades e os interesses da comunidade inteira, não há necessidade de uma força coercitiva especial e separada. Neste caso, ele não é mais um mecanismo político específico — mas um órgão administrativo, coordenando a economia da produção e da distribuição tanto nas suas fases materiais quanto nas suas fases culturais." (Sidney Hook — *Towards the understanding of Karl Marx*, pág. 254 — The John Day Company, 1933.)

O governo significa o complexo de funções pelas quais, no Estado, é assegurada a ordem jurídica vigente, num dado momento. O governo, tomado nesse sentido, até certo ponto se confunde com o Estado, quando este é definido como a força a serviço do direito, isto é, do conjunto de normas e princípios que consubstanciam os interesses da classe dominante. Mas essa confusão representa uma simples metonímia. "Os dois valores se distinguem perfeitamente: "governo é o sistema de funções de disciplina, formado no meio nacional; Estado é a nação considerada com referência à sua organização política", isto é, tomada como o ambiente em que a diferenciação política do "povo" e "governo" se produz. (E. Queiroz Lima — *Teoria do Estado*, pág. 145, 5.ª edição — A Casa do Livro Ltda., 1947.)

Portanto, o governo que, inicialmente, se limita, nas sociedades primitivas, a ser um órgão administrativo, coordenando o mecanismo da produção e distribuição, passa a ser, na sociedade moderna, um órgão político específico, com funções de disciplina e de coação, enquanto o Estado, resultante do desenvolvimento econômico da vida social e da formação das classes, com a sua organização política, transforma-se no poder público coarctor, de que se faz instrumento o governo, que passa a existir para fazer cumprir as decisões de todo o grupo ou classe que o controla.

O governo preexiste ao Estado e, embora este venha a desaparecer no futuro, o governo permanecerá, sob forma nova.

Origem do governo

Em germe, surge o governo na face da terra com o aparecimento dos primeiros agrupamentos humanos, tribus e clans, representado seja pelo poder do guia ou pelo do chefe, que decorre da transformação da autoridade inicial, do pai.

À medida que a sociedade humana cresce em número e a divisão do trabalho se vai impondo, também o germe do governo se vai desenvolvendo.

Na comunidade primitiva, uma rudimentar divisão do trabalho distribuiu precocemente as tarefas de acordo com o sexo e a idade.

"Sómente quando os homens superaram seu primitivo estado animal e seu trabalho já está, portanto, associado em certo grau, sobrevêm rela-

ções em que o sobretrabalho de um é a condição da existência de outro. No princípio da civilização, as forças produtivas decorrentes do trabalho de então são poucas, mas poucas também o são as necessidades, que se desenvolvem junto com os meios de satisfazê-las. Ademais, a proporção da parte social que vive do trabalho alheio, relativamente à massa dos produtores imediatos, é insignificante nesses primórdios." (Marx — *O Capital*, tomo I, pág. 395 — tradução espanhola.)

Em verdade, o aparecimento das classes teve possivelmente uma dupla origem: o pequeno rendimento do trabalho humano e a substituição da propriedade comum pela propriedade privada.

E o aparecimento das classes dá mais vida ao germe do governo.

Tão precária era a técnica nas sociedades primitivas, que o trabalho era sobremodo exaustivo, de tal modo que o indivíduo que se dedicava ao cultivo da terra, por exemplo, não podia desempenhar ao mesmo tempo nenhuma das outras funções exigidas pela sua sociedade.

O aparecimento, pois, de um grupo de indivíduos libertos do trabalho produtor imediato, material, era uma conseqüência inevitável da infima produtividade da força humana de trabalho, que não permitia ao produtor, como se disse acima, cuidar também da administração da sua sociedade.

Embora sob a tutela da comunidade, visto que se lhe não reconhecia ainda nenhuma preeminência, os "funcionários" que recebiam em custódia determinados produtos sociais, a pouco e pouco desenvolveram a importância de suas funções e foram adquirindo poderes.

O encarregado da guarda e distribuição dos víveres, por exemplo, com o crescimento da comunidade e do volume da sua produção, passou a dispor de alguns homens auxiliares, que cuidavam dos depósitos e executavam as distribuições. Não é difícil conceber-se de que forma, com o tempo, foi convertendo a sua função em uma verdadeira hierarquia.

Da mesma forma, outras funções necessárias foram criando outros tantos "funcionários", que a pouco e pouco adquiriam preeminência sobre os demais membros da sociedade.

Assim, por exemplo, os "funcionários" da sociedade que se punham em contacto com os poderes misteriosos. As forças misteriosas, que o homem primitivo supunha existirem nas coisas e nos seres, tinham um caráter caprichoso e humor difícil... Complicadas cerimônias e ritos precisos eram os recursos através dos quais podiam pôr-se em contacto com as forças misteriosas...

Assim, a pouco e pouco, na sociedade primitiva, do seio dos produtores imediatos se foram destacando elementos que se encarregavam de outros trabalhos, distintos do da produção imediata.

O trabalho físico começa a separar-se do outro trabalho, não ligado diretamente à produção, o intelectual.

Com essa evolução progressiva da sociedade, da propriedade privada e separação cada vez maior da direção do trabalho do trabalho mesmo, o governo também se desenvolve separando mais acentuadamente os "administradores" dos "executores".

"O chefe de uma tribo primitiva pode seguramente depender do apoio do costume da comunidade de cuja custódia ele foi encarregado, mas o dirigente que organiza forças armadas, absorve a riqueza da comunidade e resolve as disputas de propriedade e de sexo, necessita do apoio de uma

classe privilegiada, cujos interesses são mais estreitamente idênticos aos seus." (R. M. MacIver — *O Estado*, pág. 37 — Livraria Martins Edit., 1945.)

Na sociedade primitiva, a colaboração entre os homens se fundava na propriedade comum e nos vínculos de sangue; na sociedade que começou a dividir-se em classes, a propriedade se tornou privada e os vínculos de sangue cederam lugar a um novo vínculo que a escravidão inaugurou: o que gera o poder do homem sobre o homem.

"Inútil salientar que o trabalho com escravos aumentou o excedente de produtos de que a coletividade dispunha e que os "administradores", como representantes dela, permutavam com tribos vizinhas ou longínquas. As coisas continuaram assim até que as funções dos "administradores" se tornaram hereditárias e a propriedade comum da tribo — terras e gado — passou a ser propriedade privada das famílias que a administravam e defendiam. Donas dos produtos, a partir desse momento, as famílias dirigentes se tornaram, ao mesmo tempo, donas dos homens." (Aníbal Ponce — *Educación y lucha de classes*, pág. 19 — Edit. América.)

"Esse remanescente de um fundo social de produção e de reserva, base de todo progresso social, político e intelectual, passou a ser patrimônio de uma classe privilegiada, que obteve nesse mesmo momento e por esse meio a hegemonia política e direção espiritual." (Engels — *Anti-Dühring*, pág. 264 — Edit. Calvino, 1945.)

Dessa forma e sobre tal base, o governo foi se desenvolvendo com o tempo, até chegar na sociedade moderna, superando a forma burguesa, à forma complexa socialista, em que o governo perde o seu caráter de instrumento de uma classe dominante para exprimir a vontade de toda a sociedade e tender decisivamente para o seu papel futuro, na sociedade comunista, de órgão puramente administrativo, planejador.

"A autoridade existiu sempre e em toda parte na vida humana. O que mudou não foi o fenômeno autoridade, mas a sua forma. Nenhuma primitiva anarquia existiu, de onde gradualmente tivesse surgido a autoridade." (R. M. MacIver — *O Estado*, pág. 152 — Livraria Martins Edit., 1945.)

Houve uma autoridade primitiva, que se desenvolveu, dando origem à forma complexa de governo, que se revelou e se realizou no Estado moderno, como poder, de que se vale uma classe para oprimir outra.

E com o Estado opressor também desaparecerá o Governo em função de tal Estado, para serem sucedidos por uma sociedade de tal maneira desenvolvida que do Estado nada mais restará senão a lembrança desse fenômeno histórico e do governo atual só restará a sua função planificadora da produção e distribuição.

Evolução do conceito Governo

O governo tem constituído sempre ato de governar, administrar, dirigir, sua forma, entretanto, tem variado no tempo e no espaço: desde o representado simplesmente pela inicial autoridade paterna, até à complexa organização atual dos 3 poderes separados do Governo burguês:

executivo, legislativo e judiciário, todos funcionando em pretensa harmonia e inter-dependência constantes.

Desde que os homens constituíram uma sociedade, mesmo as mais primitivas, há milhares e milhares de anos, já consignamos linhas atrás, sempre esteve presente um governo, embora simples, sob a forma de um guia ou chefe, para dirigi-la; posteriormente, numa etapa mais avançada, constituiu-se um governo complexo, ou melhor, poderes governamentais, à medida que a sociedade evolue e que a divisão social do trabalho se acentua, donde exigir a sua presença. Em toda essa longa, milenar, evolução, entretanto, verificamos que os governos foram organizados da simplicidade para a complexidade, tomando formas novas e variadas, de acordo com o desenvolvimento da sociedade, da existência social, da maneira pela qual se estabelecia o modo de produção e suas relações, apesar de, em cada uma dessas fases, etapas ou períodos, os governos a elas correspondentes se considerarem definitivos, *nec plus ultra*, dentro dos limites estreitos dos seus interesses e incapacidade para aceitar a evolução social. Porisso afirmavam: *...mandar e governar não é próprio para os plebeus... constituindo grave ofensa à república atribuir-se-lhes tais funções...* (Prescot — *História da confederação do Perú*, pág. 13). Apesar disso, do conceito estático desses governos, como não se pode julgar um homem ou governo pelo que pensa ou diz de si mesmo, mas por seus atos, todos são obrigados a reconhecer que, até o momento, ainda não surgiu um governo ou forma de governo, definitivo, que subsista *quand même*, de maneira a sermos obrigados a considerá-lo “perfeito e eterno”, como o desejariam os seus eternos beneficiários. Ocasionalmente houve, mesmo, em que Governo e Estado eram confundidos inteiramente pelos seus beneficiários. Porisso, Luis XIV, da França, declamava: *L'Etat cest moi*, e Luis XV: *Après moi le deluge*. A França, contudo, sobreviveu para o progresso e para a glória, enquanto esses “ilustrés” cidadãos já apodreceram, há muito...

A História, porém, nos revela que os governos têm se desenvolvido, aperfeiçoado e existido em perpétua transformação, mesmo contra a vontade dos seus detentores ocasionais. Não fora isso, o mundo civilizado ainda estaria sob qualquer forma já anacrônica de governo, como o despótico, por exemplo, pois os déspotas e seus descendentes, herdeiros, seus beneficiários únicos, não abririam mão de seus privilégios. A verdade é que sempre foram derrubados, destruídos e substituídos esses governos, nos momentos apropriados, quando se tornaram retrógrados e reacionários, à custa de muito suor, sangue e lágrimas dos trabalhadores sempre explorados pelas diferentes classes que têm controlado os governos: escravistas, senhores feudais e burgueses capitalistas. Só têm existido até aqui governos temporários.

Em governos de facto e governos de direito, ou ainda em governos despóticos e governos legais, em governos absolutos e governos constitucionais, sob qualquer forma normal de governo (monarquia, aristocracia e democracia) ou anormal (tirania e oligarquia), as amplas massas trabalhadoras, em verdade, jamais deles participaram. Sempre constituíram governos de castas, classes e privilegiados, dos quais as massas trabalhadoras sempre estiveram afastadas.

À medida que a sociedade evoluiu, até à Revolução Francesa, em 1789, podemos dizer que as massas trabalhadoras não tinham como fazer valer os seus direitos humanos, senão através da generosidade, que não era nenhuma praticamente, das classes privilegiadas, pois jamais participaram dos governos, da direção do Estado. Em certas épocas, como a de Aristóteles, era princípio dominante de que *“nunca uma república bem organizada os admitirá (escravos e trabalhadores) entre os cidadãos, ou se os admite, não lhes concederá a totalidade dos direitos civis, direitos que devem ficar reservados para os que não necessitam trabalhar para viver”* (Aristóteles — *Política*, pág. 139).

Temendo a massa dos trabalhadores, Platão sempre viu nela “uma espécie de monstro feroz” (Platão — *República*, XI, 493, 4, 456, VII, 547), que é necessário manter afastado e na mais absoluta dependência. *Excluí-lo da vida intelectual dos filósofos e da vida moral dos guerreiros* era para Platão não só necessário, porque a prática absorvente dos ofícios não podia assegurar o “ocio” que o estudo exige, senão também absolutamente indispensável para *manter sonolento o “monstro feroz” e impedi-lo de renovar a audácia dos Titãs*.

Afastados do governo e impedidos de qualquer progresso intelectual, que só se admite à época da industrialização e assim mesmo para pequenas camadas de trabalhadores, no mundo, para logo absorvidos na sua maioria pela consciência burguesa, aburguesando-se, pois, os trabalhadores, em todas as épocas, chamem-se eles escravos, servos, artesãos ou operários, sempre constituíram a maioria do povo e sempre também serviram apenas de instrumento dos “privilegiados” das classes dominantes, nos entrecosques dos seus interesses e ambições.

Com o desenvolvimento da burguesia e à proporção que vai surgindo o operariado, a consciência política e social para os desta classe se vai impondo, através das suas lutas econômicas e políticas, facilitada pelas novas relações de produção. Cada vez com maior vigor vai então reclamando participar diretamente do governo, ou seja da administração da coisa pública, para melhor defender-se contra a ganância dos possuidores dos meios de produção, também detentores do governo, do poder político, porque o constituem com os representantes de sua classe.

Refletem essas reivindicações as declarações de direito dos homens tais como a de Virgínia (1776), a dos constituintes franceses (1789) e a dos girondinos (1793).

O sufrágio universal, hoje decantado em prosa e verso, foi estabelecido pela primeira vez em França, na Constituição republicana de 24 de junho de 1793; foi depois suspenso pelo decreto de 11 de novembro do mesmo ano. Voltou a prevalecer a 5 de março de 1848. Apesar disso, o sistema ainda dominante no mundo é o do sufrágio restrito, como no Brasil, embora o sufrágio universal já se pratique desde há um século!

A conquista do sufrágio universal não foi pacífica.

A humanidade conta, na sua história, com incontáveis agitações, motins, e revoluções, como forma de luta das massas trabalhadoras para a conquista de direitos políticos, concomitantemente com reivindicações econômicas.

Nos tempos modernos, as insurreições foram estimuladas pela burguesia, que, em 1789, na França, dirigiu mesmo o movimento revolucionário, pois que estava interessada na queda dos governos autocráticos, apoiados e amparados pela nobreza feudal, cujo sistema econômico feudal entravava o desenvolvimento do capitalismo burguês.

A burguesia, pois, apoiada pelos trabalhadores dos campos e das cidades, a pouco e pouco, em todo o mundo, vai derrubando os governos feudais e semi-feudais, e instituindo o governo burguês, surgindo a oportunidade para os trabalhadores de mais amplos direitos políticos, inclusive a participação a princípio indireta e já agora direta nos Governos.

Antes de 1789, os revolucionários burgueses que se levantavam contra os governos feudais eram, como os revolucionários progressistas de todas as épocas, acusados de traidores da Pátria e de crime de lesa-majestade, a majestade representando o Governo e o Estado. Hoje, os então acusados de traidores figuram nas páginas da História burguesa com a aureola de Heróis e Patriotas.

E o progresso social se realiza com o esforço exaustivo do trabalhador, expoliado já agora, nos tempos atuais, por uma burguesia reduzida, de mais em mais ambiciosa de riquezas e poder.

Indiferente ao cair dos conservadores, retrógrados, contudo, a sociedade continua evoluindo, eternamente. Os governos retrógrados e reacionários caem sob a força irresistível do progresso, permitindo às mais amplas camadas trabalhadoras participar cada vez mais direta e intensamente dos Governos, até a sua posse completa como no Estado

Soviético.

Governo burguês

Quando instalada, à face da terra, a democracia burguesa, sob o lema de liberdade, igualdade e fraternidade, fez o mundo progredir celeremente, sob governos, *soi disant* do povo para o povo e pelo povo, na síntese admirável de Abraham Lincoln, em 1865, por isso que, livre dos entraves feudais, promoveu incomparável desenvolvimento econômico, até então desconhecido. O desejo dos sonhadores utópicos, entretanto, que nasceram no seio da burguesia em desenvolvimento, se avantajara à realidade, que ainda não comportava realmente um governo do povo para o povo e pelo povo, que só poderia realizar-se mais adiante, numa etapa mais avançada do desenvolvimento da sociedade. Mas a fórmula de governo do povo, pelo povo e para o povo serviu magnificamente para a burguesia, a seguir, mascarar a sua extensa exploração, levada às últimas possibilidades, também incomparável a qualquer regime anterior.

No poder, a burguesia aumenta a sua riqueza, cria privilégios próprios, mas aumenta também o número de trabalhadores cada vez mais esclarecidos.

Isto obriga as democracias burguesas mais adiantadas a adotarem formas de governo de acordo com o desenvolvimento dos trabalhadores como classe consciente, a fazerem concessões políticas e econômicas cada vez maiores, ainda que à custa das extensas massas trabalhadoras atrazadas dos países coloniais, semi-coloniais e dependentes.

Nas duas principais formas de governo republicano burguês: parlamentarista ou presidencialista, o povo elege os seus representantes, recrutados, principalmente, na própria burguesia dominante, porque as massas trabalhadoras (a maioria do eleitorado) ainda não adquiriram a sua verdadeira consciência de classe, com a compreensão da sua função histórica.

Dessa forma, constituem-se governos republicanos burgueses, cujo conteúdo é sempre o da ditadura do capital, defendendo os interesses dos burgueses, é óbvio, pelos votos dos próprios trabalhadores, que ainda não compreenderam que elege para dirigí-los, para dirigir o país que constroem e mantêm, portanto, para estabelecerem as leis que presidem e regulam as relações sociais, elege justamente os elementos da classe cujos interesses são antagônicos aos seus, e que no governo, portanto, só podem defender os interesses da burguesia, em prejuízo dos seus eleitores, as massas trabalhadoras.

E quando trabalhadores esclarecidos protestam na defesa dos interesses dos trabalhadores em geral, o governo, burguês, mas eleito pelos votos dos trabalhadores em geral, comete toda sorte de arbitrariedades e violências, em nome do povo, que diz representar, para melhor acorrentá-lo aos seus interesses de classe dominante.

Em verdade, o governo burguês não representa os interesses do povo, mas apenas os de uma classe, a da nova aristocracia, a burguesia, com o sacrifício dos trabalhadores em geral, que constituem a maioria do povo. O governo burguês como que repete o juramento que Aristóteles reclamava para os oligarcas: *eu serei o inimigo constante do povo; far-lhe-ei todo o mal que puder* (Aristóteles — Política, pág. 441).

Um governo representaria realmente o povo se fosse constituído, através de sufrágio universal, por elementos próprios de todas as camadas do povo e proporcionalmente ao seu contingente eleitoral.

Isto não é possível, numa democracia burguesa, porque a burguesia dispõe de todos os meios e recursos de coerção para manter as massas trabalhadoras no obscurantismo e dentro do ponto de vista dos interesses burgueses, que inculca na consciência das massas trabalhadoras, como sendo também seus, donde os "seus" representantes (das massas trabalhadoras) não defenderem senão os interesses da burguesia dominante.

Possuindo o poder político, que cria e aprova as leis que regularão toda a vida social, em nome do povo, a burguesia estimula e impõe o respeito a elas, como renovados tabus, a fim de manter e estender os seus privilégios econômicos.

Assim, as leis burguesas são apresentadas às massas trabalhadoras, assalariados em geral, como atendendo ao princípio superior e geral de igualdade de todos os homens perante a lei, independentemente da sua posição social.

Esse princípio de igualdade jurídica, todos sabemos porque sentimos a toda hora e instante que é meramente formal e não real, contudo, pelo seu aspecto formal, impõem-no à consciência da maioria, que passa a considerar como real o que mais não é que formal. Esse o motivo porque amplas camadas de trabalhadores, quando ainda não suficientemente esclarecidas, consideram o governo burguês como expressão dos interesses

gerais, embora só constituído ou em maioria por burgueses, dentro de um Estado que, erroneamente, acreditam acima dos interesses de indivíduos ou classes.

Governo do povo, pelo povo e para o povo

Sòmente depois que os trabalhadores adquirirem consciência socialista e tomarem conta do poder, substituindo o governo burguês, tal como ocorreu na Rússia em 1917, é que poderão constituir realmente um governo verdadeiramente democrático, em que o povo, tôdas as suas camadas, possam diretamente fazer-se representar, por elementos do seu próprio seio e com o direito de cassação de mandato. Só assim se realizará um governo do povo, para o povo e pelo povo. A vitória eleitoral do Partido Trabalhista na Inglaterra ainda não foi uma vitória do proletariado inglês explorado e consciente, mas da "aristocracia proletária", do "proletariado aburguesado" cujos interesses mais se confundem com os dos capitalistas britânicos do que com os das extensas camadas trabalhadoras, agora melhor mistificadas porque pelos seus próprios companheiros, comensais do imperialismo Albion.

Em 1858, Engels escreveu a Marx: *O proletariado inglês se aburguesou cada vez mais, de modo que a mais burguesa de tôdas as nações deseja aparentemente em última análise ter, ao lado da burguesia, a aristocracia burguesa e o proletariado aburguesado... para uma nação que explora o mundo inteiro, isto é, na realidade, até certo ponto natural*. Engels, certamente, falava aqui não da grande massa do proletariado inglês, mas exclusivamente de sua camada superior. Em *O Capital*, Marx deu uma descrição clara da desesperada miséria do sector dos operários mal pagos, na mesma Inglaterra, durante as décadas de cinqüenta e sessenta, época de ressurgimento industrial. Esta massa empobrecida de operários não qualificados estava desorganizada e ingressou no movimento revolucionário num período muito posterior. (Efimov — *História Ep. Cap. Ind.*, págs. 231-2 — Vitória.)

Hoje, entretanto, na URSS, a democracia proletária já se realiza com um governo do povo, pelo povo e para o povo, porque constituído por trabalhadores e os interesses do governo, como não podiam deixar de ser, são os do povo e não os de uma classe, a privilegiada, que predomina na democracia burguesa.

A democracia mais desenvolvida, avançada, de quantas temos conhecido, só é possível numa sociedade de classes, de novo tipo, em que as classes não tenham interesses antagônicos. Os interesses sociais de um indivíduo, como elemento social, deverão ser os mesmos dos de toda a sociedade, em que todos realmente gozem dos mesmos direitos e tenham as mesmas oportunidades, políticas e econômicas.

Portanto, os comunistas, que lutam por uma sociedade sem classes, como termo final, são os democratas mais conseqüentes, porque lutam pela forma de transição que é ainda uma democracia, mas perfeita, isto é, por um governo do povo, pelo povo e para o povo, tal como já se realiza na democracia socialista, etapa necessária para o regime comu-

nista, em que a democracia se torna desnecessária, porisso que não precisará de Estado e Governo, substituídos pela simples planificação econômica e administração pública das coisas.

Porisso mesmo, em todos os países do mundo, os comunistas se encontram na vanguarda da luta pela democracia que só é verdadeira democracia quando significa sem subterfúgios e realmente um governo do povo, pelo povo e para o povo, e não daquela cujo governo é constituído por elementos de uma classe privilegiada, pelo menos na sua maioria, cujos interesses se opõem aos das massas trabalhadoras, manuais ou intelectuais, todos assalariados.

Bem sabem, no entanto, os comunistas, que, conforme o grau de desenvolvimento de um povo, na hora atual, e enquanto a correlação de forças mundiais se mantiver como nos dias de hoje, lutará mais eficientemente pelo seu objetivo: democracia proletária, transitória, lutando primeiro contra as formas democráticas burguesas atrasadas, promovendo a sua evolução, o seu progresso.

É esse progresso consiste em fazer as massas trabalhadoras participarem cada vez mais diretamente dos governos para promover o desenvolvimento da sociedade, com que eleva seus padrões de vida; com que adquiram consciência socialista, aproveitando o desenvolvimento que promovem do regime capitalista, do qual se beneficia principalmente, aliás, a burguesia, durante esse período.

Ajudam os comunistas, trabalhadores na vanguarda do movimento proletário atual, em 1946, nos países atrasados, as burguesias nacionais a romperem todos os obstáculos remanescentes do sistema feudal, tal como os operários, em 1789, ajudaram a burguesia a derrubar o feudalismo.

Todavia, o espírito não esclarecido, timorato, conservador e retrogrado, quando não interesseiro, no quadro burguês, reage contra essa força progressista — os comunistas, daí as lutas a que assistimos, em todo mundo, inclusive no Brasil, com maior ou menor intensidade, conforme o grau de desenvolvimento da burguesia nacional.

A burguesia francesa, em 89, apelou para os trabalhadores para ajudá-la a destruir o feudalismo; em 1946, a burguesia reacionária brasileira repele e se amedronta com a ajuda da vanguarda dos trabalhadores para liquidar as sobrevivências feudais na nossa economia, que retardam o nosso progresso.

Pouco a pouco, entretanto, o nosso proletariado irá adquirindo consciência socialista e, aliado à burguesia progressista, forçará a burguesia reacionária brasileira a não impedir o progresso do Brasil, mas a precipitá-lo, em benefício de todos, até que se imponha inelutavelmente a mudança de forma social, que não depende da vontade de um homem ou de uma classe, mas é determinada por factores que escapam ao controle da burguesia.

Formas de governos

Embora no mundo atual, por força do desenvolvimento irregular da sociedade, encontremos tôdas as formas de regimes, não há negar que,

excetuadas as perfeitas democracia soviética e as que estão se construindo na Tchecoslováquia, Polônia, Iugoslávia, etc., a democracia burguesa é forma bastante evoluída de regime social.

Se, para muitos países, a democracia burguesa é um regime progressista, como para nós, que mal ensaiamos as primeiras experiências e mal a compreendemos e executamos, para outros, entretanto, já é um regime retrógrado, reacionário, por que impede o pleno desenvolvimento das forças produtivas da nação, e constitui governos fechados de classe, dominados pelos interesses materiais de grupos de indivíduos fabulosamente ricos, que dominam o governo e passam a utilizar-se do Estado como um instrumento para a realização das suas insaciáveis exigências resultantes do sistema de produção capitalista. Daí surgir esse monstro, na democracia burguesa, que é o imperialismo, consequência indetenível do desenvolvimento último do capitalismo.

Nesse quadro irregular de desenvolvimento da sociedade burguesa, só há, de regular, constante, que os governos, mandatários do povo, estão quase sempre divorciados das reais e legítimas aspirações da maioria dos seus representados, não porque sejam más pessoas, mal intencionadas, mas porque representam os interesses da classe dominante, os do capitalismo, que também são os seus.

Dispondo a burguesia de todos os meios de coerção de pensamento, tais como a escola, a igreja, o jornal, o rádio, etc., limitam as oportunidades de liberdade individual, pois saturam a consciência coletiva com a legitimidade dos seus interesses de classe, confundindo-os com as da maioria e apagando ou esmaecendo os verdadeiros dessa maioria, pelos processos mais vis, inclusive os do obscurantismo através da manutenção do analfabetismo e da igreja com sua falsa moral de igualdade, mas no céu...

Não há, pois, nada de extraordinário na campanha de difamação da Igreja contra os comunistas, pois que ela ainda está presa à resolução do concílio de Gangra, no ano de 324, que, em um de seus cânones, estabelecia que, *se alguém, sob pretexto de piedade religiosa, ensinasse ao escravo a não estimar a seu senhor ou a fugir do serviço, ou ainda a não trabalhar de boa vontade e com toda vontade, que recaia sobre ele o anátema* (Wallon — *Histoire de l'Esclavage*, tomo III, pág. 334).

Essa a razão porque, tão acentuadamente no nosso caso particular, vemos trabalhadores em geral, assalariados de todos os gêneros, adotarem e defenderem os privilégios da classe dominante.

Um governo, pois, organizado sobre tais bases, estará sempre traindo os interesses da maioria em benefício de uma minoria. Nada o obriga a reconhecer os direitos da maioria, e, espontaneamente, é comprovado historicamente, os exploradores jamais abriram mão dos seus "direitos" de exploradores, pelo contrário, sempre tudo fizeram para mantê-los e extendê-los.

Que isto é verdade indiscutível não há negar. Basta que olhemos em torno de nós e para o mundo. Que vemos? Como consequência do regime burguês, num polo, os ricos, os capitalistas, com todos os direitos e privilégios; e noutro polo, os pobres, os trabalhadores em geral, sem direito real algum, salvo o de morrerem de fome. Entre esses dois polos

extremos, encontraremos tôdas as camadas intermediárias, que pensam e agem perseguindo eternamente uma vã possibilidade de se tornarem também ricos, individualmente, ao mesmo tempo que desprezando, odiando, as massas operárias, para as quais tendem irresistivelmente, passo a passo, com a proletarização crescente da sociedade, resultante do desenvolvimento do capitalismo e de suas inexoráveis crises periódicas, cada vez mais intensas e extensas.

E um governo dessa ordem, fruto necessário do sistema econômico burguês, não pode exprimir, absolutamente, os superiores interesses da Nação, se consideramos a Nação como expressão dos interesses do conjunto de tôdas as classes de que se compõe, e muito menos se dizer democrático, no sentido de governo do povo, pelo povo e para o povo.

Embora eleitos, escolhidos em eleições corretas, com a participação de todo o povo, ainda assim esse governo não representará a vontade do povo, porque o povo não teve a liberdade e nem a oportunidade de criar a sua vontade, que lhe é imposta através da saturação de sua consciência com os meios de que somente a classe dominante dispõe: a escola, a igreja, o jornal, o rádio, etc.

A vontade da maioria, própria e livre na aparência, não é mais do que a vontade da minoria exploradora, imposta à maioria.

Não evoluíssem as forças produtivas, acarretando modificações nas relações de produção, à base das contradições da sociedade, e não teríamos o desenvolvimento e progresso da Humanidade, pois que, em um polo, fixos, estariam os exploradores, minoria, e, noutro, os explorados, a maioria.

Marx assinalou: *... na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtoras materiais... Durante o curso de seu desenvolvimento, as forças produtivas da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, para nos servirmos da expressão jurídica cabível no caso, com as relações de propriedade, em cujo interior se desenvolviam até então. De formas, que eram, de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se transformaram em obstáculo às mesmas. Sobrevem então uma época de revolução social.*

A revolução é, pois, um fenômeno necessário no desenvolvimento da sociedade de classes, pois à sua custa é que se consegue passar de uma etapa a outra, com o aniquilamento do regime caduco, retrógrado, e a instauração de uma nova ordem social.

Com o desenvolvimento histórico da sociedade de classes, sabemos que os exploradores têm variado, nascido de camadas diversas do povo, mas os explorados, sob formas diversas, se têm mantido constantes. Sempre, os exploradores, em minoria, e explorados, em maioria.

Mas também verificamos, que, cada vez mais, embora num processo lento, os explorados vão adquirindo consciência do seu estado e se rebelando, sempre que a opressão e exploração se tornam insuportáveis.

No passado, eram as rebeliões dos escravos; nos dias atuais, a dos trabalhadores, que já conquistaram muito em numerosos países e tudo na URSS.

Quando, pois, um governo burguês atual, expressão de interesses da burguesia, da classe dominante, se sente ameaçado por aqueles que defendem os interesses da maioria, dentro do seu ponto de vista, é compreensível chamá-los de traidores, assassinos e ladrões, pois não é que querem arrancar-lhes os privilégios de exploradores e se libertarem da opressão?

Todavia, sob o ponto de vista dos explorados, os que lutam por seus interesses são apenas libertadores! E a História sempre consagra os oprimidos e libertadores! Lutem eles contra a opressão e usurpação ou, nos momentos necessários, pela transformação completa do regime econômico-social da sociedade.

Governo e revolução

Não há muito, fascistas e burgueses reacionários, mascarando seu desejo de fazerem o Brasil regredir a um governo ditatorial fascistoide, por todos seus veículos de propaganda, lançaram-se à mais intensa e extensa campanha de calúnias contra Prestes, acoimando-o e ao PCB de traidores potenciais, apenas porque Prestes e o PCB defendem os interesses da maioria e se opõem bravamente, desmascarando, os exploradores do nosso Povo.

E qual foi o pretexto? Apenas a justa afirmação de Prestes, em última análise, de que um governo de país semi-colonial, que assume compromissos de participar de uma guerra inter-imperialista, portanto a reboque de um país imperialista em guerra de conquista e pilhagem, é um governo traidor, que se não deve admitir, pois, como país fraco, semi-colonial, o interesse da Nação está justamente em fazer frente comum com os demais países contra qualquer que seja o imperialismo agressor e expoliador, e nunca ajudar o inimigo comum de todas as nações fracas e atrasadas, tal como o Brasil.

Lehman, ex-presidente da UNRRA, acaba de afirmar nos Estados Unidos, que, se o governo norte-americano quiser levar o país à guerra contra a URSS, o povo tem o direito de intervir. E não foi acusado de traidor. Por que? Porque o governo norte-americano sabe que o povo ianque, com grandes camadas esclarecidas, principalmente por força desta última guerra, não toleraria um governo que não atendesse aos superiores interesses da Nação. Quando, pois, o governo se divorcia acentuadamente do Povo, transformando-se em usurpador e opressor, este tem o dever de se levantar contra ele e depô-lo, como brilhantemente demonstrou o deputado católico e progressista Paulo Nogueira. Não fôra isso verdade, como deveríamos julgar Eduardo Gomes e Gaspar Dutra, que derrubaram Getúlio Vargas? Claro que se deve apoiar um Governo patriótico, progressista, embora burguês, dentro do nosso desenvolvimento histórico, admitir e tolerar, mesmo, pequenos erros humanos, mas nunca aceitar um governo retrógrado, opressor e traidor, que, não satisfeito em impedir o progresso do país ainda queira sacrificar a vida da mocidade e os supremos interesses da Pátria em benefício do imperialismo rapace

e desumano, que nos tem esmagado desde os primórdios da nossa nacionalidade.

Temos sido e continuaremos a ser vítimas do capital financeiro expoliador, que, inclusive, nos impõe diretivas políticas no cenário mundial, até que tenhamos um governo escolhido, que conclame todos os brasileiros e consiga reuni-los solidamente, na luta contra esse imperialismo predador. Esse governo, que exprimirá as necessidades da nossa burguesia progressista e dos trabalhadores em geral, jamais será derrubado, seja porque fôr, mesmo externa, senão após ter cumprido sua missão histórica.

A verdade é que só os governos reacionários e traidores, bem como os seus beneficiários defendem, inutilmente, a infalibilidade e inviolabilidade dos governos, mesmo quando opressores e traidores. A história nos mostra que o povo pensa de outra forma. Entre nós, por que foi deposto D. Pedro II? Washington Luiz? Getúlio Vargas? Por que não mais exprimiam os superiores interesses da Pátria, apesar de governos. E' verdade que esses governos, à sua época, acusavam os líderes revolucionários de então de traidores da Pátria, assassinos, etc., mas, depostos, foram por eles sucedidos.

E' preciso que nos não esqueçamos jamais de que um governo burguês é um instrumento, não do povo, mas das poderosas forças econômicas que, através dos seus agentes, colocados nos pontos-chave, dentro do Governo, podem controlar e determinar as diretivas políticas, ao sabor dos seus interesses econômicos e financeiros, que colocam acima dos interesses do povo, que são os do país.

Aqui, entre nós, quantos políticos e foliculários cínicos, a serviço do capitalismo, já não têm afirmado que no caso de uma guerra entre a URSS e os Estados Unidos, deverá para logo o Brasil aliar-se aos norte-americanos? Somente porque os verdadeiros patriotas se negam a aceitar tal subordinação do nosso país aos interesses bélicos do imperialismo ianque, são imediatamente acusados de traidores! Em verdade, traidores são os que procuram convencer o povo de que é patriotismo o sacrifício da nossa mocidade e dos superiores interesses do Brasil, numa guerra imperialista dos Estados Unidos, com a qual nada temos a ganhar, senão duros sacrifícios em vidas e bens.

O Brasil, como país semi-colonial, dependente, tem sofrido até aqui a mais intensa expolição do capital financeiro anglo-norte-americano, por intermédio dos seus prepostos, vendilhões e traidores do nosso país. Jamais fomos expoliados pela URSS. Por que, pois, no caso de uma improvável guerra entre a URSS e os Estados Unidos tormarmos o partido destes?

Só preconizam tal atitude para o Brasil os brasileiros traidores, que até hoje se tem locupletado, como prepostos ou serviçais, dos lucros fabulosos do capital financeiro, que tão intensa e extensamente tem explorado o Brasil.

Além disso, opõem-se, caluniam a URSS, não porque o primeiro Estado Socialista do mundo possa proceder para com o Brasil da mesma forma que o imperialismo anglo-norte-americano, que adoram, como serviçais e beneficiários, mas porque a URSS é a demonstração concreta,

viva e eloquente de quanto ganharão os povos com a abolição do capitalismo. Somente por isso odeiam a URSS e pregam a "união sagrada" contra o bolchevismo e tudo farão, mesmo a mais ignóbil traição, para que o Brasil, país semi-colonial, expoliado pelo capital financeiro, sacrifique a fina flor de sua mocidade numa luta que não é sua mas de exclusivo interesse do capitalismo reacionário nacional e internacional.

Nossa obrigação, nosso dever, como patriotas, entretanto, é defender as nossas fronteiras, a nossa soberania e patrimônio nacional contra qualquer que seja o país imperialista e nunca sacrificarmos nossa mocidade e nosso patrimônio servindo aos interesses imperialistas de seja qual for o país.

Se existem capitalistas brasileiros que defendem a subordinação dos interesses nacionais aos do imperialismo norte-americano, porque com isso melhor defendem seus interesses particulares e de classe, o povo brasileiro, cujos interesses se opõem aos do capital financeiro, patrioticamente deve repelir tal subordinação, que significa traição nacional, muito embora a imprensa sadia, capitalista, procure, como sempre, com mentiras e mistificações atender os seus próprios interesses e os do capital financeiro, que positivamente não são os do povo brasileiro.

E' bem conhecido o facto histórico de que o governo de "defesa nacional", na França, receiava, em 1871, que os operários, vencendo os prussianos, levantassem em seguida as armas contra a burguesia francesa. "Obrigado a escolher — disse Marx — entre o dever nacional e os interesses de classe, o governo da "defesa nacional" não hesitou um minuto: — tornou-se o governo da traição nacional" (Marx — *Guerra Civil na França*).

Ainda recentemente, nesta última guerra, como se comportaram as burguesias nacionais, cujos países foram invadidos pelas hordas fascistas? Acomodaram-se, colaboraram e constituíram governos de traição nacional. Somente os trabalhadores, guiados pelas suas vanguardas, com a aliança de algumas honrosas exceções entre burgueses capitalistas, organizaram as heróicas resistências, com que enfraqueciam o inimigo fascista.

Essa a razão do descrédito das burguesias européias dos países invadidos por Hitler, que se desmascararam, pois mais uma vez provaram, com sua traição nacional, que seu patriotismo se reduz à defesa dos seus interesses de classe dominante economicamente.

E, quando um governo se submete e defende apenas esses interesses do capital financeiro, então a sua substituição se impõe, como auto-defesa da Nação, pois esse governo, traidor, é usurpador, visto que aliena a vontade do povo para atender os de um grupo estrangeiro, ao qual se subordina.

Por isso mesmo, brilhantemente, há pouco tempo, na Assembléia Constituinte, o deputado Paulo Nogueira, católico e capitalista, afirmou:

"No regime de Liberdade as revoltas usurpadoras podem surgir quando, formalizada a vontade geral, um indivíduo ou um grupo participante do processo da sua elaboração se decide a desatender aos seus ditames, pretendendo impor aos demais a vontade própria."

"Diante desse fato, de observação aliás corrente, ou a sociedade reage e elimina ou segregava tais elementos do seu seio, ou se curva ao seu poder."

Ou desintegram os rebeldes que aspiram à usurpação, ou é por eles subjugada. Nessa alternativa o poder moral da solidariedade, nela reinante, decidirá do destino comum."

"Com freqüência deparamos coletividades que expõem ou isolam os rebeldes usurpadores como autênticos criminosos, enquanto que outras sucumbem, abdicando os poderes ordenadores e passando do estado de liberdade para o de opressão."

"Diante de crises dessa ordem, é de evidência que a sociedade pode socorrer-se da força material por defesa legítima sem quebra do regime da liberdade."

Tão sábios conceitos, entretanto, não são mais que a repetição dos de outro católico, o Doutor Angelico da Igreja Romana, Santo Tomaz de Aquino, nos seguintes termos:

"O fim da sociedade, para o qual o homem é de sua natureza destinado, é a felicidade geral, obtida por meio da paz e da prosperidade. A autoridade que para esse fim não concorrer é anti-social, injusta e tirânica e pode ser deposta: ou pela Igreja, desligando os súditos da obediência ao príncipe, ou por uma autoridade constituída pelo povo ad tempus, dentro dos limites da lei. A bondade de um governo não depende de sua forma, mas da fidelidade com que ele se consagra ao bem comum".

Uma revolução, no entanto, é um acontecimento em que o povo participa não pelo prazer estúpido de participar, mas obrigado por circunstâncias especiais: Somente em determinadas condições a revolução se verifica, e quando essas condições, criadas num processo evolutivo — contradições entre as forças produtivas e as relações de produção vigentes — ou impostas pela opressão e fome, culminam, a revolução política ou social é um direito e um dever, porque produto de uma necessidade de liberdade, sobrevivência e progresso. *"As causas imediatas das revoluções aparecem, não nas idéias propagadas pelos filósofos e escritores, mas nas transformações do modo de produção e de troca, das quais esses filósofos e esses escritores se fazem eco, muitas vezes inconscientemente. As idéias tornam-se forças históricas quando se apoderam das massas, e elas se apoderam das massas quando as contradições econômicas chegam ao seu ponto de maturidade e de explosão"* (Fréville) — Prefácio — *Trechos escolhidos de Marx e Engels sobre literatura e arte*, pág. 121 — Ed. Calvino, 1945). E com tal revolução a sociedade se modifica e dá um passo adiante, progredindo. Já não acarretam mudança de regime as que têm por causa apenas a opressão e fome, porisso que há apenas substituição dos governantes, sempre saídos da mesma classe dominante, portanto, trazendo consigo as mesmas causas que os tornarão opressores e os impedirão de acabar com a exploração e a fome. Se é impossível evitar a transformação revolucionária da sociedade, a História nos ensina, cabe, todavia, aos governos atuais, burgueses, progressistas, procurarem eliminar as causas das insurreições resultantes somente da opressão ou fome, se as quiserem realmente evitar, porque a simples repressão policial não tem forças para sufocar os anseios de liberdade de um povo oprimido ou de satisfazer-lhe a fome, com a violência.

"O marxismo ensina que, com as alterações na economia, alteram-se, também, a super-estrutura política da sociedade, a ideologia, a consci-

ência das massas. Mas o processo da alteração da base econômica não se realiza simultaneamente com o da super-estrutura política. O fenômeno geral — como o indicam Marx, Lênin e Stálin — é o das alterações da super-estrutura política, em relação à base econômica. Isto, aliás, é bem fácil de compreender. Embora já sentindo as alterações que se processam na economia, a gente, todavia, não faz imediatamente as respectivas deduções políticas. As revoluções burguesas representam explosões forçadas, adaptações da super-estrutura política a uma base econômica que desde há muito já sofrera alterações. (E. Varga — *As peculiaridades da política interna e externa dos países capitalistas na época da crise geral do capitalismo* — in — “*Divulgação Marxista*”, págs. 65/66, n. XII, de 15-12-46).

Ou por imposição do desenvolvimento da sociedade quando a forma não corresponde ao conteúdo, ou pela opressão e exploração extremas, repetimos, a revolução ou insurreição são os recursos que dispõem os povos para eliminarem os fatores negativos do progresso e liberdade da Nação, da sociedade humana. A revolução não é efetivada num dado momento, ao arbítrio de um homem ou Partido, porque a revolução é o único recurso, embora, heróico, que se impõe à consciência do povo, progressivamente. A insurreição, no sentido geral, culmina em determinado processo evolutivo, processo de gradual germinação de revolta contra a opressão ou fome e quando surgem as condições indispensáveis de desorganização social.

Lênin expõe assim o problema: “*A lei fundamental das revoluções, confirmadas por todas as revoluções e em particular pelas três revoluções russas do século XX, é a seguinte: Não é suficiente para que haja revolução que as massas exploradas e oprimidas tenham consciência da impossibilidade de viver como outrora e reclamem transformações; para que a revolução se realize, é preciso que os exploradores não possam viver e governar como antes. E’ somente quando as massas não querem mais o antigo regime e quando os governantes não são mais capazes de governar com antes, é somente então que a revolução pode triunfar. Noutras palavras, essa verdade exprime-se pela seguinte proposição: a revolução é impossível sem uma crise, sacudindo a nação inteira, tanto os explorados como os exploradores.*” (Lênin — *A doença infantil do comunismo, Editions Sociales Internationales, Paris, p. 72.*)

Uma revolução não é produto da vontade de um homem ou de um partido: “*dezenas de milhões de homens não fazem uma revolução em virtude de ordens; marcham para ela quando a necessidade os atola num pantanal, quando o povo se encontra numa situação intolerável*” (Stálin). Porque “*Há muito que se foi o tempo do ponto de vista ingênuo, que considerava as más intenções de meia dúzia de agitadores como causa da revolução. Atualmente, todos sabem que, toda vez que surge uma comoção revolucionária, há por trás dela, sempre e em toda a parte, a necessidade social, cuja satisfação é freada pelas instituições caducas. Essa necessidade pode não se fazer sentir tão fortemente ainda, pode ainda não entrar suficientemente na consciência geral para assegurar a vitória imediata, mas qualquer tentativa de emagá-la violentamente não consegue senão obrigá-la a manifestar-se com força acrescida, até que quebre, por fim, as*

correntes” (Marx e Engels — *A revolução e a contra-revolução na Alemanha* — Obras escolhidas, tomo II, págs. 31-32, ed. russa).

Um governo burguês sábio, e este ainda não surgiu e jamais poderá surgir à face da terra, e que por todos seria apoiado com entusiasmo, seria aquele que tivesse a capacidade de fazer progredir o país, eliminando as causas dos antagonismos entre povo e governo, reflexos da contradição fundamental do sistema capitalista, isto é, criando um regime real de liberdade, de igual oportunidade e de bem estar material para todos.

Não acreditamos, entretanto, seja possível um tal governo, pois que se ergue sobre a contradição fundamental da sociedade capitalista. Nunca existiu e não poderá existir, numa sociedade de classes, um governo dessa ordem.

Entretanto, a revolução social, inevitável, poderá talvez realizar-se pacificamente, tal como neste momento parece estar acontecendo na Tchecoslováquia, Iugoslávia, Polônia, Hungria, Alemanha Oriental, etc., graças à união da burguesia progressista com as forças trabalhadoras, que dominam seus governos.

A revolução social, que culminará todo um processo de desenvolvimento das contradições entre as forças produtivas e as relações de produção, não é necessariamente violenta, pode-se realizar pacificamente, em determinadas condições, como nos exemplos indicados. Só tomará caráter violento por culpa da burguesia reacionária que tentar em vão deter a marcha do mundo para formas superiores de organização.

Porisso, dizia Lênin: “*Que os energúmenos do socialismo vociferem, que a burguesia se agite. Só aqueles que fecham os olhos para não ver e que tapam os ouvidos para não ouvir podem deixar de notar que, no mundo inteiro, as dores do parto começaram para a velha sociedade capitalista, prenhe do socialismo.*”

Quem tem olhos para ver o Brasil em toda sua grandeza e detalhes, que vê ?

a) Um país semi-colonial, com imensos e incontáveis latifúndios, intensa e extensamente expoliado pelo capitalismo financeiro anglo-norte-americano.

b) Uma democracia rudimentar, pois a esmagadora maioria do seu povo não tem direito a voto, logo não participa do seu governo, seja diretamente ou por delegados seus.

c) Um país de capitalismo progressista incipiente, porisso fraco, embora suas possibilidades de se tornar riquíssimo e forte, com a exploração de suas riquezas, seja real.

d) Devido, pois, ao capitalismo financeiro, ao qual se subordina e serve de instrumento o capitalismo nacional reacionário e latifundiários, sofrem o capitalismo nacional progressista e massas trabalhadoras urbanas e rurais, impedindo assim o amplo desenvolvimento da classe média no Brasil.

Em face desta realidade, dura e cruel, os democratas devem ajudar o PCB na sua luta heróica, enfrentando todas as forças reacionárias e escravizadoras, para que o Brasil se liberte da expolição do capital estrangeiro e leve até as últimas conseqüências a sua revolução democrático-burguesa, que permitirá o mais amplo desenvolvimento do capi-

talismo nacional, com o qual teremos não só uma democracia mais avançada como um governo mais acessível às aspirações das massas trabalhadoras.

E esse governo só poderá ser realizado à base da União Nacional de todas as forças políticas e econômicas, entre as quais se destaca a vanguarda do proletariado, como expressão legítima dos interesses das amplas massas trabalhadoras do Brasil.

PROFECIAS... — “Se a primeira guerra mundial dos anos de 1914-1918 nos levou diretamente à revolução proletária triunfante no antigo império tsarista, ao desenvolvimento do movimento emancipados nas colônias, aos pronunciamentos e movimentos revolucionários de massas proletárias na Europa, a próxima guerra despertará poderosos movimentos revolucionários, que atinjam também os proletários agrícolas e as massas enormes de povos coloniais oprimidos. (Das teses contra a guerra, adotadas pelo VI Congresso da IC, in *La guerra y la humanidad*, pág. 65).

COMO SE JULGAR? — Se no mundo não existem fenômenos isolados, se todos os fenômenos estão vinculados entre si e se condicionam uns aos outros, é evidente que todo regime social e todos os movimentos sociais que aparecem na história devem ser julgados, não do ponto de vista da “justiça eterna” ou de qualquer outra idéia preconcebida, como costumam julgar os historiadores burgueses, mas do ponto de vista das condições que geraram esse regime e esses movimentos sociais, aos quais se acham vinculados.

EFEITO QUE SE TRANSFORMA EM CAUSA — As novas idéias e teorias sociais só surgem depois que o desenvolvimento da vida material da sociedade apresenta a esta novas tarefas a executar. Mas, depois de surgirem, convertem-se numa força importante, que facilita a execução dessas novas tarefas apresentadas pelo desenvolvimento da vida material da sociedade, o que facilita o seu progresso.

NÍVEL POLÍTICO E IDEOLÓGICO — A III Conferência Nacional acentua como tarefa urgente elevar o nível político e ideológico de todo o Partido. O nosso próprio crescimento está dependendo cada vez mais da formação e educação de novos quadros, cujo atraso precisa ser vencido com energia, decisão e audácia. (De *Resoluções da III Conferência Nacional do PCB*, item 12).

20 —

Divulgação Marxista, ns. 17-18 — Rio, 25-3-1947

A APROXIMAÇÃO DA CRISE ECONÔMICA NO MUNDO CAPITALISTA

E. VARGA.

No climax talvez do maior *boom* (1) jamais atravessado pelos Estados Unidos, nos países capitalistas começa a crescer com grande rapidez o temor diante da nova crise econômica que se aproxima.

Esse temor é perfeitamente justificado. A história do capitalismo mostra que cada *boom* termina em crise e que essas crises se repetem regularmente em cada sete-dez anos. Marx demonstrou que as leis do desenvolvimento do capitalismo conduzem inevitavelmente a um ritmo cíclico de intensa produção industrial e de crises que se repetem periodicamente. A crise geral do sistema capitalista, conforme o demonstrou o camarada Stálin, alterou o ritmo cíclico da produção capitalista de tal maneira que as fases de crise e depressão se tornaram mais prolongadas e que após a depressão se segue a fase de reivindicação, mas nunca uma fase de verdadeiro florescimento como dantes. Com relação a isso, convém observar que o atual ciclo, sujeito à influência da guerra mundial, não é normal”: Nos Estados Unidos, ele conduziu ao *boom* e, na maioria dos outros países do mundo, a produção permanece consideravelmente abaixo do nível anterior à guerra e o encontra, em situação crítica.

A “anormalidade” do ciclo de após-guerra resume-se essencialmente no seguinte: o ciclo anterior foi interrompido pela guerra mundial. A economia capitalista atual, no período da guerra, não conheceu o movimento cíclico de produção. A guerra provoca uma procura de mercadorias numa proporção consideravelmente superior à produção. Durante a guerra, não é o capitalista que procura o consumidor, como acontece em tempo de paz, mas, pelo contrário, os consumidores disputam entre si a quantidade de mercadorias insuficientes que existem no mercado.

Outra particularidade da economia de guerra é a especial modalidade de grande consumo das matérias primas necessárias à manutenção da guerra. Como se sabe, Marx dividia todas as mercadorias em duas espécies fundamentais: *meios de produção*, que servem à produção de outras, e *meios de consumo*, que (afora os ramos que fabricam objetos de luxo para a burguesia) servem à renovação da força de trabalho dos operários. Os valores realizados, tanto dos meios de produção como dos meios de consumo, voltam novamente à constituição do capital social: os meios de produção, na qualidade de capital constante; e os meios de consumo, na qualidade de capital variável.

(1) *Boom* — Vocábulo inglês que se tornou universal nos meios econômicos e significa prosperidade, ou melhor, uma tendência muito rápida e acentuada para o incentivo econômico e para a elevação dos preços. Um período de *boom* caracteriza-se pelo mercado movimentado, pelos bons negócios. Os preços são compensadores para os fabricantes. E’ a estabilidade e a aparência de normalidade, no regime capitalista.

Divulgação Marxista, ns. 17-18 — Rio, 25-3-1947

— 21

O mesmo não se dá com a produção bélica. Os tanques, aviões, granadas, minas, etc. são consumidos totalmente na guerra. Já não voltam à constituição geral do capital social, nem na qualidade de capital constante, nem no de variável. Seu valor fica totalmente perdido para toda a economia, e, no melhor dos casos, pode-se recolher os destroços nos campos de batalha. (O capitalista individual recebe naturalmente do governo o pagamento correspondente aos materiais de guerra por ele vendidos.)

Isso quer dizer que a atual economia de guerra dos países capitalistas encerra uma tendência de unificação social do país. Essa tendência intensifica-se ainda mais em consequência das destruições ocasionadas pelas atividades bélicas no ar, na terra e no mar.

E, realmente, todos os países capitalistas que participaram da guerra, com exceção dos EE.UU. (e do Canadá), saíram da guerra enormemente empobrecidos. A Inglaterra perdeu, ao todo, cerca de um quarto de sua riqueza nacional. A Alemanha perdeu cerca da metade. A produção dos países da Europa, atingidos pela destruição da guerra, na atualidade, é de 30-80 % do nível anterior à guerra, quer dizer, encontra-se num nível inferior ao de um período de maior crise.

Em contraste com o devastado continente europeu, os EE.UU. saíram da guerra mais ricos do que entraram. A produção industrial do país, em 1946, excede a de 1938 em cerca de 50 %, isto é, encontra-se num nível de produção privilegiada.

Como explicar que os EE.UU. enriqueceram durante a guerra?

Nos EE.UU., sendo como é o país capitalista mais rico, a crise geral do capitalismo de pré-guerra se manifestou com maior intensidade no sector econômico: 8 milhões de operários foram condenados ao desemprego. As fábricas limitavam-se a um funcionamento de 65 % de sua capacidade total (sendo esta de 300 dias de trabalho por ano). Uma parte considerável de terra cultivável não era aproveitada, pois o governo pagava aos fazendeiros grandes subsídios em dinheiro por cada hectare em que não semeavam trigo, milho; por cada hectare que eles não aproveitavam para a cultura de algodão ou de fumo. Dessa maneira, antes da guerra, nos EE. UU., era aproveitada apenas uma parte das forças produtivas disponíveis, uma vez que não existia mercado para uma grande quantidade de mercadorias.

Só a guerra mundial, com a sua ilimitada procura de mercadorias, tornou possível o aproveitamento dessas forças produtivas que em tempo de paz não encontravam aplicação. Durante a guerra, a produção cresceu mais de duas vezes em comparação com o ano de 1939. Com o auxílio de uma produção tão consideravelmente aumentada, nos EE.UU. podia-se satisfazer não unicamente as exigências da guerra, mas também ainda as necessidades da população civil (excluindo a construção de moradias, da produção de automóveis particulares e, temporariamente, de alguns produtos comestíveis que não eram de primeira necessidade). Além disso, os EE.UU. conseguiram acumular considerável riqueza na forma de fábricas e navios, de construção recente.

Foi de grande importância o facto de os EE.UU. terem entrado tarde na guerra: antes de 1944, não lançavam amplos contingentes nos campos

de batalha. O território dos EE.UU. não sofreu absolutamente com as atividades de guerra.

Essa diferença entre as conseqüências da guerra para os EE.UU. (e o Canadá), de um lado, e para os países capitalistas da Europa e do Extremo Oriente, do outro lado, fez com que, atualmente, da mesma maneira que depois da primeira guerra mundial, o capitalismo não possua um aspecto econômico uniforme: nos EE.UU. observa-se *boom*, e nos outros países que participaram da guerra verifica-se uma lenta melhora, subsistindo ainda o baixo nível característico da crise.

Mas também esse *boom* americano não é normal. Em grande parte, ele é o resultado da fase anterior da economia de guerra.

Apesar da produção industrial duplicada no tempo da guerra, a população dos EE.UU. não pôde transformar totalmente os seus ganhos monetários em mercadorias. A verdade é que uma parte considerável da produção era absorvida pelas necessidades da guerra. Em consequência disso, acumularam-se nas mãos da população enormes somas sob a forma de papel-moeda, de depósitos em Caixas Econômicas e Bancos. O movimento monetário, em fins de 1939, equivalia a 7,8 bilhões de dólares, e no ano de 1945, era de 28,5 bilhões. A soma dos depósitos bancários, em fins de 1945, atingiu 106 bilhões de dólares, sendo que, em fins de 1939, não ultrapassava 45 bilhões. O total dos depósitos das Caixas Econômicas, de 14 bilhões de dólares, em 1939, passou, em 1945, a 66 bilhões. O acréscimo total nas três referidas modalidades ultrapassa 130 bilhões de dólares.

O caráter econômico dessas somas é distinto. Uma parte dessas importâncias, sem dúvida, não é destinada à compra de mercadorias, e deve servir de fonte de renda, sendo que para os empregados e os operários mais bem remunerados constitui uma reserva para o caso de desemprego. (Os operários menos bem remunerados, conforme mostra a estatística oficial, não puderam economizar nada, mesmo em tempo de guerra.) Todavia, parte considerável dessas somas foi destinada para a compra de mercadorias. São as somas que os capitalistas reservaram como fundo de amortização para substituir o capital básico, constante, definitivamente inutilizado em tempo de guerra: somas que refletem as reduzidas proporções dos estoques de mercadorias; somas que, em condições normais, seriam aproveitadas pelos empresários para a construção de moradias e compra de automóveis. Essa capacidade aquisitiva acumulada nos anos de guerra, que se soma à capacidade aquisitiva "normal" dos americanos, e é desenvolvida à custa da produção corrente, confere ao *boom* atual nos EE.UU. um caráter parcialmente inflacionista.

O periódico americano *Fortune* escreve no número de junho:

"Assim temos o maior *boom* na história da economia americana. Observamos uma enorme procura de tudo que se pode comer, usar, com que se divertir, o que se pode ler, em que se pode pintar, consertar, o que se pode beber, cheirar, etc. Tudo que se produz é imediatamente vendido... Até casacos de pele de 15 mil dólares e relógios de pulso para homens por mil dólares..."

O boom atual é algo de anormal e não pode ser comparado com o mesmo tipo de fenômeno peculiar ao tempo de paz como é o "florescimento". Isto é uma inesperada liberação de somas de dinheiro em proporções sem precedentes..."

Mas, assim mesmo, apesar do boom, estão registados nos EE. UU. dois milhões de desempregados e existem um e meio milhões de soldados desmobilizados que ainda vivem à custa do subsídio concedido pelo governo; a produção industrial, de 1946, ficou reduzida a um terço da de 1943; a remuneração real dos operários está caindo em consequência da rápida alta de preços (desde junho até setembro de 1946 o índice oficial do custo de vida subiu de 10%), bem como em consequência da supressão das horas suplementares de trabalho e do trabalho em dias feriados, pelo qual pagavam mais. A supressão de qualquer controle dos preços conduzirá a uma alta de preços maior ainda, e a uma diminuição correspondente da capacidade aquisitiva dos operários, empregados e funcionários, isto é, da grande maioria dos compradores americanos. Isso apressará o fim do boom e o advento de uma nova crise econômica.

Três factos nos falam da aproximação dessa crise.

Em primeiro lugar, começaram a crescer os estoques de mercadorias. De acordo com os dados do Departamento de Comércio, os estoques de mercadorias das fábricas, do comércio atacadista e varejista, aumentaram, em agosto, de um bilhão de dólares, o seu valor global é de trinta e um bilhões. O Departamento de Comércio declarou que este aumento-record de estoques "encerra um determinado perigo para o desenvolvimento econômico futuro.

Em segundo lugar, as cotações das matérias primas na Bólsa, sujeitas às oscilações do fornecimento, caíram consideravelmente em outubro. O indicador *Daw Jones* de preços para matérias primas registou no decurso de uma semana, uma queda que não se observava desde 1933.

Em terceiro lugar, desde maio do ano corrente, verifica-se uma forte queda na cotação das ações industriais. No período compreendido entre meados de maio e setembro, o valor geral das ações registadas na bolsa novaiorquina, caiu de 84 para 65 bilhões de dólares. A experiência demonstrou que uma tal queda das cotações se verifica habitualmente entre um ano e ano e meio antes de uma crise econômica. Essas quedas de cotações são resultantes do facto de magnatas mais bem informados da oligarquia financeira começarem a desfazer-se das ações industriais.

Tudo isso indica que, num futuro próximo, provavelmente não depois de 1948, ou ainda mais cedo, pode se esperar nos EE.UU. a vinda de uma nova crise econômica. Determinados factores, se bem que totalmente distintos, como, por exemplo, os grandes gastos no armamento, a concessão de vultosos créditos, as grandes e prolongadas greves, poderão apenas adiar um pouco a crise.

A crise econômica que se aproxima nos EE.UU. terá inevitavelmente grande influência na situação dos outros países capitalistas. A crise nos EE.UU. desferirá um golpe sério contra o processo de reconstrução de após-guerra nesses países, difícil e penoso para a classe trabalhadora. A ação destruidora da crise dificilmente permitirá a esses países atingirem a fase de florescimento econômico.

* * *

Nos países capitalistas, a passagem da guerra para o período pacífico está necessariamente ligada a uma forte limitação do mercado, à queda do nível de produção, ao fechamento de empresas, ao aumento do desemprego.

Só o país soviético não conhece tais fenômenos. Na União Soviética, não existe a anarquia da produção peculiar ao capitalismo, que conduz ao revezamento de períodos de ascensão e de crises, abalando até às bases o sistema econômico e criando nos operários uma eterna insegurança em relação ao dia de amanhã.

"O povo soviético marcha confiante para a frente, não receando crises econômicas nem desemprego, pois ele se apóia num sistema de organização econômica diferente, mais elevado, socialista, que não conhece crises nem desemprego" (Jdánov).

(Traduzido diretamente do *Pravda*, n. 7.484.)

• •

Nas crises, patenteia-se, atingindo proporções violentas, a contradição entre a produção social e a apropriação capitalista. (Engels — *Anti-Dühring*).

•

... a chave do estudo das leis da História não devem ser procuradas nas cabeças dos homens, nas idéias e concepções da sociedade, mas no modo de produção utilizado pela sociedade em cada um dos seus períodos históricos, isto é, devem ser procurados na economia da sociedade. (Stálin — *Sobre os Fundamentos do Leninismo*, pág. 291).

•

O sistema burguês torna-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. (Marx e Engels — *Manifesto Comunista*).

•

O verdadeiro limite da produção capitalista é o próprio capital... (Marx — *O Capital*).

•

Para chegar a ser uma força política aos olhos do público, não basta colocar a etiqueta de "vanguarda" sobre uma teoria e uma prática da retaguarda; é preciso trabalhar muito e porfiadamente para desenvolver nossa consciência, nossa iniciativa e nossa energia. Lênin — *Que Fazer?* pág. 140).

De Tudo, um Pouco...

ONDE ESTÁ O PERIGO? — O perigo está em sermos arrastados pela paixão diante das provocações fascistas, em tentar a estas responder de qualquer maneira, saltando etapas, o que significaria o abandono do leninismo pelo-aventurismo esquerdista, conseqüência, muitas vezes, de tendências carreiristas, dos que temem parecer oportunistas ou covardes. A todos convém recordar neste instante célebres palavras de Stálin, em 1928, criticando o êrro esquerdista:

“Que toma sua própria consciência e compreensão pela consciência e a compreensão das massas de milhões de operários e camponeses. A oposição tem razão quando diz que o Partido deve marchar para a frente. E’ esta uma tese corrente do marxismo, sem observância da qual não existe nem pode existir um verdadeiro Partido Comunista. Entretanto, esta não é mais do que uma parte da verdade. A verdade inteira consiste em que o Partido não só deve marchar para a frente, como também arrastar atrás de si as grandes massas. Marchar para a frente sem arrastar as grandes massas significa, de facto, ficar desligado do movimento, ficar atrás do movimento. Marchar para a frente, separando-se da retaguarda, não sabendo levar atrás de si a retaguarda, significa cometer um excesso capaz de fazer fracassar o movimento de avanço das massas, durante um determinado período de tempo. A direção leninista consiste precisamente em que a vanguarda saiba arrastar atrás de si a retaguarda, em que a vanguarda marche para frente sem se separar das massas. Mas, para que a vanguarda não possa afastar-se das mesmas, para que a vanguarda possa conduzir efetivamente atrás de si as grandes massas, para isso se requer uma condição decisiva, e esta é precisamente que as massas mesmas se convençam por sua própria experiência da justeza das indicações, diretivas e palavras de ordem da vanguarda. A desgraça da oposição consiste precisamente em que não reconhece esta simples regra leninista de direção das grandes massas, não compreendendo que o Partido só, o grupo de vanguarda só, sem o apoio das grandes massas não se acha em condições de fazer a revolução, que a revolução “se faz”, no fim de contas, pelas massas de milhões de trabalhadores. (Stálin — *O Marxismo e o Problema Nacional e Colonial*, pág. 239.)

SÓ ASSIM... — Em certos momentos, o explorado pode cooperar com o explorador para não cair nas garras de outro explorador mais impiedoso. Defender o capitalismo democrático contra o capitalismo monopolista, até a destruição deste, é atitude de auto-defesa.

Para Compreender e Interpretar Marx por Sidney Hook

CAPÍTULO VI

A HERESIA SINDICALISTA

As primeiras reações críticas à ortodoxia marxista oficial manifestaram-se na França. Lá, ainda floresciam as tradições de Blanqui, Proudhon e Bakúnin. Eram reforçadas, no fim do século, pela existência de um partido socialista, cuja ala esquerda estava dividida, como no partido alemão, entre uma fraseologia revolucionária e uma ação reformista e cuja ala direita fornecia regularmente os ministros dos governos burgueses de coalizão. A forma republicana do govêrno, a existência na burguesia de uma camada radical encabeçando a luta contra o clericalismo, os últimos vestígios da ideologia da Revolução Francesa e do socialismo pequeno-burguês de 1848, obscureciam no espírito de muitos socialistas a diferença prática fundamental entre um partido do proletariado e os outros partidos.

Os sindicatos, entretanto, lutando no *front* econômico, eram forçosamente obrigados a não perder de vista o motivo principal da luta de classes. Procuravam libertar-se dos elementos das classes não operárias e chegar a um movimento socialista proletário puro (*o socialismo operário*). O sindicalismo representava a teoria e a prática desse movimento. Temia de tal forma os perigos do parlamentarismo, que se limitava a organizar a ação econômica direta, que nasceu na luta espontânea dos sindicatos possuindo uma consciência de classe. Todas as atividades políticas eram deixadas de lado. O poder devia ser conquistado somente pela arma da greve geral. Anti-intelectuais em princípio, em sinal de protesto contra a direção arrivista do partido socialista como contra a total concepção de conduta política e teórica externa, não desenvolveram nenhuma teoria sistemática. Procuravam a unidade na prática empírica da greve ofensiva e defensiva. Sem demora, entretanto, aceitaram oficialmente uma fórmula de sua posição, estabelecida por um grupo de intelectuais “anti-intelectualistas”, entre os quais Sorel, Lagardelle e Pelloutier (que era também um funcionário importante) eram os mais eminentes. Foi Sorel, “velho” marxista, quem tentou estabelecer as bases teóricas do movimento.

Se Bernstein foi levado a uma revisão do marxismo pelo facto de aceitar a ação política atual dos partidos socialistas, Sorel tentou revisar

Marx partindo da rejeição completa dessa ação política. Mesmo antes dos críticos de Bernstein serem conhecidos no estrangeiro, Sorel decidira renovar o marxismo por processos marxistas (1), tarefa que teve de ser interrompida temporariamente durante o processo Dreyfus, mas à qual Sorel se consagrou, de novo, ardentemente, assim que, no fim do século, o oportunismo político ressuscitou na França.

A posição de Sorel e seus discípulos com relação a Marx foi, infelizmente, mal compreendida. A impressão corrente (posta em circulação pelos "ortodoxos") de que o sindicalismo era abertamente anti-marxista na sua origem, nas suas intenções e na sua ação prática, não tem nenhum fundamento. Não se opunha absolutamente a Marx, mas ao uso que faziam do seu nome. Sorel dividiu, durante muito tempo, com Arturo Labriola, a reputação de ser o espírito filosófico dominante entre os marxistas. Amedrontado, entretanto, pelos excessos do ministerialismo parlamentar na França e pela vaga de reformismo sindical na Alemanha, Sorel repudiou as ilusões pacifistas de Jaurés e as fórmulas adormecedoras e ambíguas de Kautski, como igualmente estranhas à significação do marxismo. Combateu especialmente o fetichismo da não-violência, ao qual estavam ligados todos os líderes da social-democracia européia, com exceção dos russos. O marxismo, dizia Sorel, é a teoria e a prática da luta de classes. Já que o princípio da luta de classes foi praticamente abandonado, com exceção do movimento sindical, só o sindicalismo revolucionário pode ser considerado como o único herdeiro do marxismo. Na verdade, encontram-se, nos escritos de Sorel, críticas dispersas sem grande importância à teoria marxista; mas sempre onde fala da *decomposição do marxismo*, refere-se explicitamente à prática reformista e à literatura apologética do marxismo oficial. Do próprio Marx, Sorel escreveu na sua obra mais importante: "Não se pode dar melhor prova do gênio de Marx do que a identidade extraordinária existente entre seus intuítos e as doutrinas que o sindicalismo revolucionário está hoje a caminho de construir, lenta e laboriosamente, limitando-se sempre estritamente às táticas de greve" (2). Nos seus ataques aos socialistas parlamentares e de Estado, à direita, e aos grupos anarquistas e seu desejo de autoridade, à esquerda, Sorel pôde, justamente, considerá-lo continuador de Marx; mas seu esquecimento das críticas contínuas de Marx à palavra de ordem: "nada de política", dos proudhonistas e dos bakuninistas era tão aberta, que quasi chegava à afetação. Já que os últimos eram anarquistas, julgava Sorel, o que era verdade contra eles não podia também ser verdadeiro contra os que, como ele, os condenavam. Mais interessante ainda, sob esse aspecto, é a nota de iconoclastia cultural que ele fez ressoar, insistindo no tema da luta de classes, nota que foi retomada pelo movimento internacional dos trabalhadores somente depois da Revolução Russa. Os conflitos econômicos e políticos entre a burguesia e o proletariado são ao mesmo tempo conflitos culturais. Duas civilizações, nas quais os valores fundamentais não podem ser arbitrados por um apelo a um dever social objetivo, defrontam-se num combate mortal. Não há

(1) *Materiais de Uma Teoria do Proletariado*, pág. 253.

(2) *Reflexos Sobre a Violência*.

siquer um interesse comum significativo à luz do qual essas reivindicações, que se chocam, possam, de maneira desinteressada, servir como interesses parciais. Sorel lembra aos que querem pairar sobre a luta, para terem uma visão mais ampla, que o dever tem significação somente "numa sociedade em que todas as camadas são intimamente ligadas e têm responsabilidade umas com as outras".

Sorel não se contenta em frisar a eficácia do sentimento revolucionário como instrumento. Desenvolve também uma "lógica" do sentimento no molde bergsoniano. Foi essa corrente anti-intelectualista de Sorel que, não somente fez furor nos salões católicos da III República, como lhe valeu o apoio das massas sindicais no interesse das quais fora elaborada. A expressão clássica do irracionalismo deve ser reencontrada na sua teoria do "mito". Segundo Sorel, um mito é toda a noção geral, crença ou imaginação que conduz os homens a uma grande ação social.

"Os homens que participam de um grande movimento social imaginam sempre sua ação futura como uma batalha na qual sua causa deve vencer..."

"Proponho chamar "mitos" a essas construções, nas quais o conhecimento é tão importante para o historiador..."

"A "greve geral" sindicalista e a "revolução catastrófica", de Marx, são esses "mitos" (*Op. cit.*, pág. 22).

Mas, como se pode conceber "mitos" semelhantes? Por uma análise acurada? Distinguindo entre o que é descrição e o que é profecia? A intuição o proíbe!

Um "mito" não é alguma coisa que possa resistir a uma análise. É uma falta de inteligência tentar analisá-lo. "Ele deve ser tomado como um todo, como uma força histórica". Não equivale isso a caracterizar o mito da greve geral como uma utopia? Não; a construção utópica é o terceiro membro dessa trindade de abstrações corrompidas, cujos outros dois membros são o compromisso socialista e a intransigência anarquista. As utopias são idéias que podem ser discutidas e refutadas; *um mito, ao contrário, é uma emoção que somente se pode traduzir pela ação.*

Foi nessa fantasia sobre um tema de Bergson que se convidou o movimento socialista a pôr sua vida em jogo.

Por pura violência intelectual, transformou-se Marx de teórico em poeta da ação social; suas análises racionais são traduzidas em intuições românticas; suas tentativas de explicar o processo da produção, numa confirmação indireta dos mistérios da criação.

"Nenhum esforço de pensamento, nenhum progresso do conhecimento, nenhuma indução racional, jamais poderão dissipar o mistério que envolve o socialismo, e, porque a filosofia de Marx reconheceu plenamente esse aspecto do socialismo, é que ela adquiriu o direito de servir de ponto de partida da pesquisa socialista". (*Op. cit.*, pág. 164.)

Essa glorificação da violência incarnada na greve geral teve influência esclarecedora na atmosfera anuviada da tagarelice parlamentar. Ela reconduziu os "partidários da legalidade a todo o preço" à consciência de si mesmos e forçou-os a confessar abertamente o que já haviam confessado em segredo, isto é, que desejavam constituir uma nova adminis-

tração e não criar uma nova forma de Estado. Mas o sindicalismo não podia, por si, empregar um método específico que permitisse destruir o velho Estado, afora aquê que constava pretender ignorar. A greve geral, que era proposta como panacéia tática, nada mais era que uma concepção altamente abstrata. A greve geral era considerada como uma arma técnica, que se podia empregar, à vontade, em lugar de uma reação político-econômica controlada, proveniente de uma situação histórica concreta. Tomava-se-a por um simples ato econômico isolado, em lugar de uma fase de um processo político revolucionário. Os sindicalistas não compreendiam que uma greve geral não podia por si só produzir uma situação revolucionária; sua eficácia dependia, ao contrário, do que se verificava ou não durante uma situação revolucionária. A falta de pensamento dialético vingava-se de novo dêles, conduzindo-os a uma posição que, na prática, não era diferente da dos seus adversários, os marxistas "ortodoxos". Seu fim não estava ligado aos seus meios.

Até 1914, o resultado positivo do movimento sindicalista foi conservar os sindicatos franceses fora da influência do reformismo parlamentar. Mas, como as I.W.W. americanas, em vez de construir um partido revolucionário, proclamaram que desejavam ficar "afastados de todos os partidos". Mas, em lugar de ter confiança na sua ardente sinceridade revolucionária para se libertar da infecção da "suja política", protegeram-se apenas sob a fórmula "nenhuma política". E, em vez de discernir entre a legítima independência de organização dos sindicatos de todo partido político, confundiram os dois na *Charte d'Amiens*, de 1907, de maneira que a independência de organização terminou por significar, na sua essência, independência política. Na realidade, não queria dizer nada disso. A luta econômica é sempre uma luta política. Mesmo antes da guerra, já estava bem claro que o Estado não podia ser eliminado simplesmente por que a teoria e o programa sindicalistas se recusavam a reconhecer a necessidade de lutar na frente política. E, durante a guerra, quando o Estado esmagou o movimento sindical na América e o corrompeu na França, foi a melhor prova de que a máxima *ser*, significando *ser compreendido*, não é mais importante em política do que em filosofia.

A filosofia sindicalista justificava-se de duas maneiras. Politicamente, procurava transformar uma guerra de lucros, por meio de pequenas reformas, numa campanha de ação direta pela revolução social. Era um protesto contra a composição heterogênea dos partidos socialistas, nos quais numerosos líderes não eram mais que arrivistas, indigentes de profissão, comerciantes eloquentes e personalidades raiando os boêmios de operetas. Sustentai que a "greve geral" será uma coisa séria, talvez sangrenta, e, de golpe, afastareis todos êsses *intellectuels* que "abraçaram a profissão de pensar pelo proletariado". Teoricamente, negando que se possa predizer o futuro, qualquer que seja a quantidade de dados científicos que se tenha à mão, atraiu a atenção sobre a necessidade de arriscar alguma coisa na *ação*, os motivos bergsonianos usuais servindo para afirmar que a análise não pode, de maneira alguma, restituir a existência principalmente no seu aspecto dinâmico. E' somente através da sensação que se chegará a aproveitar a mudança e a sensação poderá ser expressa somente pela ação. O pensamento seguirá a ação e deduzirá

seus critérios de validade dos acontecimentos verificados. Toda a maneira de pensar que vos leva onde quereis ir é válida. Mas, já que esse "onde quereis ir" é uma sensação que desafia qualquer descrição, a questão de saber "se chegastes onde quereis ir" pode ser resolvida somente depois da ação e somente por uma outra sensação. A posição total acaba por se projetar numa variedade errônea de pragmatismo "jamesiano" (3). O movimento sindical era um partido revolucionário em embrião. Não sendo tomado pelo que realmente era, acabou por desagregar-se, e sua energia e zelo revolucionários foram dissipados. O máximo que os sindicalistas puderam obter foi amedrontar o Estado e não conquistá-lo. Um crítico definiu-os com muito acêrto: "Os cavaleiros sem cabeça da Revolução galopando furiosamente em tôdas as direções ao mesmo tempo".

(3) Adotado por Sorel no *Utilidade do Pragmatismo*.

A apropriação por particulares do produto do trabalho social organizado pela economia mercantil, eis a essência do capitalismo. (Lénin — *Obras Completas*, tomo I, pág. 127 — Edição Soviética).

... e para ser de vanguarda (Partido) é necessário precisamente atrair as outras classes... (Lénin — *Que Fazer?* pág. 140).

.. sim, com efeito, acabou-se a "paciência", não podemos "esperar" mais tempo os dias felizes que nos prometem há muito os "conciliadores" de toda classe e nos quais os nossos economistas cessarão de lançar aos operários a culpa de seu próprio atraso, de explicar sua falta de energia por uma pretensa debilidade dos operários. (Lénin — *Que Fazer?* pág. 141).

O pequeno-burguês "se agita sem cessar... entre a esperança de elevar-se até a classe mais rica e o medo de ser reduzida ao estado de proletários, inclusive de mendicantes". (Engels — *Revolução e Contra-Revolução na Alemanha*).

O Pensamento de Lênin



“O imperialismo é o prelúdio da revolução socialista” (Lênin, t. XIX, pág. 71 — *Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*, prólogo).

“A evolução é a “luta” entre tendências contrárias” (Lênin, t. XIII, pág. 301, ed. russa).

“O Partido é a forma superior da unificação de classe do proletariado” (Lênin).

“A atitude de um Partido político diante de seus erros é — diz Lênin — um dos critérios mais importantes e mais fiéis da seriedade desse Partido e do cumprimento efetivo de seus deveres para com sua classe e para com as massas trabalhadoras. Reconhecer abertamente os erros, pôr a descoberto suas causas, analisar minuciosamente a situação que os engendrou e examinar atentamente os meios de corrigi-los: isto é o que caracteriza um Partido sério, é nisto que consiste o cumprimento de seus deveres, isto é educar e instruir a classe, em primeiro lugar e, depois, as massas” (Lênin, t. XXV, pág. 200, ed. russa).

“O Partido é invencível se, como diz Lênin, sabe ligar-se, aproximar-se, por assim dizer fundir-se, em certo grau, com as mais amplas massas de trabalhadores em primeiro lugar com os proletários, mas também com a massa trabalhadora não proletária” (Lênin, t. XXV, página 174, ed. russa).

A moral burguesa está impregnada de normas e regras estreitamente egoístas. Definindo essa moral, Lênin escrevia: “Se sou senhor de tal terreno, desinteresse-me do meu vizinho. Se êste tem fome, venderei mais caro o meu trigo. Desde que tenha uma situação de médico, engenheiro, professor, empregado, os outros me são indiferentes” (Lênin — *Obras*, tomo XXV, pág. 393).

Divulgação Marxista, ns. 17-18 — Rio, 25-3-1947

Perguntas e Respostas

PERGUNTA — E' exequível, hoje, o regime comunista dentro do mais rigoroso clima democrático, como assegurou Maurice Thorez, ou unicamente através da ditadura do proletariado?

(Essa pergunta foi formulada pelo Dr. Matos Pimenta a Prestes, cuja resposta transcrevemos do *Jornal de Debates*. Transcrevemo-la para que possa ser entendida a resposta de Prestes, salientando, entretanto, desde logo, que está equivocadamente formulada, pois Thorez jamais fez a afirmação que lhe foi atribuída e qualquer dos nossos leitores sabe que ditadura do proletariado não é comunismo, mas apenas um Estado novo que se estabelece no período revolucionário de transição necessário entre o capitalismo e o socialismo.)

RESPOSTA — Para responder à sua pergunta é indispensável, preliminarmente, que nos entendamos sobre a expressão nela empregada — *regime comunista* — que se presta a tôda a sorte de confusões. Por ser imprópria, presta-se a várias interpretações e, afinal, nada diz, porque, na verdade, não tem nenhum conteúdo científico. *Comunismo* é a forma superior da sociedade socialista — estágio ainda não alcançado nem mesmo pelos povos da União Soviética, que já liquidaram o capitalismo, a exploração do homem pelo homem, através da completa socialização dos meios de produção. E' certo que todos os comunistas lutam pelo comunismo e, portanto, pelo socialismo, como seu primeiro estágio; mas lutam pelo socialismo por estarem convencidos que é nesse sentido que se desenvolve a história da humanidade que, depois de passar pelo escravagismo e o feudalismo, chegou ao capitalismo, cujo desenvolvimento leva inexoravelmente, em consequência de suas próprias contradições internas, ao socialismo, à passagem da sociedade dividida em classes à sociedade sem classes.

Quanto mais avança ou progride o capitalismo, mais se aproxima de seu fim, mais se concentram os meios de produção que passarão afinal ao poder da sociedade inteira, desaparecendo, assim, a propriedade privada dos meios de produção. Mas é de comunismo, de socialismo, de sociedade sem classes, que se fala ao empregar, nestas perguntas, a expressão *regime comunista*? Os comunistas não lutam em parte alguma pela implantação, da noite para o dia, do comunismo ou do socialismo, porque sabem ser isso impossível. Chegar-se-á ao socialismo, mas através de um processo mais ou menos rápido ou demorado, fácil ou difícil, sangrento ou não, conforme as circunstâncias históricas e as condições específicas do desenvolvimento histórico de cada povo.

Os comunistas, em qualquer país capitalista, lutam sempre pela negação da miséria, do atraso, da ignorância em que vegetam as grandes massas exploradas; o que os comunistas querem é o contrário da realidade atual do mundo capitalista. Mas, como já escrevia Marx, os comunistas não lutam por utopias, nem pela implantação de formas de governo ou

Divulgação Marxista, ns. 17-18 — Rio, 25-3-1947

de regimes ideais, — lutam pela negação da realidade atual, negação construída com os materiais de que disponham, de acordo com o momento histórico que atravessam e dentro das condições particulares do desenvolvimento econômico de cada povo.

E' claro que, enquanto não se chega ao socialismo, vive-se ainda em sociedade capitalista, sociedade dividida em classes e mais ou menos avançada ou atrasada, conforme os restos de relações sociais pré-capitalistas — escravagistas e feudais — que sobrevivem. Dentro da sociedade capitalista, os comunistas, como qualquer outro partido político, lutam também pelo poder, desejam exercer influência no governo para mais rapidamente acabar com o atraso, pela liquidação de tudo aquilo que impede o rápido desenvolvimento do capitalismo. Quanto mais forte for a influência do proletariado no poder, mais fácil é menos dolorosa poderá ser a transição do capitalismo ao socialismo. Mas constituirão, por acaso, regimes comunistas esses em que o partido comunista junto com os diversos partidos burgueses, exerce o poder? Se a sociedade está ainda dividida em classes, se é ainda capitalista, como chamar de regime comunista a um tal governo? Na França, na Itália, na Checoslováquia, na Jugoslávia, na Bulgária, na Polônia, etc., estão os comunistas no poder defendendo a democracia e o progresso, colaborando com os demais partidos democráticos, e não deixaria de ser ridículo chamar de regime comunista a tais governos de coalizão e de união nacional. Só a má-fé de alguns e a ignorância de muitos poderão, pois, insistir no emprego de expressões assim tão anti-científicas, dúbias e impróprias ao esclarecimento dos problemas políticos mais sérios da época em que vivemos. A derrota militar do nazismo, trouxe ao mundo uma nova época — a possibilidade de paz, de desenvolvimento pacífico. Hoje, quem avança não é a ditadura fascista, como acontecia nos anos que precederam a derrota, mas a democracia que se estende cada vez mais pelo mundo, pela consolidação de governos realmente populares, nacionais e progressistas. Hoje, o que precisamos todos os povos é de liberdade, de regimes políticos realmente democráticos, que permitam, através da livre discussão e do sufrágio livre, elevar aos postos de governo os legítimos representantes do povo, para que por intermédio deles, comecem a ser resolvidos os problemas populares e orientada no sentido do progresso a evolução econômica de cada Nação. Através dos recursos parlamentares, os comunistas estão certos de que poderão começar a resolver os problemas nacionais que, no caso brasileiro, são problemas da revolução democrático-burguesa, mas que, no caso da Jugoslávia ou da França, já são da revolução socialista e implicam na socialização dos meios de produção que já está sendo adotada, por simples votação de leis, em Parlamentos progressistas com maioria comunista.

A ditadura do proletariado foi necessária ao povo russo, naquelas condições muito particulares da Rússia, e daquela época de 1917, em plena guerra imperialista, George Dimitrov, o fundador da Frente Patriótica na Bulgária, já o dizia há poucos meses atrás: "Analisando a situação geral e tomando em consideração os problemas relacionados com a situação do após-guerra, concluímos que na Bulgária é perfeita-

mente possível, com o correr do tempo e após a indispensável preparação, passar ao socialismo sem nenhuma ditadura do proletariado".

A Gottward, Secretário Geral do P.C. da Checoslováquia e Primeiro Ministro do governo de coalizão, nas mesmas circunstâncias, já declarou: "Já fizemos uma parte de nosso caminho, especificamente checoslováquio, para o socialismo. Já aprendemos perfeitamente como será possível continuar por ele nossa marcha".

Os comunistas brasileiros, especialmente agora depois dos sucessos alcançados a 19 de janeiro, estão convencidos de que poderão levar seus representantes ao governo para que, dentro da Constituição, sejam tomadas as medidas práticas contra o feudalismo e o imperialismo, contra o latifúndio e os contratos extorsivos com as empresas estrangeiras, contra os lucros extraordinários, pela elevação do nível de vida de nosso povo, ampliação do mercado interno, desenvolvimento da indústria nacional, enfim, contra o atraso, a miséria e a ignorância em que vegeta a maioria da Nação.

Os antigos, ao se referirem ao filósofo Platão, diziam: "Somos amigos de Platão, mas somos mais amigos da verdade".

A insistência com que defendem a independência do mundo exterior em relação à consciência humana, é o princípio que distingue o materialista dialético do subjetivista, em sua atitude para a verdade objetiva.

A teoria marxista do socialismo científico foi enriquecida pela doutrina leninista do imperialismo como a etapa final do decadente imperialismo.

A posição de Marx em face da ditadura do proletariado foi desenvolvida e materializada pelo marxismo revolucionário.

O filósofo grego Heraclito afirmava: "tôdas as coisas fluem, tudo muda. E' impossível entrar duas vezes numa e mesma corrente".

"O idealismo filosófico serve de base ao clericalismo, apoia-lhe as aspirações reacionárias de limitar a ciência, de substituí-la pela religião". (Rosental — O Método Dialético Marxista — in Divulgação Marxista, pág. 118, n. 1, de 1-7-1946.)

O Pensamento de Engels



A produção pode desenvolver-se sem a troca, mas esta pressupõe, sempre, necessariamente, a produção, pelo próprio facto de que o que se troca são os produtos. (Engels — *Anti-Dühring*, págs. 192-4.)

A Economia Política é uma ciência essencialmente histórica. (Engels — *Anti-Dühring*, págs. 192-4.)

“...as formas capitalistas de produção e de troca vão se convertendo em entraves cada vez mais insuportáveis para a própria produção”... (Engels — *Anti-Dühring*, págs. 201-3 — Edit. Calvino Ltda. — 1944.)

“A produção econômica e a estruturação social que dela resulta, necessariamente, em cada época histórica, constituem a base sobre a qual repousa a história política e intelectual dessa mesma época. Portanto, toda a história da sociedade, desde a desagregação do regime primitivo de propriedade coletiva sobre o solo, tem sido uma história de lutas de classes, de lutas entre classes exploradoras e exploradas, dominantes e dominadas, variando com as diversas fases do progresso social. Agora, essa luta chegou a uma fase em que a classe explorada e oprimida (o proletariado) já não pode emancipar-se do jugo da classe que a explora e a oprime (a burguesia) sem libertar para sempre a sociedade inteira da opressão, da exploração e da luta de classes.” (F. Engels — *Prólogo à edição alemã de 1883 do Manifesto do Partido Comunista*, ed. Europa-América, 1938, pag. 9.)

As idéias do bem e do mal variaram tanto de povo para povo, de geração para geração, que não poucas vezes chegam a contradizer-se abertamente. (Engels — *Excertos do Anti-Dühring*, págs. 111 a 125 — Edit. Calvino Ltda. — 1945.)

O desenvolvimento do proletariado é acompanhado, em todas as partes, por uma luta interna... (Engels — *Carta a Bebel*, em 28-10-1882.)

A Igreja católica só aboliu o divórcio porque ela está convencida que, contra o adultério como contra a morte, não há erva curativa. (Engels — *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, págs. 95-97, Edit. Calvino Ltda. — 1944.)

A ESTRUTURA ESTATAL DA UNIÃO SOVIÉTICA

V. KARPINSKI.

Desde a instauração do Poder Soviético, os seus dirigentes, Lênin e Stálin, aspiraram a que cada povo soviético tivesse a possibilidade de organizar a sua vida livremente, de criar a organização nacional e estatal que satisfizesse aos seus anelos. Além disso, Lênin e Stálin aspiravam a que todos os povos soviéticos se unissem voluntariamente no Estado Soviético multinacional de tipo federativo.

Todos os povos soviéticos colaboraram na organização das novas formas estatais baseadas nos Soviets. A prática de muitos anos de organização do Estado Soviético deu lugar a quatro formas de estruturação da vida nacional e do Estado dos povos soviéticos: 1) república soviética; 2) república autônoma; 3) região autônoma; 4) território nacional.

Cada povo deu seu nome à organização nacional e estatal formada por ele. Por exemplo: os tadjiques, na Ásia Central, formaram a República Socialista Soviética de Tadjiquia; os bachquires, nos Urais, criaram a República Autônoma da Bachquíria; os oriotos criaram a Região Autônoma que leva o seu nome; no extremo nordeste, os tchukotes criaram o Território Nacional de Tchukótia.

Por que eram necessárias, em nosso país, formas diferentes de organização nacional e estatal?

Como se sabe, vivem, na União Soviética, cerca de 60 povos. Por sua procedência, seu idioma e seus costumes, por seu passado histórico, são povos diferentes.

Alguns deles, como os russos, os georgianos, os armênios, ou ucranianos e outros, já na Antiguidade, tiveram o seu Estado, a sua literatura nacional e sua cultura. Outros povos — como os mariis, os komiis, os oirotos, os tchukotes, os evenkos e os mentsos — adquiriram uma organização nacional e estatal e começaram a desenvolver a sua cultura nacional somente sob o Poder Soviético. Alguns contam já com alfabeto, criado na época do Poder dos Soviets. Entre os povos soviéticos, uns têm dezenas de milhões de indivíduos, outros somente algumas centenas de milhares, e há povos que contam, no total, umas poucas dezenas de milhares de pessoas.

E' claro que teria sido impossível e injusto que esses povos tivessem fundido a sua vida em um mesmo molde. Foi absolutamente necessário considerar as peculiaridades nacionais de cada povo, o seu idioma, os seus costumes, gostos, hábitos, o seu passado histórico e suas aspirações.

Eis por que, durante a formação do Estado Soviético, foram criadas quatro formas de organização nacional e estatal na vida dos povos soviéticos.

Cada uma das organizações nacionais-estatais soviéticas é, em maior ou menor grau, parte integrante da organização geral, de um Estado multinacional: a União Soviética.

O QUE É A UNIÃO SOVIÉTICA

Durante a Guerra Patriótica contra a Alemanha fascista, o povo usbeque dirigiu uma carta a seus filhos que se encontravam na frente de batalha, assinada por mais de dois milhões e meio de pessoas. Nessa carta, a União Soviética é comparada a uma grande fortaleza construída por 16 irmãos que nela vivem felizes e em harmonia.

Nessa carta, está bem acentuada a substância da organização estatal do País Soviético. A União Soviética não foi criada por um só povo, mas por muitos. Cada um deles tem o seu Estado nacional, e todos juntos formam um Estado multinacional com órgãos centrais do Poder. Por isso, na Constituição, a União Soviética é chamada de Estado Federal.

E' extraordinariamente importante que tôdas as Repúblicas soviéticas federadas constituam um Estado único federal. Isto permitiu unir suas forças e recursos, com o objetivo de desenvolver, em comum e em grande escala, a economia do Estado e a cultura de cada República e de tôda a União Soviética em conjunto. Isto permitiu aos povos soviéticos unir seus recursos e forças militares com o objetivo de considerar a defesa da União Soviética e de cada uma das Repúblicas federadas.

Imaginemos, por um momento, em que situação teriam ficado os povos soviéticos, em sua luta contra a Alemanha fascista, se, já em 1922, não se tivessem unido em um Estado único, com uma economia nacional única, e logo verificaremos que grande importância tem, para os povos soviéticos, a sua união em um Estado federal poderoso.

Os povos soviéticos devem essa união a seus geniais dirigentes, Lênin e Stálin, os quais, desde o início do surgimento do Poder Soviético, realizaram a aproximação e a estreita cooperação dos povos soviéticos.

A força da União Soviética não consiste, apenas, no fato de representar um Estado multinacional unido. A força e a solidez da União Soviética consistem, igualmente, no fato de se assentarem nas bases democráticas e populares mais autênticas.

A União Soviética não se originou de conquistas, de dominações, ou de anexações de povos pela violência, como costumavam formar-se, em épocas anteriores, os Estados de tipo federativo. A União Soviética foi constituída da maneira mais simples e pacífica, por meio de uma resolução unânime adotada pelos representantes, livremente eleitos, de todos os povos soviéticos, reunidos em congresso.

O número das repúblicas soviéticas federadas cresceu, gradualmente, de quatro para dezesseis, e cada nova república federada ingressou na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em virtude de um ato absolutamente livre, por meio de uma resolução unânime adotada por todos os representantes livremente eleitos pelos povos soviéticos.

A voluntariedade de adesão constitui uma das bases principais sobre a qual se formou, se fortaleceu e cresceu a União Soviética, até converter-se em uma força extraordinária. Disse Stálin:

"Não pode ser sólida nenhuma união de povos, nenhuma unificação de povos em um Estado único, se não estiver baseada em uma voluntariedade absoluta, se um povo determinado, se os próprios povos não querem unir-se".

As repúblicas soviéticas, que ingressaram voluntariamente na União, são iguais em direitos.

Na União Soviética, não existem nacionalidades dominantes, privilegiadas, e não há nacionalidades subjugadas, subordinadas, como as havia no império russo. Os povos da União Soviética são iguais em direitos. Independentemente do povo que a forma, dos habitantes que possui, da extensão de seu território, cada república federada tem os mesmos direitos que tôdas as demais repúblicas federadas.

A igualdade de direitos das repúblicas federadas constitui outra das bases sobre as quais se formou, se fortaleceu e cresceu a força gigantesca da União Soviética.

A URSS é uma família de povos soviéticos irmãos, que se uniram em um Estado, na base da voluntariedade e da igualdade de direitos, vivendo na amizade e colaboração mais estreitas.

Essa amizade e fraternidade dos povos formam a base da grande força e solidez da União Soviética. A fraternidade entre os povos constitui uma das facetas constantes da vida soviética. O povo dedica-lhe suas canções.

Já em 1935, Stálin disse que a União Soviética não temeria nenhum inimigo, interno ou externo, enquanto subsistisse a amizade entre os povos soviéticos. A profunda sabedoria dessas palavras foi confirmada pela vida prática. A União das Repúblicas Soviéticas demonstrou toda a sua força e solidez durante a Guerra Patriótica dos povos soviéticos contra a Alemanha fascista.

O QUE É UMA REPÚBLICA FEDERADA

Na carta coletiva do povo kazak a seus filhos que se encontravam na frente de batalha, conta-se quão difícil era a vida do povo durante o tsarismo e quão feliz e rica é a amada Pátria, sob o Poder Soviético, no seio da família fraternal dos povos soviéticos. Nessa carta, é descrita a rica e variada produção que proporcionam ao povo kazak e a toda a União Soviética a indústria altamente desenvolvida e a economia coletiva da República federada do Kazarrstão: ouro, chumbo, carvão, petróleo, trigo, arroz, algodão, beterraba açucareira, frutas, gado, couro e lã.

Sob o Poder Soviético, o povo kazak também se desenvolveu sob o aspecto cultural. Em 1913, foram editados em idioma kazak somente dois livros, com uma tiragem de mil exemplares. Em 1938, o número de exemplares foi superior a seis milhões. Editavam-se, no idioma kazak, 14 revistas e 132 jornais. Sob o tsarismo, não havia no país nenhuma escola superior. Atualmente, funcionam, na República Soviética do Kazarrstão, 20 escolas superiores e 116 escolas técnicas, 33 instituições de investigação científica, 22 museus e a Academia de Ciências. O número de estudantes que freqüentam as escolas superiores e técnicas supera os 30.000. O número total de estudantes aumentou de 19 para 189, em cada mil habitantes.

No Kazarrstão soviético, existem, atualmente, 38 teatros urbanos e rurais, e entre eles o Teatro Acadêmico do Drama e o Teatro de Ópera e Ballet de Alma-Ata, a capital da República. A literatura nacional kazak conta, presentemente, com dezenas de escritores.

Um florescimento nunca visto na vida cultural e econômica registaram também, em breve prazo, as demais repúblicas federadas, cujas populações, sob o tsarismo, viviam em opressão e destituídas de direitos. Tais êxitos foram obtidos graças à atuação ampla e direta das massas populares das repúblicas federadas, na base de sua livre organização nacional e estatal e com a colaboração fraternal do povo grão-russo, do Partido Comunista e do Poder Soviético Central da URSS.

Vejamos qual é a organização das repúblicas federadas e que direitos desfrutam.

A república federada é constituída pelo povo soviético, na base do princípio de voluntariedade. Cada república federada constitui um Estado socialista soviético de operários e camponeses, que aderiu, por sua própria vontade, à União Soviética, na base da igualdade de direitos com as demais repúblicas federadas.

Em sua qualidade de membro de Estado federativo unido, cada república federada conserva seus direitos soberanos, isto é, seus supremos direitos estatais, e exerce o poder estatal sobre o seu território, de maneira independentes em todas as questões, exceto sobre aquelas que foram atribuídas pelas próprias repúblicas federadas aos órgãos superiores do Poder. Essas questões são enumeradas no art. 14 da Constituição da URSS, aprovada pelo Congresso Extraordinário dos Soviets da URSS, no ano de 1936.

Quais são os direitos soberanos que as repúblicas federadas conservam?

Antes de tudo, cada república federada conserva o livre direito de separar-se da URSS. Este direito demonstra e confirma que a unificação das repúblicas federadas na União é absolutamente voluntária.

A república federada tem a sua Constituição, que é aprovada ou modificada pelo poder supremo do Estado da própria república. Essa Constituição reflete as peculiaridades do país dado, tanto as econômicas, como as culturais, etc. Somente se requer que a Constituição de cada república federada seja elaborada em plena conformidade com a Constituição da URSS.

Cada república federada tem as suas leis, ditadas pelo poder supremo respectivo. Essas leis são obrigatórias no território da república e se referem a todas as questões da vida interna da república, com exceção das que são de incumbência da União. Estas últimas são baixadas pelo Poder Supremo da URSS e se referem a questões como a guerra e a paz, a admissão de outras repúblicas na União Soviética, a aprovação do orçamento único para a União, e outras. Dêse modo, as atividades legislativas das repúblicas federadas, em questões de sua vida nacional, não são dificultadas nem limitadas. No caso — aliás, possível — de que alguma lei de uma república federada contradiga outra do Estado central, esta última é a válida, como obrigatória para todas as repúblicas.

A república federada que ingressou na União conserva todos os seus direitos territoriais. O território de uma república federada não pode ser modificado sem o seu consentimento. A modificação dos limites de duas repúblicas federadas é decidido pelas próprias repúblicas interessadas, mas deve ser ratificada pelos órgãos supremos do Poder Estatal da URSS.

Cada república federada tem os seus órgãos supremos de poder e da administração estatal: Supremo Soviet, *Presidium* do Supremo Soviet, Conselho de Ministros e Supremo Tribunal da República federada. Todos esses e outros órgãos da república, do mesmo modo que os Soviets Locais e toda espécie de instituições culturais, trabalham no idioma nacional.

Cada república federada conserva seus direitos em relação à cidadania de seus habitantes. Ao mesmo tempo, cada cidadão de uma república é cidadão da União Soviética. Os cidadãos das demais repúblicas federadas têm os mesmos direitos que os cidadãos dessa república. Um cidadão soviético, ao trasladar-se para qualquer república federada, sente-se como em sua pátria.

Cada república federada tem o seu escudo e sua bandeira oficiais.

Os cidadãos da república federada elegem os deputados aos órgãos do poder central da União Soviética. Além disso, cada república federada, independentemente do povo que a tenha constituído, do número de seus habitantes e da extensão de seu território, tem sua representação direta no órgão supremo do Poder Estatal da URSS, por meio de 25 deputados, eleitos pelos cidadãos da república. Dêse modo, cada república federada, por intermédio de seus representantes, participa da resolução de questões gerais do Estado central e pode defender seus interesses nacionais no órgão supremo da União Soviética.

Os direitos soberanos, isto é, supremos, do Estado das repúblicas federadas foram ampliados por leis federais, aprovadas a 1.º de fevereiro de 1944. Foram introduzidos na Constituição da URSS, bem assim nas das repúblicas federadas, os suplementos correspondentes.

De acordo com as novas leis, cada república federada pode ter seus contingentes militares. A organização dos contingentes militares é decidida pela própria república federada. O Poder Central apenas estabelece as bases da organização dos contingentes militares das repúblicas federadas. Naturalmente, os órgãos do Poder Estatal central administram a organização da defesa da URSS e dirigem todas as suas forças armadas.

De acordo com outra nova lei federal, cada república federada tem direito a estabelecer relações diretas com outros Estados, firmar convênios com os mesmos, trocar representantes diplomáticos e consulares. Cada república decide com qual Estado deseja entrar em relações diretas. O Poder Central apenas estabelece as regras gerais das relações das repúblicas federadas com os Estados estrangeiros e se encarrega de sua direção geral. Os órgãos do Poder Estatal central representam a URSS em suas relações com os Estados estrangeiros e firmam com eles os tratados correspondentes.

A ampliação dos direitos soberanos das repúblicas federadas demonstra quanto cresceram essas repúblicas no sentido econômico, político e cultural, mostra o florescimento da intelectualidade nacional, capaz de assegurar o pessoal necessário a todos os sectores da atividade do Es-

tado. Por meio da concretização de seus novos direitos, as repúblicas federadas consolidarão o poderio do Exército Vermelho, ampliarão as relações internacionais da URSS, fortalecerão a colaboração dos povos soviéticos com os estrangeiros, no interesse da paz e do crescimento econômico e cultural da URSS.

Na base dos direitos supramencionados, cada povo soviético que tenha constituído uma república federada sente-se verdadeiro dono de seu próprio país. Cada povo soviético recebe da União Soviética, dos órgãos do Poder Estatal central, toda espécie de ajuda, em seu desenvolvimento político, econômico e cultural, bem assim na defesa contra os inimigos externos.

A Constituição da URSS obriga a União Soviética a defender os direitos soberanos das repúblicas federadas. Essa obrigação é cumprida estritamente. Quando o País Soviético foi atacado pela Alemanha fascista e seus satélites, toda a União Soviética se levantou contra os invasores. Os territórios das repúblicas federadas, temporariamente ocupados, foram libertados, e sua liberdade e independência, bem como seus direitos soberanos, foram restabelecidos.

O QUE É UMA REPÚBLICA AUTÔNOMA

No extremo nordeste da parte européia da União Soviética, na bacia dos rios Petchora e Vitchegda, existe um grande país que, por seu território — 375.000 quilômetros quadrados —, é igual aos Estados europeus da Grécia, Bulgária, Portugal e Suíça juntos. Esse país é muito rico em madeiras, carvão de primeira categoria — carvão da bacia do Petchora — turfa, esquistos combustíveis, petróleo — na região de Urtinski —, ferro, chumbo, ouro, gesso, pedra de afiar, asfalto, sal, toda espécie de peles preciosas, pescado e caça.

Nesse país, há muito tempo, vive o povo komi, que constitui a esmagadora maioria de seus habitantes. Em 1939, os habitantes desse país somavam 319.000.

Sob o poder tsarista, o povo komi via em seu país um cárcere, devido à vida dura, de ignorância, de pobreza, dor e humilhação, que levava.

Na época do Poder Soviético, o povo komi, com a ajuda do povo russo, conquistou uma vida nova e feliz, constituiu a sua organização nacional e estatal: a República Autônoma Komi, cuja capital é a cidade de Siktivkara. A indústria desenvolveu-se consideravelmente na república: construíram-se grandes serrarias, fábricas de conservas de pescado e caça, de preparação de peles, de cal, de ladrilhos, de amido, de melação e de instrumentos de cortar. Iniciou-se a extração de carvão e petróleo. Ao começar a Guerra Patriótica, através de todo o país, do sudoeste ao nordeste, além do círculo polar ártico, através de bosques e pântanos, a 50 graus abaixo de zero, estendeu-se uma estrada de ferro, em brevíssimo período, a qual abriu amplas possibilidades para a exploração das riquezas naturais do país.

A área de sementeira das repúblicas dos komis aumentou três vezes. Nos campos kolhozianos, utilizam-se tratores e segadoras-trilhadoras.

Também se desenvolveu a cultura nacional do povo komi. 97% da população da república sabem ler e escrever. Todas as crianças em idade escolar estudam no idioma pátrio. Em 1939, havia, no país, 476 escolas, das quais 103 médias e 2 superiores, 3 instituições de pesquisas científicas e 14 escolas técnicas. O número total de estudantes chegou a 5.500. Criaram-se três teatros nacionais, 84 cinemas, 216 bibliotecas, 255 clubes e museus. Edita-se literatura no idioma nacional do povo komi: uma revista e 19 jornais. Criou-se e desenvolve-se com êxito a literatura nacional.

O povo komi alcançou grandes êxitos na criação de uma vida nova, livre e culta, em muito breve espaço de tempo. Êxitos igualmente importantes obtiveram todos os demais povos que constituíram repúblicas soviéticas autônomas, com a ajuda fraternal do povo russo, do Partido Bolchevique e do Poder Soviético da URSS.

Vejamos qual é a estrutura das Constituições das repúblicas socialistas autônomas.

No território de várias repúblicas federadas, junto à sua população principal, vivem outros povos, que formam nessas repúblicas a minoria da população e que se distinguem do restante por suas peculiaridades nacionais. Esses povos, sob o princípio da voluntariedade formam as repúblicas autônomas, que costumam levar o nome do povo que as constitui.

Uma república autônoma representa um Estado socialista soviético de operários e camponeses, de caráter nacional, que faz parte integrante de uma república federada e, através dela, da União Soviética. Assim, a República Autônoma de Komi faz parte da República Federativa Russa. Dessa mesma República Federativa fazem parte as repúblicas autônomas de Buriat-Mongólia, Tartária, Bachquíria, Tchubass e outras. Da República Federativa da Geórgia fazem parte as Repúblicas Autônomas de Abkhasia, Adjária, etc. A população das repúblicas autônomas pode ter algumas centenas de milhares de habitantes ou até alguns milhões.

Fazendo parte de uma república federada, a república autônoma, nos limites de seu território, goza do poder estatal segundo os princípios da autonomia.

De que direitos estatais gozam as repúblicas autônomas?

Cada república autônoma tem sua Constituição, estabelecida pela própria república, tendo em conta suas particularidades, e ratificada pelo poder estatal supremo da república federada de que faz parte a república autônoma em causa. A Constituição da república autônoma deve ser estabelecida em completo acordo com a Constituição da URSS e com a Constituição da república federada correspondente.

A república autônoma baixa suas leis, que são obrigatórias em seu território. As leis federais da União Soviética e as leis da república federada correspondente também são obrigatórias no território da república autônoma.

A república autônoma tem seu território, que não pode ser modificado sem o seu consentimento. A modificação das fronteiras da república autônoma é aprovada pelo poder supremo do Estado da república federada correspondente.

As repúblicas autônomas têm os seus órgãos supremos do poder legislativo e executivo, constituídos pelo Supremo Soviet, pelo *Praesidium*.

do Supremo Soviet, pelo Conselho de Ministros e pelo Supremo Tribunal da república autônoma. Todos êsses, bem como outros órgãos e instituições da república, trabalham no idioma nacional.

A república autônoma tem seus direitos de cidadania, e todo cidadão da república autônoma é, igualmente, cidadão da república federada correspondente, bem como da URSS.

Dêsse modo, cada povo soviético que constituiu uma república autônoma, dispõe de amplos poderes de legislação interna e está em condições de resolver, por si próprio, os seus problemas internos. Ao mesmo tempo, através de seus deputados, eleitos por sufrágio universal, participa também das resoluções adotadas em relação à república federada da qual é membro e nos assuntos do Estado federal.

Além disso, cada república autônoma tem representação especial direta no órgão supremo da União Soviética, constituída por 11 deputados eleitos especialmente pelos cidadãos da república, e, por seu intermédio, pode defender seus interesses peculiares e nacionais perante o Poder Federal.

Essa legislação das repúblicas autônomas soviéticas ajuda da melhor maneira a elevação de uma atividade criadora própria dos povos dessas repúblicas. Cada um dêles sente-se vivamente vinculado à Pátria Soviética, à União Soviética, que não poupa meios para defendê-la.

O QUE É UMA REGIÃO AUTÔNOMA

Na Sibéria, na zona sul-ocidental da região de Krasnoiarsk, às margens do alto Ienissei e nas vertentes de seu afluente Abakan, encontra-se o país de Rakasia, que, por sua superfície de 59.000 quilômetros quadrados, é igual a quase dois países como a Bélgica e a Holanda juntos.

Rakasia é um país de grandes riquezas naturais em bosques, estepes férteis, carvão, ferro, ouro, cobre, chumbo, metais raros — molibdeno, volfrâmio, vanádio, urânio —, bem como bário, etc.

Nesse país, desde tempos imemoriais, vivem os rakasos. Sob o poder tsarista, o povo rakaso sofreu enormemente sob um jugo tríplice: os funcionários tsaristas, os capitalistas russos e seus príncipes e magnatas. O povo rakaso morria pouco a pouco.

A Grande Revolução Socialista de Outubro salvou o povo rakaso de uma morte certa. O Poder Soviético, o Partido Bolchevique e o povo russo ajudaram o povo rakaso a renascer para uma vida nova, a levantar sua economia, a desenvolver sua cultura nacional e a aderir à organização socialista.

O povo russo ajudou o povo rakaso a formar o seu próprio Estado soviético nacional, a Região Autônoma de Rakasia, com Abakan por capital.

A Região Autônoma de Rakasia constituiu-se, sobre o princípio da igualdade, em 20 de outubro de 1930. O povo rakaso possui órgãos nacionais do Estado e da administração: o Soviet de Deputados Trabalhadores — do mesmo modo que os da região, das cidades, os Soviets

de deputados trabalhadores rurais e seus comitês executivos, o tribunal regional, os Juízos regionais e populares, as escolas e outras instituições culturais da região — trabalham no idioma próprio do povo rakaso.

A Região Autônoma de Rakasia desfruta os direitos legislativos próprios de um Estado, nos problemas de sua vida interna. O Soviet de Deputados Trabalhadores dirige a organização cultural, política e econômica de todo o território da região. Dirige, igualmente, a atuação dos órgãos administrativos que lhe estão subordinados: a indústria e o transporte locais, a economia rural, as instituições de instrução e saúde pública; estabelece os impostos locais e o orçamento da região, ajuda a reforçar a defesa do país, assegura a proteção da ordem estatal, a proteção dos direitos dos cidadãos e o cumprimento das leis.

O Soviet de Deputados Trabalhadores da Região Autônoma de Rakasia adota resoluções e baixa decretos dentro dos limites dos direitos que lhe conferem as leis da URSS e da república federada.

A Região Autônoma de Rakasia faz parte do território de Krasnoiarsk, da República Federativa Russa. Os cidadãos da Região elegem os deputados ao Soviet do território de Krasnoiarsk, ao órgão supremo do poder estatal da União Soviética. Além disso, os cidadãos da Região elegem uma representação especial de 5 deputados, que são enviados ao órgão supremo da União Soviética.

Dêsse modo, a Região Autônoma de Rakasia não somente resolve seus problemas internos, mas participa dos acordos e resoluções dos problemas estatais do território de Krasnoiarsk, da República Federativa da Rússia e do Estado soviético em seu conjunto. O povo rakaso pode exprimir e defender seus interesses peculiares e nacionais diretamente nos órgãos supremos do Poder Estatal da URSS, por intermédio de seus representantes.

Regiões Autônomas foram constituídas por outros povos pequenos como os adiguezes, tcherkesses, ossetinos do sul (no Cáucaso), oríotes (no Altai). Todos êsses povos contam com várias dezenas de milhares de habitantes. Os rakasos, segundo o recenseamento de 1939, contavam com 52.500 habitantes.

A formação de Regiões Autônomas favoreceu, consideravelmente, a atividade econômica e cultural de seus povos. Demonstra-o claramente a história da Região Autônoma de Rakasia.

Durante os dez anos de sua existência — antes da Guerra Patriótica —, o povo nômade de Rakasia converteu-se em sedentário. A indústria de Rakasia cresceu 17 vezes. Criou-se uma grande indústria de extração de carvão, ouro, bário, bem assim uma indústria de elaboração dos produtos agrícolas e uma indústria madeireira. A superfície de semeadura de Rakasia cresceu de 28.000 hectares, sob o poder tsarista, para 250.000 hectares, ou, seja, 9 vezes. Milhares de hectares de terra árida foram transformadas em irrigáveis, por meio de canais.

Iniciou-se o cultivo de legumes e verduras, que eram inteiramente desconhecidos para os rakasos. O gado vacum aumentou 4,5 vezes, o lanígero quatro vezes e o suíno em várias dezenas de vezes. Grandes sverrozoes de criação de cavalos abastecem o Exército Vermelho com excelentes corcéis. 98 % das propriedades rurais uniram-se em kolrózes.

O povo de Rakasia, que havia perdido sua literatura escrita, hoje lê e escreve em sua quase totalidade, faltando apenas 1 ou ½ por cento. Em Rakasia, funcionam 340 escolas, 75 cinemas, 3 teatros, uma escola normal e 3 institutos técnicos, onde já foram formados milhares de especialistas do povo rakaso. Em Rakasia, são publicados onze jornais, uma revista artístico-literária e inúmeras coleções de contos e canções populares. Surgiu uma literatura nacional rakasa: romances, poesias e peças dramáticas.

O povo rakaso, livre em seu trabalho e na direção de seu país, sente-se parte integrante da família unida dos povos soviéticos e está decidido a continuar trabalhando pela felicidade geral de todos.

O QUE É UM DISTRITO NACIONAL

No norte da Sibéria, na foz dos rios Obi e Tassa, na bacia dos rios Palui, Nadim e Pur, nas penínsulas de Yamal, Yavai e Gidan, encontra-se um enorme país, que se estende por 800 quilômetros, dos Urais para leste, e que mede 1.200 quilômetros de norte a sul. Mais da metade desse país acha-se além do círculo polar ártico.

O país é muito rico em animais, peles valiosas: raposas prateadas, zibelinas, raposas comuns, glutões, esquilos, etc. Nos rios e em inúmeros lagos, é abundante o pescado de espécies muito estimadas: esturjões, mên-dolas da Sibéria, etc. Nas tundras, é abundante a caça; os cervos podem ser vistos em manadas de centenas de milhares.

O país, desde os tempos mais remotos, esteve habitado pelos nenzo. O povo nenzo era muito maltratado pelos funcionários tsaristas, pelos negociantes açambarcadores e pelos potentados donos de enormes rebanhos de renas, pelos príncipes e sacerdotes.

O povo nenzo era ameaçado de um triste destino: a extinção.

O povo nenzo salvou-o do aniquilamento certo o Poder Soviético, organizado definitivamente nessa região em maio de 1919, com a ajuda do povo russo. Sob o Poder Soviético, a vida do povo nenzo mudou muito, especialmente desde que constituiu, a 10 de dezembro de 1930, o seu próprio Estado nacional: o Distrito Nacional de Yamal-Nenzo.

No transcurso de dez anos, mais da metade dos habitantes nômades do distrito passaram a um sistema de vida sedentária. Criaram-se, no distrito, seis grandes empresas de pesca, que também recebem pescado dos kolrózes de pescadores, em virtude de convênios firmados.

A pesca aumentou duas vezes no distrito. Durante os anos de guerra, foram construídas seis novas empresas de pesca. O centro comercial abastecedor das cooperativas organizou o abastecimento e um serviço cultural para os caçadores. Foram consideravelmente melhorados os preços das peles, estabeleceram-se preços únicos para todas as espécies de mercadorias, tanto no centro como nos pontos mais distantes da tundra. A base principal da indústria de peles foi o aparelhamento kolroziano. O abastecimento de peles cresceu mais de dez vezes. Os rebanhos de renas dos kolrózes aumentaram quatro vezes. Criaram-se, no distrito, uma estação científica experimental para investigar as doenças das renas,

um centro de estudo da criação das renas e uma escola técnica sobre esse mesmo problema. Foram organizados soverrózes de criação de renas.

Nessa região ártica, uma zona de gelo permanente, onde os habitantes nunca tinham visto verduras, apareceu a agricultura. Fundou-se uma estação agrícola na zona.

A criação de gado do distrito, que só se dedicava às renas, foi enriquecida com outros tipos de gado, como vacas, ovelhas, cavalos e porcos. Na produção dos kolrózes e kolrozianos, em virtude da organização das granjas e do desenvolvimento da agricultura, criaram-se novas fontes de rendimentos.

Não menos surpreendentes são os êxitos obtidos na organização cultural. Antigamente, havia, na cidade de Obdorsk, somente um médico e uma parteira. Em 1940, já havia 12 hospitais, 18 ambulatórios e 21 centros assistidos por médicos e parteiras. Os médicos fazem suas visitas à tundra. Antigamente, a população nativa era inteiramente analfabeta. Em 1943, o distrito contava com 37 escolas primárias, 12 escolas secundárias incompletas e 7 escolas secundárias completas. Foram criadas escolas com habitações para os filhos dos nômades.

Há, ainda, no distrito, uma escola normal e outra de veterinária, uma escola combinada de questões de cooperativismo — na qual estudam especialistas de comércio e abastecedores de peles —, e uma escola de aprendizagem fabril. Há um museu do distrito, 10 bibliotecas, 13 casas de leitura, 5 Casas de Nenzo, 8 Casas do Tchumo — postos avançados da cultura na tundra. Publicam-se, no distrito, 6 jornais impressos e 150 murais. Começou a desenvolver-se a cultura nacional nenza.

Aonde reside a causa de tantos êxitos obtidos em tão pouco tempo pelo povo nenzo? A causa é que o povo nenzo, libertado, organizou sua nova vida por si próprio, tendo criado uma organização nacional própria, com a ajuda fraternal do povo russo e de todos os outros povos soviéticos.

Outros povos do norte soviético também organizaram seus Distritos Nacionais.

Distritos Nacionais, como também Regiões Autônomas, organizam os pequenos povos soviéticos que fazem parte dessa ou daquela região de uma república federada. Cada povo possui, organizado, seu Distrito Nacional, tem órgãos nacionais legislativos e executivos: um Soviet de Deputados de Trabalhadores do Distrito Nacional e um Comitê Executivo do Soviet do Distrito. Esses órgãos, como os da região, os locais e os Soviets de deputados camponeses, o tribunal regional, os Juízos regionais e populares, as escolas e outras instituições culturais do Distrito Nacional, atuam no idioma próprio de seu povo. Por exemplo, nos Soviets do Distrito Nacional de Yamal-Nenzo, duas terças partes dos deputados são constituídas pelos melhores habitantes nativos do Distrito. Nos postos de direção das organizações soviéticas, econômicas, culturais, do Partido, do Komsomol, havia 218 nativos, no ano de 1940.

O Distrito Nacional desfruta de todos os direitos de administração, nas questões de sua vida interna. O Soviet de Deputados de Trabalhadores do Distrito Nacional goza dos mesmos direitos que o Soviet de Deputados de Trabalhadores de Região Autônoma.

Os cidadãos do Distrito Nacional elegem os deputados ao Soviet da Região em que está incluído, bem assim deputados aos Supremos Soviets

da república federada e da União Soviética. Os cidadãos do Distrito Nacional elegem, igualmente, um deputado especialmente para ser enviado como representante do Distrito ao órgão supremo do Poder do Estado da URSS.

Dêsse modo, o Distrito Nacional não somente resolve por si mesmo suas questões internas, mas toma parte nas resoluções de problemas estatais da região, da república federada e nos assuntos de competência federal. Cada povo que tenha formado um Distrito Nacional pode expressar e defender seus interesses nacionais peculiares diretamente no órgão supremo do Estado da URSS, por intermédio de seu representante especial.

O SUPREMO SOVIET DA URSS.

Todos os órgãos do Poder no País Soviético — desde o Soviet Rural até o Supremo Soviet da URSS — são eleitos pelo povo, por sufrágio universal, direto, igual e secreto.

O órgão supremo do Poder, em todo o país, é o Supremo Soviet da URSS.

As primeiras eleições para o Supremo Soviet da URSS foram realizadas a 12 de dezembro de 1937.

Entre os deputados ao Supremo Soviet da primeira legislatura, os operários constituíram 40 %, os camponeses 30 % e os intelectuais cerca de 30 %. Entre os deputados, havia aproximadamente 200 mulheres. Grande parte dos deputados era constituída de militares — desde soldados rasos até marechais da União Soviética. Três quartas partes dos deputados eram comunistas, e os demais, sem partido.

A 10 de fevereiro de 1946, realizaram-se novas eleições para o Supremo Soviet da URSS.

Vejamos a quem o povo confiou a direção do país.

Stálin, o organizador e inspirador das históricas e universais vitórias de nossa Pátria, foi proclamado e eleito primeiro deputado de todo o povo.

Para o Supremo Soviet da URSS foram eleitos os dirigentes do Partido e do Governo, da economia de nosso país, os gloriosos heróis da Guerra Patriótica, célebres trabalhadores e kolrozianos, sábios, engenheiros, pintores e artistas.

No Supremo Soviet, estão representados todos os povos de nossa Pátria multinacional.

Dos 682 eleitos para o Soviet da União — o Supremo Soviet é constituído de duas câmaras: o Soviet da União e o Soviet das Nacionalidades —, 535 deputados, ou, seja, 78 %, estão condecorados com ordens e medalhas da União Soviética, 48 deputados são Heróis da União Soviética, 11 dos quais o são duas vezes; 39 deputados são Heróis do Trabalho Socialista; 19 deputados são laureados com o Prêmio Stálin.

Entre os deputados do Soviet da União, há 287 operários, ou, seja, 42 %, e 151 camponeses, ou, seja, 22 %. Entre os deputados eleitos para o Soviet da União, há 18 acadêmicos.

De que direitos e poderes goza o Supremo Soviet da URSS ?

Segundo a Constituição, o Supremo Soviet da URSS é o órgão supremo do Poder na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Na URSS, não há outro órgão de Poder que seja superior a ele ou que o iguale em poderes.

A Constituição indica claramente os poderes conferidos aos órgãos do Estado federal. O Supremo Soviet da URSS dispõe de todos esses poderes, porquanto estes não correspondem, pela Constituição, a nenhum outro órgão federal. Além disso, os outros órgãos são constituídos pelo próprio Supremo Soviet, ao qual devem prestar contas de sua atuação.

Somente ao Supremo Soviet da URSS cabe o direito de baixar leis federais. Nenhum outro órgão do Estado tem direito a baixar leis como a do serviço militar obrigatório, a lei do imposto rural, a lei de agosto de 1940 sobre a aceitação do ingresso na família fraternal dos povos soviéticos de três novas repúblicas federadas: Lituânia, Letônia e Estônia. Durante a Guerra Patriótica, o povo soviético saudou com grande entusiasmo as leis que ratificavam o tratado com a Inglaterra e o convênio com os Estados Unidos da América do Norte sobre a luta conjunta contra a Alemanha fascista, as leis de ampliação dos direitos das repúblicas federadas. Com grande entusiasmo foi recebida, por todo o país, a lei de 18 de março de 1946, sobre o Plano Quinquenal de restauração e fomento da economia nacional da URSS, para 1946-1950.

Todas essas e outras leis foram baixadas pelo Supremo Soviet da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Uma lei federal é a expressão e vontade de todos os povos soviéticos, sob a forma de disposição, aprovada pelo Supremo Soviet da URSS. As leis federais têm força em todo o território da União Soviética, e seu cumprimento é obrigatório para todos os órgãos do Poder, para todas as organizações e instituições, para todos os funcionários e cidadãos. As leis são publicadas nos idiomas de todas as repúblicas federadas.

Somente o Supremo Soviet da URSS tem o direito de modificar a Constituição da URSS, efetivar o controle de sua execução e assegurar a conformidade das Constituições das repúblicas federadas com a Constituição da URSS.

Somente ao Supremo Soviet da URSS cabe o direito de ratificar as modificações dos limites territoriais das repúblicas federadas e a formação de novas Repúblicas Autônomas, novos Territórios e Regiões.

Somente o Supremo Soviet da URSS tem o direito de nomear comissões de investigação e revisão para toda espécie de assuntos, e todas as exigências dessas comissões são obrigadas a cumprí-las as instituições e todos os funcionários públicos.

O Supremo Soviet da URSS aprova o orçamento estatal da URSS — calcula as despesas e a receita do Estado —, estabelece e concede empréstimos.

O Supremo Soviet resolve os problemas mais importantes sobre as relações com Estados estrangeiros, as questões de guerra e paz, ratifica os tratados com Estados estrangeiros.

O Supremo Soviet da URSS compõe-se de duas câmaras, cada uma delas eleita pelo povo. Uma é o Soviet da União e outra o Soviet das

Nacionalidades. As duas câmaras são eleitas na base do sufrágio universal, direto, igual e secreto.

As eleições de deputados para o Soviet da União são realizadas com a participação de todos os cidadãos, em toda a União, à razão de um deputado para 300.000 habitantes. As eleições de deputados para o Soviet das Nacionalidades são realizadas por república federada (25 deputados cada uma), por república autônoma (11 deputados cada uma), por Região Autônoma (5 deputados cada uma), por Distrito Nacional (um deputado cada um).

As câmaras componentes do Supremo Soviet da URSS são iguais em direitos. Ambas dispõem, de igual modo, da iniciativa de legislação, isto é, do direito de apresentar novas leis e de submeter ao exame do Supremo Soviet qualquer projeto de lei. A lei é considerada como tal depois que é aprovada pelas duas câmaras, por maioria simples em cada uma delas. Somente as modificações da Constituição exigem uma maioria de dois terços em cada câmara. Os poderes das duas câmaras expiram em quatro anos. As câmaras são convocadas e se reúnem simultaneamente.

Surge uma pergunta: por que o Supremo Soviet da URSS consta de duas câmaras e não de uma somente?

E' porque o Estado soviético é multinacional.

Para todos os cidadãos da União Soviética, sem exceções de nação ou de raça, os interesses principais são iguais e gerais. Todos os cidadãos soviéticos estão muito interessados em que o poderio econômico e a defesa da União Soviética se consolidem, em que o fascismo seja definitivamente liquidado, em que fique assegurada uma paz sólida entre todos os países, em que a vida dos povos soviéticos seja cada dia mais abundante e formosa, em que os trabalhadores de outros países possam ter uma vida livre e feliz.

Esses interesses gerais de todos os cidadãos soviéticos são representados no órgão supremo do Estado soviético pelos deputados ao Supremo Soviet. Mas os cidadãos de diferentes nacionalidades que habitam a União Soviética têm também seus interesses peculiares, estreitamente ligados às peculiaridades nacionais de cada povo, às peculiaridades de seu idioma, existência e cultura.

Esses interesses peculiares dos cidadãos das diversas nacionalidades são representados no órgão supremo do Estado soviético pelos deputados ao Soviet das Nacionalidades.

Tal organização do Supremo Soviet da URSS assegura a mais completa e exata expressão dos interesses de todos os povos do país soviético, no órgão supremo. Essa organização do Supremo Soviet da URSS ajuda o fortalecimento da colaboração fraternal e amistosa de todos os povos soviéticos.

Nesse sentido, tem particular importância o Soviet das Nacionalidades. Cada um dos numerosos povos soviéticos, que formaram suas organizações estatais nacionais, tem a possibilidade de informar diretamente, por intermédio de seus deputados, o Poder Supremo da URSS de suas necessidades e reivindicações, defender seus interesses, mostrar a necessidade de que se adotem leis e participar dos negócios federais.

Stálin diz que ... "sem esse órgão, seria impossível administrar um Estado tão multinacional como a URSS".

O Soviet da União e o Soviet das Nacionalidades, juntamente, constituem o órgão supremo do Poder no país soviético: o Supremo Soviet da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que exprime, amplamente e com exatidão, a vontade de todos os povos soviéticos.

O "PRAESIDIUM" DO SUPREMO SOVIET DA URSS.

O Supremo Soviet da URSS é convocado duas vezes por ano. Habitualmente, realizam-se várias reuniões, que constituem uma sessão do Supremo Soviet da URSS. Podem ser convocadas sessões extraordinárias. Terminadas as sessões, os deputados retornam às suas ocupações cotidianas.

E' claro que, para a direção permanente do Estado, são necessários outros órgãos supremos da URSS. Quais são esses órgãos e como se formam?

Um desses é o *Praesidium* do Supremo Soviet da URSS.

Em sessões bi-cameras, o Supremo Soviet da URSS elege, entre os deputados, um *Praesidium* constituído de um Presidente, 16 Vice-Presidentes — um para cada república federada —, um Secretário e 24 membros. O *Praesidium* do Supremo Soviet é responsável perante o Supremo Soviet, ao qual presta contas de sua atuação.

Os poderes do *Praesidium* do Supremo Soviet da URSS são definidos pela Constituição:

a) o *Praesidium* convoca as sessões do Supremo Soviet da URSS, convoca novas eleições quando terminam seus poderes e convoca o novo Supremo Soviet da URSS constituído nas eleições (em casos especiais, na conformidade do artigo 47 da Constituição o *Praesidium* dissolve o Supremo Soviet da URSS antes de terminar seus poderes e convoca novas eleições);

b) o *Praesidium* do Supremo Soviet da URSS baixa decretos. Todos os decretos, do mesmo modo que as leis, baixadas pelo Supremo Soviet da URSS, são de cumprimento obrigatório em todo o território da União Soviética. Mas os decretos do *Praesidium* são baixados na conformidade das leis federais vigentes nos territórios sob sua jurisdição. Assim se diferencia o decreto da lei;

c) o *Praesidium* do Supremo Soviet da URSS interpreta as leis federais, explica seus objetivos, obrigações impostas por elas e os meios para sua aplicação;

d) o *Praesidium* do Supremo Soviet da URSS realiza consultas populares (referendos), isto é, submete à consulta e votação popular o projeto dessas ou daquelas leis. Dêsse modo, o próprio povo aprova — ou rejeita — os projetos das leis sobre questões de importância primordial;

e) o *Praesidium* do Supremo Soviet da URSS nomeia e promove o Alto Comando das Forças Armadas da União Soviética, declara a mobilização geral ou parcial, declara o estado de guerra em determinados lu-

gares ou em toda a URSS, no interesse da defesa da Pátria ou para garantir a ordem pública ou a segurança do Estado;

f) o *Praesidium* do Supremo Soviet da URSS tem o direito de controlar os acordos e disposições do Conselho de Ministros da URSS e dos Conselhos de Ministros das repúblicas federadas; revoga as resoluções e decretos no caso de divergência com a lei federal;

g) no intervalo entre as sessões do Supremo Soviet da URSS, o *Praesidium*, em alguns casos, faz uso dos direitos do Supremo Soviet da URSS, derivados da Constituição. Assim, o *Praesidium* afasta de seus postos e nomeia novos Ministros, com a conseqüente ratificação pelo Supremo Soviet da URSS. No caso de agressão militar à União Soviética, ou no caso de que seja necessário cumprir compromissos de acordos internacionais para a defesa mútua contra a agressão militar, o *Praesidium* declara o estado de guerra.

No mesmo dia da criminoso agressão da Alemanha fascista à União Soviética, o *Praesidium* do Supremo Soviet da URSS baixou quatro decretos: de mobilização de certos distritos, do estado de guerra, do estado de sítio em várias repúblicas, regiões e cidades e do funcionamento dos tribunais militares nas zonas onde se havia declarado o estado de sítio e nas regiões onde se realizavam operações de guerra.

Em seus decretos, sob certas condições, o *Praesidium* exerce determinados direitos do Supremo Soviet da URSS, no intervalo de suas sessões. Tais são, por exemplo, os decretos sobre a organização de novos Ministérios, novos territórios e regiões. Todos os decretos dessa natureza são apresentados pelo *Praesidium*, para a sua aprovação, ao Supremo Soviet da URSS.

Em todos os casos supramencionados, o uso dos direitos do Supremo Soviet da URSS se verifica tendo em vista a necessidade de rapidez e urgência na aprovação das resoluções. É claro que não era possível adiar nem por um minuto a declaração do estado de guerra no país, quando o inimigo o agrediu; não era possível adiar até a convocação do Supremo Soviet da URSS, a organização do novo Ministério da produção de morteiros, quando era necessário aumentar imediatamente a produção dessas armas, etc.;

h) o *Praesidium* do Supremo Soviet da URSS representa a União Soviética em suas relações com os Estados estrangeiros: ratifica os acordos internacionais, nomeia e exonera os representantes plenipotenciários da URSS nos Estados estrangeiros, recebe as credenciais dos representantes diplomáticos dos Estados estrangeiros, acreditados na URSS.

i) o *Praesidium* do Supremo Soviet da URSS confere as condecorações e concede os títulos honoríficos da URSS e exerce o direito de graça em favor dos cidadãos condenados pelos tribunais da URSS.

Dêsse modo, o *Praesidium* do Supremo Soviet da URSS é o órgão do Poder Supremo da URSS que atua permanentemente, eleito pelo Supremo Soviet da URSS, ao qual presta contas de sua atuação.

O CONSELHO DE MINISTROS

O segundo alto órgão estatal que atua permanentemente é o Conselho de Ministros. Assim é chamado o governo da União Soviética.

O Conselho de Ministros é designado em sessão conjunta das duas câmaras do Supremo Soviet da URSS. Na primeira sessão do Supremo Soviet da URSS, o governo da União Soviética foi formado da seguinte maneira: o presidente do governo anterior, V. Mólotov, apresentou ao presidente da sessão conjunta das duas câmaras a demissão dos poderes do governo perante o Supremo Soviet. O Supremo Soviet examinou a atuação do governo, expressou-lhe sua confiança e encarregou V. Mólotov de apresentar as propostas para um novo governo, tomando em consideração as observações críticas feitas pelos deputados sobre a atuação de alguns Comissários do Povo (1). Apresentada a composição do novo governo, esta foi aprovada pelo Supremo Soviet por votação de cada deputado, separadamente.

Dêsse modo, o Conselho de Ministros é eleito pelo Supremo Soviet da URSS de uma forma um tanto diferente da do *Praesidium* do Supremo Soviet da URSS.

O governo da URSS é responsável perante o Supremo Soviet, pelo qual foi eleito, e a ele se subordina. No intervalo das sessões deste último, o governo é responsável perante o *Praesidium* do Supremo Soviet da URSS e a ele se subordina. O governo da URSS ou os Ministros da URSS são obrigados a responder, verbalmente ou por escrito, a todas as inter-pelações que lhes sejam dirigidas por qualquer deputado do Supremo Soviet.

O Conselho de Ministros é o órgão executivo e administrativo superior do Poder na União Soviética. Os seus poderes são definidos pela Constituição. Baixa suas ordens e decretos na base e em cumprimento das leis federais em vigor e controla sua execução. As suas ordens e decretos entram em vigor no território de toda a União Soviética.

Sobre o Conselho de Ministros recaem obrigações de tanta importância como as medidas para assegurar a ordem pública, a defesa dos interesses do Estado e a proteção dos direitos dos cidadãos, a fixação dos contingentes anuais dos cidadãos que devem ser chamados para o serviço militar ativo, a organização geral das forças armadas da União Soviética e a direção geral das relações com os outros países.

No que se refere à administração da economia nacional, o Conselho de Ministros tem poderes muito importantes. Adota as medidas necessárias para o cumprimento do orçamento do Estado e do plano da economia nacional da URSS, para a consolidação do sistema monetário e de crédito. O Conselho de Ministros baixa decretos, por exemplo, sobre impostos, sobre os abastecimentos obrigatórios de produtos agro-pecuários, sobre salários, sobre empréstimos do Estado, etc. Não há nenhum cidadão soviético que não conheça as disposições do governo da URSS "Sobre as medidas urgentes de restabelecimento da economia nas regiões libertadas da ocupação alemã" — devolução do gado evacuado dos kolrózes, ajuda no desenvolvimento da pecuária nos kolrózes das regiões libertadas, concessão de privilégios aos kolrózes, aos kolrozianos e aos camponeses

(1) Assim se chamavam os Ministros, até o ano de 1946. O Conselho de Ministros da URSS chamava-se Conselho dos Comissários do Povo, e cada Ministro — Comissário do Povo.

independentes, restabelecimento das estações de tratores e máquinas, ajuda para restabelecer e construir habitações para os kolrozianos, trabalhadores e empregados, etc.

O Conselho de Ministros unifica e dirige a atuação dos Ministros da URSS e dos dirigentes das outras instituições econômicas e culturais que dele dependem.

Os Ministérios são órgãos que dirigem diferentes sectores da administração do Estado e da economia nacional. Por exemplo, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Agricultura, etc.

O Ministro é o dirigente pessoal do sector que lhe foi confiado. Baixa ordens e instruções na esfera de sua ação.

O Conselho de Ministros da URSS tem o direito de anular as ordens e instruções dos Ministros da URSS e de suspender as ordens e disposições dos Ministros das repúblicas federadas, em relação aos sectores da administração e da economia que, pela Constituição, são da competência da URSS.

Vemos que o governo da União Soviética possui muito amplos poderes para a administração e direção do Estado, como também da economia nacional e de toda a vida do país. Suas ordens e disposições são de cumprimento obrigatório em todo o território da União Soviética. Sua autoridade ou, melhor, sua influência sobre o povo é indiscutível.

Os poderes do Conselho de Ministros da URSS são, ao mesmo tempo, concretamente indicados pela lei básica do país, pela Constituição. Todos os seus atos são baseados em leis e têm como objetivo o cumprimento destas. Em todos os seus atos, o governo é responsável perante o Supremo Soviet da URSS e o seu *Praesidium*, aos quais presta contas.

O Conselho de Ministros cumpre a vontade dos povos da União Soviética, expressa nas leis federais.

O COMITÊ DE DEFESA DO ESTADO

A 30 de junho de 1941, foi criado o Comitê de Defesa do Estado, por decisão do *Praesidium* do Supremo Soviet da URSS, do Conselho de Ministros da URSS e do Comitê Central do Partido Comunista (boi-chevique) da União Soviética.

Em mãos do Comitê de Defesa do Estado foi concentrado todo o amplo poder do Estado. Todos os órgãos soviéticos, militares, do Partido, do *Komsomol* e todos os cidadãos ficaram brigados a cumprir sem discussão todas as resoluções e decisões do Comitê de Defesa do Estado.

O Comitê de Defesa do Estado compunha-se do presidente, J. Stálin, do vice-presidente, V. Mólotov, e dos membros: N. Bulganin, G. Malenkov, L. Beria, N. Voznesenski, A. Mikoian e L. Kaganovitch.

Qual foi a razão da organização de um Comitê de Defesa do Estado e qual a sua missão?

O Comitê de Defesa do Estado foi organizado dias após a inesperada e criminosa agressão da Alemanha fascista à União Soviética. Criara-se, para o país, uma situação excepcional. Era necessário mobilizar, imediatamente, toda a força dos povos da União Soviética, para resistir ao

pérfido e forte inimigo. Eis por que se organizou o Comitê de Defesa do Estado e eis a sua missão.

A criação, no País Soviético, nas difíceis condições da guerra, de um órgão especial, com poderes extraordinários, não significava, absolutamente, que os demais órgãos do Estado tivessem cessado sua atividade. Durante os anos da Guerra Patriótica, o Supremo Soviet da URSS se reuniu várias vezes, adotando resoluções da maior importância. Reuniram-se, também, os Supremos Soviets das repúblicas federadas. O *Praesidium* do Supremo Soviet da URSS, o *Praesidium* dos Supremos Soviets das repúblicas federadas e autônomas, os seus governos, os Ministérios da União e das repúblicas federadas e os governos locais incrementaram e desenvolveram sua atividade. Foram organizados novos Ministérios da URSS e se criaram novas secções dos Soviets locais.

Mas os problemas da luta contra o inimigo que invadiu o território da União Soviética, os problemas cuja resolução condicionava a vitória completa sobre os ocupantes alemães fascistas, exigiam a urgente criação de um órgão do Estado que possuísse amplos poderes necessários para mobilizar rapidamente toda a força e meios de todos os povos soviéticos, para resolver esses problemas e concentrar toda a atenção dos órgãos soviéticos, instituições e organizações nesse trabalho.

Surgiu, desse modo, o Comitê de Defesa do Estado. E' memorável, para todos os cidadãos soviéticos, o apelo feito através do rádio pelo presidente do Comitê de Defesa do Estado, Stálin, no qual conclamou todos os habitantes da União para que reorganizassem o seu trabalho segundo as necessidades da guerra, em prol da mais rápida derrota do inimigo, e indicou todo um programa de ação para todos os órgãos soviéticos, empresas, organizações e cidadãos. Todos os cidadãos soviéticos compreendem perfeitamente a extraordinária importância que teve, para a mobilização e preparação de forças para a luta contra o inimigo, a ordem do Comitê de Defesa do Estado sobre a obrigação geral de todos os cidadãos soviéticos se instruírem na arte militar, ou a ordem da evacuação de fábricas das regiões próximas às zonas de operações militares para territórios do interior do país e a construção de novas empresas na região oriental da União Soviética.

Só se poderá apreciar completamente a extraordinária importância do Comitê de Defesa do Estado na derrota dos terríveis inimigos da URSS quando forem conhecidas todas as ordens e medidas por ele adotadas.

Com o término da guerra, depois da vitória da União Soviética sobre os agressores alemães e japoneses, o Comitê de Defesa do Estado cessou sua atividade.

A UNIÃO SOVIÉTICA É FORTE E INQUEBRANTÁVEL

A URSS é um Estado federal multinacional, fortemente unido, com um Poder Soviético único, com uma economia nacional única, com um exército único. Nisso consiste a sua força.

A União Soviética é a união voluntária de povos livres, com igualdade de direitos em um Estado único. Daí a grande fraternidade dos povos soviéticos, que constitui a força da União Soviética.

Em toda a organização estatal da União Soviética, estão realizados, conseqüentemente, os princípios de uma ampla e autêntica democracia: o poder do povo.

Todos os povos soviéticos, sem exceção, têm direito a uma organização estatal de sua vida conforme seus desejos. Os povos soviéticos fizeram uso desse direito na prática, criando suas repúblicas federadas, suas repúblicas autônomas, suas regiões autônomas e seus territórios nacionais. Ao mesmo tempo, todos os povos soviéticos estão unidos em uma família fraternal, a União Soviética, que presta a cada povo toda espécie de ajuda em seu desenvolvimento e em sua defesa contra os inimigos externos.

Assim, está solucionado, no País dos Soviets, o problema nacional, um dos problemas mais importantes e complexos: com a igualdade de direitos nacionais, do direito de cada povo à livre organização de sua vida estatal.

Os fascistas alemães calculavam que, no primeiro ataque de seus exércitos, a União Soviética entraria em decomposição. Esses cálculos delirantes falharam completamente. A fraternidade dos povos soviéticos fortaleceu-se mais do que nunca nos anos difíceis da encarniçada luta contra os ocupantes fascistas alemães. A união e a confiança mútua dos povos soviéticos consolidaram-se tanto que, durante a guerra, o Supremo Soviet promulgou uma lei de ampliação dos direitos soberanos das repúblicas federadas.

Os fascistas alemães quiseram inculcar que a humanidade se divide em duas partes desiguais: de um lado, os alemães pertencentes a uma espécie de "raça superior", a uma nação de "amos", e, de outro lado, todos os demais povos, que seriam formados por "raças inferiores", por nações de "servos". Os fascistas alemães aspiravam a converter todos os povos em seus escravos.

Os povos soviéticos desmentiram, com a sua atuação, esses delírios fascistas. Demonstraram, na prática, que cada povo libertado do jugo nacional e da escravidão capitalista é capaz de organizar o seu Estado e desenvolver amplamente sua economia e sua cultura nacional. Os povos soviéticos demonstraram, perante o mundo, sua superioridade econômica, militar e cultural sobre os alemães, derrotando as hordas selvagens do exército fascista alemão.

As categorias da dialética materialista mais importantes são: a categoria de essência e fenômeno, de conteúdo e forma, de necessidade e casualidade, de necessidade e liberdade, de possibilidade e realidade.

O valor de toda a mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção dessa mercadoria.

BIOLOGIA E MARXISMO

por Marcel Prenant

CAPÍTULO SEXTO

O PROBLEMA DA CONCORRÊNCIA E AS LEIS DE POPULAÇÃO

Poder de crescimento da matéria viva

Para termos idéia justa da "luta pela vida" darwiniana, não nos devemos contentar com a transcrição pueril, insossa e quasi vazia de sentido que muitos biólogos — até darwinistas — dela têm fornecido.

Nada — previa Darwin (1) — *é mais fácil do que admitir verbalmente a realidade da luta universal pela vida e nada é mais difícil, de acordo com a minha experiência, pelo menos, do que ter sempre esta conclusão presente ao espírito.*

Devemos pensar, incessantemente, na prodigiosa capacidade de expansão e de multiplicação da matéria viva, que, no entanto, só aparece, de modo incidente, nas obras de biologia, assim como no ensino das ciências naturais.

Certas bactérias (2) podem multiplicar-se dobrando o respectivo volume e a respectiva massa de vinte em vinte minutos. Por esta razão de desenvolvimento, uma bactéria inicial daria 8 no fim de uma hora, 64 no fim de duas, etc. No fim de 36 horas, o número de seus descendentes se escreveria com um 1 seguido de trinta zeros, mais ou menos, e, não obstante sua extrema pequenez, elas poderiam cobrir várias vezes a superfície do globo, se estendidas em uma camada contínua. Se continuassem a multiplicar-se do mesmo modo, no fim de quatro ou cinco dias, seu volume seria igual ao de todos os oceanos reunidos.

Certos infusórios, que são muito maiores, porém ainda microscópicos, podem multiplicar-se dobrando seu volume cinco vezes por dia. Por esta razão de desenvolvimento, um só deles produziria, num mês, um número que se exprime por um 1 seguido de quarenta e quatro zeros e o volume total dos seus descendentes seria, então, aproximadamente, um milhão de vezes maior do que o do sol.

(1) *A origem das espécies*, pág. 68 (Schleicher):

(2) *Bactérias* — Grupo de vegetais inferiores, muito pequenos, microscópicos, e de estrutura particularmente simples (a maior parte dos micróbios são bactérias).

As moscas têm posturas de 200 ovos e, em circunstâncias de clima favoráveis, as jovens fazem-se adultas e podem pôr ovos, por sua vez, quinze dias depois. Como são necessárias duas moscas para produzir uma postura, o número de casais provenientes de um casal inicial seria 100 no fim de 15 dias, 10.000 no fim de um mês, 100 milhões no fim de dois meses, etc. Em nove meses, de um inverno a outro, esse número se exprimiria por um 1 seguido de trinta e seis zeros e o volume total correspondente seria vários milhões de vezes superior ao da terra.

Cálculo análogo poderia ser feito para todas as espécies (3) de animais e de plantas. Pensemos no número de bolotas que um carvalho dá todos os anos. Lembremo-nos de que certos peixes, como o bacalhau e o rodovalho, dão vários milhões de ovos numa só postura. Não são casos excepcionais. Até para aves, cuja postura é, apenas, de cinco ou seis ovos, Wallace calculou que, em quinze anos, um casal pode produzir dez milhões de descendentes. Quanto ao elefante, que só atinge a maturidade aos 16 anos e é muito pouco fecundo, Darwin mostrou que, ao termo de cinco séculos, um casal inicial daria 15 milhões de indivíduos.

Tais são os cálculos teóricos que dão idéia grandiosa do poder da matéria viva. Na natureza, contudo, os factos concretos são diferentes. Salvo exceções, se considerarmos uma floresta, encontraremos sempre, mais ou menos, o mesmo número de árvores. Não se verificam, de um ano para outro, variações muito grandes no número dos bacalhaus ou dos rodovalhos. O número das moscas não aumenta, entre dois verões, nas terríveis proporções que vimos. A expressão numérica de cada espécie é, pois, limitada. Salvo exceções, às quais voltaremos, é até limitada de tal modo que o equilíbrio geral do mundo vivo se conserva, mais ou menos.

Isto significa que, dentre todos os descendentes possíveis de um indivíduo ou de um casal, grande número não se realiza ou morre antes de ter podido reproduzir-se. Numa postura de 200 ovos, devemos admitir que, em média, dois indivíduos, apenas, chegarão à respectiva maturidade sexual: 39%, em média, morrerão antes, portanto. Se a postura for de 2 milhões de ovos, dois, somente, também, chegarão à maturidade em média. Noutros casos, a proporção é melhor: às vezes, um por bilhão, ou mais fraca ainda.

Cuénot expõe estes rendimentos ínfimos à admiração dos finalistas (4):

Há coisa mais espantosa do que as migrações e as metamorfoses da fasciola do fígado do carneiro, de tal forma complicadas que um indivíduo, apenas, em cinco bilhões de germes possíveis, pode passar através da rede das dificuldades superpostas?

Seria mais justo dizer: existe coisa mais contrária à idéia de uma finalidade do que as dificuldades superpostas que só deixam medrar um indivíduo em cinco bilhões?

(3) *Espécie* — E' difícil definir a espécie: em princípio, reúnem-se nela todos os seres vivos que se assemelham uns aos outros tanto quanto cada um deles se assemelha aos seus pais.

(4) Cuénot — *A adaptação*, pág. 6.

Interações e leis de população

O mau rendimento da matéria viva e as perdas enormes que ela sofre são devidas a duas séries de causas, mais ou menos importantes, conforme os casos, mas que se devem distinguir nitidamente.

São, em primeiro lugar, más condições do meio físico. Trata-se, muitas vezes, de factos acidentais e irregulares: um período de seca ou de umidade exagerada, uma elevação brusca de temperatura, um inverno rigoroso podem matar numerosos organismos. Se esses factos são locais, podem compensar-se de um lugar para outro: num pântano que se desseca, por exemplo, as posturas de sapos morrem todas e essa catástrofe local contribue para elevar a média das perdas; mas, num pântano vizinho, não dessecado, os ovos se desenvolverão em notável proporção e elevarão, ao contrário, a média dos êxitos. As vezes, no entanto, há alguma regularidade: assim, as moscas morrem, principalmente, no inverno, sob a ação do frio, ao passo que suas gerações de verão sofrem menos perdas; de onde um certo ciclo anual.

Outra série das causas de perdas não é tão acidental. Corresponde ao facto de que o meio nunca é ilimitado, nem inesgotável. Os descendentes de um indivíduo ou de um casal, multiplicando-se, chegam, pois, rapidamente, a se molestarem uns aos outros, a disputarem o lugar, a alimentação ou outros recursos, ou, simplesmente, pelos dejectos tóxicos que eliminam, a tornarem o meio cada vez mais desfavorável.

Depois de um primeiro desenvolvimento rápido, o número respectivo aumenta, então, cada vez mais lentamente e não pode exceder certo limite, que depende da extensão e dos recursos do meio, mas não do número de indivíduos que, de início, nele se haviam colocado.

A limitação do número, neste caso, é de algum modo, automática. Resulta da própria multiplicação e aí está um belo exemplo dialético de um fenómeno que, como diz Hegel, se "nega", isto é, se limita espontaneamente. Por outro lado, as causas da limitação estão, evidentemente, há duas moscas num recipiente de quarto de litro: é devida à extrema particular variam as causas precisas, mas o que é geral é que sempre o crescimento da população acaba por estabelecer tais interações, as quais, por vezes, se assinalam a distâncias bem grandes.

No gorgulho do trigo, pequeno inseto do qual cada indivíduo vive, entretanto, num só grão, a limitação começa a fazer-se sentir desde que há um indivíduo para 40 grãos de trigo. Noutro pequeno inseto, que vive na farinha e pesa 2 miligramas, começa desde que a quantidade de farinha cae a 16 gramas por indivíduo. Na mosca drosófila, da qual tornaremos a falar muitas vezes, a limitação começa a agir desde que há duas moscas num recipiente de quarto de litro: é devida à extrema sensibilidade desse animal às causas de perturbação porque, quanto mais numerosa é a população, tanto mais as fêmeas são agitadas, tanto menos se podem alimentar e desovar tranqüilamente, tanto mais lhes mingua a fecundidade. Nos levedos da fermentação alcoólica, a limitação parece devida, antes de tudo, ao efeito nocivo do álcool proveniente da própria fermentação.

Cabe, em suma, aos biólogos dizer, em cada caso particular, por que há limitação da população, mas é facto geral que não pode deixar de haver limitação. Isto é verdade não só para experiências feitas no laboratório, mas até em relação a meios naturais muito vastos. Há muito tempo, o químico Liebig já afirmou que os recursos em matérias nutritivas são sempre limitados para as plantas terrestres e Marx dava muita importância a semelhante verificação, na qual insistiu, por diversas vezes, em *O Capital*. O mesmo se dá, contudo, em relação aos oceanos, que o crescimento primaveril das algas microscópicas basta para privá-los totalmente, na superfície, de matérias nutritivas como os fosfatos, a sílica e os nitratos. E sobre a composição da atmosfera também a vida tem grande influência.

Assim, a limitação resulta, em parte, da concorrência entre indivíduos da mesma espécie ou de espécies próximas, cujas necessidades coincidem em determinado ponto. A isso, junta-se a ação dos animais que destroem outros seres vivos e com eles se alimentam e a dos parasitas, que lhes podem provocar a morte ou suprimir a fecundidade. O problema é muito complexo, pois se as espécies carnívoras, herbívoras ou parasitas se puserem a pulular indeterminadamente, aquelas que lhes servem de presas ou de hospedeiros serão cada vez menos abundantes e não lhes bastarão mais ao desenvolvimento. Aqui também se depara o facto dialético de que o desenvolvimento de uma espécie qualquer implica por si mesmo as causas de sua própria limitação.

Os fenómenos são tão regulares que matemáticos os puderam estudar teoricamente e chegar a conclusões que se verificam perfeitamente nos factos, quer no laboratório, quer em plena natureza (5). Quando várias espécies se encontram num mesmo meio definido, alimentando-se umas das outras, ou disputando umas às outras recursos limitados, produzem-se oscilações em geral, no número dos indivíduos de cada espécie, ou, como se diz, flutuações em redor de valores médios que correspondem a um equilíbrio aproximativo.

Todos podem verificar, com efeito, em muitas populações naturais, como o conjunto dos animais e das plantas de uma floresta, ou o conjunto dos seres que crescem num rochedo marinho, a existência de um equilíbrio estável, que se conserva durante anos ou até mais, quando as condições exteriores subsistem, mais ou menos, as mesmas. Os indivíduos podem morrer e renovar-se: as espécies permanecem as mesmas e são representadas em proporções mais ou menos constantes. Por estudos estatísticos precisos, os naturalistas (os botânicos, mais particularmente) têm mostrado, muitas vezes, que essa constância não é ilusão. A semelhantes populações deram o nome de associações: o termo talvez seja defeituoso porque evoca, inoportunamente, a sociedade humana, que é coisa inteira-

(5) Não sou, aqui, da opinião de Colman, o qual, em seu artigo de *Science at the cross road*, considera esses trabalhos matemáticos como demasiado teóricos e sem valor concreto.

mente diversa, mas o essencial é a existência de agrupamentos feitos constantes pelo jôgo das interações (6).

Por outro lado, em certos casos, observam-se muitas flutuações marcadas em torno de um equilíbrio médio. Nos bancos de mexilhões das nossas costas existem estrêlas do mar que se alimentam com os mexilhões; quando pululam, os mexilhões chegam a desaparecer quasi inteiramente; então, as estrêlas do mar, esfaimadas, desaparecem, por sua vez, em grande número; os mexilhões podem pulular de novo e o ciclo recomeça.

Noutro caso um pouco mais complicado, a população de um rochedo marinho compreende mexilhões, balanos, que são também animais fixados, e, finalmente, púrpuras, moluscos que normalmente se alimentam sugando os balanos. O desenvolvimento exagerado dos mexilhões sufoca os balanos e os faz desaparecer quasi completamente. As púrpuras morrem, então, de fome, em grande número. Algumas dentre elas, entretanto, põem-se a sugar os mexilhões e esse alimento novo lhes convém a tal ponto que pululam, destroem muitos mexilhões e os balanos podem desenvolver-se novamente. Aqui, a primeira parte do ciclo de flutuação é devida à concorrência direta entre mexilhões e balanos; e a segunda parte à intervenção das púrpuras.

Experiências de laboratório, entre as quais cumpre citar as do biólogo soviético Gause e, em França, as de G. Teissier, foram realizadas, em casos mais simples e de modo mais preciso, com seres tão diferentes quanto drosófilas, infusórios, levedos. Mostraram a influência das leis matemáticas sobre as populações, em todos os casos nos quais foram colocadas duas espécies em concorrência por um mesmo alimento do meio. Num caso em que Gause criou junto duas espécies de infusórios, uma das quais devorou a outra, as leis se verificaram também, com a condição de que o recipiente tivesse anfratuosidades que pudessem servir de abrigo, senão a destruição da espécie-préa era tão completa que a outra morria também inteiramente, por falta de alimento. Dêse facto e de outros, Gause concluiu, com razão, que particularidades do meio, aparentemente insignificantes, podem influir fortemente sobre o jôgo das leis de população. Quanto à existência destas, não pode haver dúvida alguma.

Já Engels a admitira e lhe havia compreendido tôda a importância.

Os organismos da natureza têm também suas leis de população, que não estão, por assim dizer, estudadas, mas cuja verificação há-de ser de importância capital para a teoria da evolução das espécies (7).

(6) No livro de Picard sobre os *Fenômenos sociais entre os animais*, encontrar-se-á crítica violenta e injusta desta noção de associação. Dissemos alhures o que pensávamos a respeito. Quanto ao termo, que é defeituoso, pode ser substituído pelo de biocenose, corrente entre os autores estrangeiros. *Biocenose* — Agrupamento natural e estável de seres vivos (amiúde sinónimo de associação). *Biosociologia* — Ciência que estuda as biocenoses.

(7) *Anti-Dühring*, t. I, pág. 93.

Alterações de equilíbrio nas populações

Numa população que está em equilíbrio, conforme acabamos de ver, pode-se, sem grande inconveniente, suprimir parte dos indivíduos que pertencem às diversas espécies: a população é capaz de reconstituir-se bastante rapidamente. Se, por exemplo, se desmoita uma floresta e, depois, se abandona o terreno desmoitado, a floresta se reconstitue pouco a pouco, por toda uma série de intermediários, e, no fim de cerca de um século, terá readquirido o seu estado antigo.

Isto é verdade, contanto que as condições do meio físico não hajam mudado e também não seja introduzida uma espécie nova, capaz de se desenvolver abundantemente. Senão, a população que se instala pode ser completamente diversa. Se, por exemplo, na montanha, o desflorestamento tiver permitido às águas que jorram devastar o solo, a floresta não pode mais reinstalar-se. Se, no matagal, se introduzem sementes de pinheiro, estas crescem com rapidez e a fisionomia do matagal se altera profundamente.

Mesmo numa população intacta, a introdução de uma espécie nova pode, aliás, acarretar alterações profundas, se essa espécie se desenvolver abundantemente. Em 1872, trouxeram da Índia para a Jamaica, a fim de destruir os ratos dos campos de cana de açúcar, nove pequenos carnívoros do gênero mangusto. Seus descendentes invadiram, rapidamente, a ilha. Devorados os ratos, passaram a atacar as aves de quintal, os ovos, os animais domésticos jovens, as aves em geral, os reptis, as rãs, os carangueijos e fizeram desaparecer diversas espécies. A destruição das aves e dos reptis, que comiam os insetos, fez com que estes pululassem, o que repercutiu sobre a própria vida vegetal, mas a diminuição dos recursos alimentares acabou restringindo o número dos mangustos e pôde-se estabelecer novo equilíbrio, muito diferente do antigo.

Alteração, mesmo mínima, nas condições de meio, pode também modificar a população. Demonstrou-se, em experiências de laboratório em que se puseram em concorrência duas espécies diferentes de moscas drosófilas, que, com variação de temperatura de alguns graus, se obtém, entre as duas espécies, um equilíbrio inteiramente diverso, ao passo que as duas espécies, tomadas isoladamente, vivem muito bem nas duas temperaturas consideradas.

Compreende-se, assim, que as alterações de clima e os transtornos geográficos do solo trazem grandes modificações nas populações animais e vegetais. Mas o que é mais interessante, aqui também, são as alterações que resultam da própria vida. Pelo facto de viver em certo solo, de dele tirar alimentos e nele eliminar seus dejectos, uma associação pode, dialéticamente, modificá-lo, torná-lo inapto à sua própria existência e, pelo contrário, favorável à de outra associação que lhe tomará, então, o lugar. Num muro, por exemplo, crescem, primeiramente líquens, que precisam apenas de água da chuva. Neles se acumulam umas tantas poeiras que, com seus grãos, formam solo suficiente para musgos. Estes, por sua vez, preparam o lugar para plantas maiores. As raízes dessas plantas desagregam o muro e tornam o meio possível a outras plantas maiores ainda e assim sucessivamente. Os botânicos hodiernos

estudam essas modificações espontâneas de populações e dão-lhe o nome de sucessões.

Em suma, as populações têm certa estabilidade, que permite estudá-las, mas essa estabilidade não é tal que elas não possam e não devam mesmo modificar-se necessariamente, aqui num sentido, ali noutro, conforme a composição respectiva e conforme as condições do meio. E' dessas interações sem número que resulta a persistência da vida, apesar de um rendimento infimo e graças à formidável fecundidade da matéria viva.

Não há, diz Vernadski, *na superfície terrestre, força química mais imutável e, por conseguinte, mais poderosa em suas conseqüências finais, do que os organismos vivos tomados em sua totalidade* (8).

(8) Vernadski — *A biosfera*, pág. 27. O termo "imutável" só deve, evidentemente, aplicar-se nesta citação ao conjunto dos seres vivos.

• • •
Até hoje, nenhuma classe transferiu pacificamente à outra a sua posição no poder como classe dominante.

•
Não se deve confundir a possibilidade com a realidade.

•
Marx descobriu as contradições básicas do modo burguês da produção e por isso pôde estabelecer e explicar a lei do seu desenvolvimento.

•
Sem que existam condições objetivas e subjetivas, a revolução é impossível.

•
Para os marxistas, a revolução significa tão somente a substituição de uma classe no poder por outra classe.

•
Marx estudou e estabeleceu as leis do desenvolvimento da sociedade capitalista. As da sociedade comunista serão estudadas e estabelecidas quando o comunismo se impuser à sociedade humana.

•
Só um governo de trabalhadores pode realizar a democracia. Só um governo de trabalhadores pode transformar a democracia formal em democracia real. — (Scrutator — in *Jornal de Debates*, 19-7-46).

De Tudo, um Pouco...

PROFESSOR PEREIRA LIRA — Acaba de ser agraciado com uma bênção pontifícia o Professor Pereira Lira, ex-chefe de Polícia e atual chefe da casa civil do Presidente da República.

Ao Professor Pereira Lira os nossos mais sinceros parabens pela merecida distinção que acaba de lhe ser concedida. (*A Cruz* — 12-1-947.)

SITUAÇÃO BRASILEIRA — Um quadro alarmante e patético apresenta-se diante dos nossos olhos. Crianças raquíticas, ou tomadas de vermes, enchem as nossas escolas, não somente nas cidades do interior e zonas rurais, como até nos grupos da capital. Uma educadora sanitária narrou-me, entristecida, que viu crianças devorando, até os últimos vestígios, com gana apavorante, merendas que eram apenas farinha de mandioca e grãos de feijão. E, quando lhes perguntaram porque não trouxeram quantidade maior, responderam que nada havia sobrado em casa!

Se os lares remediados não podem contar com alimentação que contenha as calorias e vitaminas exigidas para a manutenção da vitalidade, que se dirá dos pobres que trabalham dez horas a fio, para obter o salário, sujeitos a longas viagens para atingir o tugúrio em que vegetam! A fome está matando centenas de pessoas em nossa terra. Não é a falta de refeições, mas a alimentação insuficiente.

Filhos e espôsas de trabalhadores morrem de enfermidades banais, por falta de resistência orgânica. Outros não podem dispor do dinheiro necessário para comprar remédios caríssimos, que lhes garantiriam a vida dos entes queridos.

Qual o motivo desse tristíssimo estado de coisas? Não tenho dúvidas em afirmar que existe um só culpado de tamanha miséria: a ambição desordenada de um punhado de ricos desumanos que fizeram do seu dinheiro um trabuco, à vista do qual arrancam, não somente o dinheiro, mas com ele também a vida de nossos trabalhadores.

(Guaraci Silveira — *Diário do Congresso*, 14-12-946.)

QUE É A MERCADORIA? — Quando dizemos, seguindo o costume, que a mercadoria é valor de uso e valor de troca, afirmamos, realmente, uma falsidade. A mercadoria é valor de uso, ou objeto de uso e valor. Assume este duplo aspecto, este aspecto real de vez que seu valor possui uma forma de manifestação própria, diferente de sua forma natural, isto é, a forma de valor de troca. Tomada isoladamente, nunca tem esta forma e só a adquire na relação de valor ou de troca que se estabelece entre ela e outra mercadoria de espécie diferente. Sabido isso, aquela forma de expressão torna-se inócua e serve apenas para ganhar tempo. (Marx — *Le Capital* — Tome I, pág. 40 — Costes, Éditeur, 1930.)

O DESENVOLVIMENTO CULTURAL DA U.R.S.S. DENTRO DO NOVO PLANO QUINQUENAL

por I. LERSKI.

O novo plano quinquenal para a reconstrução e desenvolvimento da economia nacional da URSS faz o nosso país retomar o caminho do desenvolvimento econômico e cultural, tal como foi traçado pelo XVIII Congresso do Partido e temporariamente interrompido pelo pérfido ataque desfechado pela Alemanha fascista contra nossa Pátria.

O fim vitorioso da Grande Guerra Patriótica abriu, diante do povo soviético, perspectivas grandiosas para o subsequente desenvolvimento do nosso Estado socialista. O novo plano quinquenal determina as seguintes tarefas básicas na esfera da organização cultural: 1) Não somente alcançar, mas também superar, dentro de pouco tempo, o alto nível das realizações científicas, atingido em qualquer país estrangeiro; 2) levar a cultura e a arte soviéticas a um novo florescimento; 3) reconstruir, nas regiões libertadas da ocupação alemã, as instituições culturais destruídas pelo inimigo, como sejam: as escolas, os colégios, institutos científicos, museus, teatros, cinemas, clubes, bibliotecas, salas de leitura das aldeias, bem como assegurar o subsequente desenvolvimento dessas instituições; 4) preparar novos grandes contingentes de pessoal científico e técnico qualificado, bem como elevar qualitativamente o ensino em todos os graus da instrução pública.

A execução das tarefas, impostas pelo novo plano quinquenal para a reconstrução e desenvolvimento da economia nacional da URSS para os anos 1946-1950, exigirá de todo o povo soviético o dispêndio de enorme esforço criador. E aos intelectuais soviéticos, a esta tão importante parte integrante do nosso povo, caberá papel de grande destaque na tarefa de dotar a produção industrial e a agricultura com todas as inovações criadas pela ciência e pela técnica modernas. Esses problemas não podem ser solucionados sinão com a criação de numerosos quadros de especialistas altamente qualificados, providos com o que de mais moderno existe no campo da ciência e da técnica e capazes de dar vigoroso impulso ao progresso e ao desenvolvimento da ciência, bem como aproveitar na esfera da produção as descobertas conseguidas.

“Em nossa época de tão altos recursos técnicos e da larga aplicação da ciência na produção — disse o camarada Mólotov — quando já se tornou possível a utilização, também, da energia atômica e de outras grandes descobertas técnicas, deve ser dedicada, nos planos econômicos, máxima atenção aos problemas técnicos, aos problemas da elevação do nível técnico da nossa indústria e ao problema da criação de quadros de pessoal técnico altamente qualificado. Devemos aplicar as realizações da técnica moderna mundial a todos os sectores da indústria e da eco-

nomia nacional e, outrossim, assegurar as necessárias condições para um constante, imperturbável progresso da ciência e da técnica soviéticas. O inimigo perturbou nosso trabalho pacífico e criador, mas podemos recuperar tudo que é necessário e conseguir o florescimento do nosso país. Teremos aqui a energia atômica e ainda muitas coisas mais."

Nosso país possui um potencial científico bastante alto para poder solucionar os problemas do subsequente progresso técnico na economia nacional, bem como para superar, em futuro muito próximo, os sucessos da ciência conseguidos em países estrangeiros.

Tanto o Partido como o governo soviético sempre dedicaram extraordinário desvelo à ciência e aos cientistas. E atualmente este zelo e estas atenções exprimem-se com força ainda maior nas diligências do governo, dirigidas para o máximo melhoramento das condições de vida, dos sábios cientistas e dos seus colaboradores. Para os cientistas soviéticos criaram-se todas as condições necessárias para um trabalho produtivo e criador.

A execução com êxito do novo plano quinquenal exigirá grandes reforços nos quadros do pessoal especializado. Adquire a mais alta importância para o Estado o preparo de pesquisadores científicos. Será consideravelmente aumentado o número dos aspirantes às escolas superiores, bem como dos institutos de pesquisa científica. Neste sector, um grande trabalho será realizado pela Academia de Ciências da URSS. Muita atenção será dedicada, também, à elevação da qualificação científica dos novos assistentes dos institutos de pesquisa científica e das instituições de ensino superior.

Pelo novo plano quinquenal foi imposta a tarefa de "dar maior amplitude ao preparo de especialistas, de qualificação superior e média, para as indústrias de energia elétrica, de combustíveis e metalúrgica, para a agricultura e para os transportes ferroviários, bem como ao preparo de professores para as escolas primárias e secundárias; organizar o preparo de especialistas altamente qualificados, na aplicação da nova técnica; elevar qualitativamente o preparo de quadros do pessoal de qualificação superior e média".

No desenvolvimento do ensino superior foram alcançados, no nosso país, grandes êxitos nos anos do regime soviético. Basta mencionar, que, já no ano 1941, contávamos com 1,5 milhões de especialistas com curso superior, ao passo que na Rússia tsarista o número de tais especialistas apenas ultrapassava os 10 mil. Pelo número de estudantes que frequentam as escolas superiores, nosso país, já antes da segunda guerra mundial, ocupava o primeiro lugar entre as nações do mundo.

O próximo quinquênio distinguir-se-á por novos êxitos nesse sector. No ano de 1950, as instituições de ensino superior serão-frequentadas, na URSS, por 674 mil estudantes, isto é, por 130 mil mais do que em 1945. No decurso do quinquênio todo, diplomar-se-ão pelas escolas superiores mais de 600.000 especialistas. Desta forma, contar-se-ão na União Soviética, em 1950, cerca de 2,5 milhões de pessoas possuindo curso superior completo. Tal número ultrapassa em 65% o registado em 1941.

Dedicou-se, no novo plano quinquenal, especial atenção ao preparo de especialistas que possuem instrução correspondente a um curso secundário. Assim, por exemplo, será, em 1950, de 1.280.000 o número de alunos nas escolas técnicas e nos demais estabelecimentos de ensino secundário especializado, o que representa, em relação ao ano 1940, um aumento de 56%, e de 42,5% em relação ao ano 1945.

Nas condições do grandioso progresso técnico, determinado pelo novo plano quinquenal, têm caráter decisivo não apenas os quadros de pessoal com qualificação superior e média, mas também os qualificados para a produção em massa. No ano 1940, segundo a sugestão do camarada Stálin, foram criadas escolas operárias, nas quais se formavam anualmente centenas de milhares de operários qualificados. E o papel desempenhado nos anos da Guerra Patriótica pelas reservas do trabalho, preparadas nessas escolas operárias, é sobejamente conhecido.

O novo plano quinquenal prevê o subsequente desenvolvimento de todo o sistema do preparo dos quadros qualificados para a produção em massa. No sistema das reservas estatais do trabalho está previsto o preparo técnico de 4,5 milhões de trabalhadores, o que representa 2/3 dos contingentes necessários para o reforço dos quadros de operários qualificados. Além disso, outros 7,7 milhões de trabalhadores receberão instrução adequada, enquanto 13,9 milhões elevarão sua respectiva qualificação na produção.

No que diz respeito à edificação escolar, as realizações neste sentido acham-se determinadas pela tarefa do restabelecimento do sistema da instrução obrigatória geral para as crianças, suspenso pela guerra. No ano 1950, o número das escolas primárias, das do curso de 7 anos e das secundárias terá chegado a 193 mil, e o número total dos alunos matriculados a 31,8 milhões. Fica assim assegurado o ensino obrigatório geral para as crianças, desde a idade de 7 anos, quer nas cidades, quer nas aldeias.

Na propagação do ensino secundário, revela-se a grande importância adquirida pelas escolas da juventude operária e camponesa, surgida graças à iniciativa do komsomol leniniano. Na base de ampla organização dessas escolas será assegurada uma boa instrução para a parte da juventude soviética que, nas condições criadas pela Guerra Patriótica e pela ocupação temporária de uma série de regiões da União Soviética, ficou impossibilitada de receber instrução escolar normal. As escolas da juventude operária e camponesa facultam a instrução secundária sem a necessidade de subtrair os alunos à produção.

Tudo isso aumenta de modo sensível a necessidade de ampliar os quadros pedagógicos de todos os estabelecimentos de ensino. E para resolver este problema determina o novo plano quinquenal uma série de diligências para o preparo de contingentes de professores, do que resultará, no fim do quinquênio, um reforço de 2-3 pedagogos para cada escola da URSS.

No decurso do quinquênio, será realizado imenso programa de edificação escolar, destinado a consolidar e a ampliar a base material das escolas primárias, das do curso de 7 anos e das secundárias. Em primeiro lugar, serão executadas as obras de edificação escolar nas regiões que

foram submetidas à ocupação alemã. Parte considerável dos recursos destinados à edificação escolar será empregada na construção e na reorganização da rede escolar em zonas rurais.

Muita atenção requer o subsequente melhoramento dos métodos da educação e do tratamento das crianças. Será assegurada de maneira completa a educação, em casas de infância, dos órfãos que perderam os respectivos pais no decorrer da Guerra Patriótica. O número de crianças nos jardins de infância chegará a 2.260.000 em 1950, o que quer dizer que ultrapassará em 2 vezes o de 1940.

O plano quinquenal assegura o cumprimento da decisão do Partido e do governo tomada em 1943 e que se refere ao sustento, à educação e à instrução dos órfãos, filhos de combatentes do Exército Vermelho e de guerrilheiros da Guerra Patriótica, ou filhos de funcionários soviéticos e de membros ativos do Partido que perderam a vida nas regiões ocupadas pelo inimigo. Essa educação, a expensas do Estado, será dada nas escolas de Suvórov e nas de Narrimov, em escolas operárias especiais e em casas de infância adrede construídas. Somente a nossa Pátria socialista pode impor a si mesma tarefas tão grandes e executá-las com êxito.

O novo plano quinquenal é, também, o plano do maior reflorescimento da arte soviética. Dirigida para as imensas massas, ela é, tanto pelo seu conteúdo como pelo seu sentido social, a mais avançada do mundo. A arte soviética constitui poderoso instrumento de educação comunista. Graças à política nacional de Lênin e de Stálin, todos os povos que habitam nosso país podem desfrutar largamente das liberdades concedidas para desenvolverem em todos os sentidos as respectivas culturas, nacionais em sua forma e socialistas no seu conteúdo. Nos anos da Grande Guerra Patriótica, a arte soviética contribuiu de modo eficaz na mobilização das massas populares para a reação contra o inimigo.

A base material da arte soviética será consideravelmente ampliada. Durante o quinquênio, serão reconstruídos 66 teatros com a capacidade para 64.000 espectadores. Serão também reconstruídos todos os museus que foram destruídos pelo inimigo.

O número de salões para projeção cinematográfica, incluindo o necessário equipamento, será de 46.700, isto é, 18.700 a mais do que existia em 1940. Cada centro regional bem como cada localidade de tipo urbano receberão o necessário equipamento para a instalação de salões permanentes para projeções cinematográficas. Alarga-se também a cine-rede nas aldeias. A cine-rede das regiões, que sofreram da ocupação alemã, voltará, já em 1947, às suas proporções anteriores à guerra.

Para melhorar o serviço cinematográfico para a população torna-se necessário, além da ampliação da cine-rede, a criação em quantidade suficiente de filmes de alto teor artístico. Epregar-se-ão, portanto, grandes recursos na reconstrução e edificação de estúdios cinematográficos, bem como no aumento das potencialidades de produção. Restauram-se os estúdios cinematográficos de Leningrado, de Kiev, de Minsk e de Riga. Recebem o mais adiantado equipamento técnico os estúdios cinematográficos de Tiflís, Bakú, Tachként e Erivan. Um aumento especial da sua

capacidade terá a base de filmagem em Moscou. E um grande desenvolvimento é previsto também para a cinematografia technicolor.

O plano prevê um aumento considerável do número de clubes e de bibliotecas populares, quer nas cidades, quer nas aldeias. No ano 1950, ultrapassará 284 mil o número total dessas instituições.

A realização do novo plano quinquenal resultará num subsequente aumento do poderio do Estado soviético, na elevação do nível material e cultural dos trabalhadores e num novo florescimento da ciência, da técnica e da cultura soviéticas.

(Traduzido diretamente de *Krásnaia Sviesdá*, de 28-4-1946, n. 6.254.)

• •

COMO FICAMOS PARA TRAS ! — Relativamente ao problema migratório, as cifras são desanimadoras em relação ao Brasil. Há poucos dias, li um trabalho sobre imigração americana e vou repetir alguns pontos a título de curiosidade. A população americana atingia, em 1790, aproximadamente, a 4 milhões de habitantes. Um século depois, a América do Norte tinha uma população de 62 milhões, isso em 1890. Em 1930, quarenta anos depois, sua população era de 130 milhões, sendo que em quarenta anos ali entraram 23 milhões de imigrantes, o que significa cinco vezes mais imigrantes em quarenta anos que o Brasil em quatro séculos de existência. O coeficiente, por exemplo, na Argentina, em relação ao nosso, é este: lá, 20 %, aqui, 5 a 6 %. (João Daudt de Oliveira — *Diário da Assembléia* — 1-6-946.)

•

O QUE INTERESSA AOS NOSSOS OPERÁRIOS — O que interessa à classe operária é reforçar cada vez mais seus organismos: liberdade para seus sindicatos, autonomia para os mesmos, a fim de que possam judiciosamente, em determinado momento, seus membros, como cidadãos livres, saber do que lhes interessa ou não.

O que interessa à classe operária é que possa resolver sobre se é ou não aconselhável fazer greve para obter seus direitos. O que interessa à classe operária é garantir a jornada de 8 horas de trabalho, porque é já uma conquista histórica. (Caires de Brito — *Diário da Assembléia* — 19-5-946.)

•

INTERNACIONALISMO VERBAL — “A prática habitual, não só dos partidos da Segunda Internacional, sinão também dos que a abandonaram para reconhecer, somente em palavras, o internacionalismo, consiste em substituir, na propaganda, a agitação e o ativismo, pelo nacionalismo e o pacifismo pequeno-burguês.” (Lênin — *La guerra y la Humanidad*, pág. 91).

De Tudo, um Pouco...

TEORIA DO CAPITALISMO ORGANIZADO — A teoria do capitalismo organizado, trombeteada aos quatro ventos pelos arautos da burguesia, — os dirigentes social-democratas — é inteiramente impossível. Enquanto existir capitalismo, haverá concorrência, crises e guerras. A teoria do super-imperialismo de Hilferding, mais tarde desenvolvida por Kautski, com a sua teoria do "Trust Mundial Único", que pretendia ver, no desenvolvimento normal do capitalismo, a supressão das suas contradições fundamentais, no sentido da auto-organização da produção nos quadros capitalistas, é evidentemente uma teoria feita de encomenda pela burguesia para iludir os operários, com a miragem de uma passagem lenta e pacífica para o socialismo sem revolução. Esta teoria, alimentada pela estabilização relativa do capitalismo, logo após a guerra de 14, está hoje completamente desmentida pelos factos, pela vida, pela realidade. A formidável crise de nossos dias, demonstra, com evidência admirável, toda a imensa desorganização, o caos completo, a anarquia mais absoluta, reinantes na produção capitalista contemporânea.

ESTATÍSTICAS DE GREVES — As estatísticas oficiais indicam que cerca da metade das 2.293 interrupções de trabalho levadas a efeito, em 1945, na Inglaterra, não duraram mais que um dia; que 490 delas não duraram mais que dois dias; 240 mais que três dias; 137 mais que quatro dias; 153 conflitos duraram mais de seis dias, porém menos de doze; 21 duraram mais de vinte e quatro dias e menos de trinta e seis; e somente 12, de todas as interrupções de trabalho, duraram mais de trinta e cinco dias, afetando a 4.000 trabalhadores e determinando apenas uma perda de 78.000 dias de trabalho.

PARA ONDE CAMINHAMOS — *"Intelectualmente, a ciência já fez do homem um cidadão do universo. Podemos atribuir a desordem atual, pelo menos em parte, à necessidade, para um mundo tecnológico, de formar unidades econômicas e políticas maiores. Caminhamos a passos largos para um estado de coisas em que só haverá vida estável — se todo o planeta se unir numa só comunidade. Dado o progresso contínuo da ciência e da tecnologia, desde já parece inevitável e num futuro não muito revoto, uma forma qualquer de governo mundial."* (Artur H. Compton — *A ciência e o desenvolvimento da sociedade* — "in" *Jornal de Debates*, de 23-8-946.)

A Filosofia ao Alcance de Todos por Cécile Ungland

SÉTIMA LIÇÃO

II

AS LEIS DA DIALÉTICA

Definimos, na lição anterior, a dialética. Lembramos rapidamente o sentido da dialética hegeliana, explicamos como Marx e Engels haviam repostos essa dialética sobre os pés, ela que andava com a cabeça para baixo.

Engels assim define a dialética:

"A dialética é a ciência das leis gerais do movimento e da evolução; da natureza, da sociedade humana e do pensamento (1).

As leis gerais da evolução... podem reduzir-se a quatro leis:

1. A lei do movimento: tudo se transforma sem cessar.
2. A lei da contradição: em todas as coisas, forças contrárias se chocam, e sua luta cria o movimento.
3. A lei da ação recíproca: tudo influi sobre tudo.
4. A lei do progresso por saltos: a evolução conduz a revoluções.

1. A LEI DO MOVIMENTO: TUDO SE TRANSFORMA SEM CESSAR.

No século XVIII, o grande Newton, com todo o seu gênio, afirmava ainda que os corpos celestes eram eternos e que o universo era um todo que se mantinha idêntico a si próprio.

Kant e Laplace ensinaram aos homens que o céu não existe numa imobilidade eterna, e que ele tem uma história. Cada um dos astros está sujeito ao nascimento e à destruição. Há astros vivos e astros mortos, todos se apresentando em determinado momento de uma incessante evolução. O que enganou os astrónomos foi a gigantesca desproporção entre a duração de uma vida humana e a duração do desenvolvimento de um astro. A evolução sideral é tão lenta aos olhos do homem que o céu pareceu eterno durante muito tempo.

O céu tem sua história, como a terra tem também a sua. Os mitos do *Gênese*, que narram a criação da terra em seis dias pelo Padre Eterno, tiveram que ceder seu lugar à experiência e às hipóteses examinadas pelos

(1) Frederich Engels: *Anti-Dühring*, pág. 220, t. I.

geólogos: os atuais continentes, os mares os oceanos, as cadeias de montanhas de nossa era nem sempre existiram como tais, são um momento da história, o resultado de uma lenta evolução — da qual os geólogos investigam as etapas e encontram as leis.

Na superfície do nosso globo, a vida tem também sua história. A luta sustentada no século XIX pelos “transformistas” contra os “fixistas” foi enorme. A Bíblia dizia que Deus criara a terra com todas as espécies que a habitam; era, portanto, impossível admitir-se a evolução. Mas a observação e a experiência impuseram a sábios como Lamarck e Darwin a verdade do transformismo. Darwin havia trazido de suas viagens científicas a idéia que as espécies vegetais e animais se transformam. Voltando à pátria, ele quis verificar essa idéia por meio de observações que permitem a criação dos animais e das plantas. Ora, a Inglaterra, como diz Engels, é justamente a terra clássica da criação Darwin descobriu, assim, que a criação havia artificialmente provocado nos animais e plantas da mesma espécie diferenciações maiores do que as que se encontram geralmente entre as diversas espécies. Assim ficava provado: 1.º, a variabilidade das espécies; 2.º, a possibilidade de ancestrais comuns para espécies inteiramente diferentes.

Darwin investiga, então, se pode haver na natureza causas que, estranhas a qualquer intenção semelhante à causa do criador, trouxessem, entretanto, insensivelmente aos organismos modificações idênticas às que produz a criação. E descobriu as causas da evolução na existência de pequenas variações congênitas, suscetíveis de assegurar a vitória dos indivíduos na luta pela existência. As espécies se transformam pela seleção natural, pela sobrevivência do mais apto.

Assim, os seres vivos têm sua história. Do mesmo modo, as sociedades humanas têm sua história, seu *processus* de desenvolvimento. Como se passa com todos os fenômenos naturais, as estruturas sociais estão submetidas ao nascimento e ao desaparecimento, e Marx empreende o descobrimento das etapas e as leis dessa evolução.

O pensamento dos homens tem, enfim, a sua história. Não há lógica eterna; não há razão eterna; a razão formou-se pouco a pouco, no tempo, com recuos e saltos para a frente. Há etapas do pensamento, etapas da religião, etapas do pensamento matemático, das ciências experimentais, uma formação e um acabamento das ciências sociais e, como escrevia Engels, numa carta a Conrad Schmidt, em 27 de outubro de 1890:

“A história das ciências é a história da eliminação progressiva do erro; isto é, de sua substituição por um erro novo, mas cada vez menos absurdo” (2)

Há um belo trecho de Jaurès, no seu *Discurso à Juventude*, que consagra esse primeiro tema fundamental da dialética e ilustra, de maneira marcante, essa afirmação do movimento do ser:

“Nada é mais mentiroso que o velho adágio pessimista e reacionário do Eclesiastes desiludido: “não há nada de novo sob o sol”. O próprio sol foi em outros tempos uma novidade, e a terra foi uma novidade, e o ho-

(2) Marx Engels: *Estudos filosóficos*, pág. 157 E. S. I., 1935.

mem foi uma novidade. A história humana é uma luta incessante de invenção; e a perpétua evolução é uma perpétua criação (3).

2. A LEI DA CONTRADIÇÃO

Em todas as coisas, forças contrárias se defrontam, e sua luta cria o movimento.

Na antiguidade, um filósofo, prodigiosamente inteligente, Heraclito de Efeso, desenvolvera uma concepção geral do universo, segundo a qual a guerra, a luta é “a mãe de tudo o que passa”.

Hegel retoma essa idéia:

“A contradição, dizia ele, é o que empurra para a frente. Mas, de acordo com seu idealismo mistificador, ele via nessas contradições a expressão da “cólera de Deus”.

Marx e Engels, reunindo os resultados obtidos pelas ciências modernas, colocam ainda uma vez a dialética marchando com os pés e vêem na contradição o motor universal. A contradição existe objetivamente e, por assim dizer, em carne e osso, nas coisas e nos próprios fenômenos (4).

Naturalmente, considerando as coisas como em repouso e sem vida, isoladas, uma ao lado da outra e uma depois da outra, não encontraremos nenhuma contradição. Encontramos aí certas propriedades, umas comuns, outras diferentes ou mesmo contraditórias entre si, mas repartidas sobre objetos diferentes e sem contradição em si. Dentro desses limites, nós nos arranjaremos com os velhos métodos de pensamento da lógica clássica.

Mas, se considerarmos as coisas em seu movimento, sua modificação, sua vida, em sua ação recíproca, então é inteiramente diferente; penetraremos desde logo no terreno das contradições. Por exemplo: o movimento é uma contradição: o deslocamento só se pode realizar porque um corpo, num só e mesmo espaço de tempo, está num lugar e ao mesmo tempo noutro lugar, num só e mesmo lugar, e não nesse lugar. Foi assim que o famoso Zenon de Eléa, negando a contradição, negava também o movimento: a flecha que parece voar, não voa; seu movimento aparente é uma série de imobilidades.

Se o simples deslocamento mecânico de lugar já enfeixa em si uma contradição, ela é bem mais acentuada quando se trata da vida orgânica e de sua evolução. A vida é uma contradição que, constantemente, aparece e se resolve. O ser orgânico é, a cada momento, o mesmo e outro, porque, em cada instante, células morrem e outras se formam, e a vida do corpo é justamente a resolução dessa contradição: é a renovação da substância do corpo. Quando a contradição cessa entre o mesmo e o outro, entre o que é e o que não é mais, a vida também cessa; seja um grão de cevada que cai num terreno próprio: sob a ação do calor e da umidade, ele germina, morre o grão, é negado, é substituído pela planta que nasceu dele e que é a negação do grão. Essa planta cresce, floresce, é fecundada e produz novos grãos de cevada. Desde que sazonom, a haste morre, ela

(3) Jean Jaurès: *Discurso à juventude*, pág. 15 (Ed. Reider).

(4) Frederich Engels: *Anti-Dhuring*, pág. 181 e seguintes, t. 5.

também é negada, e o resultado dessa contradição e dessa negação em segundo grau é a multiplicação do grão de cevada.

Em se tratando de uma dália ou de uma orquídea: se tratarmos segundo os princípios da arte da horticultura o tubérculo e a planta que dele provém, o resultado dessa negação da negação é não somente a multiplicação do número de tubérculos, mas a melhora dos tubérculos, que produzirão mais belas flores.

Do mesmo modo, no terreno do pensamento não podemos escapar às contradições. Engels explica como o progresso do conhecimento que se desenvolve ao infinito, através das gerações, o progresso certo do conhecimento científico é o resultado de uma contradição entre a faculdade de conhecer do homem, que é interiormente ilimitada, e o fato de que esse conhecimento existe exclusivamente nos homens limitados em sua vida e que têm sempre um conhecimento limitado.

Essa lei da dialética, tal como a exprimem Marx e Engels, tôdas as ulteriores descobertas das ciências só fizeram comprová-la: essas descobertas dão-lhe cada vez mais força, mais realidade, mais objetividade.

A estrutura íntima do átomo, assim como a estrutura gigantesca do sistema planetário, repousam, uma e outra, na luta entre a atração e a repulsão.

As atuais descobertas dos físicos, tais como o professor Langevin ou Broglie, nos revelam, na estrutura da luz ou da matéria a solução de um longo conflito entre a hipótese ondulatória e a hipótese corpuscular. Durante três séculos, parecera aos mais eminentes físicos que a luz ou era transmissão de ondas contínuas, ou era emissão de corpúsculos; porque as hipóteses eram contraditórias, elas deviam excluir-se. Hoje, a mecânica ondulatória, nascida dessa luta de contrários, reconcilia a onda e os corpúsculos numa interpretação genial da matéria, da irradiação e da luz.

Paul Langevin apresenta o problema da orientação atual da física nestes termos, nos quais reconheceréis a autoridade da dialética:

“Uma síntese é necessária entre as duas concepções contínua e descontínua, antigamente opostas; essa síntese ainda não foi feita; estamos ainda numa conciliação, os corpúsculos ou fotons transportando e localizando a energia, e a quantidade de movimento e as ondas determinando, pela sua propagação, a possibilidade da presença dos fotons.”

3. A LEI DA AÇÃO RECÍPROCA: TUDO INFLUI EM TUDO.

A aparência das coisas, tanto quanto a ação rápida de cada dia, faz-nos pensar que os objetos imóveis e bem diferentes estejam sem ação uns sobre outros, sem dependência recíproca. Quando muito, formamos, à maneira da antiga lógica, séries causais: um fenômeno A determina um fenômeno B, que por sua vez determina um fenômeno C. A nuvem determina a chuva, que engrossa o rio, que inunda as terras cultivadas e determina também as perturbações da vida econômica de uma população, etc. Mas não vemos a unidade profunda, a estreita solidariedade dos fenômenos. O filósofo Kant, entrevendo essa lei da dialética, dizia que o princípio de causalidade é inseparável do princípio da ação recíproca universal, e que é impossível conceber o mundo sem uma interação das

diferentes séries causais. Já Pascal dizia: uma pedra lançada no mar movimentava todo o mar. Essa imagem é muito exata para representar a dependência e o condicionamento recíproco de todos os fenômenos.

As descobertas da biologia, na segunda metade do século XIX, esclareceram ainda mais esse problema e patentearam a realidade da dialética. Darwin descobre a lei da solidariedade profunda entre o ser vivo e o seu meio ambiente.

Na natureza inorgânica, a transformação da energia e a descoberta do equivalente mecânico do calor estabeleceram a continuidade entre as diferentes forças: mecânica, calor, eletricidade, magnetismo, etc..

E as descobertas ulteriores da psico-biologia e da sociologia vieram trazer uma luminosa confirmação a essa lei do condicionamento, demonstrando que o pensamento com suas operações mais perfeitas e mais intelectuais é condicionado por um conjunto de fatores fisiológicos e por um conjunto de fatores sociológicos.

Ficamos sabendo que:

1. O homem não é um império num império; não é um ser à parte do universo, um ser de uma essência particular e única. Suas atividades são o coroamento de uma evolução que procede das reações elementares da ameba até às reações mais puramente diferenciadas de um sistema nervoso muito hierarquizado.
2. O homem não é um indivíduo cujos pensamentos refletem uma natureza única e profundamente pessoal, mas o reflexo de sua formação social, de sua educação social, de sua atividade social.

“O método dialético considera que nenhum fenômeno da natureza pode ser compreendido se visto isoladamente e fora dos fenômenos que o circundam. Porque, qualquer fenômeno, em qualquer domínio da natureza, pode ser convertido em coisa sem sentido se o considerarmos fora das condições que o circundam, se o isolarmos de suas condições; pelo contrário, qualquer fenômeno pode ser compreendido e justificado se o considerarmos sob o ângulo de sua ligação indissolúvel com os fenômenos que o cercam, se o considerarmos tal como é, condicionado pelos fenômenos que o rodeiam (5).”

4. A LEI DO PROGRESSO POR SALTOS

A evolução conduz a revoluções. Para bem compreender essa quarta lei da dialética é preciso compreender a ligação exata entre quantidade e qualidade. Um filósofo contemporâneo, Bergson, esforçou-se por demonstrar, em seu manifesto, a oposição absoluta que existe entre quantidade e qualidade. Afirma que a vida interior, que é pura qualidade, deve ser apreendida, abstração feita de toda quantidade, de toda exterioridade. Ele separa e isola dois mundos: o exterior e o interior, o qualitativo e o quantitativo. E eis como um filósofo que parecera ter compreendido

(5) Stálin: *O materialismo dialético e o materialismo histórico*, pág. 8, Ed. Sociais, 1945.

didado uma verdade dialética afirmando o "devenir", o movimento, condenando o "concluído" em favor do "se fazendo", eis como esse filósofo volta à concepção metafísica e à velha lógica de Aristóteles com a exclusão dos opostos.

Qualidade e quantidade não se excluem, elas se parecem e se unem na própria evolução; a quantidade, quando cresce ou diminui, num grau determinado de crescimento, transforma-se em qualidade.

Engels nos diz a esse respeito:

"A certos graus de mudança quantitativa se produz subitamente uma conversão qualitativa... Um dos exemplos mais conhecidos é o da transformação dos estados de agregação da água que, sob uma pressão atmosférica normal, com a temperatura de 0° centígrado, passa do estado líquido ao estado sólido, e, à temperatura de 100° do estado líquido ao estado gasoso, de maneira que em cada um desses dois pontos climáticos a mudança puramente quantitativa da temperatura traz uma modificação no estado qualitativo da água (6).

Em química, essa lei da dialética se patenteia, de maneira ainda mais frisante: se tomardes a fórmula geral $C_n H_{2n} O_2$, que exprime a série de ácidos graxos monobásicos, e se derdes a n o valor 1, 2 ou 3, isto é segundo as modificações puramente quantitativas que fizerdes a fórmula sofrer, obtereis uma série de ácidos qualitativamente diferentes: ácido fórmico, ácido acético, ácido nítrico, etc.

Quando se trata de fenômenos humanos, de fenômenos sociais, a lei dialética é tão verdadeira quanto na física ou na química.

Eis o exemplo que Engels se diverte em fornecer-nos, terminando o capítulo XII do *Anti-Dühring*:

"Napoleão assim descreve o combate da cavalaria francesa mal montada, mal disciplinada, com os mamelucos, inconstavelmente a melhor cavalaria daquele tempo para um combate individual, mas indisciplinada: "Dois mamelucos eram absolutamente superiores a três franceses; cem mamelucos e cem franceses se equivaliam; 300 franceses eram, de ordinário, superiores a 300 mamelucos; mil franceses liquidavam sempre 1.500 mamelucos" (7).

Na ciência da economia política, Marx encontrou a lei dialética da mudança de quantidade em qualidade. A quarta parte de *O Capital* dá grande número de exemplos, entre os quais um dos mais simples é este: uma quantidade mínima determinada, se bem variável, de valor de troca, é necessária para tornar possível sua transformação em capital.

A consequência dessas relações objetivas entre quantidade e qualidade é a seguinte: durante certo tempo, variável e determinado, os objetos, as coisas, os seres não pareciam mudar de qualidade; de repente, por uma espécie de salto, de pulo, de mutação, de revolução, a mudança preparada de maneira quantitativa, lenta e contínua, se revela.

(6) Frederich Engels: *Anti-Dühring*, pág. 192, t. I.

(7) Idem, pág. 196, t. 5.

Os trabalhos da biologia, desde Darwin, confirmam brilhantemente essa notável descoberta de Marx e Engels: particularmente o estudo das mutações.

Consultai o livro de Marcel Prenan: *Biologia e Marxismo*. (Este trabalho está sendo publicado nesta revista). Ele explica de maneira admiravelmente clara a dialética da natureza: as mutações importantes, as mudanças qualitativas importantes de uma espécie vegetal ou animal procedendo de modificações no número de cromosomas. Nas mutações menos importantes, a mudança qualitativa, a mutação corresponde não a uma mudança no número de cromosomas, mas na modificação de um ou vários cromosomas pela perda ou troca de matéria.

Enfim, outrora, estava estabelecido pelos biólogos que a evolução não se fazia pela passagem insensível de uma forma a outra, mas por saltos nítidos, consideráveis, por verdadeiras revoluções.

Em vinte anos, num laboratório, uma única espécie de mosquito ofereceu mais de 400 mutações bruscas diferentes referentes à forma das asas, à disposição de suas nervuras, à forma ou à cor dos olhos, à forma e disposição dos pêlos que cobrem o corpo, à cor geral do corpo ou mesmo à fecundidade ou à vitalidade. Certos camarões de água doce dos países quentes podem dar, numa mesma postura, descendentes tão diferentes que os zoólogos desprevenidos os classificariam em diferentes espécies.

A história das sociedades humanas, quando nos apresenta sua evolução feita por saltos, crises, revoluções, revela-nos fenômenos tão naturais, tão determinados e tão necessários quanto as mutações em biologia.

* * *

Tais são as linhas fundamentais da dialética, que não é outra coisa senão o ritmo da mudança no pensamento, na natureza e na história, ritmo este submetido às leis da contradição e da ação recíproca e do progresso por saltos.

Assim conclui Engels:

Graças... aos progressos formidáveis das ciências naturais, estamos hoje em condições de apresentar um quadro sinóptico do conjunto da natureza sob uma forma quase sistemática, mediante fatos fornecidos pelas ciências naturais, experimentais. Era essa, antigamente, a tarefa do que se chamava filosofia da natureza — fornecer um quadro de conjunto. Ela não poderia fazê-lo senão substituindo as relações reais por ligações imaginárias, preenchendo as lacunas existentes na realidade por meio da simples imaginação.

Hoje, que só precisamos de interpretar os resultados do estudo da natureza dialeticamente, isto é, num sentido de encadeamento que lhe é próprio para chegar a um "sistema da natureza" satisfatório para nossa época... a filosofia na natureza está definitivamente posta de lado. Toda tentativa para ressuscitá-la seria não somente supérflua: seria uma regressão. (8).

(8) Frederich Engels: *Feuerbach*, etc., pág. 33.

CONCLUSÃO

1. O materialismo dialético repele toda filosofia entendida como um sistema dogmático; ela é uma reflexão sobre os resultados das ciências e sobre sua síntese.
2. O materialismo dialético repele toda filosofia que seja obra de um homem porque é impossível que um único cérebro humano possa conter em si próprio o conhecimento de toda a história do mundo. O materialismo dialético nos ensina, como método da reflexão filosófica, o trabalho em comum, por equipes. O trabalho filosófico é um trabalho enciclopédico. (Ele justifica o método dos filósofos do século XVIII).
3. O trabalho filosófico, assim entendido, nunca termina, o pensamento deve constantemente progredir, deve penetrar cada vez melhor na realidade, corrigir-se e ultrapassar-se incessantemente. Quando Marx, no fim da vida, declarava que não era marxista, procurava dar uma lição àqueles que pretendem fazer do marxismo uma espécie de credo ou de catecismo. Ser marxista é adotar a firme e inquebrantável resolução de conquistar sempre novos conhecimentos, de submeter incansavelmente à experiência, para as modificar e retificar, as idéias que formou.
4. O materialismo dialético é uma filosofia libertadora porque é a pesquisa das leis da natureza, do pensamento e da sociedade. Realmente, enquanto o homem ignora as leis da realidade, é dominado por elas; está submetido à natureza e à sociedade enquanto não conhece as leis da sua evolução. No dia em que compreende a natureza dos fenômenos, torna-se capaz de preveni-los e modificá-los conforme suas leis. E' assim que, segundo Engels, a humanidade sairá enfim do reino da fatalidade para entrar no da liberdade (9). A ambição do materialismo dialético é a ambição da mais sábia tradição filosófica francesa: a de Descartes e dos filósofos do "século das luzes": assegurar o domínio do homem sobre a terra, "tornar-se senhor e dono da natureza" (Descartes).

(9) Engels: *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, pág. 26. EIS, 1945.

O modo de produção é que determina toda a orientação do desenvolvimento da sociedade.

"Todo homem que possui mais do que é necessário para sua vida, para a vida dos seus e para o desenvolvimento normal da sua inteligência, — é um ladrão." (Romain Rolland, *Jean Cristoph*, 5.º vol. págs. 46 e 47, Livraria O GLOBO).

Que Dizem Nossos Jornais

SEGUNDO O PONTO DE VISTA DO MARECHAL MONTGOMERY, A NAÇÃO QUE MAIS SOFREU COM A GUERRA FOI A U.R.S.S.

MOSCOU, 6 (Por Walter Cronkite, correspondente da "United Press") — O marechal de campo Bernhard Montgomery, chefe do Estado Maior Geral do Império britânico, chegou hoje a esta capital, para uma visita à União Soviética e ao Exército deste país.

Montgomery desembarcou às 15,15 (hora local), sob o cair da neve, sendo recebido pelo chefe do Estado Maior Geral soviético, general Vassilevski, pelo embaixador britânico, dignitários estrangeiros e a Guarda de Honra.

O marechal leu a seguinte declaração escrita para o rádio de Moscou e os jornais cinematográficos soviéticos:

"Venho à Rússia como soldado. Quero render tributo ao Exército soviético, esse poderoso exército que desempenhou papel tão grande na vitória dos aliados sobre as potências do Eixo, na última guerra. Essa guerra causou longa, terrível e grande devastação.

"Quando veio a paz, tivemos de construir o mundo novo das ruínas do velho. E durante os primeiros dias de paz, algumas nações pretenderam proclamar que haviam sofrido mais severamente na guerra do que qualquer outra nação e, por isso, deveriam ter tratamento preferencial.

"Mas o meu ponto de vista, por pouco que valha, é o de que a nação que mais severamente sofreu foi a Rússia. O seu povo não se queixou e suportou num silêncio heróico o sofrimento, lutando decididamente contra o traíçoeiro invasor alemão.

"Quero estabelecer contacto amistoso com o Exército soviético e espero que, desse contacto amistoso, se desenvolva e cresça maior harmonia, confiança mútua e relações felizes entre os nossos exércitos, o que reverterá em benefício de nós todos. Bom dia a todos vós!"

Montgomery falou em inglês, mas terminou com um forte "Dobrydjen", que significa bom-dia.

Soubese que o marechal trouxe como presente para Vassilevski uma caixa de *whiskey* escocês na qual se lê: "A Grã Bretanha entrega mercadorias". (*Diário de Notícias*, 7-1-947.)

ISSO É DEMOCRACIA ?

O ator cinematográfico Dean Jagger quis casar-se, na Califórnia, com a senhorita Glória Ling, filha de chinês com branca. Não conseguiu, entretanto, licença para o casamento, porque as leis do Estado da Cali-

fórnica proibem as uniões entre arianos e mongóis. Note-se: miss Ling nasceu nos Estados Unidos, é, portanto, cidadã norte-americana.

Outro caso, também recente:

O sr. Harry Crocker, ariano puro de ascendência franco-canadense, casou-se com a filha de um índio Iroquois puro-sangue. Dêse consórcio nasceram duas moças — Alicia e Muriel. Um dia, o sr. Crocker resolveu estabelecer-se no “país da liberdade”. Foi para Hollywood e ali montou casa. Reuniram-se, porém, os vizinhos e exigiram que a família mudasse de pouso. A sra. Crocker e suas filhas eram criaturas sérias e trabalhadoras, “but their skins were dark”. Levada a questão à Côte Superior de Justiça, o juiz Ruben S. Schmidt decidiu-a de uma forma admirável: mr. Crocker poderia ficar na casa, por tratar-se de um “true Caucasian”; sua mulher e suas filhas teriam, contudo, de transferir-se para um bairro de “colored people”. E ainda acrescentou: “Nenhuma objeção há a fazer pessoalmente às “Crockers, senão o de não serem brancas”.

Isso é Democracia? Hitler, talvez, dissesse que sim. Nós, entretanto, diremos que não. E o mais triste é lembrar a gente que os nossos soldados derramaram o seu sangue para ajudar a defender um país onde o racismo, tanto quanto na Alemanha nazi, atingiu a formas tão monstruosas de bestialidade e estupidez. (*Diretrizes* — 20-2-947).

COISAS DA “DEMOCRACIA” AMERICANA

“A Câmara dos Representantes do Estado de Georgia aprovou, por 123 votos contra 62, o projeto de lei eleitoral que consagra a “supremacia branca”. Essa medida, de que foi campeã Eugene Talmadge (que faleceu pouco depois de sua eleição para governador), proíbe o voto dos negros nas eleições preliminares daquele Estado”.

Isto se passa nos Estados Unidos, nação que pretende ensinar democracia ao mundo. (*Diretrizes* — 30-1-947.)

MORRERAM MAIS CRIANÇAS DO QUE SOLDADOS NA GUERRA

WASHINGTON, 25 (Associated Press) — Miss Catherine Lenroot, chefe do Departamento Trabalhista do Bureau da Criança, declarou que é mais perigoso ser criança nos Estados Unidos do que participar de uma grande guerra. Falando na 21.ª Conferência Anual das Mulheres Patriotas sobre a Defesa Nacional, Miss Lenroot declarou: “Entre Pearl Harbor e o Dia V. 450.000 crianças morrem em virtude da falta de uma boa assistência médica — quasi duas vezes o número de soldados americanos mortos em combate no mesmo período”. (*O Jornal* — 26-1-1947.)

SOBRE AS MODERNAS TEORIAS BURGUE-SAS DA EVOLUÇÃO SOCIAL

G. ALEKSANDROV.

Relatório lido na sessão da Academia de Ciências da URSS, realizada em 4 de junho de 1946.

I

Na sociologia estrangeira, principalmente na anglo-americana, apareceu ultimamente uma considerável quantidade de obras, nas quais os respectivos autores procuram analisar a história, a estrutura e as forças motrizes do desenvolvimento da sociedade contemporânea. Passaram a dedicar-se a tais estudos sociológicos quer historiadores e filósofos, quer economistas e juristas, quer políticos, jornalistas e diplomatas. E as exposições das livrarias estão cheias de obras grandes e pequenas, cujos autores — ora nomes já bem conhecidos, ora pouco conhecidos, ora totalmente novos para o público — oferecem aos leitores seus respectivos pontos de vista sobre o mundo e os caminhos para uma ordem social melhor.

NOS MOMENTOS DE CRISES

Essa abundância de literatura sobre questões sociais vem confirmar, de modo convincente, a existência da seguinte importante particularidade no desenvolvimento da ciência sociológica: quanto mais críticos são os períodos pelos quais passam a sociedade e o Estado, quanto maiores e mais aguçadas são, na sociedade, as contradições de ordem interna, as crises externas e os conflitos, tanto mais encarniçada é a luta e mais apaixonadas são as discussões que se levantam em todos os ramos da ciência social. E é justamente dessa natureza o período que a sociologia burguesa atravessa atualmente. Estamos, assim, em presença das maiores tentativas, feitas pelos sociólogos burgueses, de oferecer uma interpretação dos fenômenos que caracterizam a época atual, tendo postó a sociologia ao serviço da política dos seus respectivos governos.

SOCIOLOGIA FACCIOSA

Devemos, desde logo, contudo, prestar atenção ao fato de que a sociologia, na acepção antiga desta palavra — visando a criação de um quadro completo e harmonioso do desenvolvimento da sociedade humana, já não existe mais. Os sociólogos burgueses, como regra geral, desistiram da análise da sociedade considerada em conjunto e do estudo das

suas leis, sujeitando agora este ramo do conhecimento humano aos interesses políticos da época. Disso resultou o entrelaçamento da sociologia com a publicística, observado atualmente em quasi todos os países estrangeiros.

Um grupo de sociólogos contemporâneos voltou-se, com entusiasmo, para o estudo e comentários críticos das pesquisas sociológicas realizadas anteriormente. E é no desabrochar da sociologia — nos seus representantes: Hugo van Groot (Hugo Grocio), Vico, Montesquieu, Maquiaveli, Spinoza, Comte, Spencer, Saint-Simon — que os sociólogos modernos vão procurar o material que possa ser aproveitado nas tentativas de determinar o caráter da fase atual do desenvolvimento da sociedade. Provém daqui a abundância das obras sobre a história da sociologia e sobre as ciências sociais. Entre os livros ultimamente publicados, encontramos os seguintes: BOGARDUS — *A Evolução do Pensamento Social*; BERNARD — *As Origens da Sociologia Americana. O Desenvolvimento da Sociologia Científica nos EE. UU.*; PETER SCHUM — *O Capitalismo, o Socialismo e a Democracia*; JAFFE — *Os Homens de Ciência na América. O Papel da Ciência no Desenvolvimento do Nosso País*; DAMPIER-WHETHAM — *A História da Ciência e Sua Relação com a Filosofia*; BERNAL — *As Funções Sociais da Ciência*; BOGART — *História Econômica da Europa*; MANFORD — *História das Utopias*; RILEY — *O Pensamento Americano, Do Puritanismo ao Pragmatismo e Mais Além*; CAILLOIS — *O Mito e o Homem*; COLLINGWOOD — *O Novo Leviatã ou o Homem, a Sociedade, a Civilização e a Barbaria*. (1)

Outros sociólogos estrangeiros vêm o progresso da ciência social não tanto na aplicação da experiência, baseada na história dos conhecimentos sociais, para solucionar os problemas da atualidade, como na apresentação de novas teorias e hipóteses. Daí a publicação de um grande número de livros e artigos, nos quais se vê a pretensão dos respectivos autores de ter, cada um deles, elaborado e fundamentado algum "novo" conceito sobre a estrutura da sociedade e as forças motrizes do desenvolvimento histórico. Tais "obras", que, em regra, se distinguem por

(1) BOGARDUS, E. S.: *Development of Social Thought*. New York. Longmans, Green & Co. 1940. VIII. 564 p. — BERNARD, L. L.: *The Origin of the American Sociology. The Development of the Scientific Sociology in the U. S. A.* 1943. — SCHUM, PETER: *Capitalism, Socialism and Democracy*. N. Y. Harper. 1942. 381 p. — JAFFE: *The People of Science in America. The Role of Science in the Development of Our Country*. — DAMPIER-WHETHAM, W. C. D.: *A History of Science and Its Relation with Philosophy and Religion*. Cambridge. XXII. 514 p. — BERNAL: *The Social Functions of Science*. London. 1943. — BOGART, E. L.: *Economic History of Europe 1760-1939*. Longmans, Green & Co. London — New York — Toronto. 1942. — MANFORD: *The Story of Utopias*. N. Y. 1941. 415 p. — RILEY: *American Thought from Puritanism to Pragmatism and Beyond*. N. Y. 1941. 438 p. — CAILLOIS: *Le Mythe et l'Homme*. Paris. 1938. 294 p. — COLLINGWOOD, R. G.: *New Leviathan or Man, Society, Civilisation and Barbarism*. Oxford. Clarendon Press. 1944. 387 p.

uma forma teórico-especulativa por demais abstracta, são, não raro, declaradamente, de um caráter místico-religioso ou psicológico-subjetivo. Justamente a esta categoria de trabalho pertencem os livros que passamos a mencionar: GLOYN — *O papel da Igreja na Ordem Social*; SMYTH — *A Religião e a Política*; BOWEN — *A Igreja e o Progresso Social*; GRIFFITH — *O Racismo e a Fé Mundial*; CASSERLEY — *A Providência e a História*; a seleta sob o título geral de *As Bases Cristãs da Ordem Mundial*; WALLIS — *Os Messias e o Seu Papel na Civilização*; a seleta intitulada *A Ciência, a Filosofia e a Religião*, e a obra de PITIRIM SOROKIN — *A Crise do Nosso Século*. Caráter idêntico revelam dezenas de outros livros sobre temas semelhantes. (2)

SOCIOLOGIA DE CARÁTER PARTICULAR

O insucesso das tentativas dos sociólogos burgueses de deslindar com acerto o processo regular de desenvolvimento da sociedade contemporânea, de distinguir suas forças motrizes básicas e de prever, ao menos, mesmo de um modo elementar, o futuro desse desenvolvimento, conduziu-os ao ponto em que os problemas gerais da sociologia ficam cada vez mais relegados para o lado, enquanto a atenção é toda ela dedicada a pesquisas de caráter específico, secundário, suplementar. Um grupo importante de representantes do pensamento sociológico estrangeiro, tendo perdido a fé na sinceridade e no valor das teorias gerais do processo histórico, desistiu por completo da elaboração de obras dedicadas aos problemas sociais gerais e, tendo reproduzido, neste campo, os argumentos neo-kantianos contra a própria possibilidade de uma ciência social, passou a dedicar seus esforços ao esclarecimento e à descrição dos fenômenos específicos, mais que concretos, da vida social, política, econômica ou espiritual do ser humano. O ex-presidente da Sociedade Sociológica Americana, Lundberg, convida os sociólogos a desistirem das obras gerais e a dedicarem-se a estudos sobre os negros, a criminalidade, comunidades avulsas, a família, o casamento e outras questões específicas que, embora não representem, por si mesmas, a ciência sociológica, constituem, no

(2) GLOYN, C. K.: *The Church in the Social Order*. Forest Grove. Oregon. New Times publ. 1942. 201 p. — SMYTH, Ch.: — *Religion and Politics*. 1943. — BOWEN, M.: *The Church and Social Progress*. London. Watts. 1945. XIV. 86 p. — GRIFFITH, G. O.: *Racialism and World Faith*. Lutterwoth Pr. 1942. 168 p. — CASSERLEY, J. V. L.: *Providence and History. A Tale of Two Cities*. London. Dacre Press. 1940. — HANDBOOK: *Christian Bases of World Order*. The Merric Lectures for 1943. N. Y. Nashville. Abingdon — Cokesbury. 1943. — WALLIS, W.: *Messiahs, their Role in the Civilisation*. — HANDBOOK: *Science, Philosophy and Religion*. Washington. D. C. 1943. 213 p. — SOROKIN, P. A.: *The Crisis of Our Age. The Social and Cultural Outlook*. New York. Dutton. 1943.

entanto, seus alicerces e o material para a futura criação desta. Entre as centenas de livros, opúsculos e artigos publicados por autores que tomaram aquele rumo, destacam-se, como sendo trabalhos típicos desse gênero, as seguintes obras: E. R. GROVES — *A Família e Suas Funções Sociais*; M. C. ELMER — *A Sociologia e a Família*; MUKERJEE RADHAKAMEL — *O Homem e Sua Habitação*; CALHOUN — *História da Família Americana*; BURGESS e COTTRELL — *O Êxito e Malôgro das Predições no Casamento*; R. MALKIN — *O Casamento, a Moral e a Guerra*; S. D. BACON — *A Sociologia e os Problemas do Alcool*; J. J. WORLEY — *A Filosofia Social da Cooperação*; W. COLE e C. S. MONTGOMERY — *Sociologia Escolar*; R. M. DINKEL — *O Conflito na Família Entre os Pais e os Filhos*; L. A. COOK — *Um Estudo Sociográfico Experimental do 10.º Ano do Curso Secundário*; H. C. DEN — *O Período de Transição na Pedagogia*. (3)

O exame dos trabalhos deste gênero revela que os sociólogos burgueses, não tendo conseguido criar obras científicas sobre os problemas gerais do desenvolvimento da sociedade, apresentam, todavia, às vezes, estudos preciosos sobre vários pontos e problemas específicos da vida social.

DIRETRIZES BÁSICAS

Seria um grande erro não reconhecer — devido à diversidade dos meios empregados na seleção e na exposição do respectivo material, ou devido às formas peculiares das pesquisas e dos respectivos métodos empregados na sua realização — as diretrizes básicas da maior parte desses trabalhos dedicados a problemas sociológicos. Com referência ao sentido básico dos modernos estudos sociológicos estrangeiros, pode ser dito que

(3) GROVES, E. R.: *The Family and Its Social Functions*. N. Y. Lipincott. 1940. XX. 631 p. — ELMER, M. C.: *The Sociology of the Family*. N. Y. Ginn. 1945. — MUKERJEE RADHAKAMEL: *Man and His Habitation. A Study in Social Ecology*. London. Longmans, Green & Co. 1940. XV. 320 p. — CALHOUN, A. W.: *A Social History of the American Family*. N. Y. Bernes and Noble. 1945. — BURGESS, E. W. and COTTRELL, L. S.: *Predicting Success or Failure in Marriage*. Prentice-Hall. 1939. — MALKIN, R.: *Marriage, Morals and War*. N. Y. 1943. — BACON, S. D.: *Sociology and the Problems of Alcohol*. New Haven Com. Yall Station. 1944. 53 p. — WORLEY, J. J.: *A Social Philosophy of Cooperation*. Manchester. England. Cooperative Union. 1942. Vi. 81 p. — COLE, W. and MONTGOMERY, C. S.: *School Sociology*. New ed. Boston. Allyn and Bacon. 1942. 464 p. — DINKEL, R. M.: *Parent-Child Conflict in Minnesota Families*. American Sociological Review. 1943. Vol. 8. n. 4. p. 412-419. — COOK, L. A.: *An Experimental Sociographic Study of a Stratified 10 th grade Classe*; American Sociological Review. 1945. Vol. 10. N. 2. p. 250-261. — DENT, H. C.: *Education in Transition; a Sociological Study of the Impact of War on English Education 1939-1943*. London. Routledge. 1944. XI. 244 p.

os sociólogos, historiadores, filósofos, economistas, estadistas e publicistas burgueses vêm realizando, todos eles, uma nova e grande tentativa de defender as bases da sociedade burguesa contemporânea contra os seus numerosos adversários e críticos, empenhando-se em criar um fundamento teórico para a política interna e externa dos governos dos seus respectivos países.

Duas idéias principais encontraram-se no fundo da maior parte desses trabalhos sobre questões de sociologia: no exame dos problemas internos deste ou daquele país, patenteia-se o desejo de esquivar-se à análise das contradições entre as classes e de procurar fundamentar, estabelecer a “paz social”, tentando com isso “salvar” e fortalecer a sociedade atual; na exposição dos problemas da política exterior, sobressai a tendência de justificar teoricamente a expansão imperialista e a divisão do nosso planeta entre os mais poderosos Estados do mundo, visando o benefício do respectivo país representado por este ou aquele sociólogo.

Em correlação com tudo isso, deve-se prestar atenção a mais uma importante particularidade do desenvolvimento da moderna sociologia burguesa.

SOCIOLOGIA E POLÍTICA GOVERNAMENTAL

Em certa época, empenhavam-se com muito ardor os sociólogos estrangeiros em patentear a objetividade dos seus trabalhos e asseguravam que suas pesquisas em nada se relacionavam com a linha política dos seus respectivos governos. Agora, porém, as coisas estão completamente mudadas. O arranjo diferente das forças sociais, sua disposição mais nítida tornou inadmissível a apresentação de respostas evasivas às seguintes perguntas diretas: Com quem, com que classe ou grupo social relaciona o respectivo jurista, sociólogo, filósofo ou publicista a sua atividade? Qual o grupo social, cujos interesses ele visa defender com a elaboração e publicação das suas obras? Constitui-se ele partidário da política interna e externa seguida pelo governo do seu país ou está combatendo-a? De modo geral, apresentam-se os sociólogos estrangeiros em defesa abertamente declarada da política interna e externa dos governantes dos seus respectivos países. (4). Muitos até chegam a apelar

(4) O sociólogo americano St. A. Queen, por exemplo, admitiu que a sociologia toda deve ficar subordinada à seguinte questão: “Que auxílio profissional específico podem prestar os sociólogos americanos ao nosso governo, local ou nacional, nas circunstâncias da crise atual? Não podemos, no momento, inteirar-nos dos motivos que inspiram aqueles que vêm insistindo na participação direta da Sociedade Sociológica Americana em assuntos que dizem respeito à Nação toda. Alguns, tenho certeza disto, estão honestamente convencidos de que o nosso grupo profissional dispõe de conhecimentos inestimáveis, assim como de uma alta experiência, de que a Nação tanto necessita, e que existe o sério perigo

para a consciência das pessoas que se mantêm no poder, demonstrando a êstes a necessidade e a utilidade de pôr a sociologia ao serviço de uma determinada política interna ou externa.

Com isso, talvez, explica-se, em parte, essa mudança rápida, nunca vista, das teorias sociais, dos pontos de vista e das hipóteses, como pode ser notada, hoje em dia, por qualquer pessoa. À medida que a política interna e externa dos governos dos países estrangeiros vai passando por sucessivas modificações, altera-se, também, de maneira rápida e inevitável, o caráter das teorias sociais. E' sabido que antes da Segunda Guerra Mundial apareceu, na Grã-Bretanha e nos EE. UU., um grande número de autores, que se regosijavam com a ditadura terrorista de Hitler e vinham sorvendo cada palavra de Chamberlain, que, por sua vez, era conduzido pelo cabresto dos hitleristas. Durante a guerra, uma boa parte desses autores passou-se para o campo de Roosevelt, para o lado dos amigos de Churchill. Uma outra parte deles impôs a si mesma um silêncio temporário... Novos autores apareceram em cena, tendo publicado uma série de livros contra a política e a ideologia da Alemanha fascista. E eis que a vitória sobre a Alemanha se tornou realidade. Que acontece agora? Vemos uma parte daqueles autores, assim como o novo grupo, o dos professores-sociólogos, tomarem a pena, para atirar-se à ação em defesa da política seguida pelos governos dos seus respectivos países.

Agora, estão ligadas firmemente as teorias burguesas do desenvolvimento da sociedade com a política e a vida social do respectivo país.

Daqui se conclui, também, que é de grande importância conhecermos as modernas teorias burguesas do desenvolvimento social, para compreendermos as ideologias dominantes neste ou naquele país, assim como para esclarecer a política do respectivo governo.

SOCIOLOGIA CIENTÍFICA

Encontra-se, na filosofia e sociologia estrangeiras, um outro grupo de cientistas, publicistas e homens públicos, que de facto segue um rumo democrático-progressista e procura sinceramente, empregando para tal fim meios científicos apenas, deslindar o sentido da fase atual do desenvolvimento da sociedade e do Estado. Entre outros nomes, podemos incluir neste grupo os seguintes: Howard Selsam, Field e Ralph Perry — dos EE. UU.; Holdein, Levy, Child e Kuchinsky — da Inglaterra; Belitch, Bachkovitch, Kordels e Rodovan Laritch — da Iugoslávia; Slanski e Heedly — da Tchecoslováquia; Todor Pavlov, Guenovski, Stefanov e Karakolov — da Bulgária. Em torno deles vem crescendo cada vez mais o círculo dos representantes progressistas da ciência social do nosso tempo. Podemos facilmente compreender, que, por serem altamente conseqüentes os argu-

de permanecermos despercebidos... Será que devemos escolher novos caminhos, para podermos ser úteis à Nação, ou precisamos aguardar uma chamada, vinda dos poderes públicos? (ST. A. QUEEN: *Can Sociologists face Reality?*. American Sociological Review. Febr. 1942, p. 5-6).

mentos desses cientistas, publicistas e homens públicos, na sua crítica da sociedade burguesa, da ideologia reacionária e da política desenvolvida pelas esferas dominantes de alguns países, a atividade daqueles (sociólogos facciosos) ficou, em diversos Estados, dificultada ao extremo. Mas os conceitos emitidos por esses cientistas e publicistas passam, todavia, a constituir a própria voz de esferas cada vez mais amplas da sociedade estrangeira.

II

PERGUNTA ANGUSTIOSA

Das páginas dos livros estrangeiros sobre a ciência social, assim como das de revistas sociológicas, não desaparece a pergunta: Por que será que a sociedade contemporânea ora dá um gigantesco salto para a frente no campo da técnica e das relações sociais, conseguindo rapidamente resultados cuja obtenção teria anteriormente requerido decênios, e ora executa súbitamente uma volta, toma abruptamente o caminho para trás, e a humanidade perde, de uma só vez, muito daquilo que vinha adquirindo, à custa de enorme dispêndio do seu trabalho, no curso de séculos inteiros? Nessas obras de sociologia vêm sendo debatidas muitas questões: sobre os caminhos que devem ser tomados para sair-se da crise reinante atualmente no campo cultural e ideológico; sobre um melhor arranjo para este mundo do após-guerra; sobre nações, raças e colônias; sobre a organização da "paz social" interna; sobre a planificação social" e o "contrôle social"; sobre os caminhos do próximo desenvolvimento quer de cada país em separado, quer da humanidade em conjunto.

JUSTIFICANDO A ATUAL ORDEM SOCIAL

Muitos sociólogos empreenderam novas tentativas de fundamentar a racionalidade, justiça e subsistência inalterável da sociedade moderna na sua forma atual.

Esse grupo de sociólogos admite que o regime social existente nos EE. UU., na Grã-Bretanha, no Canadá e em certos outros Estados seja perfeito, a mais completa expressão dos princípios da Razão e da Justiça. Toda a argumentação desses autores, empregada na defesa da ordem social nos seus respectivos países, reduz-se a apologias diretas do capitalismo e à sugestão de medidas, cuja aplicação redundaria na consolidação deste. Eles consideram incongruente a realização de qualquer que seja a alteração na vida social atual. Mais ainda: muitos deles acham, até, que para a sociedade é muito melhor empreender uma marcha à ré do que seguir sempre para frente. Neste sentido, representa um grande interesse o livro *A Desorganização Social*, da autoria dos sociólogos americanos Elliot e Merrill (5). Os autores dessa obra são adversários do

(5) ELLIOT and MERRILL: *Social Disorganization*. N. Y. — London. Harper & Brothers. 1941.

fascismo e defensores da democracia burguesa. Uma vez por outra, fazem êles observações críticas a respeito da situação atual dos Estados burgueses. Contudo, êles confundem a necessidade da luta contra o fascismo com uma abstenção de qualquer empreendimento que acarrete a mudança da ordem social atual, fazendo, em tal sentido, um apêlo aos seus concidadãos.

Asseguram os autores desse livro, que, “do ponto de vista dos processos sociais do nosso dinâmico regime social, o fascismo representa, provavelmente, a mais expressiva amostra da forma destrutiva que uma mudança de regime social deve assumir no mundo atual” (6). Os autores contornam a questão fundamental sobre as condições sociais que geraram o fascismo. Mas, no decurso da sua exposição do material, dos fatos, chegam êles a contradizer-se, pois reconhecem que, embora as mudanças sociais sejam intoleráveis, o fascismo, contudo, constitui o sintoma mais eloqüente da desorganização social do mundo atual, “a prova mais convincente da incapacidade das velhas instituições sociais de encontrar uma solução para o problema das necessidades inadiáveis da humanidade” (7).

Ao ler um livro qualquer de um autor burguês que escreve sobre questões de sociologia e política, podemos notar quão freqüentemente abandona a lógica e que zigue-zagues incríveis executa — no interesse da causa política pelo mesmo sustentada — ao subordinar os factos, o bom senso e a lógica dos métodos científicos aos seus preconceitos.

EXPLICANDO O FASCISMO

Assim, por exemplo, desejando explicar a causa do aparecimento do fascismo na Itália e na Alemanha, tentam Elliot e Merrill isentar as classes ricas da responsabilidade pelo surgimento do fascismo e pelas atrocidades por êste cometidas e atiram a culpa em cima da tão chamada “opinião pública” e das classes trabalhadoras. Isto parece inconcebível, mas é a pura verdade. Eis o que aquêles autores escrevem: “A explicação de que foram as classes ricas que sustentaram o programa fascista, procurando com isto defender suas respectivas propriedades, é, em parte, desmentida pelos factos... Em verdade, os industriais bastante sofreram com o contrôle fascista... Uma explicação realista do fascismo deve atribuir a responsabilidade desse movimento ao desespero das massas, desiludidas na sua fé à Razão e voltados para o super-homem, que acreditavam capaz de conduzi-los para fora do deserto” (8).

Não há necessidade de esclarecermos aqui as causas sociais e históricas do aparecimento do fascismo. Qualquer pessoa sensata compreende que, ao fazer a análise de uma questão tão importante, o autor não pode desobrigar-se empregando superficialmente e fazendo afirmações ridí-

(6) ELLIOT and MERRILL: *Social Disorganization*, pág. 1.006.

(7) Idem, pág. 1.006.

(8) Idem, pág. 1.006.

culas sobre a culpabilidade das “massas em desespero”. Temos, portanto, razões para concluir que uma análise objetiva da questão sobre o fascismo vem chocar-se com os interesses políticos e os preconceitos dos autores da mencionada obra.

CAPITALISMO NACIONAL

Para que a pílula oferecida aos leitores não seja por demais amarga, inventaram alguns autores de tratados sobre política e sociologia o conceito de “capitalismo nacional”, com que a justificação e defesa da ordem atual se tornam mais praticáveis e um tanto menos chocantes. Há uns dois anos atrás, foi publicado pela casa editora nova-iorquina Doubleday, Doran & Company, um livro intitulado *A América Ilimitada*, da autoria do presidente da Câmara do Comércio dos EE. UU., Eric Johnson (9), que declarou ter escrito a obra “em defesa do capitalismo nacional”. Não se pode negar a Johnson a posse de certas convicções progressistas sobre alguns problemas da vida internacional atual. E, se êle mesmo já apareceu abertamente com uma defesa das injustiças sociais, podemos bem imaginar então o espírito em que vêm sendo elaboradas as obras de outros políticos, filósofos e sociólogos, cuja posição política fica à direita da mantida por Johnson! Êste proclama que o individualismo representa a filosofia nacional dos americanos. No seu livro, êle faz a observação de que os europeus censuram freqüentemente os EE. UU. pelo evidenciado “materialismo americano” e tenta em seguida provar que êsse materialismo tem, na verdade, um “caráter idealístico”, uma vez que é compatível com “concepções elevadas”. Opina Johnson que, quando Hill está construindo estradas de ferro, Carnegie fundindo aço e Ford fabricando automóveis, êles não estão apenas obtendo milhões em lucros, mas participam de modo relevante no “processo da criação da civilização americana”. Baseando-se no seu conceito fundamental de que a sociedade americana atual é mesmo um modelo de perfeição, refuta Johnson todo e qualquer plano sobre uma distensão maior da democracia, todo e qualquer plano sobre uma reorganização social da sociedade atual. Insiste êle que na vida social não pode ser alcançada a perfeição completa: “Aqueles que preconizam tal perfeição não passam de charlatães ou de curandeiros ignorantes, assim como os meios que êles andam apregoando não passam de falsas panacéias, pois a panacéia — que é um remédio contra tôdas as doenças e males — é pura utopia. Há na vida americana uma série de defeitos e de pontos sombrios. Defendê-los e justificá-los não é aconselhável e constituiria mesmo algo intolerável. Ainda mais intolerável, porém, é a propaganda de métodos inexistentes e notoriamente falsos — de dar felicidade à humanidade — métodos apregoados pelos pseudo-humanistas, pseudo-progressistas e pseudo-liberais”. Daqui a “teoria”: Não nos devemos envergonhar do conservado-

(9) ERIC JOHNSON: *America Unlimited*. 1944. New York. Doubleday, Doran & Company, inc.

rismo, mas precisamos, ao contrário, defendê-lo. "O capitalismo — declara Johnson — apesar de todos os seus erros e pontos negativos, é bom. Com ele foi conseguido o máximo de um alto nível de vida para um número de pessoas maior do que na vigência de qualquer outro sistema, em toda a história da humanidade".

RESISTÊNCIA DA DIREITA

A divulgação e propaganda de conceitos desta natureza é feita através de dezenas e centenas de tratados eruditos, assim como da totalidade, quasi, da imprensa diária dos Estados burgueses. Esses conceitos e pontos de vista são de facto inspirados pelas figuras políticas de maior projeção da Grã-Bretanha, dos EE. UU., do Canadá, da Austrália e de outros países.

Citarei aqui dois exemplos:

Numa das sessões da Câmara dos Comuns, em junho de 1946, tentou o líder dos conservadores ingleses, Churchill, rebater os ataques feitos pelos círculos progressistas da sociedade britânica contra a política e a ideologia dos *tories*. Pensando que poderia pôr em ridículo os seus adversários, disse Churchill: "A opressão vinda da Esquerda representa o progresso, ao passo que a resistência da Direita constitui a Reação; todos os passos para a frente são bons, qualquer passo dado para trás é mau. Isto quer dizer que, se já estamos metidos num terrível atoleiro, então o único meio que existe para se safar é aprofundar-se nêlo cada vez mais". E' claro que Churchill sabia admiravelmente bem do que estava falando nessa ocasião. Mas, seguindo velho hábito, êste experiente e matreiro diplomata e político escondeu seu jôgo, mascarou suas afirmações, ao deixar de esclarecer que a "opressão vinda da Esquerda" — se isto de facto pode acontecer — é uma opressão exercida por 99 % da população contra 1 % constituído pelos grandes proprietários e reacionários. Não acreditamos que seja necessário provar que tal "opressão" constituiria uma coisa benéfica em relação ao progresso histórico, por mais que queiram provar o contrário os elementos que compõem aquela minoria social, essa gente que deve ser segura pelo cachaço e chamada à ordem. No que diz respeito à "resistência da Direita", não existe dúvida alguma que isso representa efetivamente a reação, pois aquêlo punhado de grandes proprietários de terras, banqueiros e industriais, que mantêm, no Estado, um poder político em completo desacôrdo com seus méritos e sua importância na sociedade, utiliza-se dessa resistência para uma ação dirigida contra a maioria do povo, aproveita-a para o seu próprio enriquecimento e para manter as classes trabalhadoras no estado de pobreza de sempre.

ANDAR-DE-CARANGUEIJO

Últimamente, surgiram adversários tão ferrenhos de toda e qualquer mudança social de caráter progressista, apareceram partidários tão fervorosos da consolidação das moribundas formas estatais contem-

porâneas, que já foi criada, até, uma certa teoria, em tudo anti-científica — enunciada, em primeira mão, pelo membro da Câmara dos Lordes, Vansittart, no seu livro intitulado *Sementes de Discórdia* (10) — sobre o chamado "processo de andar como carangueijo" do desenvolvimento da sociedade. Esse autor com as suas idéias espantosamente insensatas, pouco interesse teria merecido da nossa parte, se o conceito dêle sobre o desenvolvimento da sociedade não tivesse recebido certa divulgação entre o público inglês. Insurgindo-se contra o chamado "progresso automático", levantou Vansittart a hipótese de que o homem é uma criatura que se assemelha muito ao carangueijo, e por isso acontece que o próprio processo da vida social também se realiza à moda do andar-do-carangueijo. "Atualmente, seria muito insensato acreditar — escreveu Vansittart — no progresso automático, isto é, que o destino do homem é caminhar sempre para a frente... Eu, por minha parte, muito cedo na vida, já tinha chegado à conclusão de que o homem, ao contrário, se movimenta socialmente como os cancríneos, isto é, que para eles é mais fácil retroceder que avançar. Ainda muito antes do ano 1914, tornou-se claro para mim que o homem de facto tende a retroceder, e não a mover-se para diante, e tal retrocesso deveria constituir o resultado inevitável daquela grande guerra, para a qual a Alemanha estava se preparando abertamente. A descoberta dessa tendência de cancríneo na história da humanidade foi para mim a causa da maior estupefacção. Tudo eu esperava, menos ver a realização daquele meu pressentimento, principalmente nesses dias da minha juventude, tão cheia de esperanças. O tempo, no entanto, veio mostrar que o meu pressentimento não me enganou, e que o homem antes retrocedeu do que avançou — e não somente na esfera de costumes e do temperamento, mas também no sentido do enorme dano material e espiritual por êle causado ao mundo" (11).

E' preciso notar que asserções dessa natureza, nas quais se proclama abertamente que o capitalismo representa a única forma racional de regime social e com os quais se pretende, mesmo, provar que o Passado é melhor do que o Presente e daquilo que possa constituir o Futuro, vem encontrando partidários em número cada vez maior. Os sociólogos, historiadores, economistas, juristas e políticos dão, cada vez mais, preferência aos conceitos que, embora sejam, em essência, idênticos aos já referidos, aparecem, todavia, numa forma diferente, isto é, em forma de certa crítica da sociedade burguesa. Esses sociólogos vêm fazendo a crítica do Estado burguês e da democracia e clamam por um "reajustamento" e uma "renovação" nas relações entre as classes, que caracterizam os Estados burgueses.

CRÍTICA DA ORDEM SOCIAL BURGUESA

Em que consiste essa crítica da ordem social burguesa, por parte dos sociólogos contemporâneos? Quão longe vão eles na sua crítica ao

(10) VANSITTART: *Bones of Contentation*. London. Hutchinson & Co. 1945.

(11) VANSITTART: *Idem*, pág. 43.

estado atual das coisas? Quais as medidas que eles estão sugerindo para vencer as contradições e a estreiteza de recursos, que os mesmos dizem ter encontrado na sociedade contemporânea?

Analisemos, para têmos um exemplo, as considerações que, sobre este tema, fez St. H. Britt, no seu livro intitulado *A Psicologia Social da Vida Moderna* (12). No capítulo *Para que o sentido*, no parágrafo *O cepticismo são*, declara o autor, que, se o estado atual das coisas já satisfaz por completo a gente, de certo, nada mais se precisa empreender, deixando de existir, assim, o problema de uma "sociedade organizada logicamente". O autor critica a sociedade contemporânea, visando com isso uma melhor organização desta, a eliminação das chocantes injustiças nela existentes. Ao regime social que fôr capaz de eliminar os males da sociedade atual e absorver, ao mesmo tempo, os melhores princípios desta, assim como conservar intactas as suas bases, o autor chama de "sociedade organizada logicamente". A suposição teórica do futuro regime social "organizado logicamente" requer o melhoramento do estado atual da vida social. Mas para uma melhor observação desta, é o leitor instado pelo autor a deixar-se possuir por um "cepticismo são". Esclarece, em seguida, que o cepticismo não deve ser por demais agudo, para não chegar até à negação da ordem vigente. O cepticismo é a curiosidade intelectual em relação à sociedade dentro da qual vive o homem contemporâneo. Mas, no que se refere ao "cepticismo são", tal conceito vem acentuar, apenas, que a análise crítica da ordem atual constitui uma tarefa que não deve ultrapassar certos limites. Qualquer interesse excessivo pela crítica da sociedade burguesa constitui, na opinião do autor, o "cepticismo malsão". O cepticismo são conserva o leitor dentro dos limites do regime vigente, decorre do facto de estarem ambos — tanto o autor, como o leitor — aprovando a ordem social atualmente existente. "Se demonstrais, às vezes, um cepticismo em relação à vossa própria saúde — escreve Britt — um exame médico minucioso pode resultar em algumas alterações no seu modo de viver, que seriam até desejáveis. Da mesma forma, pode um estudo objetivo da sociedade mostrar a conveniência de serem feitas certas modificações na ordem social. A presente obra de modo algum tem por escopo demonstrar que a sociedade, em seu todo, seja ilógica ou anormal" (12).

Pessoalmente, Britt pode ser, talvez, um homem muito honesto, até, — nada podemos dizer a esse respeito. Mas, quando o vemos, em público, fechar os olhos sobre os principais vícios e as berrantes contradições da sociedade do seu tempo e passar, até, a defendê-la, declarando-a "lógica" e "normal", então não podemos deixar de recordar as seguintes palavras admiráveis de Lênin a respeito dos ideólogos burgueses: "Cada ideólogo burguês revela com todo o seu ser possuir uma alminha de mercador; o que ele tem na mente não é a destruição das forças da reação e do terror espalhado pela polícia, mas subornar, peitar esta última e

(12) BRITT, ST. H.: *Social Psychology of Modern Life*. N. Y. Farrar & Rinehart, inc. 1943.

(13) Idem, Capítulo XXV, pág. 490.

aplacá-la, entrando num acôrdo com ela, no tempo mais rápido que puder" (*Obras Completas* — T. VIII, pág. 192).

Quando os sociólogos e publicistas modernos — o fenômeno é quasi geral — passam da crítica da democracia burguesa para a da ordem social vigente neste ou naquele país, freqüentemente evitam criticar o regime social do seu próprio país, mas, em compensação, revelam pouca cerimônia na crítica da ordem social vigente em qualquer outro país. Acontece assim que quasi todo sociólogo burguês da Inglaterra, embora pouco disposto a deslindar os verdadeiros motivos da política expansionista do seu govêrno e incapaz de aplicar a crítica para o esclarecimento das causas das calamidades públicas (nas colônias britânicas, por exemplo), está sempre disposto, no entanto, a fazer deduções — que, às vezes, resultam bastante sensatas — acêrca da ordem social vigente nos EE.UU. ou na França. O mesmo pode ser dito dos sociólogos e políticos burgueses americanos. Raramente proferem considerações com caráter de crítica sobre o seu próprio país, mas gostam de dar, de vez em quando, um bom coice na Grã-Bretanha, enunciando, com toda a franqueza, seus respectivos conceitos acêrca desta. Mas, mesmo uma crítica assim limitada tem sua importância para a caracterização das relações sociais atualmente existentes nos países estrangeiros.

Como exemplos desse gênero de crítica podem servir dois livros, um dos quais é de William B. Ziff e traz o título de *Os Gentlemen Falam da Paz* (14), no qual submete a política inglesa nas colônias a uma severa reprovação, principalmente a política seguida em relação à Índia; o outro é de Ralph Ingersoll — *Em Segrêdo Absoluto* (15), no qual aparece uma crítica severa da política inglesa, principalmente da política militar revelada pela Grã-Bretanha. Eis o que, por exemplo, Ingersoll escreve sobre o caráter da guerra, tal como esta foi conduzida por cada um dos três principais Estados que conseguiram a vitória sobre a Alemanha: "A tática dos americanos, por exemplo, possui determinadas afinidades com o futebol americano. Parecia que esses sabiam fazer só o seguinte: ou inclinar a cabeça e atirar-se contra o próprio centro da linha inimiga, ou, empregando algum método complicadíssimo, passar a bola adiante. E quando a infantaria já tinha conseguido abrir uma brecha nas posições do adversário, os nossos tanques representavam, então, e não mal, uma corrida em campo aberto... Isso foi um jôgo com vistas para as arquibancadas ou para o album dos recortes de jornais... No outro lado da Europa, encontravam-se os russos... A maneira de jogar destes lembrava o xadrez, que é um jôgo intelectual e inexorável... Os russos elaboravam seus planos, preparando-se com muitos meses de antecipação para toda e qualquer eventualidade... Eles... obrigavam os alemães a incessantes transferências de tropas, para rechaçar as ofensivas das forças soviéticas, que se desencadeavam ora num, ora outro sector do imenso taboleiro que se estendia desde o Báltico até a desembocadura do Danúbio. Nunca puderam os alemães igualar-se aos russos

(14) Ziff, William B. — *The Gentlemen Talk of Peace*. The Macmillan Company. N. Y. 1944. 530 p.

(15) Ingersoll, R. — *Top Eecret*. Harcourt, Brace & C.º N. Y. 1946.

na pronta percepção de tudo aquilo que estava se passando nesse taboleiro, e parece até que os alemães, depois de terem seus generais esgotados os primeiros recursos, constantes dos planos elaborados pelo Estado Maior, ainda antes da guerra, nunca mais chegaram a possuir um plano efetivo, elaborado para o esmagamento dos russos. A ação dos exércitos britânicos, no nosso flanco esquerdo, sempre me lembrava o críquete. Aquilo era um jogo interminável, com exemplos de heroísmo individual e de lances magistras... e com intervalos para tomar o chá. Os ingleses jogavam "a guerra", tal como costumam jogar o críquete, — em ótimos trajés, observando os preceitos referentes às boas maneiras e — por um tempo interminável" (16).

São de certo interesse também as observações de Elliot e Merrill sobre a política da Inglaterra no período que precedeu à guerra. No seu livro *A Desorganização Social*, eles escrevem: "No seu louco afã de evitar a guerra e de atirar Hitler contra o Oriente, atirá-lo contra a Rússia, concordaram a Grã-Bretanha e a França em imolar a Tchecoslováquia no altar da sua própria liberdade" (17).

A crítica das bases da civilização burguesa assume, às vezes, uma forma genérica e bastante áspera, mas, mesmo nesses casos, limitam-se, em regra, os sociólogos, a registrar as injustiças e os erros cometidos na esfera da política interna e externa dos seus governos, a enumerar as calamidades e flagelos sociais, cuja existência é devida à sociedade atual. Mas apenas se começa a tratar dos caminhos para se sair dessas calamidades, dos meios a serem empregados para a eliminação das desordens sociais, — os sociólogos logo silenciam.

Assim, por exemplo, reconhece um dos mais destacados sociólogos americanos, Dewey, no seu livro *O Individualismo Antigo e Moderno* (18), que os factores espirituais da tradição americana — a igualdade das oportunidades e a liberdade de união e de agremiação — estão agora obscurecidos e relegados. Em vez do desenvolvimento das individualidades — raciocina Dewey — encontra o homem a deturpação do ideal e do individualismo, em correlação com a adaptação à prática, de uma cultura baseada no objetivo dinheiro. Nisto reside a fonte e a justificação das desigualdades e da opressão; daqui resultam os compromissos e as contradições nos objetivos e nas normas da vida americana.

Na sua crítica da sociedade burguesa, fazem alguns sociólogos cálculos interessantes, que vêm mostrar a insensatez do regime burguês. Assim, por exemplo, calcularam historiadores, economistas e sociólogos, que, tomando em conta o nível atual da técnica da produção industrial e agrícola do globo inteiro, poderia ter sido assegurada a vida a nada menos de 8 bilhões de seres humanos, ou seja a um número de indivíduos quatro vezes maior que o constituído por toda a população atual do planeta. E, no entanto, mesmo estes escassos dois bilhões de habitantes da Terra vivem cheios de necessidades, num estado de desespero perene.

(16) Ingersoll, R. — *Top Secret*, págs. 317-318.

(17) Elliot and Merrill — *Social Disorganization*, p. 1.018.

(18) Dewey, J. — *Individualism Old and New*. London Allen & Unwin.

Centenas de milhões de pessoas, mormente nas colônias britânicas, francesas e holandesas, encontram-se em estado de indigência permanente, sofrem de subnutrição e de doenças, não tendo mesmo possibilidade alguma de usufruir os benefícios da civilização e da cultura contemporâneas. Esses mesmos dados levam-nos a fazer a seguinte dedução: Como pode esse regime social ser considerado racional e perfeito, se a humanidade, podendo dispor de tão enormes recursos para conseguir uma rápida elevação do bem estar material de toda a população humana da Terra, assim como para o seu progresso cultural, não pode, no entanto, utilizá-los; se esses recursos vêm sendo aproveitados, às mais das vezes, não para o benefício geral, mas para causar prejuízos à maior parte dos habitantes do globo?

Outros pesquisadores, tendo tomado interesse pelo problema da guerra e da paz, chegam à desconsoladora dedução de que a história toda do gênero humano é, propriamente, uma história de guerras, com certos intervalos de paz. Na imprensa estrangeira receberam ampla divulgação os dados da Associação Inglesa do Direito Internacional, que revelam o facto de que, no decurso de 4.000 anos, apenas 268 foram de paz completa, embora os povos tenham concluído, durante o mesmo período, 8 mil tratados de paz. Mas, tal como aqueles que demonstram existir na Terra possibilidades de vida assegurada para 8 bilhões de seres humanos, estes pesquisadores tão pouco puderam indicar quaisquer caminhos reais para tirar a sociedade da crise social atual; não conseguiram propor qualquer medida eficiente para pôr termo às guerras entre os povos.

O ponto mais vulnerável, mais fraco da sociologia burguesa contemporânea consiste na sua incapacidade de indicar o caminho para se sair da crise. Não se pode alegar que nada tenha sido escrito sobre esse assunto. Seria errôneo julgar que os sociólogos burgueses da atualidade deixaram, por completo, de apresentar propostas relacionadas com a organização social. Sobre tais temas escreve-se, talvez, até demais. Mas aqui já desaparecem os raros lampejos de ciência e começa a região da pura especulação.

SOLUÇÕES BURGUESAS

O ponto de vista mais corrente entre os sociólogos americanos e ingleses é aquele que pressupõe que a sociedade há de vencer suas contradições internas e externas e eliminar todos os obstáculos para uma vida organizada de modo mais racional — por meio de uma luta pela unidade interna da sociedade, nos limites de cada país em separado, isto é, por meio de uma luta pela "paz social".

Na moderna literatura política e sociológica dos EE.UU. e da Europa Ocidental não faltam recomendações de toda sorte para a adoção de medidas de caráter progressista pelos governos dos respectivos países. Mas os mais destacados escritores estrangeiros que tratam de questões da vida social, vêm se queixando, uníssonos, de que mesmo as propostas mais insignificantes dos especialistas em ciências sociais não chegam a merecer a atenção das rodas governantes dos Estados burgueses, mor-

mente quando a respectiva proposta tem um caráter progressista. Os americanos Barnes e Becker declaram, por exemplo, no seu livro *A Teoria Social Contemporânea*, que "se a sociologia do Direito deu resultados menores do que devia ter dado, isto se explica pelo facto de que frequentemente não podem os resultados das suas análises ser aplicados à sociedade contemporânea... O realismo do Direito, tal como acontece com a criminologia positivista, ultrapassa demasiadamente os limites das possibilidades de uma realização social" (19).

SOCIEDADE AMERICANA

Últimamente, foram editadas, nos E.E.U.U., muitas obras dedicadas à fundamentação da necessidade de conservar e daqui em diante consolidar a unidade da sociedade americana, mau grado suas crescentes e agudas contradições. Neste sentido, torna-se bastante característico o livro do professor de sociologia R. C. Angell, *A Integração da Sociedade Americana* (20). Neste trabalho, chama Angell nossa atenção para o número crescente de grupos, em que se vem dividindo a sociedade americana, assim como para a destruição, ultimamente intensificada, da sua unidade moral. Ele considera possível a luta pela integridade da sociedade humana e recomenda dois métodos para serem empregados nessa luta: a defesa da autoridade e do mérito dos "valores que se reconhece pertencerem a todos" e o "estímulo para o estabelecimento de relações recíprocas justas entre as classes".

Em virtude do ponto de vista do prof. Angell representar uma convicção muito difundida nas rodas dos sociólogos e políticos americanos, a respectiva análise terá um certo interesse também para o leitor soviético.

Angell reconhece que na sociedade americana contemporânea resta cada vez menos dos ideais comuns, ou — como êle diz — dos valores que devem consolidar o organismo social e sustar a contínua fragmentação dêste em partes que se hostilizam. Existem, segundo Angell, vários valores dessa ordem. O primeiro dêles é o patriotismo, essa consciência que todos os americanos têm da dignidade nacional. O autor considera os sentimentos nacionais um factor muito importante, que determina a atitude das pessoas em relação aos valores das diferentes esferas da vida. No empenho de esclarecer o sentido do conceito da "auto-consciência nacional dos americanos", êle faz ver que o patriotismo constitui o traço da vida da sociedade americana, que a gente quer partilhar somente com outros americanos, e não com estrangeiros. "Nós — escreve Angell — não confiamos em outros e sentimos que êles não são capazes de participar efetivamente dessa vida melhorada que procuramos construir para os americanos. Embora êsse sentimento nacional pareça constituir um

(19) BARNES and BECKER: *Contemporary Social Theory*. N. Y. London. Apleton — Century C.º 1940. Pág. 685.

(20) ANGELL, R. C.: *The Integration of American Society*. N. Y. London. Mc.Graw — Hill Book C.º 1941.

obstáculo para a organização internacional, é preciso ter em conta que a vida internacional pode desenvolver e cultivar valores comuns de tipo diferente, assim como também em escalas diferentes" (21).

O outro sinal da existência de valores comuns na sociedade americana, encontra-o Angell na tendência desta para o reconhecimento da dignidade do indivíduo. Ele cita as palavras do conhecido escritor americano Frankfurt, o qual considera que os americanos estão unidos por um ideal, que é a fé na nobreza moral do "homem comum", qualquer que seja a raça ou a religião dêste. "A América apoia-se nesta fé, a ela devotaram sua vida nossos poetas, profetas e estadistas, assim como milhões de desconhecidos, de geração em geração" (22).

Na opinião de Angell, encontram-se sempre, na base das utopias com que os americanos vêm sonhando, a liberdade individual, assim como também a responsabilidade do indivíduo. O autor empenha-se em comprovar essa sua opinião com referências de que, na base dos seus conceitos sobre a família, existe, na consciência dos americanos, a convicção de que cada criança é merecedora de todos os cuidados; que na base da organização do ensino público está o conceito, de que cada um tem direito à instrução; que na base da percepção americana dos princípios do capitalismo está a convicção de que a cada um assiste o direito de gozar os frutos do seu trabalho. Na base da fidelidade americana ao sistema das liberdades cívicas e à democracia está a afirmação de que as opiniões de cada indivíduo normal adulto merecem ser enunciadas e debatidas. Decorre daí a conclusão de Angell de que justamente isto possa, talvez, corroborar a opinião de que a dignidade do indivíduo representa na sociedade americana o valor comum final.

A terceira particularidade da expressão dos valores comuns na sociedade americana consiste, segundo o mesmo autor, no reconhecimento geral do princípio de que a pessoa humana é sagrada e dotada de direitos indestrutíveis. A democracia burguesa constitui, na opinião dos sociólogos, justamente aquela forma de organização social na qual a integridade moral do indivíduo sói ser aceita de mera boa-fé. Tal democracia encontra sua expressão não somente na luta política, como também na igualdade dentro da família, na multiplicação de clubes e associações e no direito que assiste ao homem comum de participar da elaboração das leis.

E, finalmente, o quarto sinal da existência dos valores comuns, que, segundo Angell e outros sociólogos, unem todos os americanos num só todo, consiste no processo tecnológico, que representa o domínio do Homem sobre a Natureza. A vida melhor afigura-se a Angell como sendo aquela na qual a Razão disciplinada e as pesquisas científicas vêm em auxílio do homem para a criação de novos, perfeitos utensílios e instrumentos. E' necessário, por isso, defender e sustentar os princípios do capitalismo, que conduzem a essa produtividade técnica. Mas, em geral, encontramos

(21) ANGELL, R. C.: *The Integration of American Society*. Pág. 207.

(22) FRANKFURT, F.: *Immigrants in the United States* (Vide ANGELL, R. C.: *The Integration of American Society*. Pág. 207).

todos aquêles valores comuns americanos expressos de modo mais conciso na seguinte frase de Angell: "Nós queremos ter a certeza de que nenhuma nova idéia prática possa ser excluída pelas idéias ora dominantes" (23).

Não se pode negar a Angell a posse de uma grande aptidão para escolher, na vida contemporânea, somente os fenômenos que, à primeira vista, possam servir de fonte de unificação na vida da sociedade americana. Mas isto dá resultado somente à primeira vista. Tal como o fazem outros sociólogos americanos, Angell também concentrou sua atenção somente sobre a expressão dos factos regulares da vida, não revelando capacidade para se aprofundar no estudo das fontes ocultas, mais profundas, do desenvolvimento social. Eis porque sua enumeração dos valores comuns tem um caráter superficial e é pouco convincente.

VALORES COMUNS DA SOCIEDADE BURGUESA

Analisemos agora, mais detalhadamente, êsses valores, que, segundo os sociólogos americanos, têm a virtude de unir a sociedade burguesa contemporânea.

No que se refere ao sentimento nacional patriótico e ao do respectivo dever, considerados como representando um valor básico espiritual e real, capaz de estreitar fortemente os laços que unem todos os membros de uma nação, nas condições do regime burguês, — seria, naturalmente, absurdo negar a existência, na sociedade, de sentimentos nacionalistas. Contudo, Angell — tal como sucede com os seus correligionários — destacou êste sentimento das condições históricas reais e exagerou insensatamente o papel por êste desempenhado na sociedade capitalista. Angell não chegou a examinar a estrutura da sociedade contemporânea de modo objetivo, pois do contrário teria notado que, na sociedade burguesa, nos limites de cada moderna nação, existem, em verdade, diferenças radicais entre a posição social de umas pessoas e a de outras. Ainda Engels, no seu famoso livro *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, fez a observação de que a burguesia inglesa — de um lado, e os trabalhadores ingleses — de outro, representam, considerando bem a situação, duas nações num único Estado. Os sociólogos podem objetar que tal situação prevaleceu somente no despontar do desenvolvimento da indústria moderna e do Estado burguês; que na época atual já está tudo mudado nesse sentido; que a democracia evoluiu muito desde então; que todos os cidadãos americanos, assim como ingleses e mesmo os de muitos outros Estados, já são iguais perante o Estado e a Lei. Em resposta a tudo isso, vamos citar um único exemplo, mas êste é muito convincente. Há pouco tempo atrás, na primeira metade dêste ano de 1946, estava a opinião pública norte-americana excitada ao extremo com a lei anti-operária de Case, então em discussão no Senado, por meio da qual se ten-

(23) ANGELL, R.C.: *The Integration of American Society*. Pág. 209.

cionava estabelecer um regime de dependência, quasi que de escravidão, para a classe trabalhadora dos EE.UU. Até mesmo o presidente da Federação Americana do Trabalho, Green, de tendências conservadoras, anatematizou o projeto de lei Case, dizendo que êste representava "um ato de legislação vingativa e histérica, da pior espécie. Posso predizer que, se êste projeto se transformar em lei, as relações de trabalho na indústria americana estarão arruinadas. Este projeto de lei constitui um convite aberto aos capitalistas hostis à classe operária para destruírem os sindicatos profissionais, perseguindo-os com ações de indenização. Os operários americanos jamais aceitarão, de própria vontade, uma lei tão parcial". O presidente do Comitê dos sindicatos da produção, Murray, declarou, por sua vez, que tanto o projeto de lei Case, como as propostas de Truman dirigidas contra as greves, constituem um verdadeira praça de guerra para as forças reacionárias, que procuram poder utilizar-se das forças armadas do país na opressão que querem exercer sobre os trabalhadores. Se essas intenções não forem prontamente rebatidas pelos defensores da liberdade, os reacionários chegarão a estrangular todos os direitos democráticos".

Vê-se, por conseqüência, claramente, que existe uma boa diferença na estimação do que seja o "sentimento nacional americano", "patriotismo americano", entre o que cria tais leis e em defesa de seus interesses são aprovadas, e aquêle contra quem as mesmas são dirigidas, a quem se pretende, com essas leis, reduzir à servidão.

No que concerne ao segundo valor comum que, segundo Angell, "une a sociedade" — ao reconhecimento da dignidade do indivíduo, — é aqui mais chocante ainda o contraste que, em sentido político, econômico e cultural, existe entre uns cidadãos americanos e outros. Quando se vem dizer a milhões de cidadãos americanos desempregados: "Respeitamos muito a personalidade de vocês, oferecemos-lhes tôdas as liberdades políticas e apelamos para que sustentem a unidade da nossa sociedade", — então, como o testemunham os factos da vida americana, pode-se verificar que, entre os milhões de cidadãos desta categoria, são relativamente poucas as pessoas que se inflamam com o desejo de unir-se aos empregadores. Já é por demais desigual o reconhecimento da dignidade do indivíduo, pois neste sentido se faz, nos EE.UU., distinção entre uma pessoa que pertence a qualquer das classes ricas e outra que depende do seu trabalho para não morrer de fome.

Diz Angell, que a dignidade da pessoa é expressa por alguns sintomas. Em relação à família, encontra êsse princípio sua expressão na convicção de que tôda e qualquer criança é merecedora de todos os cuidados. Mas será que cada criança tenha realmente merecido, nos EE.UU., os cuidados da sociedade? Será que se pode negar o facto de que uma grande parte dos cidadãos americanos não pode conseguir meios suficientes para a educação e conveniente instrução dos seus filhos? O mesmo autor assevera que na base da sociedade burguesa contemporânea se acha o princípio de que tôda pessoa tem direito à instrução. Sim, direito ela tem; o que falta, porém, é a possibilidade de aproveitá-lo. Pois êste direito de receber educação e certa instrução é, em verdade, aproveitado apenas pelas classes abastadas. Diz ainda Angell que, na base da

aceitação dos princípios do capitalismo por parte de cada americano está a asseveração de que toda pessoa tem direito ao usufruto dos resultados do seu próprio trabalho. De um modo abstrato, teórico, cada pessoa efetivamente goza deste direito. Mas na vida real acontece, porém, e isto no melhor dos casos, que a maioria dos americanos está vendendo sua força de trabalho e, no entanto, não lhes pertence o respectivo produto deste trabalho; mas dá-se, ainda, freqüentemente, o caso de não poder o cidadão americano empregar suas aptidões, sua capacidade, para criar quaisquer que sejam "frutos do trabalho". Angell afirma, em seguida, que as opiniões de todo cidadão americano normal merecem ser expressas e debatidas. Quem e quando, no entanto, já pôs à disposição dos cidadãos americanos um prelo, um jornal, uma revista ou um livro para a veiculação das respectivas opiniões? Será que a gente ignora mesmo, que toda a imprensa, com exceção apenas do pequeno número das publicações oficiais pertence particularmente a pessoas e que, atrás dos respectivos redatores, se encontram os grandes proprietários e os magnatas das finanças?! Há, nas asserções de Angell, um pensamento justo: as opiniões de toda pessoa podem efetivamente ser enunciadas. Mas, em regra, estas não podem ser divulgadas e, menos ainda, debatidas. O mesmo pode ser dito também sobre o caráter sagrado da pessoa humana,

sobre o conceito de ser esta dotada de direitos indestrutíveis.

Em todo caso, não se pode dizer que os modernos sociólogos americanos não compreendam, eles próprios, as profundas contradições, que repassam a sociedade americana; que todos esses motivos e princípios comuns "unificadores", ficam desvanecidos, destruídos e deixam de ter sentido diante das graves contradições que estão estraçalhando a sociedade americana. A várias dessas contradições vêm se referindo os próprios sociólogos, que as consideram a causa do incremento da "desintegração da sociedade contemporânea".

DESINTEGRAÇÃO DA SOCIEDADE BURGUESA

Em que se revela, então, essa "desintegração", esse esfacelamento da sociedade burguesa? Segundo os sociólogos de pontos de vista idênticos aos de Angell, existe, na base da diferenciação dos grupos sociais nos EE.UU., a tendência de salientar não as finalidades gerais, mas as particulares, as de grupos avulsos. De modo mais nítido revela-se, segundo os mencionados sociólogos norte-americanos, a falta de orientação geral na análise das empresas capitalistas. O grande capitalismo industrial concentra sua atenção, antes de tudo, nos fins principalmente visados por ele, isto é, no seu próprio florescimento e na grande soma de poder, proporcionada pelo enriquecimento, — relegando, por isso, para um plano secundário, a fidelidade aos princípios comuns ao Estado todo e que regulam a concorrência comercial. Nessa matéria, empregam os proprietários das empresas toda sorte de artifícios para alcançar seus fins egoísticos. Angell considera que os industriais não teriam podido sujeitar os interesses sociais aos seus interesses privados, à sua ganância,

100 —

Divulgação Marxista, ns. 17-18 — Rio, 25-3-1947

se as empresas capitalistas não estivessem emancipadas do controle moral da sociedade local.

Os sociólogos fazem ver ainda que "o capitalismo industrial tem criado também a divergência existente entre a orientação do empregador e a força de trabalho" (24). Como resultado disso, vemos como a "força de trabalho" vem perdendo, cada vez mais, a confiança nos princípios do capitalismo em geral. Cresce cada vez mais a parte do povo, que se afasta do capitalismo como tal, considerando-o uma ameaça ao homem do povo e à sua família. Muita gente começa a raciocinar que, "quanto maiores forem os lucros auferidos pelos capitalistas, tanto menores serão os salários dos trabalhadores". Eles podem admitir a propriedade privada, mas não acham que a tendência de aumentá-la por meio de acumulação, sem quaisquer limites determinados, corresponda à sua concepção

de sociedade ideal (25).

Tendo notado acertadamente a crescente oposição entre os proprietários das empresas industriais e seus operários Angell considera, contudo, que a fonte dessa oposição não reside no próprio facto da subdivisão da sociedade em elementos ricos e em outros que nada possuem, não no lado moral das relações entre os capitalistas e os operários, em resultado do qual o capitalista pensa nos seus depósitos e nas suas economias — não como em meios de servir à sociedade, mas como numa fonte, apenas, de renda privada. Angell lamenta o facto de que o capitalista não olhe para a sua atividade do ponto de vista da edificação de uma vida coletiva estável, mas encontre nela um simples meio de satisfação dos seus propósitos egoísticos. Isto vem se refletindo também nos outros grupos da população, os quais passam a duvidar da possibilidade da transição de um individualismo tão persistente para um sistema que vise o bem da coletividade. "Desta maneira — escreve Angell — torna-se evidente que a cisão entre o empregador e a força de trabalho, que até agora vinha representando uma guerra que se processava dentro do sistema, pelos resultados deste, — já está ameaçando minar a confiança no fundamento moral do próprio sistema" (26).

JÁ ADMITEM A SOCIEDADE DIVIDIDA EM CLASSES

Quando os modernos sociólogos americanos e ingleses chegam a compreender a estrutura da sociedade contemporânea, e diante dos seus olhos vêm se descortinando a luta irremovível das duas classes antagônicas, — não podemos deixar de reconhecer, que tal facto constitui um certo progresso na ciência social. Isto merece atenção especial devido ao facto de terem os historiadores, sociólogos, políticos e jornalistas das

(24) ANGELL, R.C.: *The Integration of American Society*, pág. 211.

(25) Idem, pág. 212.

(26) Idem, pág. 212.

Divulgação Marxista, ns. 17-18 — Rio, 25-3-1947

— 101

classes governantes da sociedade contemporânea negado durante vários decênios a divisão da sociedade capitalista em classes e procurado provar, com toda sorte de verdades e mentiras, que essa sociedade é una e indivizível. Eles procuravam, outrossim, demonstrar que certas contradições existentes na sociedade têm um caráter accidental, passageiro, específico, enquanto a unidade da sociedade tem um caráter permanente, estável, subordinado a causas mais profundas.

Não se pode, porém, deixar sem atenção o facto de que o ponto de vista, atualmente desenvolvido pelos sociólogos, sobre a estrutura classista da sociedade burguesa, é também já tão velho, como o próprio capitalismo, ou, mais certo, é mais velho ainda. Os longínquos precursores da sociologia moderna — os economistas Adam Smith e Ricardo, os historiadores Mignet, Guizot e Thierry, os utopistas Saint-Simon e Fourier — já haviam revelado a estrutura classista da sociedade. Os fundadores da doutrina científica da classe trabalhadora, Marx e Engels, elaboraram a teoria conseqüente e harmoniosa da luta entre as classes, que se tornou a bandeira de luta dos trabalhadores pela sua libertação. Mas a ideologia, já se está vendo, desenvolve-se assim: primeiro apareceram os representantes da ciência burguesa numa frente única contra a teoria da luta entre as classes, negando por completo sua aplicação à vida. Mas, à medida que esta luta se ia tornando cada vez mais generalizada, áspera, evidente, quando continuar a negar a subdivisão da sociedade em classes já se tinha tornado impossível, — então a teoria sobre as classes começou a entrar mesmo na sociologia burguesa. Mas é estranho que os sociólogos norte-americanos reconheçam, atualmente, que “alguns elementos da população” consideram impossível a realização dos “valores comuns”, ao mesmo tempo que outros elementos sustentam a opinião contrária. A população pobre — no dizer dos sociólogos americanos do tipo de Angell — considera alguns lados da sua vida incompatíveis com os valores comuns de todo o Estado e, por isso, vem apoiando o movimento que procura modificar a situação criada.

Angell encontra a causa dessa contradição entre as classes no facto de que estas vêm vivendo em mundos diferentes. Assim acontece, por exemplo, que a população residente nas casas luxuosas e nos palácios da Park Avenue não tem, e podemos crer que não pode ter, a mesma concepção sobre os limites e as restrições na aplicação do princípio da dignidade humana, que a difundida entre as famílias operárias residentes em outras zonas de Nova York.

Em que reside, então, a diferença de situação entre as classes opostas? Em que se revela, pois, a incompatibilidade dos seus interesses, assim como o contraste entre as respectivas convicções? Do ponto de vista do sociólogo Angell, consiste a diferença fundamental entre as classes na “percepção dos factos”. Não é difícil reparar, como se confundem, na concepção do mundo deste sociólogo, o verdadeiro com o errado, assim como o profundo com o ingênuo e o simplificado. Tendo distinguido acertadamente a diferença substancial na posição social das duas classes fundamentais da sociedade americana, assim como a incompatibilidade dos respectivos interesses, fez Angell, contudo, uma tentativa de restringir essas diferenças à esfera da moral, do psiquismo e da ideologia,

à percepção dos factos, embora, na verdade, consista a diferença radical entre estas classes na sua diferente posição social, na diferente relação destas com os meios da produção.

E' claro que, uma vez consistindo a diferença entre as classes, na opinião de Angell, na “diferente percepção dos factos”, também os meios para a eliminação das divergências entre estas pertencem à esfera da consciência, à esfera da moral. Tendo analisado o lado moral e ideológico da questão, chega, contudo, o próprio Angell à conclusão de que, para a aproximação dos pontos de vista das classes opostas, nenhuma ajuda poderá provir da discussão e do exame conjunto destas ou de outras questões sociais. Ele considera que, enquanto as diferentes classes percebem a realidade de um modo incompleto, “seletivo”, e permanecem escassamente informadas sobre as condições de vida uma em relação à outra, assim como sobre as conclusões decorrentes de tais condições, — a existência dos “valores comuns” será compatível com a do conflito na sociedade. Cada lado inculpará ao outro a falta de fé no caminho “americano” da vida.

Tendo feito já a tentativa de pôr a descoberto algumas contradições existentes na sociedade burguesa contemporânea, assim como o antagonismo dos interesses das diferentes classes, chega, no entanto, o sociólogo Angell, à conclusão de que, de tudo que já foi dito, não decorre que os “valores comuns” sejam coisas sem maior importância. Nestes, ele vê “os únicos fios que nos seguram na beira do abismo”. Daqui, o problema apresentado por este sociólogo — empregar todos os meios possíveis para a consolidação dos “princípios comuns”; vencer e liquidar as divergências entre os interesses das diferentes classes sociais. Todas as questões de maior importância devem ser decididas visando a realização dos valores comuns, que constituem o objetivo final. Outra base para se conseguir a harmonia entre as classes não existe. Como convém, de facto, a um sociólogo burguês, chega Angell, ao cabo de tudo, à conclusão de que o perigo para a sociedade americana consiste na possibilidade de se perder, nessa luta de forças antagonicas, a fidelidade aos “valores comuns”. Ele vê o perigo na possibilidade de transformação da luta das classes — em guerra entre as mesmas. “Então a gente chegará à negação dos princípios da dignidade humana e da democracia — nos interesses de programas, cujos objetivos são constituídos pelo bem estar das respectivas classes específicas” (27).

INCONSEQÜENTES

Encontramos aqui a mesma dedução que, sem exagêro algum — pode ser lida quasi que também em qualquer outra obra de sociologia, dedicada à caracterização da sociedade. Enquanto a sociedade — segundo essa concepção — é dividida em classes, mas defende os conceitos e o poder

(27) ANGELL, R.C.: *The Integration of American Society*, pág. 215.

da classe rica, o problema consiste apenas na aproximação dos pontos de vista das classes antagônicas. Mas, quando surge a possibilidade para a grande maioria do povo, para as classes não abastadas, de sobrepujar os elementos contrários e de tomar, por sua vez, o poder, — então já ficam expostas ao perigo as próprias bases da sociedade humana, estalam os “alicerces da democracia”, e o bem estar da sociedade fica como que sacrificado em prol do bem estar de uma classe específica.

Em geral, consiste o sentido da obra de Angell na tentativa de fortalecer o regime social do seu tempo e de consolidar com novos argumentos a democracia burguesa, para cujo fim ele se atira sem vacilações até à crítica fundamental do capitalismo e da democracia capitalista.

SOLUÇÃO BURGUESA

Como já foi dito, vêm os sociólogos burgueses somente os seguintes dois caminhos para a solução do problema: conservar e consolidar os existentes “valores comuns” e contribuir para o entendimento mútuo entre as classes. Angell reconhece, outrossim, que para a realização da primeira dessas tarefas é mais fácil conseguir o apoio das massas populares. O perigo que, na opinião deste sociólogo, espreita aqui a sociedade, consiste na possibilidade de se acender e alastrar um chovinismo egoístico, criando-se na nação a unidade meramente superficial, pela excitação do terror ante um ataque que ameaça vir de um inimigo qualquer. Tal unidade nacional não pode ter caráter duradouro. Além disso, tende a excluir o Estado da participação na solução de questões internacionais, ao lado de outros países. Daí decorre a seguinte conclusão filosófica: “Se procuramos consolidar a força dos nossos valores comuns, isto pode ser realizado somente sobre um fundamento mais profundo e que abranja a humanidade em geral. Devemos trabalhar juntos, não impulsionados pelo terror ante uma agressão, nem animados pela esperança de uma egoística expansão nacional, mas por estarmos orgulhosos com os objetivos e as tarefas comuns, que, por sua vez, se acham em harmonia com a ordem mundial” (28).

Angell reconhece, contudo, que conversa alguma sobre a unidade da nação pode encobrir as profundas brechas existentes na estrutura social burguesa contemporânea. Os debates sobre os princípios comuns não podem contribuir decisivamente para um efetivo entendimento mútuo entre as classes; eles conseguem apenas aumentar as contradições existentes. A tarefa consiste, no entanto, em diminuir o desentendimento entre as classes. Mas já aqui os próprios sociólogos reconhecem que “existe um círculo vicioso”. “A desigualdade na distribuição das rendas e da propriedade torna cada qual das classes sociais incapaz de uma apreciação justa da situação da outra, e isto cria, para estas, a impos-

(28) ANGELL, R.C.: *The Integration of American Society*, página 217.

sibilidade de poderem chegar a um acôrdo a respeito dos meios que possam diminuir a diferença entre si” (29).

Mas como é que se pode realizar na prática a diminuição da diferença entre as classes opostas, assim como conseguir o desaparecimento da incompreensão recíproca entre estas? Os sociólogos burgueses indicam para isto alguns caminhos. Em primeiro lugar, deve ser efetuada a descentralização da grande indústria, com o que a população retornará a sociedades menores, “mais naturais”. Eles acham que o crescimento da eletrificação e das estradas de ferro vem possibilitar tal descentralização. Em segundo lugar, propõe-se a instituição do trabalho obrigatório para os jovens de 16 a 18 anos, de ambos os sexos, independentemente da classe à qual cada um possa respectivamente pertencer. Com a consequente convivência de cada jovem com outros, pertencentes a classes diferentes, desapareceriam, segundo afirmam aqueles sociólogos, a desigualdade social e a incompreensão recíproca existentes atualmente. Em terceiro lugar, recomenda-se o serviço militar obrigatório, durante o qual representantes de classes diferentes teriam que viver em comum durante alguns meses, o que viria estabelecer a intimidade necessária para um completo entendimento mútuo entre as classes. Propõe-se, também, o desenvolvimento da ação cooperativista entre os consumidores, o que deve criar condições propícias para o estreitamento das relações entre pessoas pertencentes a diferentes classes sociais. Recomenda-se, em seguida, que as crianças sejam instruídas nas escolas a respeito das atuais condições sociais e do grau em que estas correspondem aos valores comuns americanos, e que se estabeleça um completo intercâmbio de experiências e de pontos de vista entre grupos não pertencentes à mesma classe, o que influiria na obtenção da unidade, na percepção e na interpretação de diversos fenômenos sociais. Os empregadores e os trabalhadores teriam, por sua vez, também, ensejos de se conhecerem uns aos outros, ao se sentarem em volta da mesa de conferências. Propõe-se ainda seja diminuída a desigualdade em relação à propriedade e aos rendimentos, pois isto também constituiria um meio excelente para o nivelamento da posição das classes até então separadas.

Sobre este último ponto costumam, todavia, os sociólogos, falar com muitas fessalvas, dizendo que tal diminuição da desigualdade não pode ser conseguida de um modo abrupto e de uma só vez, sem que surja com isto o perigo de um “assassinio da democracia”.

Tendo analisado estas e muitas outras possibilidades da aproximação dos pontos de vista das diferentes classes sociais, chegaram os próprios sociólogos a desistir, ao cabo de tudo, de todos esses meios e caminhos e reconheceram que, da realização de todo aquele programa podem-se esperar, em geral, resultados muito pequenos apenas, — se na posição econômica e política das diferentes classes não se efetuarem mudanças substanciais. Angell observou, e não sem fundamento, que “as classes trabalhadoras receberão como fingimento e simulação o interesse para

(29) ANGELL, R.C.: *The Integration of American Society*, página 218.

com êles da parte das classes ricas, até que forem adotadas certas medidas práticas que venham melhorar suas condições de vida. A diminuição da desigualdade em relação à propriedade e aos rendimentos criará maior compreensão recíproca; esta virá trazer concórdia e boa vontade mútua na discussão de programas que visam a diminuição ulterior da desigualdade. Então, os representantes das diferentes classes poderão pronunciar-se de modo mais racional e produtivo em questões políticas. Ninguém espera que êles cheguem facilmente a certas decisões, mas vão, ao menos, discutir as existentes alternativas num ambiente de respeito mútuo" (30).

O único resultado efetivo é encontrado, pois, pelos sociólogos, ao cabo de tudo, na diminuição da desigualdade em relação à propriedade e aos rendimentos das diferentes classes. Êles recomendam, portanto, a diminuição dessa desigualdade. Mas o problema consiste agora no seguinte: como é que isto pode ser levado a efeito na sociedade contemporânea? Ao govêrno negam os sociólogos o direito de intervir nesta questão, pois isto constituiria um atentado à democracia; aos próprios trabalhadores fica vedado o empreendimento de qualquer coisa nesse sentido, pois os sociólogos acham que isso significaria a "ditadura da classe trabalhadora". No que concerne à classe dos proprietários capitalistas, êstes elementos, então, como é sabido, jamais aceitam de vontade própria tais medidas. Ao recomendarem as diferentes medidas para o melhoramento da situação das classes sociais menos favorecidas, sabem perfeitamente bem os próprios sociólogos que o prolema não será solucionado enquanto não se tocar na questão da propriedade e dos rendimentos. Mas qual é a solução mais prática para esta questão, quais são as medidas realmente adotáveis e eficientes, — isto os sociólogos não sabem dizer, donde suas afirmativas gerais: "Sômente a crescente orientação sôbre o geral e o total poderão conduzir-nos ao aumento da integração social. Embora seja insensato predizer inevitável desintegração e ruína, é muito significativo, no entanto, o facto de que um número cada vez maior de especialistas em problemas sociais já compreenda este perigo. Estamos, pois, diante da necessidade de empreendermos com decisão medidas práticas. A rapidez com que aceitarmos êsse desafio, assim como a importância que dermos a êste, constituirão a prova máxima a que a democracia está sendo submetida" (31).

Temos analisado mais detalhadamente os conceitos de Angell, pois êstes são típicos para o modo de pensar de muitos sociólogos burgueses que se dedicam a escrever sôbre temas idênticos. Esta análise veio revelar a profunda estreiteza e erronia dêsse conceitos. No fundo, quando os sociólogos saem a combater pela "paz social", êles fazem-no procurando a possibilidade de combinar, de conciliar os interêsses das classes opostas da sociedade e elevando-se êles próprios como que acima das classes.

(30) ANGELL, R.C.: *The Integration of American Society*, pág. 220.

(31) Idem, pág. 220.

A êles parece, às vêzes, que sua atitude é mesmo "neutra", "imparcial". Plena força possuem ainda as palavras de Lênin, dedicadas à posição idêntica dos ideólogos burgueses: "A indiferença política é a saciedade política. Com "imparcialidade", com "indiferença" olha para o pedaço de pão um homem plenamente saciado; o faminto, porém, terá sempre uma atitude "parcial" em relação ao pedaço de pão. A "imparcialidade", a "indiferença" para com o pedaço de pão não demonstra que a pessoa não precisa dêle, mas indica apenas que o pão está para ela sempre assegurado, que êste nunca pode vir a faltar-lhe, que ela já está firmemente colocada dentro do "partido" dos saciados. A imparcialidade dentro da sociedade burguesa constitui simplesmente uma maneira hipócrita, encoberta, passiva de pertencer ao partido dos saciados, ao partido dos círculos dominantes, ao partido dos exploradores" (*Obras Completas*, T. VIII, págs. 415-416).

Existe um outro grupo de sociólogos que, em geral, não vêem solução para o problema, em qualquer que seja a medida a ser posta em prática. Seus membros desistiram, até, de pesquisas puramente empíricas da vida social e atiraram-se à esfera puramente místico-religiosa. Reconhecem os escritores desta categoria que a sociedade contemporânea se encontra em estado de crise, para a qual não há solução; êles fazem ver, que os áugures pressagiam para o futuro uma noite interminável, sem quaisquer sinais de que ainda possa de novo amanhecer. A ciência e a cultura estão-se retorcendo, segundo êles, antes da tempestade. Continentes inteiros estão se contorcendo em espasmos de uma fúria de que não há exemplo. A Justiça está agrilhoada. A sociedade mundial encontra-se em estado de anarquia. Ela não tem mais lei, nem ética obrigatória e tão pouco possui o sentido da direção e do objetivo salvador. Tal é o caráter das idéias desenvolvidas por Walter Van Kirk, no seu livro *A Religião e o Mundo de Amanhã* (32). Bem próximo dêsse autor situa-se também o não desconhecido Pitirim Sorokin, que conseguiu ganhar grande popularidade nos EE.UU.

Vemos, dessa forma, que quasi a totalidade das obras sociológicas, aparecidas nos últimos anos, está dedicada ao problema decisivo — à apreciação da fase atual do desenvolvimento social. Nessas obras vêm-se fazendo a tentativa, em forma teórico-abstrata ou publicística, de fundamentar o valor e a necessidade da consolidação da ordem social capitalista. Colaboram também para conseguir o mesmo objetivo os representantes daquele ramo da sociologia burguesa, que continua a criticar a sociedade capitalista, visto que esta crítica, em primeiro lugar, não chega a tocar nos alicerces dessa sociedade e, em segundo lugar, não está sugerindo medidas, realmente adotáveis, para a transformação da sociedade e para o subsequente desenvolvimento da democracia.

(32) WALTER VAN KIRK: *Religion and the World of Tomorrow*. Willett, Clark & C.º Chicago-N.Y. 1941.

SOCIEDADE FUTURA

De modo bastante animado vem-se debatendo na sociologia estrangeira a questão, ao mesmo tempo velha e eternamente nova, dos caminhos do desenvolvimento, quer imediato, quer ulterior, da sociedade contemporânea. No estudo deste importantíssimo problema revelaram-se duas tendências distintas. Uma série de trabalhos está dedicada à análise teórica das possibilidades de previsões e vaticínios em relação à vida social, assim como à fundamentação do caminho do futuro desenvolvimento da História. Em regra, predominam nesta esfera conceitos imbuídos de cepticismo. A outra série de obras está dedicada à elucidação política da questão sobre o futuro de países isolados e sobre a estrutura do mundo em conjunto.

O expoente máximo da sociologia americana, Edward Ross, pronunciou-se abertamente contra toda sorte de prognósticos, de caráter geral, em relação à história da humanidade. No seu livro intitulado *A Sociologia da Idade Nova* (33), aconselha Ross aos historiadores, sociólogos e economistas, se estes querem ganhar a confiança do público, que se afastem por completo dos astrólogos, "profetas" e vaticinadores, que infectam todos os setores da vida pública capazes de atrair o interesse das pessoas. Considera ele que a sociologia não deve ter nada de comum com essa antiga, mas pouco respeitável, companhia. Baseando-se na triste experiência proporcionada pelo passado, desaconselha este destacado representante da sociologia americana que a ciência social se dedique a meditações sobre os problemas gerais da sociedade e os caminhos do progresso desta. Ele procura restringir a tarefa da sociologia a pesquisas sobre questões de caráter específico, como sejam: a relação entre os dois sexos; casamento e divórcio, o estado das liberdades cívicas, o sistema penal, o problema do alcoolismo, etc. Estudar uma questão específica não é vedado ao sociólogo, mas que este procure prever o provável resultado geral dos processos tão entrelaçados — isto já é mais do que se deve esperar dele.

Como é que se pode, então, explicar esta evidente contradição entre a tendência de um certo grupo de sociólogos para desistir do estudo dos problemas relacionados com o futuro desenvolvimento da sociedade e o apaixonado interesse dos mesmos em discutir, na esfera política, o futuro de povos e Estados isolados, assim como a estrutura do mundo em conjunto?

Esta contradição explica-se pelo facto de que — como o demonstra o paciente estudo do desenvolvimento das ciências sociais — o sociólogo burguês, este representante do saber público, uma vez que exprime princípios ideológicos baseados nos interesses dos que mantêm o poder no

(33) ROSS, Ed. A.: *New-Age Sociology*. D. Appleton — Century Co., inc. N. Y. — London. 1940.

mundo capitalista, jamais pode assumir posições rigorosamente objetivas na apreciação dos fenômenos sociais. Por outro lado, não podem os mesmos sociólogos e políticos desistir da fundamentação histórica, econômica e sociológica em geral da política interna e externa desenvolvida pelos governos dos seus respectivos países. Enquanto estes sociólogos vêm discutindo sobre as relações dentro da sociedade contemporânea, assim como sobre a política interna e externa dos governos dos seus respectivos países, descem eles, de tempo em tempo, à "terra proibida" e, operando com factos, metem-se a aprovar ou a criticar o regime deste ou daquele país. Quando, porém, se começa a tratar da futura organização da sociedade e da tendência do desenvolvimento desta, toda a análise concreta desaparece então, ficando esta substituída por cogitações abstratas.

Assim, o professor da Universidade de Londres, Mannheim, no seu livro, intitulado *O Homem e a Sociedade na Época da Reconstrução* (34), exprimiu não poucos pensamentos interessantes sobre a liberdade humana nos diversos degraus do desenvolvimento da sociedade. Mas apenas começou a tratar da organização da liberdade na sociedade futura, limitou-se o professor a uma série de meras considerações gerais, bastante vagas, sobre a necessidade da criação de uma sociedade ideal, na qual as posições-chaves seriam determinadas no sentido de uma direção estratégica, podendo-se assegurar, com isto mesmo, a liberdade para todos. O sociólogo norte-americano Dewey, já citado neste trabalho, limita-se, por sua vez, também, a considerações de caráter geral, e pouco convincentes, sobre as perspectivas do desenvolvimento da vida social. Afirma ele que o nosso sentido da realidade está por demais obscurecido e, por isso, ao tratar de objetivos idealísticos, devemos ter a sensação de estarmos saltando por cima do existente. Os ideais exprimem possibilidades, mas constituem algo real somente no caso de representarem possibilidades para aquilo que se vem movendo e desenvolvendo atualmente. A imaginação pode livrá-los de todos os obstáculos existentes e considerá-los condutores para aquilo que já existe. Se os ideais, porém, não estão ligados à realidade, representam então meras imagens, vistas como que num sonho.

Deste ponto de vista, representa certo interesse também a importante obra do professor norte-americano Joseph Mayer, intitulada *Princípios da Ciência à Luz do Método Científico* (35).

Mayer trata, nesta obra, do problema cardinal que atualmente vem interessando à ciência social — da questão dos rumos subseqüentes do progresso social. Ele faz a seguinte pergunta: Por que será que o progresso

(34) Karl MANNHEIM: *Man and Society in an Age of Reconstruction. Studies in Modern Social Structure*. Kegan Paul, Trench, Trubner & Co., Ltd. 1941.

(35) Joseph MAYER: *Social Science Principles in the Light on Scientific Method*. Duke University Press. Durham, North Carolina. 1941.

social vinha se desenvolvendo de maneira tão lenta, em comparação com a espantosa rapidez demonstrada nos últimos tempos pelo progresso material? O autor correlaciona esses ritmos acelerados, alcançados pelo progresso material no século XX, com as prodigiosas realizações da técnica e da física, que causaram grandes transformações nos hábitos de toda a gente. Manifestou-se este progresso tanto em forma de grandes mudanças na esfera industrial e na direção do Estado, como também no alto padrão de vida das pessoas e na difusão do nacionalismo, da democracia e da cultura pública. No entanto, foram justamente esses sucessos do desenvolvimento industrial ou do *soi-disant* "progresso material" que — na opinião de Mayer — trouxeram consigo também as dificuldades, as crises sociais. O nacionalismo, segundo a opinião deste sociólogo americano, engendrou o arrogante imperialismo; a democracia disseminou por toda parte a corrupção, e o progresso técnico trouxe, em resultado, as maiores guerras de todos os tempos, assim como as mais graves reviravoltas políticas.

Não vou submeter aqui à análise a questão especial dos falsos juízos de Joseph Mayer com respeito às fontes do progresso material da sociedade e das crises que este, justamente, teria provocado. Vamo-nos deter um pouco somente sobre a seguinte questão: qual é, então, o caminho do futuro progresso da sociedade, tal como é proposto por este sociólogo e por ele recomendado à sociedade contemporânea?

QUAL O CAMINHO PARA A SOCIEDADE FUTURA ?

Mayer considera que existe, sem dúvida, um caminho melhor para o desenvolvimento social, em comparação com a grande confusão que vinha reinando nos últimos vinte séculos. Ele acha que duas circunstâncias sugerem a possibilidade desse melhor caminho. Uma destas consiste na percepção do facto, de que a sociedade, segundo o indica seu carácter, não é uma criação "natural", mas antes "artificial", e uma vez que ela tenha sido construída por esforços humanos, pode, portanto, pelos mesmos ser também reconstruída. A outra circunstância consiste em estar a reconstrução social dependendo dos sucessos alcançados nas ciências naturais, mormente em geologia, biologia e psicologia. Assim como a sociedade pôde no passado utilizar-se justamente dessas duas premissas para o aperfeiçoamento da sua vida, assim não está excluído também para o futuro, no dizer de Mayer, um aproveitamento mais racional das mesmas possibilidades. Embora este sociólogo, baseando-se na experiência do passado, tenha achado possível o emprêgo de algumas medidas, para que o desenvolvimento da sociedade pudesse ser conduzido pelo melhor caminho, — ele se retraiu, no entanto, quando chegou a vez de já se dizer alguma coisa também acerca da realização prática desse desejo, e se limitou a considerações altamente abstratas, apenas, sobre o futuro caminho — que há de ser mais racional — da evolução da humanidade.

Há, também, outros sociólogos que, por um método puramente especulativo, tiram a conclusão de que atualmente se estaria processando a

substituição da cultura material sensualista, por outra, espiritual, dando isto lugar a uma espiritualização do intellecto, a uma dignificação da conduta e a uma exaltação religiosa. E é este, precisamente, o rumo — dizem eles — que o subsequente desenvolvimento da sociedade há de tomar.

Vemos, portanto, que seria injusto afirmar que a moderna sociologia estrangeira tenha desistido por completo de escrever o futuro desenvolvimento da sociedade. Acontece apenas, que, ao descrevê-lo, vem a sociologia "descobrir" uma porção de "leis", cujo teor está em completa contradição com os factos reais da história da sociedade. Ao tentarem fazer uma descrição do subsequente desenvolvimento da sociedade humana, vêem-se os sociólogos obrigados a se refugiarem numa esfera de tautologia sem par, assim como de conjecturas especulativas, de suposições puramente fantásticas.

As coisas não estão correndo melhor em relação, também, às obras políticas, dedicadas à futura organização da vida social, quer dentro de cada Estado isolado, quer do planeta considerado em conjunto. Nos livros, opúsculos e artigos políticos — diferentemente do que sucede com os tratados puramente sociológicos — é muito fácil distinguir o motivo prático que está no fundo desta ou daquela obra, desta ou daquela sortida do respectivo autor. Ultimamente, apareceu na literatura estrangeira um número enorme de planos relacionados com a reorganização da vida social. Alguns autores propõem a formação dos Estados Unidos do Mundo; outros consideram possível uma alteração das fronteiras atuais entre todos os Estados, a fim de que estes fiquem substituídos por outros, constituídos segundo um critério baseado na unidade étnica da respectiva população; mais outros, ainda, dividem o mundo segundo o princípio racial e acham que seria muito apropriado levar-se a efeito uma transplantação de povos inteiros, a fim de reunir as raças em compactas massas homogêneas; e há, também, escritores que propõem a divisão do mundo em esferas de influência entre os principais Estados, reunindo-se ao redor de cada um destes uma cadeia de nações menores. E' evidente, contudo, que qualquer um desses planos carece de base real e constitui, tal como os demais, um fruto da arrebatada fantasia do respectivo autor.

Aqui não nos interessa muito o conteúdo de tais planos, mas, sim, a tendência do respectivo autor, evidenciada através das suas reflexões sobre esse tema.

O americano William Ziff, no último capítulo do seu livro *Os Gentlemen Falam da Paz* (36), propõe que o mundo seja dividido em meia dúzia de gigantescos Estados-agregados, cada um dos quais deve gozar de direitos políticos iguais, assim como dispor de todos os recursos necessários, de uma população numericamente suficiente e de bem justificadas fronteiras geográficas, para poder ser completamente independentes no sentido econômico e, ao mesmo tempo, invulnerável no sentido

(36) ZIFF, William B.: *The Gentlemen Talk of Peace*. The Macmillan Company. N. Y. 1944.

militar. Organizado o mundo desta maneira, não haverá mais, tal é a opinião do autor, motivos para guerra, pois a paridade entre os adversários e o equilíbrio das suas imensas forças já excluiriam de antemão qualquer possibilidade de um deles poder obter uma vitória fácil sobre o outro. E dado que a 5-6 Estados-gigantes é muito mais fácil entenderem-se entre si, do que as 70 soberanas "formações políticas heterogêneas" existentes atualmente, — a solução de questões litigiosas poderá então ser conseguida, sem maiores dificuldades, com o emprêgo de meios pacíficos apenas. Cada um desses Estados-agregados deve representar consigo um todo unido, não podendo existir sobre o respectivo território nenhuma outra formação política independente e soberana. As relações recíprocas entre os agregados deveriam ser reguladas por meio de acordos sobre todas as questões fundamentais. As condições existentes atualmente fariam o mundo dividir-se, naturalmente, em cinco agregados, cada qual internamente soldado pela unidade dos interesses em um só todo. Ziff considera que a URSS já tenha alcançado "a forma definitiva e a plenitude necessárias". Resta, pois, criar ainda o Oriente Unido, a Europa Unida — juntando-se a esta as regiões situadas na zona do Mediterrâneo (inclusive o Norte da África), a União Ocidental — abrangendo todo o continente americano, assim como as Ilhas Britânicas e a Austrália... E' claro, por si mesmo, que o plano põe a população básica do globo sob a égide dos EE. UU. e da Inglaterra. Desta forma podemos constatar que uma ordem ideal será estabelecida no mundo — segundo o parecer de alguns políticos estrangeiros — somente quando os EE. UU. e a Grã-Bretanha conseguirem engulir o resto do mundo, sujeitando ao seu domínio todos os demais povos e Estados.

VERSATILIDADE DOS SOCIÓLOGOS

E' sabido que a Alemanha hitlerista, em conluio com a Itália fascista, procurava obter o domínio sobre todos os povos e Estados contemporâneos. Agora, sabemos, também, como terminou esta tentativa em face do resultado da Segunda Guerra Mundial. Os historiadores e sociólogos de quase todos os países que estavam em guerra com a Alemanha, baseando-se com muito acêrto nos anteriores exemplos históricos, empenhavam-se em demonstrar, no decurso da guerra, a impossibilidade e a irreabilidade da conquista do mundo inteiro por um só Estado. A experiência histórica, mobilizada então pelos historiadores para a sua argumentação, soava de maneira convincente e poderosa. Mas eis que a guerra contra a Alemanha terminou; desde logo a disposição do espírito, as opiniões e tendências, tanto das esferas governantes de uma porção de Estados estrangeiros, como também dos diplomatas, historiadores e sociólogos dos mesmos países, sofrem uma estranha mudança. Aquilo que ainda há pouco se apresentava como convincente e poderoso, fica relegado ao esquecimento, e qualquer pessoa que pretenda ou venha a relembrar isso é prontamente ridicularizada, pois esta pessoa, dizem, conserva conceitos triviais e idéias obsoletas. Mas é justamente nos nossos dias que devem ser lembradas as situações históricas que possam

servir de real exemplo, pois sempre tinham existido partidários do domínio mundial, muito grande era o número destes, e nem com o término da Segunda Guerra Mundial vieram eles a desaparecer. E ao ouvirmos as vozes que se levantam agora, com freqüência cada vez maior, insistindo para que os EE. UU. e a Grã-Bretanha se ponham à cabeça do progresso mundial contemporâneo e que tomem sobre si o papel liderante em relação aos demais povos e Estados, — devemos-nos lembrar de que, ainda há pouco tempo, os mesmos políticos dos EE. UU. e da Grã-Bretanha consideravam tais ações *fatais* para os Estados que chegaram a reputar-se países líderes. Assim, o político inglês Edward Grigg escreveu o seguinte: "Os impérios mundiais, a começar pelo de Frederico Barbaroxa até o de Napoleão, e do napoleônico até o hitlerista, fracassaram, todos juntos e cada um em separado, nas tentativas de criar uma ordem aceitável para o resto da Europa, pois nenhum deles tinha outro objetivo sinão o da própria expansão" (37).

Enquanto os políticos e sociólogos ingleses se dedicam a considerações gerais em torno do domínio mundial exercido por uma só nação qualquer, eles tomam posição contra tal domínio. Quando, porém, se trata do domínio mundial que possa vir a ser exercido pela Grã-Bretanha, eles já se pronunciam entusiasticamente a favor deste. A agressiva ideologia imperialista, tal como foi concebida ainda no século passado pelas rodas aristocráticas dos *tories* ingleses, não desapareceu ainda da publicidade e da literatura sociológica inglesa, até hoje. E mesmo nos nossos dias, depois de já ter a própria vida demonstrado, de modo tão irrefutável, o absurdo do domínio exercido por um único Estado — qualquer que possa vir a ser este — sobre as demais nações, quando já ficaram demonstrados de modo tão instrutivo o caráter vicioso e o objetivo irrealizável dos planos que procuram a predominância de qualquer que seja a nação em detrimento dos interesses dos outros povos, — continua ainda aquela ideologia a encontrar adeptos entre ingleses e americanos. A fundamentação dessa ideologia toca às raízes do ridículo. Esse mesmo Edward Grigg, que já criticou a idéia de um domínio mundial, baseando-se, para isso, em exemplos fornecidos pela História, não teve dúvidas e saiu em defesa do papel liderante a ser exercido na Europa pela Inglaterra. "Sem a Inglaterra — escreve ele no livro já citado —, apta e pronta para desempenhar o papel decisivo, na sua qualidade de maior potência européia, a Europa Ocidental ver-se-á sem dirigente" (38).

O conceito, segundo o qual o próprio Destino já teria preparado para a Inglaterra o papel de dirigente da Europa, penetrou a tal ponto na consciência dos publicistas e sociólogos ingleses, que para eles já deixou de produzir qualquer efeito a experiência tão instrutiva da Segunda Guerra Mundial. Neste sentido, é muito curioso, por exemplo, o livro

(37) GRIGG, Edward: *British Foreign Policy*. Hutchinson & Co., Ltd. London-New York-Melbourne. Pág. 184.

(38) Idem, idem, pág. 24.

da periodista inglesa Mairin Mitchell *Podemos Assegurar a Paz* (39). A autora realizou um passeio por quasi todos os países da Europa, tendo para cada um destes preparado já de antemão o papel de tutelado da Inglaterra. Eis o que fomos encontrar nesse livro:

"A Noruega deve assegurar para si o auxílio e a colaboração, antes de tudo, dos países ultramarinos amantes da liberdade — do Império Britânico e dos Estados Unidos da América do Norte".

"Dois grandes povos de navegadores — o inglês e o holandês — separados pelo Mar do Norte, devem-se unir numa estreita aliança, depois da Segunda Guerra Mundial".

"A Iugoslávia deve ter a possibilidade de contar com o apoio da potência militar e naval que ainda continua sendo a mais forte no Mediterrâneo — da Inglaterra".

"Portugal, depois da Segunda Guerra Mundial, necessitará de poderosos aliados... A circunstância de as possessões ultramarinas portuguesas... encontrarem-se em vizinhança imediata das possessões inglesas ou dos Domínios, evidentemente obrigará Portugal a procurar no futuro, tal como já sucedeu no passado, uma aliança com a Inglaterra".

"Entre a França e a Inglaterra existem tôdas as premissas para uma união efetiva, em contraste com a aliança superficial que existia entre a Alemanha e a Itália... A necessidade de uma ação comum franco-inglesa no Mediterrâneo já foi sobejamente demonstrada depois da capitulação da França em 1940".

"O Iran tornou-se mais um lugar da atividade produtiva na qual tomaram parte quatro membros das Nações Unidas... Em Abadan — o golfo da Pérsia — encontra-se a maior usina distiladora de petróleo do mundo inteiro... Esta região é de interesse capital para três grandes potências. Ela talvez tenha importância sobretudo para a Grã-Bretanha".

"Nos interesses de todos os amantes da liberdade, devemos ter a esperança de que a Comunidade das Nações Britânicas tome medidas para que fique ampliado o conteúdo do tratado anglo-egípcio... Os próprios egípcios saudaram os pontos deste relacionados com a defesa aérea e naval, a cargo dos britânicos, tendo efetivamente pedido à Grã-Bretanha que esta venha prestar-lhes auxílio para a defesa da zona do Canal de Suez que se encontra sob a soberania do Egito".

"Quando foi levantada a questão acerca do Marrocos Espanhol, confirmou-se a sabedoria da Inglaterra, que se recusou a entregar à Alemanha as antigas colônias desta situadas na África Ocidental, tendo com isto evitado que estas pudessem ser transformadas algum dia em bases aéreas dirigidas contra o Império Britânico. Pode-se esperar que também depois da Segunda Guerra Mundial demonstrem os construtores da Paz ser igualmente previdentes nesta questão".

A prática antiquada de conquistadores e colonizadores, tão pouco apropriada para as condições atuais, já entrou nos hábitos e na vida

(39) MITCHELL, Mairin: *We Can Keep the Peace*. The Grout Publ. Comp. London. 1944. 256 p.

da maior parte dos políticos, sociólogos e jornalistas ingleses. E' por isto que eles, ao divulgarem suas respectivas idéias pela imprensa, nem se perguntam: Querirão mesmo os países europeus admitir um impostor para serem por este dirigidos? Não conviria mais consultar aqueles povos, conhecer primeiro a opinião e o desejo de cada qual daquelas nações a quem a Inglaterra procura tão insistentemente impor a sua "liderança" ? .

UM ARTIGO EXPRESSIVO

O publicista inglês King-Hall publicou em 27 de maio de 1946, no jornal sueco *Expressen* um grande artigo sob o título *A União das Potências Ocidentais*. Este artigo representa um grande interesse, pois nele — diferentemente do que acontece com a maior parte das reflexões sobre as atuais relações entre os Estados e sobre as perspectivas do desenvolvimento da paz na Europa, publicadas pelos políticos e sociólogos ingleses — apresenta-se, de modo franco e sem subterfúgios, a opinião, realmente difundida entre as rodas governamentais inglesas, sobre o futuro arranjo dos negócios europeus. Pouco nos interessa o apelo desairoso e insolente de King-Hall ao governo britânico, no sentido de deixar este, nas suas conversações com a Rússia acerca dos Estados democráticos da Europa Oriental, de empregar uma linguagem "que os russos consideram como um inexpressivo balbucio de uma potência capitalista degenerada". Nos últimos tempos, reacionários de toda a categoria se fizeram muito ouvir sobre a necessidade de uma atitude "rija" para com a Rússia e o emprêgo de uma linguagem "forte" nas conversações com seus representantes. Esta cantiga já é por demais conhecida da opinião soviética. O que nos interessa aqui é uma coisa muito diferente, a saber: como é que este representante da "mais alta" sociedade inglesa, vindo súbitamente a "se abrir" e exprimindo, sem dúvida, com sua tagarelice, certas tendências e aspirações das rodas imperialistas da Grã-Bretanha, como é que ele imagina a organização do mundo no após-guerra? Antes de tudo, clama por uma atitude decidida da Inglaterra, em sua qualidade de potência dirigente e organizadora da "União dos Estados Ocidentais, que inclui também a Alemanha Ocidental". Nisto vê o objetivo direto da política exterior da Grã-Bretanha. Na opinião de King-Hall, deve a Inglaterra tomar a iniciativa e estabelecer, para a democracia ocidental, o rumo da sua política exterior. E' verdade que prevê também que uma tal atitude da Grã-Bretanha possa ser interpretada pelas potências européias, como um conluio contra outros países pacíficos. Ele observa que, em correlação com isto, levanta-se em certos Estados um "forte barulho", mas "tais investidas devem ser por nós recebidas com a devida serenidade". Não precisamos falar da lógica deste honrado senhor, imprópria de um homem que esteja em pleno gôso das faculdades mentais, pois verifica-se, através do exame do plano proposto por King-Hall, que uma sortida contra a paz não consistiria num passo expansionista por parte da Grã-Bretanha, mas nos protestos que viriam da parte dos demais Estados contra a política

ocupacionista dos ingleses! Escutemos ainda mais a King-Hall: "Essa União deve ser estruturada como uma comunidade de Estados, com uma permanente comissão parlamentar. A Alemanha Ocidental deve ser transformada em território sob o mandato dessa União e governada, até uma provável modificação ulterior, pelo Conselho da União. Em primeiro lugar, deve ser abolida a cidadania alemã. Com o tempo, será proporcionado a todos os países, membros da União, o direito à cidadania comum. A liberdade do comércio, assim como a cidadania comum devem ser introduzidas por etapas, que, por sua vez, representariam degraus no caminho para o livre comércio mundial e para a cidadania também mundial. A Defesa deve ser entregue à jurisdição do Conselho da Segurança da Organização desses Estados unidos. O problema da União da Europa Ocidental, considerando as relações mútuas anglo-americanas, não apresenta para a Grã-Bretanha quaisquer dificuldades de caráter invencível. Essa União, que será dirigida pela Inglaterra e sustentada pela França, Bélgica, Holanda, Dinamarca e, provavelmente, também pela Itália, inspirar-se-á na concepção livre e democrática do mundo".

Tais são os planos doidos, concebidos por este imperialista inglês nos seus arroubos de fantasia.

DEFESA DO PREDOMÍNIO MUNDIAL NORTE-AMERICANO

Também os sociólogos americanos, por sua vez, não ficam atrás dos seus colegas ingleses. Nos EE. UU., mórmente depois da Segunda Guerra Mundial, apareceram dezenas de livros, bem como uma infinidade de artigos, nos quais se procura fundamentar as pretensões deste país americano ao domínio mundial. Devemos, contudo, esclarecer aqui, que semelhantes aspirações encontraram, da parte dos mais sensatos americanos, a mais decidida repulsa. Esta gente compreende perfeitamente a irrealidade dos planos imperialistas de subjugação do planeta inteiro pelos Estados Unidos da América do Norte, assim como o grande perigo que surge, quer para a própria América, quer para a paz do mundo inteiro, da divulgação de tais ideologias. O americano Peffer assim exprime, no seu livro *A América e o seu Lugar no Mundo* (40), a opinião de amplas rodas progressistas, ao submeter a uma severa crítica aquelas tendências que alguns figurões políticos norte-americanos estimulam para o lado de uma sempre crescente expansão imperialista. O autor critica as palestras, últimamente em voga, sobre a "Idade americana", vendo nisso um mero sinal da insensatez e da imaturidade das pessoas que vêm recomendando aos Estados Unidos a conquista pelas armas do domínio sobre o mundo. Peffer previne o povo norte-americano acerca do perigo deste caminho, e, baseando-se nos factos da política americana do após-guerra, observa que "no imperialismo — que está

(40) PEFFER, Nathaniel: *American Place in the World*. Wilking Press. New York. 1945. 236 p.

ligado, mais do que qualquer outra coisa, à sensação de satisfação, o apetite vem enquanto se está comendo. Aquilo que ao princípio foi considerado a satisfação de uma necessidade, já constitui depois um objetivo para a mera sensação de satisfação. O poderio militar gera o desejo de conseguir um poderio ainda maior, sendo que isto vem se fazendo, ao princípio, visando a defesa e segurança próprias, mas depois tudo já se faz para o mero gôso da demonstração e da utilização do poderio adquirido. Nenhum fundamento existe para se poder esperar que os EE. UU. se constituam em exceção a esta regra... País algum, na Europa ou na Ásia, deseja ter sobre si o domínio americano; povo algum o reconheceria, nação alguma o toleraria. Jamais existiram sintomas ou dados que pudessem provar que qualquer uma das grandes potências estivesse disposta a ceder aos EE. UU. seu direito de decidir em questões internacionais, ou a permitir que os EE. UU. se utilizem desse direito, se esta nação aparecer algum dia com tais pretensões" (41). Peffer observa, em seguida, que os demais países não podem reconhecer aos EE. UU. o papel liderante — menos, ainda, do que a qualquer outra potência, porque os Estados Unidos "nunca chegaram a inspirar confiança em relação aos seus princípios e propósitos políticos" (42).

Constatamos, desta forma, que na moderna sociologia e na literatura política estrangeiras não faltam planos e projetos de toda sorte. A divulgação das obras dessa natureza constitui como que a preparação ideológica e política da população para a expansão imperialista que já está sendo levada a efeito, assim como planejada, também, para a realização ulterior.

IV

A FALÊNCIA DOS SOCIÓLOGOS BURGUESES

Ao falarmos da moderna sociologia estrangeira, devemos levar sempre em consideração o facto de que nem na Inglaterra, nem nos Estados Unidos, nem mesmo em qualquer que seja outro país estrangeiro, existem escolas sociológicas reconhecidas por todos, ou, ao menos, uma unidade nos conceitos sobre a vida social. Particularmente profunda é a discordância verificada na sociologia estrangeira do nosso tempo. Não devemos, portanto, estranhar que, nesta esfera, se levantem, com frequência cada vez maior, vozes que confirmam a falência da moderna sociologia burguesa. No 33.º Congresso Americano de Sociólogos, ao ler seu discurso presidencial sobre o tema *Os Sociólogos e a Paz* (43), reco-

(41) PEFFER, Nathaniel: *American Place in the World*, págs. 134 e 81.

(42) Idem, pág. 84.

(43) LUNDBERG, George A.: *Sociologists and the Peace*. *American Sociological Review*. 1944. N. 1.

nheceu George Lundberg abertamente que os sociólogos não sabem, até hoje, como solucionar problemas políticos. Tendo-se referido à incapacidade dos sociólogos de sugerir os rumos para a organização mundial dos países democráticos, Lundberg concluiu: "Seria difícil encontrar uma ilustração melhor ou mais trágica para a atual falência da teoria sociológica". Ao mesmo facto vêm-se referindo, com bastante amargura, também outros autores. Assim, por exemplo, encontramos no livro há pouco aparecido de Britt, *A Psicologia Social da Vida Moderna* (44), a observação de que em nenhuma outra profissão são os respectivos especialistas tão pouco considerados como na esfera da filosofia e da sociologia. Há, nas universidades americanas, especialistas em ciências sociais — historiadores, economistas, especialistas em questões políticas, antropólogos, sociólogos, psicólogos e outras pessoas — que dedicaram seu tempo e suas forças ao estudo dos problemas sociais. Parece, portanto, que esses especialistas deveriam saber mais do que outras pessoas acerca dos problemas que se relacionam com a sociedade humana. Quando alguém sofre de um mal físico — escreve Britt — vai consultar um médico e não à sua lavadeira; quando tem diante de si um problema jurídico dirige-se a um advogado e não ao açougueiro. Mas quando se levanta uma questão relacionada com algum problema social, então quasi todos se consideram especialistas. Os membros do "trust do Cérebro" são olhados com desconfiança; o historiador, o economista, o especialista em questões políticas, o antropólogo, o sociólogo e o psicólogo comumente não são consultados.

A História moderna trouxe tantas desilusões para a ciência social burguesa e para a política, que somente poucos de seus representantes reconhecem, atualmente, grande valor às pesquisas sociológicas e alguns deles vêm se interessando cada vez mais pela elucidação da essência da consciência social do indivíduo e desistindo de estudos sobre o desenvolvimento histórico da sociedade em conjunto. Tal é justamente a atitude de Benedetto Croce, como se vê pelo seu último livro, *A Política e a Moral* (45), publicado em 1945, em Nova York, pelos editores da *Coleção Filosófica*. Croce escarnece, nesta obra, do conceito de que as pessoas que possuem conhecimentos políticos, que dominaram a ciência política, pudessem solucionar os mais graves problemas da humanidade. Não, não se deve ir por esse caminho! — exclama o filósofo italiano: "O problema político, como um problema prático, requer iniciativa, invenção e criação, e por isso representa, em seu conjunto, um problema completamente individual" (46).

Do ponto de vista de Croce, é de muita ajuda todo e qualquer conhecimento, mas nenhum pode esclarecer o homem sobre o que ele deve fazer, pois isto continua a ser um segredo do seu próprio ser, uma descoberta da sua própria vontade. O autor considera que se este problema tivesse

(44) BRITT, St. H.: *Social Psychology of Modern Life*.

(45) CROCE, Benedetto: *Politics and Morals*. Philosophical Library. N. 4. 1945. 204 p.

(46) Idem, pág. 34.

sido formulado de um modo mais geral e impessoal, por exemplo: "Que deve fazer o mundo?" ou "Que deve fazer a Itália?", — tais perguntas podem ser submetidas à cogitação abstrata, embora na prática o problema continue sendo insolúvel. Essa impossibilidade para as ciências sociais, para a sociologia e a filosofia de solucionarem semelhantes problemas decorre — segundo Croce — do facto de que aquilo com que o mundo se deve ocupar, aquilo que este deve fazer — somente o mundo mesmo pode sabê-lo e não o homem. O mesmo acontece também em relação a um país isolado. Assim, por exemplo, o que a Itália deve fazer e o que está para fazer — só o pode saber a própria Itália, e não um homem isolado, mesmo sendo este muito versado em sociologia e política. A formulação correta desse problema seria, portanto, — segundo Croce — a seguinte: "Que devo fazer eu, vivendo, neste mundo, na Itália, etc."

Aquêle bem estar social, ao qual a gente sempre se refere, pode ser historicamente alcançado — diz o autor, — mas êle representa um produto dialético da discordância harmônica dos seres morais e por isso será conhecido (mas na atualidade ainda não pode sê-lo) da pessoa que participa do segredo de sua criação, tal como o pai não conhece o filho, de cuja geração participou. Croce apela, no mencionado livro, para que não se tenha medo desse esforço criador, livre de quaisquer peias, pois "a consciência moral exige de cada pessoa que já se tenha decidido à ação — que essa se aprofunde no íntimo do seu próprio ser, formulando, com humildade e pureza de coração, perguntas a si mesma e escutando a voz que nela própria está falando e que a vem guiando; e essa consciência exige, igualmente, que a pessoa siga, com ânimo decidido e viril, sua própria "voz interior", qualquer que venha a ser esta, confiando-se à Providência, que dirige as coisas humanas. Essas "vozes interiores" outra coisa não representam sinão a necessidade histórica, personificada nos indivíduos, e alcançam sucessivamente sua ordem no entrelaço, entrelaçamento e luta das ações individuais, transformando-se gradualmente em realidade, em tal grau e de tal maneira, como lhes são possíveis" (47).

Partindo da sua teoria subjetivo-idealística, arbitrariamente elaborada sobre o desenvolvimento da sociedade, assim como da sua negação do movimento histórico regular da humanidade, nega Croce, em princípio, a possibilidade de criação de qualquer que seja a teoria referente ao desenvolvimento da sociedade. Considera êle, que todas as teorias, segundo as quais vêm sendo dirigidos os partidos, grupos e classes, são meras pseudo-teorias. Uma delas são mais falsas, outras o são menos, mas, de qualquer modo, nenhuma delas pode nem deve ter qualquer ligação que seja com algum partido, considerando este como uma força política.

Todas estas considerações do moderno céptico e agnóstico, em relação ao conhecimento do desenvolvimento regular da sociedade, levam-no, ao cabo de tudo, à negação da atividade conceptiva da pessoa isolada, para transferir essa função — do indivíduo para a Providência. Seria insensate — escreve Croce — esperar "da pessoa isolada, aquilo que esta, como

(47) CROCE, Benedetto: *Politics and Morals*, pág. 36.

tal, não pode fazer, pois isso é da alçada da Providência, isto é, é um trabalho que se acha fora do poder do indivíduo" (48).

Pode-se dizer que, agora, no meio do quarto decênio do nosso século, é menor ainda a unidade de vistas entre os representantes da ciência social no estrangeiro, do que se dava há 100-150 anos atrás, quando a sociologia, assim como a teoria burguesa do desenvolvimento da sociedade, ainda se achavam no comêço da sua formação. Não é de estranhar, pois, que também na compreensão das tarefas e funções desta ciência reine entre os sociólogos contemporâneos a mesma dispersão que a existente entre eles em relação à própria concepção do mundo. Revela-se isto, de modo particularmente convincente, no discurso presidencial, lido por George Lundberg, no 38.º conclave anual da Sociedade Sociológica Americana, em Nova York. O antigo presidente dessa entidade pôde apenas referir-se com expressões muito vagas à atitude da sociologia para com a atualidade americana. Ele próprio julgava que a maior parte do programa por ele apresentado estivesse dedicada à expressão das esperanças e dos receios em relação ao período do após-guerra. Os sociólogos querem saber — exclama ele no seu discurso — quais são as perspectivas de se receber um pequeno rendimento das melhoradas relações sociais, em troca da vida, do tempo e dos recursos empregados. Lundberg também compreende, que os sociólogos não podem esquivar-se de tratar dos problemas sociais mais importantes, porque, já ao fim da guerra, de novo surgiram, da fumaça dos incêndios e das ruínas das cidades, os mesmos problemas que anteriormente favoreceram à deflagração desta. A estes problemas vieram juntar-se também os da organização do mundo no após-guerra. "Estes problemas — diz Lundberg — apresentam-se como promissórias de um empréstimo a juros, cujo pagamento poderíamos ter adiado, se estivessemos no gozo de moratória, mas que não podemos adiar indefinidamente".

Do programa da ciência sociológica, traçado por George Lundberg, vê-se com tóda a clareza, que a sociologia americana chegou a confundir-se em questões perfeitamente claras e simples. Com a exposição do seu programa, embora isto possa parecer muito estranho, cometeu Lundberg dois graves erros, em sentidos completamente opostos. Lundberg considera que depois da Primeira Guerra Mundial nem os políticos, nem os sociólogos conseguiram encontrar uma solução satisfatória para os problemas mundiais. Desde então, isto é, a partir de 1919 até os nossos dias, segundo ele, não se deram, propriamente, mudanças substanciais nas condições que determinam a solução dos problemas contemporâneos. Tais condições, na opinião de Lundberg, são duas: as ciências sociais devem ser desenvolvidas ao ponto de poderem determinar firmemente as necessidades de uma paz duradoura; os pesquisadores das ciências sociais devem desfrutar de tamanho respeito na sociedade, que suas vozes venham a ser escutadas na Conferência da Paz. Estas duas condições para a solução dos problemas mundiais encontram-se, segundo Lundberg, dentro da esfera da pura consciência. No que diz respeito à sua exigência

(48) CROCE, Benedetto: *Politics and Morals*, pág. 42.

de um desenvolvimento rápido das ciências sociais, para poderem determinar firmemente as necessidades de uma paz duradoura, sabemos bem que nem as necessidades da paz atual, nem sua organização, nem mesmo as condições da sua realização dependem do estado da ciência social nos EE.UU. Para a solução destas questões requerem-se condições que têm raízes muito mais profundas na vida da sociedade contemporânea. No que se refere ao desejo deste sociólogo americano de ver elevada a autoridade das ciências sociais, sabemos, pela experiência adquirida através da história dos conhecimentos sociais, que tal autoridade não se consegue nem com rogativas, nem com exorcismos e nem mesmo com referências ao efeito maléfico resultante da separação entre a vida social e a sociologia.

Lundberg, já citado por nós anteriormente, repara que tanto os sociólogos como todos os demais pesquisadores das ciências sociais sabem perfeitamente que nem eles próprios, nem os seus respectivos conselhos vêm sendo tomados em consideração nos negócios públicos. Daí o apêlo, dirigido pelos mais destacados sociólogos norte-americanos aos seus irmãos de armas, no sentido de se reerguer a fé dos círculos governamentais, da intelectualidade e, se possível, também das mais amplas esferas da população, na sociologia burguesa, assim como de se restabelecer a "marca registrada" do pesquisador das ciências sociais, para que tanto o estadista, como qualquer pessoa culta em geral, possam distinguir o sociólogo por algum sinal claro e determinado. Nisto, habitualmente, baseiam-se as profissões médica e jurídica, nas quais foram estabelecidas, para os representantes das respectivas ciências, determinadas normas de qualificação, normas elaboradas com a aprovação do Estado. Mas a Sociedade Sociológica Americana não pode determinar o profissional da ciência social de maneira tão precisa como é possível fazer em relação às ciências médica e jurídica. As opiniões dos pesquisadores das ciências sociais não estão sendo tomadas na devida consideração pelo motivo de "ainda não terem eles conseguido desenvolver no seu meio o critério profissional", nem convencido o público de que efetivamente possuem a necessária qualificação especial. Este mesmo sociólogo, Lundberg, aponta, com justiça, que é inútil culpar o público de não distinguir os sociólogos dos clérigos, dos jornalistas, dos romancistas, dos poetas e das pessoas cultas em geral, uma vez que os próprios sociólogos ainda se acham na dúvida acerca do critério que os distingue de outras profissões. "É inútil chorarmos sobre os nossos fracassos — continua Lundberg — pois também a indiscutível autoridade desfrutada atualmente pelos cientistas-fisiologistas nas correspondentes esferas foi conseguida justamente por um caminho idêntico — o da demonstração da incontestável superioridade sobre os curandeiros, alquimistas e astrólogos".

A difusão de conceitos pessimistas, em referência às tarefas e às possibilidades da sociologia, é perfeitamente justificável. De onde, propriamente, pode a sociologia burguesa tirar sua autoridade na sociedade, se suas deduções contradizem a história efetiva, se suas recomendações e sugestões são feitas, em regra, com o intuito de satisfazer apenas a uma insignificante minoria da sociedade? As profecias dos sociólogos ficavam sempre no papel, e, no subsequente desenvolvimento dos factos, eram submetidas ao ridículo geral, pois as predições, baseadas na sua ciência,

não se diferenciavam substancialmente das predições de astrólogos, quiromantes e nigromantes.

Nunca, antes, a sociologia burguesa passara por um período tão difícil. Jamais foi verificada uma unidade de vistas na sociologia burguesa, mas nunca antes existiu nesta esfera um tamanho caos, nem desânimo tamanho, e nunca antes se fizeram tão absurdas tentativas de explicar toda a vida social, partindo de toda sorte de caracteres secundários e dependentes, como se pode observar na época atual. Plena força possui ainda, até hoje, a célebre definição do sociologia burguesa, feita pelo grande Lênin:

“Não tendo podido, até agora, descer até às relações tão simples e tão primárias, como o são as da produção, dedicavam-se os sociólogos diretamente à pesquisa e ao estudo das formas político-jurídicas, mas topavam aqui com o facto de que tais formas se originaram, em época tal e tal, destes ou daqueles ideais da humanidade — e ficavam só nisso; resultava, assim, como se as relações sociais fossem criadas pela gente conscientemente. Esta dedução, porém, que encontrou sua plena expressão na idéia do *Contrato Social* (cujos vestígios são bem visíveis em todos os sistemas do socialismo utópico), estava em completa contradição com as observações históricas. Nunca, antes, aconteceu, nem agora vem se dando, o caso de os membros da sociedade humana imaginarem o conjunto das relações sociais em que vivem — como algo determinado, íntegro, imbuído de um certo objetivo; pelo contrário, — o que acontece é que a massa vem-se adaptando de modo perfeitamente inconsciente a estas relações e a tal ponto carece de uma clara compreensão a respeito delas, como possuindo estas um caráter histórico especial, que a explicação, por exemplo, das relações de troca, nas quais os povos viveram durante séculos sem conta, chegou a ser dada somente em época recente. O materialismo veio eliminar essa contradição, continuando a análise em sentido mais profundo, para elucidar a origem dos próprios ideais sociais do ser humano; e sua dedução sobre o facto de depender a marcha das idéias da marcha das coisas é a única compatível com a psicologia científica. Mais adiante, e por um outro lado ainda, veio esta hipótese a elevar a sociologia, pela primeira vez, à categoria de uma ciência. Até então encontravam os sociólogos enorme dificuldade em distinguir, na rede complexa dos fenômenos sociais, os factos mais graves dos de somenos importância (o que constitui a raiz do subjetivismo na sociologia) e não sabiam encontrar o critério perfeitamente objetivo para a necessária delimitação. Foi o materialismo que forneceu este critério plenamente objetivo, destacando as “relações de produção”, como representando estas a estrutura da sociedade, e possibilitando, em referência a essas relações, o emprêgo do critério científico geral da repetência, cuja aplicação à sociologia era negada pelos subjetivistas. Enquanto estes se limitavam às relações sociais ideológicas (isto é, as que, antes de se constituírem, passam pela consciência (compreendendo-se, no entanto, que aqui se trata, todo o tempo, da consciência das relações sociais, e não de quaisquer outras) das pessoas), eles não puderam verificar a repetição e a regularidade dos fenômenos sociais em diversos países, e a sua ciência, no melhor dos casos, não passava de mera descrição desses fenômenos, re-

presentava simples ajuntamento de matéria prima” (*Obras Completas*, t. I, 4.^a ed., págs. 121-122).

CRISE DA SOCIOLOGIA BURGUESA

A sociologia burguesa está passando por uma profunda crise. Perilustrando os livros sobre problemas da vida social, da autoria dos modernos escritores burgueses, ficamos pasmados diante de tanta incapacidade, demonstrada pelos respectivos autores, nas suas tentativas de dar sentido à época presente. Causa, também, estranheza a presença de tantos e tão discordantes entre si (e com isto, na maior parte, absurdos e ingênuos) juízos sobre a sociedade. Nas obras sociológicas que atualmente estão sendo publicadas tão amiúde, encontram-se tantos e tão variados disparates, tanta asneira enunciada sobre o passado, o presente e o futuro da humanidade, que a gente involuntariamente faz a si mesma esta pergunta: Como foi que se tornou possível o aparecimento de todas essas teorias e hipóteses, de todos esses conceitos e juízos? Por que será que alguns Estados estrangeiros, várias casas editoras e os proprietários de certas cadeias de livrarias estimulam a publicação de livros dessa categoria, gastando com isso enormes recursos? Acho que não será muito errada a suposição de que tal estado da sociologia burguesa constitua, em verdade, um meio empregado para manter as esferas intelectuais, assim como as massas do povo, em estado de permanente ignorância em relação à essência efetiva dos fenômenos sociais, pois as modernas obras de sociologia, em sua maior parte, estão difundindo conceitos caóticos e anticientíficos sobre a vida contemporânea e desviando a atenção do leitor da justa compreensão das leis do desenvolvimento da sociedade, assim como da compreensão da atual política interna e externa dos governos dos países estrangeiros.

Os representantes mais progressistas da ciência estrangeira sobre a sociedade vêm dirigindo seus olhares, com frequência cada vez maior, para o lado da União Soviética, onde uma tão alta importância vem sendo atribuída ao papel da ciência social na vida e no desenvolvimento da nação. Os cientistas estrangeiros podem verificar amiúde a ampla divulgação que os estudos sobre a sociedade vão tendo na URSS, assim como o profundo respeito à ciência social demonstrado pelas amplas camadas da intelectualidade e dos povos soviéticos. E' muito raro alguém dar, no estrangeiro, uma justa explicação sobre as causas dessa situação — tão extraordinária do ponto de vista da sociedade burguesa — da ciência social na União Soviética. Tal explicação é mesmo difícil de ser dada, se a respectiva pessoa não aprovar, do modo mais sincero, a profissão de fé dos homens soviéticos, se a pessoa não assimilar os conceitos destes sobre os acontecimentos da época atual. E, no entanto, é muito simples a explicação da causa deste fenômeno. Todas as sociedades humanas que haviam surgido no passado e que se vinham substituindo, uma à outra, com infalibilidade histórica, se desenvolviam e passavam de um estado para outro de modo completamente espontâneo, não representando estes factos a criação consciente, por qualquer que fosse a classe, de um

novo regime social, nem mesmo a destruição do antigo. As regularidades do desenvolvimento da sociedade socialista foram cientificamente descobertas pelos maiores cientistas no campo da ciência social — muito antes de se ter formado a sociedade soviética. A sociedade planificada socialista nem pode, mesmo, vir a ser construída sem uma compreensão clara, precisa e perfeitamente determinada das leis, nas quais se baseia a formação e o subsequente desenvolvimento da vida social. Já o próprio caráter da nossa sociedade explica, por si mesmo também, o facto de ter sido o Estado soviético criado por um sábio genial — Vladimir Lênin, assim como o de estar sendo este Estado conduzido com o máximo acerto, pelo caminho do Progresso, pelo caminho do Socialismo, através de tôdas as dificuldades criadas pelos acontecimentos dos últimos anos, pelo maior sábio — Ióssif Stálin. Eis a principal diferença entre a sociedade soviética e a burguesa. E' nisto que se encontra, também, a força do nosso país e a felicidade do seu povo.

(Traduzido diretamente de *Bolchevik*, n. 11-12, junho de 1946.)

● ●

REVOLVENDO A HISTÓRIA — O Sr. Artur Henderson, que foi ministro do Exterior da Inglaterra, pronunciou um eloquente discurso em maio de 1931, há 15 anos, perante a Liga das Nações, onde se lê:

“Em nossos países, o desemprego, a pobreza e a própria fome estão presentes. No entanto, enquanto os homens cominham pelas ruas sem poder achar trabalho para ganhar o pão para suas famílias famintas, os celeiros de trigo da Europa e dos países dalém-mar estão repletos de alimentos, que não podem ser vendidos. Nossa capacidade potencial para criar riqueza é maior do que nunca. Capital aos milhões está parado em nossos bancos esperando ser usado. Há centenas de milhões de seres no mundo cujas necessidades, não para confortos e luxos, mas para as estritamente vitais, não são satisfeitas em nenhuma medida razoável, e até agora temos sido incapazes de romper com o vicioso círculo do desastre.”

●

LIBERDADE? — “Em primeiro lugar, não podemos negar que, mesmo nas democracias mais avançadas, a massa vive ainda em condições de crueldade e injustiça que são quasi inimagináveis e também privados de coisas indispensáveis, e às quais teria direito por todos os títulos. Diante da miséria intolerável é, aliás, verdadeiro absurdo falar de justiça ou de liberdade.” (Silva Melo.)

●

SOCIALISMO E IMPERIALISMO — Não há negar e tão pouco esconder, o mundo encontra-se num período crítico, em que se defrontam duas forças antagônicas: o imperialismo e o socialismo.

O imperialismo, que é a última e suprema etapa do capitalismo, é o VELHO que estertora, mas quer sobreviver, não se conformando em desaparecer.

Páginas de Lênin

OS CARTÉIS INTERNACIONAIS — Lênin, in *O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*, ensina: “Alguns escritores burgueses (aos quais se uniu agora C. Kautski, que abandonou completamente a posição marxista, desde 1909), expressaram a opinião de que os cartéis internacionais, sendo, como são, uma das expressões de maior relêvo da internacionalização do capital, permitem abrigar a esperança da paz entre os povos sob o capitalismo. Esta opinião é, do ponto de vista teórico, completamente absurda, e do ponto de vista prático, um sofisma, um meio de defesa pouco honrado de que se vale o oportunismo da pior espécie. Os cartéis internacionais mostram até que grau evoluíram os grupos capitalistas. Esta última circunstância é a mais importante, somente ela nos elucida o sentido histórico econômico dos acontecimentos, pois a forma da luta pode modificar-se e modifica-se constantemente como consequência de diversas causas, relativamente particulares, e temporárias, porém a essência da luta, seu conteúdo de classe, não pode modificar-se, enquanto subsistam as classes. Compreende-se que aos interesses da burguesia alemã, por exemplo, à qual aderiu Kautski, em realidade, em seus raciocínios ou arrazoados teóricos (como veremos mais adiante), convenha esconder o conteúdo da luta econômica atual (pela repartição do mundo) e salientar esta ou a outra forma da dita luta. Este é o mesmo erro em que incorre Kautski. E, trata-se, naturalmente, não só da burguesia alemã, mas também da burguesia internacional. Os capitalistas dividem entre si o mundo não como consequência da sua própria perversidade, mas porque o grau de concentração do capital a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros; e se repartem o mundo “segundo o capital”, “segundo a força”, outro processo de repartição é impossível no sistema de produção de mercadorias e do capitalismo, pois a força mesma se modifica de acordo com o desenvolvimento econômico e político”.

“Para compreender-se o que está sucedendo, é preciso saber-se quais são os problemas que se solucionam com a modificação das forças e saber se essas ditas modificações são “puramente” econômicas ou extra-econômicas (por exemplo: militares), é uma questão secundária, que não pode fazer variar em nada a concepção fundamental sobre a época atual do capitalismo. Substituir a questão do conteúdo da luta dos acordos entre os grupos capitalistas pela questão da forma dessa luta e dos acordos (hoje pacifista, amanhã não pacifista, passado amanhã novamente pacífica), etc. significa descer até ao papel de sofista.

● ●

O INIMIGO! — “O capital financeiro submete o mundo inteiro e oprime a população dos países atrasados.” (Segal.)

O Pensamento de Marx



O descobrimento das propriedades e, por conseguinte, das diversas utilizações das coisas, é um facto histórico. (Marx — *O Capital*, pág. 84.)

O preço das mercadorias varia na razão inversa do valor do dinheiro e a massa dos meios de circulação varia na razão directa do preço das mercadorias. (Marx — *O Capital*, pág. 195.)

A República democrática é o acesso mais próximo à ditadura do proletariado. (Marx.)

Nos momentos de crise — escreveu Marx — a estupidez torna-se um crime.

A força é a parteira de toda velha sociedade prenhe de uma sociedade nova. Ela própria é um poder económico. (Marx — *O Capital*, vol. 5.)

A ordem económica capitalista saiu das entranhas da ordem económica feudal. A dissolução de uma produziu os elementos constitutivos da outra. (Marx — *O segrêdo da Acumulação Primitiva* — “in” *A origem do Capital*, pág. 11 — Ed. Guaíra Ltda.)

Na Itália, onde o *capitalismo* se desenvolveu mais cedo que em qualquer outra parte, o feudalismo desapareceu igualmente mais cedo. O servo foi aí, pois, emancipado de facto, antes do tempo necessário para se assegurar dos antigos direitos de prescrição sobre as terras que possuía. Uma boa parte destes proletários livres e leves como o ar afluíu para as cidades, legadas na maior parte pelo império romano, e que os senhores feudais tinham escolhido como lugar de residências. Quando as grandes mudanças, sobrevindas pelos fins do século XV no mercado universal, despojaram a Itália setentrional de sua supremacia comercial e determinaram o declínio de suas manufacturas, produziu-se um movimento em sentido contrário. Os operários das cidades foram em massa rechaçados para os campos, onde, desde então, a pequena cultura, executada à maneira de jardinagem, tomou um impulso sem precedentes. (Marx — *O segrêdo da Acumulação Primitiva* — “in” *A origem do Capital*, pag. 14 — Ed. Guaíra Ltda.)

Cartas Históricas

DE MARX a P. V. ANNENKOV

Bruxelas, 28 de dezembro de 1846.

Há tempo teríeis recebido minha resposta à vossa carta de novembro, não fôra meu livreiro, que só na última semana me enviou o livro do sr. Proudhon: *A Filosofia da Miséria*. Levei dois dias examinando a dita obra, a fim de ficar em condições de dar minha opinião sobre a mesma. Como a li apressadamente, é-me impossível entrar em detalhes, e só posso manifestar a impressão geral que o livro produziu em mim.

Com franqueza, devo confessar que, no conjunto, o livro me parece péssimo. Vós mesmo também chasqueais, do sr. Proudhon, em vossa carta, por causa do “cunho de filosofia alemã” de que se reveste sua obra e do que o autor alardeia nas páginas desse informe e petulante livro. Mas, na vossa opinião, o germe não chega a infectar o ponto de vista económico. Estou também longe de atribuir à filosofia do sr. Proudhon os defeitos dos conceitos económicos. A crítica falaz, que o sr. Proudhon nos oferece da economia política, não se deve a que ele seja senhor de uma absurda teoria filosófica. Se nos apresenta uma absurda teoria filosófica é porque se lhe escapa a situação social de hoje em dia em seu *encadeamento*, para utilizar uma palavra que o sr. Proudhon, sem que disto exista dúvida alguma, toma emprestado a Fourier.

Por que o sr. Proudhon fala sobre Deus, sobre a razão universal, sobre a razão impessoal da humanidade, que nunca erra, que permanece idêntica a si mesma no decurso das idades, bastando ao homem ter apenas clara consciência dela para que lhe seja possível conhecer a verdade? Que é que o induz a elaborar um lânguido hegelianismo para passar por pensador intrépido? Ele mesmo nos dá a chave do enigma.

O sr. Proudhon vê na história uma série de processos de desenvolvimento social. Descobre que se realiza na história o progresso; e, por último, parece-lhe que os homens, tanto quanto os indivíduos, não sabem o que fazem, ignoram que estão equivocados a respeito do movimento que os impulsiona, isto é, que seu próprio desenvolvimento social aparece, à primeira vista, distinto, separado e independente de seu desenvolvimento individual. E' incapaz de explicar os factos; por conseguinte, limita-se simplesmente a forjar hipóteses acerca da razão universal que a ele se revela. Nada mais fácil do que inventar causas místicas, isto é, frases desprovidas de sentido comum.

Quando, porém, o sr. Proudhon afirma que nada entende do desenvolvimento histórico da humanidade — verdade é que afirma isso empregando palavras retumbantes tais como: Razão Universal, Deus, etc. —, quando assim procede, dizemos, não está porventura admitindo implícita

e necessariamente que é incapaz de compreender o desenvolvimento econômico?

Que é a sociedade em qualquer de suas formas? O resultado da ação recíproca dos homens. São estes livres de escolher para si esta ou aquela forma? De modo algum. Dado um estado particular de desenvolvimento das forças produtivas do homem, tem-se uma forma particular de comércio e de consumo. Dada uma particular etapa de desenvolvimento da produção, do comércio e do consumo, tem-se uma estrutura social correspondente, uma correspondente organização da família, das ordens, das classes; numa palavra, uma sociedade civil correlativa. Suponhamos uma sociedade civil determinada, teremos, então, certas condições políticas que não representam senão a expressão oficial da sociedade civil. Pois bem; nada disso chega jamais a compreender o sr. Proudhon, pois imagina que faz grande coisa em chamar de estado de sociedade — isto é, do resumo oficial da sociedade, diante da sociedade oficial.

Além disso, cumpre acrescentar que os homens não são livres de escolher suas forças produtivas, que constituem a base de sua história, pois toda força produtiva é uma força adquirida, resultado de uma atividade anterior.

Assim, pois, as forças produtivas são a consequência da energia humana prática, mas esta energia está por sua vez condicionada pelas circunstâncias em que se encontram os homens, graças às forças produtivas já obtidas, à forma social existente anteriormente à atividade dos indivíduos, as quais não são devidas ao esforço criador dos homens da atualidade, mas representam o resultado da geração precedente.

Pelo simples facto de cada geração subsequente se encontrar de posse de forças produtivas conseguidas pela geração anterior, as quais utiliza como material novo para nova produção, chega a constituir-se uma conexão interna da história humana, e, desse modo, a história da humanidade adquire maior legitimidade desde o momento em que as forças produtivas do homem e, portanto, suas relações sociais, se estendem. Segue-se daí que, necessariamente, a história social dos homens nunca é outra coisa senão a história de seu desenvolvimento. Suas relações de ordem material formam a base de suas demais relações. Estas relações materiais não são senão as formas necessárias em que se realizam suas atividades materiais e individuais.

O sr. Proudhon confunde completamente idéias e coisas. Os homens jamais renunciam às vantagens que conseguiram obter. Não obstante, isto não quer dizer que não renunciem jamais à forma social que lhes há proporcionado os benefícios de certas forças produtivas. Ao contrário, a fim de que não se vejam privados dos benéficos resultados que têm alcançado e não percam os frutos da civilização, estão obrigados, desde o momento em que a estrutura econômica do comércio deixou de corresponder às forças produtivas conquistadas, a transformar todas as suas tradicionais formas sociais. Utilizo aqui a palavra *comércio*, em seu sentido lato, do mesmo modo que empregamos o vocábulo *verkehr* em alemão. Assim, por exemplo, os privilégios, a instituição dos guildes e corporações, o regime regulador da Idade Média, eram relações sociais que unicamente correspondiam às forças produtivas adquiridas, como também à

condição que existia precedentemente e da qual se originaram tais instituições. Sob a égide daquele regime de corporações e regulamentos, foi possível levar a cabo a acumulação do capital, foi possível se desenvolver o tráfico de ultramar, e se fundaram as colônias. Mas o direito aos benefícios de tais atos teria malgrado certamente se os homens tivessem tratado de conservar as formas sob cujo influxo esses frutos haviam podido amadurecer. A tal coisa deve-se o ruído dos enormes trovões, a saber: a Revolução de 1640 e a de 1688. Todas aquelas velhas formas da economia, assim como as relações de ordem social correspondentes, todas aquelas condições políticas que constituem a expressão oficial da velha sociedade civil, tudo isso foi destruído na Inglaterra. As formas da economia sob as quais o homem produz, consome, exerce a troca, são, portanto, transitórias, históricas. Quando surgem e se impõem novas formas produtivas, os homens transformam seu modo de produção, e, com seu modo de produção, todas as relações necessárias desse particular modo de produção.

Tal é o que o sr. Proudhon não pôde entender e, menos ainda, demonstrar. Incapaz de seguir o movimento real da história, só logra elaborar um quadro fantasmagórico a que presunçosamente quer dar caráter dialético. Não percebe a necessidade de levar em conta os séculos XVII, XVIII e XIX, pois a história que nos apresenta efetua seu desenvolvimento além, no reino nebuloso da imaginação e se eleva muito acima do espaço e do tempo. Em breves palavras, o que expõe o sr. Proudhon não é história, senão antiquilha hegeliana (traste velho); não é história profana — a história da humanidade — mas história sagrada, história das idéias. De acordo com o ponto de vista dele, o homem não passa de instrumento de que se serve a Idéia ou a razão eterna para realizar sua evolução. As evoluções de que fala o sr. Proudhon assemelham-se àquelas que se realizam dentro da mística entranha da Idéia Absoluta. Se rasgamos o véu que envolve essa mística linguagem, resulta que o que o sr. Proudhon nos oferece é a ordem em que se dispõem em seu espírito as categorias econômicas. Não se necessita de grande esforço para provar que só se trata da ordem de uma mente verdadeiramente desordenada.

O livro do sr. Proudhon começa com uma dissertação sobre o valor, que é o tema favorito do autor. Não tenho, por ora, o propósito de examinar essa dissertação.

A diversidade de séries da evolução econômica da razão eterna começa com a divisão do trabalho. Para o sr. Proudhon, a divisão de trabalho é algo dotado de uma perfeita simplicidade. Mas não foi o regime de castas uma particular divisão de trabalho? Não foi outra divisão de trabalho o regime das guildes? E a divisão de trabalho própria do sistema da manufatura, que começou na Inglaterra por volta do século XVII, para terminar na segunda metade do século XVIII, não difere, porventura, totalmente da divisão de trabalho surgida da grande indústria moderna? O sr. Proudhon encontra-se tão longe da verdade, que chega a descuidar ainda daquilo de que não deixam de considerar nem os economistas vulgares. Ao tratar da divisão do trabalho, não lhe parece necessário mencionar a palavra mercado. Muito bem! Não obstante, nos séculos XIV e XV, quando ainda não havia colônias, quando a América ainda não

existia para a Europa e esta última só contava com a Ásia oriental, via Constantinópolis, a divisão de trabalho não devia ser fundamentalmente diversa da que existia no século XVII, quando as colônias já haviam alcançado um grande desenvolvimento?

Não é tudo, porém. O conjunto da organização interna das nações, incluindo suas relações internacionais, é outra coisa mais, porventura, que a expressão de uma divisão particular de trabalho? E tudo isso não sofre mutações ao variar a forma da divisão de trabalho?

O sr. Proudhon compreende tão pouca coisa do problema da divisão de trabalho, que nem sequer menciona uma só vez a separação que existe entre a cidade e a comarca, tal como, por exemplo, se via na Alemanha dos séculos IX ao XII. Como o sr. Proudhon não conhece a origem, nem o desenvolvimento de semelhante separação, esta aparece a seus olhos como uma lei de caráter permanente. Em todas as páginas de seu livro discorre como se aquêle facto, que surge de um particular modo de produção, perdurasse até a consumação dos séculos. Tudo o que o sr. Proudhon diz atinente à divisão de trabalho é apenas um resumo do que Adam Smith e mais outros cem já haviam afirmado antes dêle.

A segunda evolução refere-se ao *maquinismo*. Para o sr. Proudhon, a relação que existe entre a divisão de trabalho e a maquinária tem um caráter completamente místico. Cada espécie de divisão de trabalho corresponderia a determinados instrumentos de produção. Assim, por exemplo, no período de meados do século XVII e meados do século XVIII, nem todo o produto era resultado do trabalho manual. Empregavam-se também máquinas, algumas das quais sobremodo complicadas, tais como os teares, os navios, a alavanca, etc. E' absurdo, portanto, sustentar que o uso das máquinas deriva em geral da divisão de trabalho.

Farei também observar, de passagem, que, assim como o sr. Proudhon ignora qual é a origem do maquinismo, igualmente desconhece o processo de sua evolução. Pode-se dizer que até o ano de 1825 — que assinala o período da primeira crise geral — a procura de artigos de consumo aumentou em geral com mais rapidez do que a produção, e o auge das máquinas foi uma consequência necessária das exigências do mercado. Desde 1825, a invenção da máquina e sua aplicação à atividade prática do homem foram devidas simplesmente aos resultados da luta entre trabalhadores e patrões. Não obstante, isto só é verdade no que tange a Inglaterra, pois, no que concerne às nações do continente europeu, estas se viram obrigadas a empregar as máquinas graças à concorrência que os ingleses lhes faziam tanto em seus próprios mercados domésticos como no mercado mundial. Finalmente, na América do Norte, a introdução das máquinas foi devida à concorrência que lhe faziam os outros países, assim como também à falta de braços, isto é, à desproporção entre a população da América do Norte e as necessidades de sua indústria.

Por tais factos se vê que o sr. Proudhon teve que se esforçar muito para poder invocar o espectro da concorrência como uma terceira evolução, que seria a antítese da máquina.

Finalmente, e em termos gerais, é completamente absurdo considerar o *maquinismo* como uma categoria econômica em nível igual à divisão de trabalho, à concorrência, ao crédito, etc.

A máquina não constitui categoria econômica alguma, como tão pouco o boi que puxa o arado. A aplicação que hoje se faz da maquinária é uma das consequências de nosso sistema econômico atual; o modo, porém, como são utilizadas as máquinas difere totalmente das próprias máquinas. A pólvora continua sendo pólvora, quer se a utilize para ferir, quer para curar.

O sr. Proudhon supera-se a si mesmo ao deixar que se desenvolvam em sua imaginação os sistemas da concorrência, do monopólio, dos impostos, ou, ainda, a polícia, a balança comercial, o crédito e a prosperidade, nesta mesma ordem de citação. Quasi todas as instituições de crédito se desenvolveram na Inglaterra em princípios do século XVIII, antes do descobrimento da máquina. O crédito público foi tão somente um procedimento que se empregou posteriormente para o fim da aumentar a tributação e satisfazer as novas exigências que surgiram, quando a burguesia se assenhoreou do poder.

Finalmente, a última categoria que o Sr. Proudhon inclui em seu sistema é a *propriedade*. Por outro lado, no mundo da realidade, a divisão de trabalho, assim como as demais categorias que invoca o sr. Proudhon, não são outra coisa mais que as relações sociais que, em seu conjunto, formam o que hoje denominamos *propriedade*. Fora destas relações, a propriedade burguesa é apenas uma ilusão metafísica ou de caráter jurídico. Se consideramos a propriedade tal como existiu em época diferente, qual seja a propriedade feudal, por exemplo, vemos que esta se desenvolve através de uma série de relações sociais completamente diferentes. Ao estabelecer a propriedade como uma relação independente, o sr. Proudhon comete algo mais do que um erro de método; demonstra claramente, com isso, que não pôde compreender o laço que une conjuntamente todas as formas de produção *burguesa*, não chegou a compreender o caráter *histórico e transitório* das formas de produção peculiares a uma época determinada. Como o sr. Proudhon não concebe nossas instituições sociais como um produto histórico, é-lhe impossível compreender sua origem e evolução, e, portanto, só consegue fazer um crítica dogmática delas.

O sr. Proudhon vê-se obrigado também a refugiar-se na *ficção* com o fim de explicar o desenvolvimento daquelas instituições. Chega a imaginar, apenas para servir à sua idéia fixa da igualdade, que se inventaram a divisão de trabalho, o crédito, as máquinas, etc. A explicação que dá de tudo isso é sublimemente ingênua. Coisas tais foram inventadas em proveito da igualdade. Por desgraça, porém, acabaram por ser contrárias à igualdade. Nisto radica toda sua argumentação. Para dizê-lo em poucas palavras, o sr. Proudhon faz primeiramente uma suposição gratuita, e, depois disso, levando em conta que a atual evolução dos acontecimentos está em contradição com aquela ficção, deduz disso que, efetivamente, a contradição é real. Procura, entretanto, ocultar o facto de que a contradição não existe propriamente sinão entre sua idéia fixa e o movimento real das coisas.

Dêste modo, e sobretudo devido a que o sr. Proudhon carece de conhecimentos históricos, não consegue verificar que o modo como os homens desenvolvem suas forças de produção, isto é, o modo segundo vivem, determina suas relações sociais, e que o caráter de tais relações deve

mudar necessariamente com a variação e o crescimento que adquirem as forças produtivas. Não compreende que as *categorias econômicas* são *expressões abstratas* dessas relações atuais e que só são verdadeiras enquanto estas últimas existirem na realidade. Por essa razão, incorre no mesmo erro que os economistas burgueses cometem, quando consideram as categorias econômicas como leis eternas e não como são, na realidade, como leis históricas, pois, se têm o caráter de leis, é somente graças a um particular desenvolvimento histórico, a um desenvolvimento concreto das forças produtivas. Assim, pois, em vez de considerar as categorias político-econômicas como expressões abstratas das relações reais, transitórias, históricas, sociais, o sr. Proudhon prefere inclinar-se ante uma transformação mística, e vê apenas nestas relações de facto a personificação daquelas abstrações. E, por sua vez, as próprias abstrações não passam de fórmulas que jaziam inertes à mão direita de Deus Padre, desde o começo do mundo.

Ao chegar, contudo, a este ponto, nosso bom sr. Proudhon sente-se acometido de dolorosas convulsões. Se todas as categorias econômicas procedem de Deus, se constituem a oculta e eterna existência do homem, como se explica, em primeiro lugar, que exista algo assim como um desenvolvimento, e, em segundo lugar, que o sr. Proudhon não seja conservador? Por um lado, ele explica tais contradições por um sistema completo de antagonismos.

Para lançar alguma luz nesse sistema de antagonismo, vamos detornar no seguinte exemplo: O monopólio é uma coisa que convém ao interesse social, porque constitui uma categoria econômica e, por conseguinte, uma emanção de Deus. A concorrência comercial é também boa coisa, porque constitui outra categoria econômica. Mas o que certamente não é um bem é a realidade do monopólio, é a realidade da concorrência. E o pior é que a concorrência e o monopólio mutuamente se destroem. Que fazer, então? Como estas duas idéias eternas de Deus se contradizem reciprocamente, o procedente, conforme o sr. Proudhon, é supor que no próprio seio do Autor do Universo está a síntese de ambas, e que os danos ocasionados pelo monopólio se acham compensados pela concorrência e vice-versa. E como resultado da luta empenhada entre as duas entidades mentais, só nos aparece o lado generoso das mesmas. Basta agarrar-se a este conceito de Deus e aplicá-lo às coisas para que tudo marche às mil maravilhas e assim fica esclarecida a fórmula sintética, que jaz envolta nas nebulosidades da razão impessoal do homem.

O sr. Proudhon não vacila um só momento em ostentar-se como revelador.

Contemplemos, no entanto, por um instante, o que é a vida real. Na vida econômica do tempo atual, tropeçamos não somente na concorrência comercial e no monopólio, mas também na síntese de ambos, que não é uma fórmula e, sim, um movimento. O monopólio dá origem à concorrência, esta, por sua vez, produz o monopólio. Mas esta equação, longe de aplinar as dificuldades da situação atual, como gostam de imaginar os burgueses, engendra finalmente uma situação mais difícil ainda, mais confusa. Se, por causa disto, intentarmos alterar as bases em que repousam as relações econômicas dos nossos dias, se conseguirmos destruir o

presente modo de produção, logo veremos que não só teremos aniquilado assim a concorrência, o monopólio; mas também o antagonismo existente entre eles, sinão ao mesmo tempo sua unidade, sua síntese, o movimento que sustem o equilíbrio real da concorrência e do monopólio.

Passo, agora, a apresentar um exemplo do procedimento dialético próprio do sr. Proudhon.

A liberdade e a escravidão constituem um antagonismo. Não me ocuparei do lado bom e mau da liberdade, nem do lado mau da escravidão. A única coisa que tratarei de explicar é o lado belo da escravidão. Não nos referimos aqui à escravidão indireta por assim dizer, à escravidão do proletariado, mas à escravidão direta, à escravidão das raças negras de Suriman, do Brasil, dos Estados do Sul da América do Norte.

A escravidão direta é o suporte tanto da industrialização atual como do maquinismo, do crédito, etc. Sem escravos, não há algodão, e, sem algodão, não é possível indústria moderna alguma. E' a escravidão que tem dado valor às colônias e as colônias que tem criado o comércio mundial; e, por sua vez, este último é condição necessária da indústria mecanizada em grande escala. Antes que se iniciasse o tráfico de negros, as colônias somente abasteciam de escassos produtos o Velho Mundo e não se manifestava mudança alguma na extensão da terra. Vemos, pois, que a escravidão constitui uma categoria econômica da mais alta importância. Graças à escravidão, a América do Norte, o país mais progressista do mundo, não se converte em terra de costumes patriarcais. Bastaria retirar do mapa das nações a América do Norte para que se produzisse a anarquia, a total decadência do comércio e da moderna civilização. Mas bastaria abolir, também, a escravidão, para que a América do Norte desaparecesse do mapa dos povos. Em virtude, portanto, de constituir uma categoria econômica, a escravidão domina em todas as nações desde as origens do mundo. As nações modernas têm aprendido simplesmente a encobrir a escravidão no seu próprio solo, enquanto sem dissimulação alguma a introduzem nas outras.

Feitas estas observações, qual será a atitude do sr. Proudhon em face da escravidão? Ver-se-á obrigado a fazer a síntese da liberdade e da escravidão, que é para ele a regra áurea ou o equilíbrio entre a escravidão e a liberdade?

O sr. Proudhon concede grande importância ao facto de que os homens produzem pano, lenço, seda e para ele é bastante meritório que os homens hajam conquistado mesmo tão pouco. Mas o que não percebe é que os homens, de acordo com suas possibilidades, dão nascimento às relações sociais que lhes permitem elaborar o pano e o lenço. E compreende menos ainda por que os homens, que ajustam a natureza de suas relações sociais à sua produtividade material, também tendem a pôr esta de acordo com as idéias e as categorias, isto é, com a expressão ideal abstrata dessas mesmas relações sociais. Do que se deduz que as categorias não são, por assim dizer, mais eternas do que as relações que elas expressam. São produtos históricos e transitórios.

Em troca, contudo, as abstrações e as categorias são, para o sr. Proudhon, a causa primordial de tudo. Segundo ele, são os ditos elementos que fazem a história e não os homens. Admitindo-se que a *abstração*, a

categoria considerada como tal, desligada dos homens e de suas atividades de ordem material, é imortal, imóvel, invariável, é apenas uma forma do ser, uma forma da razão pura. O que equivale a expressar que a abstração, como tal, é algo abstrato. Admirável tautologia!

Conseqüência de tudo isto, é que, para o sr. Proudhon, consideradas como categorias, as relações econômicas não vêm a ser sinão fórmulas eternas, sem origem alguma nem possibilidade de progresso.

Apresentemos as coisas de outro modo: o sr. Proudhon não manifesta diretamente que a *existência burguesa* seja para êle uma *verdade eterna*; isso afirma-o somente de modo indireto, deificando as categorias que expressam as relações burguesas sob a forma de um pensamento. O sr. Proudhon considera os produtos da sociedade burguesa como existências eternas independentes, como se estivessem dotados de vida própria, tão depressa se lhe apresentam espontaneamente a seu espírito sob forma de categorias de pensamento. Dêste modo, não consegue superar o pensamento burguês. Manipulando, como o faz, com idéias burguesas, cuja verdade eterna dá como pressuposta, tenta achar uma síntese, um estado de equilíbrio para tais idéias, mas não vê que o método que emprega para alcançar êsse equilíbrio no presente constitui o único método viável.

Em verdade, neste ponto, o sr. Proudhon procede, igualmente como os bons burgueses. Estes, com efeito, afirmam que, em princípio, isto é, tanto quanto idéias abstratas, a concorrência, o monopólio, etc., são as únicas bases de nossa vida, mas que, no terreno da prática, deixam bastante a desejar. Os burgueses desejam a concorrência, mas sem seus trágicos efeitos. Querem, sobretudo, o impossível, ou, seja, as condições da existência burguesa sem as suas necessárias conseqüências. Ninguém chega a compreender que a forma da produção burguesa tem um caráter histórico e transitório, exatamente como o teve a forma feudal. Semelhante erro provém de que consideram o tipo burguês do homem como o único elemento fundamental possível de toda a sociedade; consideram-se importantes para imaginar uma sociedade na qual os homens hajam deixado de ser burgueses.

Por essa causa, o Sr. Proudhon é necessariamente um doutrinário. Para êle, o atual movimento histórico, que abala o mundo até seus alicerces, resume-se no problema de descobrir as condições de um perfeito equilíbrio, a síntese de duas idéias burguesas. E, assim, o hábil companheiro é capaz por sua astúcia de descobrir o recôndito pensamento de Deus, a unidade de duas idéias isoladas que estão separadas, porque o Sr. Proudhon se divorciou da vida prática, da produção do tempo presente, isto é, do laço que une aquelas idéias às realidades que elas expressam.

Em lugar do grande movimento histórico — que se origina do conflito existente entre as forças produtivas já conquistadas pelos homens e as relações sociais dêstes que deixaram de corresponder a essas forças de produção; em lugar dos meios práticos e violentos de que se valem as massas, porque somente fazendo uso delas se poderiam resolver êsses conflitos; em lugar de todo êste vasto, prolongado e complicado movimento, o Sr. Proudhon coloca um fantástico impulso fruto de sua imaginação. Resultaria, assim, que são os homens de ciência que fazem a história, que são êles que conseguem arrancar de Deus seus obscuros segredos,

e que ao vulgo só resta a tarefa de utilizar para seus objetivos semelhantes revelações.

Compreendereis, agora, por que o Sr. Proudhon se mostra inimigo declarado de todo movimento político. Para êle, a solução dos problemas que hoje agitam o mundo nada tem a ver com a atividade pública, porque isso é privativo das evoluções dialéticas de seu espírito. Desde o momento em que para êle as categorias constituem a força motriz das coisas, já não se necessita introduzir mudanças na vida prática com o fim de, por sua vez, variarem as categorias. Ao contrário, só em transformar as categorias chegamos a transformar a atual ordem social.

No seu afã de harmonizar as contradições, o Sr. Proudhon nem sequer pergunta a si mesmo se as próprias bases de tais contradições não devem ser destruídas. Tem muita semelhança com os políticos doutrinários que sentem a necessidade de que haja um rei e Câmara de Deputados e de Lords, porque consideram estas instituições como partes imprescindíveis da vida social, como categorias eternas. Tudo o mais a que aspira é encontrar uma nova fórmula que permita estabelecer o equilíbrio entre aquêles poderes (equilíbrio que depende precisamente do atual movimento em que um dos poderes é, ora o dominador, ora o escravo do outro). Foi assim também, no século XVIII, quando um bom número de espíritos mediocres se propuseram encontrar uma fórmula verdadeira permitindo assegurar o equilíbrio das ordens sociais que compunham a nobreza, o Parlamento; e, num bom dia, ao despertar, verificaram que, na realidade, já não havia rei, nem nobreza, nem Parlamento. O verdadeiro equilíbrio entre êstes elementos antagonísticos foi a derrocada daquelas relações sociais que serviam de base a essas existências feudais e seus antagonismos.

Como o Sr. Proudhon põe num extremo as idéias eternas, as categorias da razão pura, e, no outro, os seres humanos com o conjunto de sua vida prática, que, segundo êle, não é sinão a aplicação destas categorias, descobrimos no referido autor, desde o princípio, um *dualismo*, entre a vida e as idéias, entre o espírito e o corpo, dualismo que repete sob formas variadas. Percebe-se bem agora que êste antagonismo não é outra coisa mais do que a incapacidade em que se acha o Sr. Proudhon de compreender a origem profana e a história profana das categorias que êle deifica.

Já é para mim demasiado extensa esta carta para poder referir-me à absurda exposição crítica que o Sr. Proudhon oferece do comunismo. No momento, não me negareis que a um homem que não conseguiu conceber o atual estado da sociedade, muito menos ainda lhe será possível compreender o movimento que tende a destruí-lo, ou, seja, a manifestação literária dêste movimento revolucionário.

O único ponto em que estou completamente de acôrdo com o senhor Proudhon é o relativo à antipatia que experimenta contra as quimeras socialistas e sentimentais. Já antes dêle, atraíra eu muitas hostilidades pelo facto de haver escarnecido dêsse socialismo sentimental, utópico, indefinido. Mas não se engana a si mesmo o Sr. Proudhon, quando exalta seu sentimentalismo pequeno-burguês — refiro-me às forças declamatórias sobre o lar, o amor conjugal e demais banalidades da mesma espécie — em oposição ao sentimentalismo socialista que, por exemplo, em Fourier,

é mais profundo se se compara com as pretenciosas banalidades de nosso estimável companheiro Proudhon? Mas ele mesmo tão consciente está da vacuidade de seus raciocínios, de sua manifesta incapacidade de falar sobre essas coisas, que arremete, transtornado, em meio a explosões de cólera, de vociferações e virtuosos pensamentos, e, espumando pela boca, maldiz, denuncia, bate furiosamente no peito e grita perante Deus e os homens que está limpo de tôdas as infâmias socialistas. Não realiza seriamente uma crítica do socialismo sentimental ou do que como tal considera. Semelhante a um santo, a um padre, lança a excomunhão contra os pobres pecadores e então lóas à pequena burguesia, bem como às miseráveis ilusões patriarcais e amorosas do lar. E isto nada tem de accidental. Dos pés à cabeça, o Sr. Proudhon é o filósofo e o economista da pequena burguesia. Numa sociedade avançada, o pequeno burguês, em virtude da posição que nela ocupa, tem que ser necessariamente socialista por um lado, e, por outro, um economista, isto é, que se sente deslumbrado pela magnificência da grande burguesia, e experimenta, então, simpatia pelos sofrimentos do povo. E' ao mesmo tempo burguês e homem do povo. Em seu fôro íntimo, forja-se a ilusão de que procede imparcialmente e que não ignora como realizar o verdadeiro equilíbrio, pelo que tudo faz para que se o considere um ser diferente da mediocridade. Um pequeno burguês deste tipo não pode sinão glorificar a *contradição*, porque a *contradição* é precisamente a base de sua existência. Ele não é outra coisa mais do que a *contradição social em ação*. Necessita justificar, pela teoria, o que ele é na prática e certamente o Sr. Proudhon tem o mérito de ser o intérprete científico da pequena burguesia francesa — mérito legítimo, em verdade, já que a pequena burguesia será sempre parte integrante de toda revolução social iminente.

Desejaria enviar, com a presente carta, meu livro sobre economia política, mas foi-me impossível conseguir sua impressão, assim como o juízo crítico sobre os filósofos e os socialistas alemães, dos quais falei em Bruxelas.

Não podereis imaginar as dificuldades que existem na Alemanha, para publicações desta espécie, por causa da polícia, de um lado, e, por outro, dos livreiros, os quais representam tôdas as tendências que ataco. E, no que diz respeito a nosso Partido, não é sinão por ingenuidade que está abandonado, pois sucede que uma ampla secção do Partido Comunista Alemão se mostra irritado contra mim, por opor-me a suas utopias e declamações.

Sob o capitalismo não há nem pode haver verdadeira participação das massas exploradas no govêrno do país, pois, nesse sistema, por mais democrático que o seja, os governos não são formados pelo povo, mas pelos Rotschild, pelos Stinnes, pelos Rockefeller, pelos Morgan. (Stálin — *Sobre os fundamentos do leninismo*, pág. 63 — Edit. Calvino Ltd. — 1945).

O Que Dizem Nossos Parlamentares

MECANIZAÇÃO DA LAVOURA

"Faz poucos dias, debateu-se, neste recinto, em tórno de um requerimento que solicitava a "revivificação dos sertões, tendo em vista a mecanização da lavoura, além de outros meios", inúmeras teses da mais alta relevância.

Não me posso furtar ao ensêjo de transmitir a esta Assembléia alguns elementos capazes de esclarecer o que representa, noutros países, a mecanização da lavoura, e de confrontar, os resultados por ela obtidos, com os processos rotineiros normalmente adotados em nossas explorações rurais.

E' indiscutível a possibilidade de avaliar-se o desenvolvimento agrário de uma nação pelo exame dos instrumentos utilizados no amanho de seu solo. Sob esse aspecto, infelizmente, ainda nos encontramos em situação assás precária. Em nosso país, é a enxada o instrumento mais utilizado nas lides campesinas, indo-se ao ponto de medir-se a prosperidade de um fazendeiro pelo número de enxadas de que possa dispor para os trabalhos de suas terras, da mesma forma que, nos velhos tempos do Império, era avaliada pela quantidade de escravos da sua senzala.

Entretanto, nos países de agricultura modernizada, essa avaliação é feita pela potência das máquinas agrícolas, medida pela soma de cavalos-vapor à disposição do agricultor.

São Paulo, o Estado em que a agricultura atingiu o mais alto grau de desenvolvimento em relação às outras unidades da Federação, tem pelo menos 2/3 de suas terras trabalhadas pela enxada.

Afora os inconvenientes de ordem estritamente econômica, há que considerar, ainda, não menores desvantagens de seu emprêgo do ponto de vista técnico, cuja análise escapa aos objetivos desta explanação.

Por outro lado, o homem como fonte de energia mecânica, é de reduzida produção, não alcançando, em média, mais de 1/10 a 1/8 de H.P.

Tomando-se, para confronto, a produção de 1 homem no cultivo de milho, verificamos que o mesmo só poderá tratar, anualmente, a enxada, cerca de 4 hectares, o que lhe permitirá, no máximo, uma colheita de 6.000 quilos de grãos; enquanto que, valendo-se de um pequeno tractor de 18 H.P., nos Estados Unidos, esse mesmo homem atenderia ao cultivo de 25 hectares, isto é, aproximadamente seis vezes mais.

Vejamos, comparativamente, a aradura, uma das operações agrícolas mais rudimentares: um homem munido de uma pá obtém, em média, por hora, um rendimento de 16m,2 de solo revolvido; com um arado a tração animal atinge a 990m,2 e com um tractor chega a superar a 2.000m,2.

Se compararmos o nosso desenvolvimento rural com o norteamericano, no que diz respeito ao emprêgo de máquinas na agricultura, veremos que nos encontramos atrasados de quasi um século. O trabalho da terra, naquele país, pode ser distintamente subdividido em três etapas: até 1840, em que a agricultura se baseava exclusivamente na força humana; dsta data até 1910, que corresponde ao período das máquinas com tração animal; e, finalmente, a partir de 1910 aos nossos dias, época da tração mecânica.

A economia havida em horas de trabalho dispendidas para as mesmas práticas culturais é surpreendente e merece ser citada. Tendo-se em vista, mais uma vez, o exemplo da cultura do milho, em 1 hectare, verificaremos que, em 1830 (período do emprêgo exclusivo da força humana), eram necessárias 93 horas de trabalho, incluindo-se a colheita. Já em 1894 (tração animal) havia uma redução para 37,2 horas, que atingiu em 1930 (tração mecânica) apenas a 17 horas.

Evidencia-se a relevância da mecanização da lavoura, em nosso país, maximé quando atentamos que, em 1943, 86 % dos produtos exportados provieram de atividades agro-peruárias, 80 % dos brasileiros que perceberam salários naquele ano, epregaram seu labor nos campos, enquanto que, paradoxalmente, apenas 5 % da área total do país era cultivada.

Sem dúvida, pelos aspectos econômico e social que apresenta, a mecanização da lavoura pode ser considerada como a base da reforma agrária nacional.

Permitirá aumentos nas áreas cultivadas, na produção, nos salários e proporcionará melhoria na qualidade dos produtos.

Reduzirá o êxoto rural e o preço de custo da produção.

Suavizará as condições do trabalho no campo, tornando-o mais atrativo, e limitará as horas necessárias à obtenção de idênticos resultados.” (Do discurso do deputado Paulo Fernandes, *Diário da Assembléia*, 25-4-46.)

PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NOS LUCROS DAS EMPRESAS

“Parece, à primeira vista, tratar-se de uma medida progressista. Entretanto, seu conteúdo é reacionário.

E’ uma solução já muito velha, sempre combatida pelos trabalhadores de todo o mundo, porque inócua. O que ela tem em vista é obrigar o proletariado a trabalhar dobrado o ano inteiro, alimentando ilusões de que no fim pode obter um pouco mais de dinheiro com que satisfazer suas necessidades. O trabalhador sujeita-se a todas as dificuldades, inclusive a de se manter um parco salário, a fim de perceber no fim do ano uma parte dos lucros.

Tudo, entretanto, é ilusão.

No fim do ano, sem nenhum contrôlê por parte dos trabalhadores sobre a escrita da empresa, o lucro apurado aparece pequeno. Sobre êsse pequeno lucro, uma menor percentagem é dada aos trabalhadores, que na prática nada recebem.

Aqui na Capital da República há um exemplo típico. Uma usina de açúcar garantiu aos seus trabalhadores 20 % dos lucros. Percebiam, em média, salários de 600 cruzeiros mensais. No fim do ano, a cada um tocou receber 1.200 cruzeiros como participação nos lucros, isto é, na prática 100 cruzeiros por mês. Qual a vantagem, sejamos cientes, das vicissitudes passadas o ano inteiro com o parco salário que recebiam? Ademais os trabalhadores não participam da direção da empresa nem têm meios para controlar seu movimento e sua escrita. É, portanto, uma utopia dourada, a participação nos lucros. Serve para enganar o trabalhador, para fazê-lo conformar-se com o miserável salário que panha, exigindo-se-lhe o máximo de esforço e sacrifício em troca de uma esperança longínqua. E, mais: no regime capitalista, o proletariado adquire o direito de vender sua força de trabalho a quem melhor lhe convier ao contrário da época feudal em que os trabalhadores estavam submetidos ao senhor. Ora, a participação nos lucros obrigaria, indiretamente, o trabalhador a escravizar-se a um determinado patrão, pelo menos durante todo um ano, na expectativa de receber sua parte nos lucros. Afimãl, essa parte se transformaria, rapidamente num simples adicional dos salários porque os patrões, para burlar a lei — e como fazem hoje a respeito das horas extraordinárias — pagariam um salário mensal mínimo e a participação nos lucros, bem calculada, seria apenas a diferença entre êsse salário mínimo e o que o operário realmente heceberia como salário se não houvesse a participação nos lucros. Certamente que os lucros é a mais valia arrancada aos trabalhadores e que será maior ou menor segundo o menor ou maior salário pago durante o ano. Para isso mesmo, o que interessa ao proletariado são melhores salários, que lhes permitam uma situação melhor e mais digna. Daí a necessidade da Constituição proporcionar ao trabalhador o meio de lutar e obter êsse salário melhor, garantindo-lhe a mais ampla liberdade e autonomia sindical, o irrestrito direito de greve e a jornada máxima de 8 horas. Êstes três princípios fundamentais de um regime verdadeiramente democrático garantirão ao trabalhador brasileiro melhores dias para si e sua prole, garantindo assim a felicidade do povo brasileiro. Entretanto, Srs. Constituintes, esclarecendo os trabalhadores do conteúdo reacionário dessa medida, usada pela burguesia como um narcótico à luta do proletariado por melhores condições de vida, narcótico que dura pouco, é evidente, principalmente nos dias hoje, não somos em tese contra o princípio proposto de boa-fé pelos dignos subscritores da Projeto, mas insistimos para que fiquem assegurados também os meios de contrôlê dos lucros pelos trabalhadores e garantidos os direitos à sua luta por melhores salários. (João Amazonas — *Diário da Assembléia*, 14-5-46.)

QUE SIGNIFICA O CAPITAL FINANCEIRO — “O capital financeiro significa o domínio de um punhado de capitalistas sobre o conjunto da produção social; o domínio da oligarquia financeira, que emprega seu poder para reforçar a exploração da classe operária e de todas as camadas trabalhadoras da população.” (Segal — *Noç. Fund. de Ec. Política*.)

Sínteses

O proletariado e o seu Partido não podem negar seu apoio e solidariedade aos seus irmãos explorados do campo. (Prestes — *Do seu discurso em 22 de abril, na Esplanada do Castelo.*)

Confúcio disse: "Quem leva à guerra um povo sem educação, desbarata-o."

Nos primeiros dias da fundação da social-democracia alemã (1875), estabeleceu-se o hábito de desculpar os desvios dos princípios marxistas com razões de tática, como se tática fosse algo desligado e independente das concepções de princípio. (Losovski — *Marx e os Sindicatos*, pág. 46 — Edições Cultura Brasileira — 1934.)

Palavras de Monroe: "Um governo popular sem instrução popular é apenas o prólogo de uma farsa ou de uma tragédia, se não de uma e outra coisa."

A tendência geral da produção capitalista não é para elevar, mas sim para reduzir o salário normal médio.

"Restabelecer a verdade histórica não é uma questão geral de consciência, é, também, um problema de interesse prático imediato." (Sorel.)

O modo de produção determina, historicamente, a formação das classes • • seu tipo.

De Tudo, um Pouco...

O MAL E' ANTIGO — Quando, em 1808, D. João VI veio fugido para o Brasil, precisou de uma tipografia para imprimir as suas decisões. Não havia, entretanto, nenhuma no país. Pereira da Silva descreve a situação da seguinte forma:

"Carecia o governo de imprimir as suas ordens e deliberações para que circulassem com exito favoravel, fossem mais conhecidas do publico, se expedissem com celeridade, e recebessem execução prompta e immediata dos seus subordinados. Encontrára apenas no Rio de Janeiro velhos e estragados typos, que de pouco mesmo servião ao vice-rei. Nem os havia em nenhuma das demais capitánias, porque a metropole prohibira typographias nos seus dominios da America. Encommendou da Inglaterra uma imprensa com todos os seus accessorios, e fundou-a no Rio de Janeiro por sua conta e com o titulo de regia. Ordenou que publicasse uma folha diaria, que se denominasse gazeta, para que recebessem publicidade os seus actos, decisões e ordens. Foi o primeiro periodico que appareceu no Brazil, impresso na primeira typographia que ahi se estabeleceu, visto como se não deve mencionar a que se creára no seculo XVIII, e durante o governo de Gomes Freire de Andrade, porque fôra supprimida apenas à côrte e ao reino chegára a noticia de sua existencia. Permittio-se que na nova imprensa se publicassem as obras litterarias dos subditos que as sujeitassem a uma censura prévia de uma commissão nomeada com o titulo de Mesa censoria. Não sahia o governo da rotina das tradições portuguezas. Temia-se da imprensa. Deixava-lhe a só liberdade de publicar o que fallasse aos seus interesses conforme os comprehendia. Foi autorizada outra typographia tres annos depois na cidade da Bahia, encarregando-se ao governador e ao bispo, que nomeassem pessoas habilitadas, que exercessem o cargo de censores sobre tudo quanto se confiasse aos seus prelos. O receio da imprensa perturbou o governo por fórma, que ordenou aos juizes das alfandegas que não admittissem a despacho livros ou papeis alguns impressos, sem que lhes fosse apresentada a competente licença do desembargo do paço, ao qual deverião enviar uma relação de quantos entrassem e sahisses das alfandegas. N'este combate contra as luzes que os livros podião difundir, levou as lampas ao governo o intendente geral da policia, o desembargador Paulo Fernandes Vianna. Lavrou e espalhou um edital em que declarava que importando muito á vigilancia da policia que chegassem ao seu conhecimento todos os avisos, annuncios e noticias dos livros e obras que existião á venda estrangeiras ou nacionaes, prohibia d'ahi por diante que se publicassem os sobre-ditos annuncios, avisos e noticias, sem que fossem vistos, examinados e previamente approvados, sob pena de prisão e multa pecuniaria

além das mais que impoem as leis aos que procurão quebrantar a segurança publica, qualquer que fosse a nacionalidade dos criminosos. Ordenou ainda que uma inquirição ficasse aberta para que se admittissem em segredo as denuncias e se conhecessem e punissem os transgressores das suas ordens." (J. M. Pereira da Silva — *Historia da fundação do Imperio Brasileiro*, pags. 50/3, Garnier, Editor, 1865.)

ONTEM E HOJE... — "Há quase exatamente mil e seiscentos anos, tambem no Imperio romano agia um perigoso partido de revoltosos. Esse partido destruia a religião e todos os fundamentos do Estado. Negava justamente que a vontade do imperador fosse a lei suprema. Era um partido sem patria, internacional, que se estendia por todo o territorio do Imperio, desde a Galia até à Asia e transpunha as fronteiras imperiais. Gastou muitos anos fazendo um trabalho de sapa, subterraneamente, encobertamente, mas já há bastante tempo que se considerava suficientemente forte para sair à luz do dia. Esse partido da revolta, que se conhecia pelo nome de cristãos, tinha tambem uma forte representação no exército. Legiões inteiras eram cristãs. Quando eram enviados aos sacrificios rituais da igreja nacional pagã para ali render homenagens, esses soldados da subversão levavam seu cinismo ao ponto de ostentar no capacete distintivos especiais — cruces — em sinal de protesto. Até mesmo as penas militares de seus superiores eram inuteis. O imperador Diocleciano não podia continuar contemplando essa destruição da ordem, da obediencia e da disciplina dentro do seu exército. Interveiu energicamente, pois ainda estava em tempo para fazê-lo. Ditou uma lei contra os cristãos. Foram proibidas as reuniões dos revoltosos, suas sedes fechadas e até mesmo demolidas, proibidos os distintivos cristãos, as cruces — como na Saxonia os lenços vermelhos. Os cristãos ficaram incapacitados de desempenhar e ocupar cargos publicos, nem sequer podiam ser cabos. Como, naquela ocasião, ainda não se dispunha de juizes bem exprimentados na "consideração da pessoa", como os pressupõe o projeto de lei anti-subversiva de Herr von Keller (1), o que se fez foi proibir aos cristãos, sem maiores delongas, de reclamar seus direitos nos tribunais. Tambem essa lei de exceção foi esteril. Os cristãos as arrancavam dos muros, rindo-se delas e diz-se até que queimaram o palacio do imperador, em Nicomedia, achando-se ele lá dentro. Então, este vingou-se pela grande perseguição aos cristãos no ano 303 de nossa era. Foi a ultima no genero. E deu tão bom resultado, que, dezessete anos depois, o exército se compunha predominantemente de cristãos e o autocrata seguinte do Imperio romano, Constantino, a quem os curas chamam o Grande, proclamou o cristianismo religião do Es-

(1) A 5 de dezembro de 1894, apresentou-se ao Reichstag um novo projeto de lei contra os socialistas. Esse projeto foi remetido a uma comissão que o discutiu até 25 de abril de 1896.

tado." (Engels, introdução ao livro *As Lutas, de classes na França*, de Marx.)

TESES SÓBRE A CULTURA PROLETÁRIA — 1. Na República Soviética Operária e Camponesa, tôda a organização do ensino, tanto no terreno da instrução pública em geral, como especialmente no da arte, deve ser penetrada do espirito da luta de classes do proletariado pela realização vitoriosa das finalidades de sua ditadura, isto é, pela derrubada da burguesia, a supressão das classes, a abolição de tôda exploração do homem pelo homem.

2. Eis porque o proletariado, representado pela sua vanguarda, o Partido Comunista, como pela massa das diversas organizações proletárias em geral, deve tomar a parte mais ativa e mais importante em tôda a obra da instrução pública.

3. Tôda a experiência da história contemporânea e, particularmente, a luta revolucionária durante mais de meio século do proletariado de todos os países desde a publicação do *Manifesto Comunista*, provaram indiscutivelmente que a concepção marxista é a única expressão justa dos interesses, da atitude e da cultura do proletariado revolucionário.

4. O marxismo adquiriu uma importância histórica mundial como ideologia do proletariado revolucionário, pelo facto de que, longe de rejeitar as conquistas mais preciosas da época burguesa. êle, pelo contrário, as assimilou, transformando todos os frutos de um desenvolvimento mais de duas vèzes milenar do pensamento e da cultura humanos. Só o trabalho ulterior, nessa base e nesse sentido, animado pela [experiência prática da] ditadura do proletariado, luta final contra tôda a exploração, pode ser reconhecida como constituindo o desenvolvimento de uma cultura verdadeiramente proletária.

5. Apoiando-se inquebrantavelmente nesses princípios, o Congresso Pan-Russo do *Proletcult* repele resolutamente, como teòrica-mente falsa e praticamente nociva, tôda tentativa de inventar uma cultura que nos seja peculiar, de nos fecharmos em nossas organizações particulares, de delimitar os campos de ação do Commissariado do Povo para a Instrução Pública e do *Proletcult*, etc., ou de consagrar a "autonomia" do *Proletcult* no seio das instituições do Commissariado para a Instrução Pública e outras. Pelo contrário, o congresso torna uma absoluta obrigação para tôdas as organizações do *Proletcult* o considerar inteiramente como organismos auxiliares da rede de instituições do Commissariado do Povo para a Instrução Pública; o realizar suas tarefas que fazem parte integrante das tarefas da ditadura do proletariado, sob a direção geral do poder dos Soviets (e mais especialmente do Commissariado para a Instrução Pública) e do Partido Comunista da Rússia." (Lénin, *Projeto de Resolução para o Congresso do Proletcult*, em 8 de outubro de 1920).

A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO DA MULHER E DOS MENORES

— “O uso da máquina não requeria grande força física e isto permitiu ao capitalista explorar amplamente o trabalho da mulher e dos menores. E’ certo que, já no período da manufatura, se explorava o trabalho da mulher e do menor; o artesão com sua família inteira, incluindo os filhos pequenos, trabalhava para os comerciantes. Nas grandes empresas manufatureiras, com sua minuciosa divisão do trabalho, se podia utilizar largamente em determinadas fases do processo, a atividade da mulher e do menor. Mas, no período fabril, a exploração do trabalho da mulher e do menor adquiriu caracteres de massa e assumiu ao mesmo tempo as formas mais brutais e desumanas. Em sua corrida desenfreada para aumentar os lucros, os fabricantes despediam os homens e os substituíam por mulheres, jovens e crianças, que recebiam sempre salários menores. A diferença de salários do operário adulto e do menor era muito grande. Em 1806, por exemplo, os tecelões homens recebiam 24 shillings por semana, as mulheres tecelãs recebiam 14 shillings e os menores somente 4 1/2 shillings. Isto é, as mulheres recebiam aproximadamente a metade do salário dos homens e os menores tres ou quatro vezes menos que as mulheres.

As cifras seguintes ilustram o grau em que se utilizava o trabalho da mulher e do menor: em 1815, as mulheres constituíam 56 % dos operários empregados na indústria textil do algodão, e na indústria do linho a porcentagem de mulheres subia a 70 %. Em 1834, em 380 fabricas de fição e de tecidos na Escocia, havia um total de 46.825 operários, 13.720 menores (de 13 a 18 anos de idade) e 7.400 crianças menores de 13 anos.

As condições dos menores que trabalhavam nas fabricas eram mais ou menos as seguintes: começavam a trabalhar na idade de 5 anos e, algumas vezes ainda, na idade de 3 anos, executando operações simples tais como pentear a lã ou a filaça, limpar a fuligem das caldeiras, chaminés, etc. Sua jornada de trabalho era tão longa quanto a dos adultos, isto é, de 14 a 15 horas diárias e, às vezes, até de 18. Muitos menores estavam virtualmente na situação de escravos. Os empresarios os compravam dos asilos de orfãos, ou dos proprios pais que se achavam em completa miséria. Alguns especuladores audaciosos chegaram até a reunir centenas de crianças e as embarcar para os distritos do Norte. Privados de ar livre, mal nutridos e fatigados até a extenuação, os menores sofriam nas fabricas uma morte lenta ou ficavam lesados para o resto da vida. Os capatazes torturavam estes “pequenos escravos” do capital, de todas as formas possíveis. Os socos, os pontapés e os açoites eram coisas diárias. Durante a noite, as crianças eram encerradas nos dormitórios com recio de que fugissem. Ocorria com frequencia que ao passar pelos edificios das fabricas depois das horas de trabalho, o capataz tropeçava com cadaveres de crianças que haviam morrido extenuadas pelas maquinas.

Em 1802, o Governo promulgou uma lei que limitava a jornada das crianças a 12 horas. A lei de 1814 proibiu o trabalho

de menores de 9 anos, porem antes de ser instituida a inspeção das fabricas (1883) esta lei era letra morta, de acordo com a declaração dos proprios manufatores.” (Efimov e Freiberg — *Hist. da Epoca do Capital Industr.* — Vitoria.)

MARX NARRADOR E LEITOR — “Quanto a mim, de tôdas essas inúmeras e maravilhosas historias que Mohr (1) me contava, a de que eu mais gostava era a história de Hans Rockle. Durava meses e meses; compunha-se de toda uma série de histórias. E’ pena que não se tenha encontrado ninguém para pôr no papel essas histórias tão cheias de poesia, de espírito e de humor. Hans Rockle era um mágico à la Hoffmann, com uma loja de brinquedos e que nunca tinha dinheiro no bolso. Em sua loja, encontravam-se objetos os mais extraordinários: homens e mulheres de pau, gigantes e anões, reis e rainhas, mestres e companheiros, animais de quatro patas e pássaros tão numerosos quanto os da arca de Noé, mesas e cadeiras, equipagens e caixas grandes e pequenas. Se bem que fôsse um mágico, Hans não podia nunca pagar suas dívidas ao diabo nem ao açougueiro e assim teve que, muito contra vontade, vender ao diabo tôdas as coisas que possuía, peça por peça. Depois de muitas, muitas aventuras e quipróquos, essas coisas voltavam sempre à loja de Hans Rockle. Algumas dessas aventuras provocavam calefrios ou faziam ficar em pé os cabelos da cabeça como nos contos de Hoffmann; outras eram cômicas, mas tôdas contadas com uma vivacidade, um espírito e um humor inesgotáveis.

Mohr fazia também a leitura para os filhos. Como a minhas irmãs, êle leu para eu ouvir todo Homero, os *Nibelungens*, *Gudrunne* (2), *Don Quixote* e as *Mil e Uma Noites*. Shakespeare era a Bíblia da casa; aos seis anos, eu já conhecia de cór cenas inteiras de Shakespeare.

Quando fiz seis anos, Mohr deu-me de presente de aniversário um romance, o primeiro que li, o imortal *Peter Simple* (3). Esse primeiro romance foi seguido de toda uma série de Marryat e de Cooper. Meu pai lia tôdos êsses livros comigo e discutia cuidadosamente a respeito de seu conteúdo com sua filha. E quando a filha — entusiasmada pelas histórias marítimas de Marryat — declarava que queria, também, tornar-se um capitão (quaisquer que

(1) Mohr, mouro: nome dado pelos familiares a Marx por causa de sua côr.

(2) Epopéia germânica do século XIII colocada depois dos Nibelungen.

(3) Romance marítimo de Marryat (1834).

fôsem as tarefas de um capitão) e perguntava ao pai se podia "vestir-se de homem" e engajar-se num navio de guerra, êle assegurava que podia, sem dúvida, que apenas era preciso não dizer nada a ninguém até que os planos estivessem inteiramente amadurecidos. Mas, antes que êsses planos amadurecessem, veio a exaltação por Walter Scott e soube, com terror, que uma parenta distante me uniria com o odiado clã dos Campbell (4). Então surgiram planos para levantar os Highlands e fazer reviver a revolta dos vinte e quatro. Devo acrescentar que Marx relia sempre Walter Scott; êle o admirava e o conhecia quase tão bem quanto a Balzac e Fielding. Enquanto Marx falava dêsses livros e muitos autores à sua filha, mostrava-lhe onde encontrar aquilo que havia de mais belo e de melhor nessas obras e ensinava-a a pensar, — sem que ela se apercebesse disto, porque resistiria — ensinava-a a esforçar-se em pensar por si mesma e compreender." (Eleonora Marx-Aveling, *Reminiscências*. Texto fornecido pelo Instituto Marx-Engels-Lénin).

(4) Família aristocrata escocesa. O avô da mulher de Marx, Philippe von Westfallen, desposou Jeanie Wichart, cuja mãe era uma Campbell.

ASPECTOS DA LUTA PELA REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO — "A propósito da redução da jornada de trabalho a 10 horas, na Inglaterra, e do furor com que a luta se travara, Marx, em 1864, numa proclamação célebre, dizia que "a lei levantava e decidia em grande parte a questão entre a lei cega da oferta e da procura, que é tôda a economia política da classe burguesa e a produção social controlada e regulada pela previdência social, que constitui a economia da classe operária. A lei de 10 horas não foi, pois, somente um êxito prático, mas também a vitória de um princípio, porque, pela primeira vez, em pleno dia, a economia política burguesa tinha sido batida pela economia política operária". Mas a cada transigência êle só chega depois de resistência tenaz. Assim, em 1898, quando, ainda na Inglaterra, que é a terra mãe das liberdades civis e políticas, se apresentou à Câmara dos Comuns o projeto que reduzia nas minas, e tão somente nas minas, a jornada de trabalho a 8 horas, o capitalista britânico levantou contra essa providência benfazeja a mais desabrida campanha, receoso de que a medida se estendesse a outros ramos da produção. O Conselho Parlamentar dos Patrões, fundado àquela época, ergueu, desde logo e nos termos mais veementes, seu protesto, através da longa e articulada declaração de princípios, em que se punham a descoberto os perigos a que o ato legislativo expunha "o espírito de tenaz independência característico da nação britânica". E, no longo rol de seus

artigos, a declaração que proclamava, no primeiro dêles, "não ser incumbência nem dever do Parlamento fixar as horas do trabalho", e, pelos números seguintes, sustentava que "o sistema de inspeção necessário para impor o cumprimento da regulação do trabalho pelo Estado seria vexatório e intolerável" e que "ninguém poderá dizer que 9 ou 10 horas de trabalho sejam fatigantes ou nocivas à saúde", e que "a função do Estado é proteger e não restringir a liberdade do individuo ajustar como quiser seu próprio contrato de trabalho", a famosa declaração concluia por mostrar até onde poderia ser levado o absurdo da intervenção, bradando nestes termos: "A consequência lógica da regulação das horas de trabalho pelo Estado é a regulação, pelo Estado, dos salários". Esta a monstruosidade suprema, êste o supremo crime contra o capitalismo, a que a lógica poderia, em suas abstrações, levar o Estado. Sob esta dedução da lógica formal, o capitalismo cuidava formular o absurdo dos absurdos, o paradoxo dos paradoxos, que se pode apresentar bem deduzido no terreno do raciocínio abstrato, mas sem realidade concreta no campo da vida.

No entanto, vinte anos depois, o que parecia um absurdo patente e irrecusável aos olhos dos patrões ingleses, passava a ser, no Tratado de Versalhes, a regra da razão." (João Mangabeira).

TEORIA E PRÁTICA — A organização da luta contra a burguesia tinha — e ainda tem hoje — dois lados: a *teoria*, que nos mastro a direção dentro da qual evolui a sociedade, os objetos pelos quais a classe operária deve lutar e a *prática* que compreende as questões de "grande" política e as da vida operária quotidiana, aliás, ligadas umas às outras. A teoria era naquele tempo o marxismo; hoje é o marxismo-leninismo. *A prática deveria conciliar-se com essa teoria, visto que a grandeza do marxismo e do leninismo consiste no facto de que não fazem mais do que expressar teóricamente as condições da vida do proletariado moderno, os quais, longe de isolados da prática, ambos dela surgiram e servem aos fins da luta revolucionária do proletariado.*" (*As Cinco Internacionais* — "in" *Manifesto Comunista*, pág. 263 — Edit. Calvido, Ltda.)

UM VERDADEIRO SALTO — Referindo-se à diferença entre a antiga economia russa e a moderna economia soviética, o camarada Stálin, em seu histórico discurso de 9-2-946, observou que um crescimento tão grande da produção, inédito até então, não poderia ser atribuído a uma simples evolução do país para o progresso. "Êste foi um salto, com auxílio do qual, a nossa pátria se transformou de um país atrasado em adiantado; de um país agrário em industrial" (A. León-

tiév — *O método soviético de industrialização* — “in” *Bolchevique*, ns. 7 e 8, de abril de 1946).

COMO SURGIRAM OS ASSALARIADOS — O movimento histórico que converteu os produtores em assalariados apresenta-se, pois, como sua libertação da servidão e da hierarquia industrial. Por outro lado, estes libertos não chegam a ser vendedores de si mesmos sinão depois de terem sido despojados de todos os seus meios de produção e de tôdas as garantias de existência oferecidas pela antiga ordem de coisas. A história de sua expropriação não pode ser objeto de conjecturas: está escrita nos anais da humanidade com letras indeléveis de sangue e de fogo. (Marx — *O segredo da Acumulação Primitiva* — “in” *A Origem do Capital* — págs. 11-12 — Ed. Guairá Ltda.)

OS PIONEIROS DA ESCRAVIDÃO NEGRA — ...“os portugueses tinham sido os precursores desta feição particular do mundo moderno: a escravidão de negros africanos; e dominavam os territórios que os forneciam. Adotaram-na por isso em sua colônia quasi que de início — prossivelmente de início mesmo —, precedendo os ingleses, sempre imitadores retardatários, de quasi um século. Não se sabe ao certo quando chegaram os primeiros negros ao Brasil; há grandes probabilidades de terem vindo já na expedição de Martim Afonso de Sousa em 1531. Na América do Norte, a primeira leva de escravos africanos foi introduzida por traficantes holandeses em Jamestown (Virgínia) em 1619” (Prado — *Formação do Brasil Contemporâneo*, pág. 24).

NÃO HOUVE FIXAÇÃO AO SOLO — “St. Hilaire, viajando pelo Brasil em princípios do século passado, notara, com a acuidade da sua visão, a extrema mobilidade da população brasileira. A preocupação dominante das zonas novas já existia então: emigrava-se às vêzes por nada, e com simples e vagas esperanças de outras pers- quer em que se estaria melhor que no presente. Pensamento arraigado pectivas. Todo mundo imaginava sempre que havia um ponto qual- e universal que nada destruía, nem experiências e fracassos suces- sivos. Isto, que impressionava o viajante francês, habituado a um continente em que havia séculos o povoamento se estabilizara, é a feição natural de todo território semi-virgem da presença humana, onde a maior parte da área ainda está por ocupar e onde as formas de atividade mais convenientes para o homem ainda não foram en- contradas; onde, numa palavra, o indivíduo não se ajustou bem a seu meio, compreendendo-o e dominando-o. Os deslocamentos corres- pondem aí a ensaios, tentativas, novas experiências à procura incan- sável do melhor sistema de vida.” (Prado — *Formação do Brasil Contemporâneo*, pág. 66.)

Pequeno Dicionário Marxista

Estes esboços de verbetes serão desenvolvidos futuramente e publicados no Dicionário-Enciclopédia de Estudos Sociais, em organização

ABSOLUTISMO — E' um termo político que provem da palavra latina *absolutus*. Um regime é absolutista quando o poder do governo não sofre limitações legais. Assim, as monarquias absolutas da França e de outros países da Europa, no século XVIII, constituíam poderes individuais absolutos, que se contrapunham aos interesses dos nobres, inte- ressados, então, no governo descentralizado feudal. Na atualidade, o conceito de absolutismo é diferente. Todo o governo ditatorial anti- popular, que não se baseia em nenhuma Constituição emanada do povo, é um governo absolutista. Exemplo de governo absoluto foi o do fascis- mo, em tôdas as suas formas, desde a original italiana, até a mais aper- feiçoada, a do nacional-socialismo alemão. São governos absolutos, tota- litários, anti-populares, que esmagam tôdas as aspirações do povo, e representam os interesses mais reacionários no poder. Os governantes absolutistas têm a hipertrofia do poder pessoal. Matam, roubam, sa- queiam, sem nada que limite sua autoridade. O contrário do absolutismo, no Estado moderno, é o governo do proletariado, das massas trabalha- doras, no qual nada se faz que não corresponda aos interesses da classe proletária no Poder.

AÇÃO DIRETA — Era uma forma de luta grevista, praticada pelas associações operárias, segundo a qual a intervenção do Estado na solução dos conflitos entre o capital e o trabalho era prejudicial aos interesses dos operários. Atualmente, quaisquer que sejam as circunstâncias, o Estado, desde que democrático, é chamado a arbitrar os conflitos entre patrões e operários, antes de ser procurada a solução pela greve.

AÇÃO E REAÇÃO RECÍPROCAS — “Segundo a concepção mate- rialista da história, o factor determinante na história é, em última ins- tância, a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu nunca afirmamos nada fora disso. Se alguém quer deformar esta afir- mação até o ponto de dizer que o factor econômico é o único determinante, transforma essa proposição numa frase ôca, abstrata, absurda. A si- tuação econômica é a base, mas as diversas partes da superestrutura, — as formas políticas da luta de classe e seus resultados, as Constituições estabelecidas pela classe vitoriosa uma vez ganha a batalha, etc., as formas jurídicas e mesmo os reflexos de tôdas essas lutas reais no cérebro dos participantes, teorias políticas, jurídicas, filosóficas, concei- tos religiosos e seu desenvolvimento ulterior em sistemas dogmáticos — exercem igualmente sua ação sôbre o curso das lutas históricas e deter- minam-lhe, em muitos casos, de maneira preponderante, a forma. Há

ação e reação de todos esses factores, no seio dos quais o movimento econômico termina necessariamente por abrir caminho através de grande quantidade de acasos (quer dizer, de coisas e de acontecimentos cuja ligação íntima entre si é tão longínqua ou tão difícil de demonstrar que podemos considerá-la como inexistente e desprezá-la). Se assim não fôsse, a aplicação da teoria a não importa que período histórico seria verdadeiramente mais fácil do que a resolução de uma simples equação do primeiro grau.

Fazemos nossa história nós próprios, mas, antes de tudo, com dados e condições bem determinados. Entre todas as condições, são as econômicas as que finalmente determinam. Mas as condições políticas, etc., e até mesmo a tradição que pesa no cérebro dos homens, desempenham um papel ainda que não decisivo. Foram causas históricas, e, em última instância, econômicas, que formaram o Estado prussiano e continuaram a desenvolvê-lo. Mas dificilmente se poderá pretender, sem pedantismo, que, entre os numerosos pequenos Estados da Alemanha do Norte, fôsse justamente Brandeburgo o destinado pela necessidade econômica e não também por outros factores (como, por exemplo, por suas complicações com a Polônia, como consequência da posse da Prússia, e daí suas complicações nas relações políticas internacionais — que são decisivas igualmente na formação da Casa da Áustria), a tornar-se a grande potência em que se incarnou a divergência na economia, na língua e também, depois da Reforma, na religião, entre o norte e o sul. Dificilmente se chegaria, sem cair no ridículo, a explicar pelas razões econômicas, a existência de cada pequeno Estado alemão do passado e do presente, ou, ainda, a origem da mudança de consoantes do alto alemão que alargou a linha de partilha geográfica constituída pelas cadeias de montanhas dos Sudetos até o Taunus, a ponto de realizar uma verdadeira brecha através da Alemanha.

Em segundo lugar, a história se faz de tal maneira que o resultado final se destaca sempre dos conflitos de um grande número de vontades individuais, cada uma das quais, por sua vez, resulta de uma quantidade de condições particulares de existência; há, portanto, inúmeras forças que se contradizem mutuamente, um grupo infinito de paralelogramos de forças de onde sai uma resultante — o acontecimento histórico — que pode ser encarada, por sua vez, como o produto de uma forma agindo como um todo, de maneira inconsciente e cega. Por que, o que cada indivíduo quer é impedido por outro e o que daí resulta é alguma coisa que ninguém quis. E' assim que a história se desenvolve até aqui, à maneira de um "processus" natural e submetida também, em seu conjunto, às mesmas leis do movimento. Mas do facto das diversas vontades — cada uma das quais quer aquilo a que a impelem sua constituição física e as circunstâncias exteriores, em última instância, as econômicas (ou suas próprias circunstâncias pessoais ou as circunstâncias sociais gerais), não chegarem àquilo que querem, mas fundirem-se numa média geral, numa resultante comum — desse facto não temos o direito de concluir que elas sejam iguais a zero. Ao contrário, cada uma contribue para a resultante, e, por isso, está incluída nessa resultante.

Por outro lado, eu queria pedir-vos que estudásseis, porque é muito mais fácil esta teoria nas fontes originais e não em segunda mão. Marx raramente escreveu qualquer coisa em que ela não desempenhasse seu papel. Mas, particularmente o 18 *Brumario de Luis Bonaparte* é um exemplo excelente de sua aplicação. Do mesmo modo no *O Capital* encontrareis indicações a esse respeito. Depois, permito-me aconselhar-vos, também, minhas obras: *Anti-Dühring* e *L. Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*, nas quais fiz a exposição do materialismo histórico mais detalhada entre as que conheço.

Se, algumas vezes, os jovens dão mais importância do que se deve ao factor econômico, Marx e eu somos em parte os responsáveis por isso. Diante de nossos adversários, tínhamos de acentuar o princípio essencial, negado por eles, e, então, nem sempre tivemos tempo, nem lugar, nem ocasião de fazer justiça aos outros factores que participam da ação reciproca. Mas, desde que se tratava de representar um período histórico, quer dizer, de passar à aplicação prática, a coisa mudava de figura e não havia mais erro possível. Infelizmente, acontece quasi sempre que julgamos ter compreendido de modo perfeito uma nova teoria e poder maneja-la sem dificuldade, desde que nos assenhoreamos dos princípios essenciais, e isso também nem sempre é exato. Não posso excluir desta acusação vários de nossos recentes "marxistas" e neste particular têm surgido coisas verdadeiramente singulares. (Engels, *Carta a Joseph Bloch*, 21 de setembro de 1890. Texto fornecido pelo Instituto Marx-Engels-Lénin; Marx e Engels, *Estudos Filosóficos*, págs. 150-153, E.S.F., 1935.)

ADICKES (Erich) — (1866). Filósofo reacionário alemão, professor da Universidade de Tübingen. Partidário de Kant, é idealista eclético, metafísico e dualista. Adquiriu grande celebridade nos seus ataques excessivos contra o monismo de Haeckel. Preconiza uma filosofia que conduz ao obscurantismo mais obtuso. Em teoria, é adversário da "revelação ortodoxa", mas, na prática, recomenda o remédio seguinte: "A metafísica não tem o direito de combater a revelação como tal e não tem nisso o menor interesse. Deve também reconhecer como uma concepção do mundo possível o teísmo ortodoxo, nele compreendidos a inspiração, os milagres, a Providência e o deferimento sobrenatural das preces, etc., na medida em que nem as ciências da natureza e nem as ciências do espírito podem proporcionar factos que demonstrem sua impossibilidade". Em relação ao materialismo, por outro lado, assume uma atitude muito diferente: "Contra o materialismo, ao contrário, é preciso lutar com as armas mais eficazes, e a luta, com o decorrer do tempo, não pode deixar de ser coroada de sucesso" (1911). Obras principais: *Kant's Systematik als system bildender Faktor*, 1887. (*Os processos sistemáticos de Kant como factores da formação dos sistemas*); *Kant contra Haeckel*, 1906 (*Kant contra Heackel*), e *Die Zukunft der Metaphysik (O futuro da metafísica)*, na coletânea *Weltanschauung*, 1911.

AFOLHAMENTO — Chama-se afolhamento a sucessão metódica das culturas, para obter da terra os melhores resultados possíveis, sem enfraquecê-la. Antes da época atual do capitalismo, deixava-se, todos os anos,

parte das terras em repouso, antes de ser novamente cultivada. Graças ao emprêgo dos arados, essa prática foi abandonada pelo sistema de afohamento que exige, no entanto, certo capital de que não tinha necessidade o lavrador de outrora.

AGIS — Nome de muitos soberanos que reinaram em Esparta. Agis I sucedeu a seu pai Euristhenes, reinou aproximadamente no ano 1000 A.C., e fundou a família real dos Agides. Agis II, sucedeu a seu pai Archidamo II e reinou de 426 a 397 A.C. Foi um dos mais distintos homens de seu tempo, venceu os atenienses e distinguiu-se na guerra do Peloponeso. Agis III era filho de Archidamo III, morto em Itália, onde fôra socorrer os terentinos (330 A.C.) Agis IV, célebre pelas suas virtudes, tentou pôr em vigor as leis de Licurgó abolindo as dívidas e fazendo os bens comuns. Traído pela aristocracia, que não gostou das suas medidas, morreu estrangulado (241 A.C.)

AGREGADO — O agregado é um trabalhador rural a quem o proprietário cede, em geral, a título gratuito e em troca apenas de uma espécie de vassalagem e prestação de pequenos serviços, o direito de se estabelecer e explorar uma parte inaproveitada do domínio. Sob o aspecto econômico, êle faz as vêzes de um pequeno produtor autônomo. Embora ligado ao senhor do domínio, e seu subordinado, não se entrosa na organização normal e regular da grande lavoura.

AKÍMOV (pseudônimo de V. Marnóvetz) — (1875-1921). Social-democrata russo da extrema direita, oportunista e revisionista declarado. Nas proximidades de 1900, Akimov juntou-se aos chamados "economistas", corrente da social-democracia russa, que rejeitava a idéia da hegemonia revolucionária do proletariado e queria afastar o movimento operário da política, assim como limitar a luta de classes proletária ao sector econômico, ao passo que a luta política deveria ser reservada à burguesia liberal. Essa corrente possuía, na passagem do século, um órgão russo ilegal e próprio, *Rabócheie Diélo* (A Causa Operária), 1899-1902, e uma organização própria chamada Liga Estrangeira dos Social-Democratas Russos. Obra principal: *Traços fundamentais da evolução da social-democracia na Rússia* (em russo, 1901).

AKIMOVISMO — Economismo. Corrente oportunista da social-democracia russa nos fins do século XIX e princípios do século XX. Os representantes do "economismo" ("economistas") defendiam a tese de que a classe operária deve limitar-se à luta econômica contra os patrões, isto é, à luta por diversas melhorias, dentro dos limites da sociedade capitalista, deixando a luta política a cargo da burguesia. Os "economistas" mais destacados foram Kritchevski, Martinov, Akimov (daí a palavra "akimovismo"). Essa corrente possuiu, no fim do século passado, seu próprio órgão russo ilegal, *Causa Operária* (1899-1902) e sua própria organização, a "União dos Social-Democratas Russos no Estrangeiro".

ALFÂNDEGA — Alfândegas são repartições de um Estado, que controlam a entrada e a saída de quaisquer objetos ou pessoas do país.

Os *direitos alfandegários* são os impostos que o Estado estabelece para determinadas mercadorias do estrangeiro e nacionais exportáveis. Assim, o Estado tem em suas mãos os meios de se abastecer de dinheiro com a cobrança desses impostos, ao mesmo tempo que pode determinar se uma tal mercadoria deve custar mais ou menos que outra. Essa segunda característica constitui a base da política financeira dos governos. Quando deseja proteger os produtos de determinada indústria do país, eleva as *barreiras alfandegárias* para todos os similares estrangeiros. A política alfandegária visa estimular ou restringir a produção nacional e o comércio internacional do país. A fim de evitar a asfixia do comércio internacional como consequência das tarifas elevadas, costumam os Estados estabelecer convênios bilaterais, que restringem as tarifas alfandegárias para os principais produtos de cada um dos países.

ALÍQUOTA — Diz-se de uma quantidade contida certo número de vêzes exatamente noutra quantidade: 2, 3, 4, 6 são partes alíquotas de 12.

AMORTIZAÇÃO — Liquidação de uma dívida ou contrato, geralmente por parcelas. As dívidas a longo prazo, as dívidas do Estado, as dívidas hipotecárias, etc., são geralmente amortizadas por pagamentos periódicos, nos quais se incluem os *juros de empréstimo*. Chama-se também amortização a diminuição do preço de compra de uma máquina, de um edifício, etc. à base de determinada percentagem anual, para efeito de cálculo de contabilidade. Em lugar do envelhecimento efetivo, da deterioração material, dificilmente calculáveis, estabelece-se uma base de redução anual. Depois de alguns anos, a máquina atinge um valor mínimo estável para efeitos de lançamento nos livros de contabilidade e demais atos legais a êle referentes. A taxa de amortização das máquinas entra na composição do *preço de produção das mercadorias*.

ANIMISMO — (Do latim: *anima* — alma). Espiritualização dos fenômenos naturais; admissão de que, por detrás de cada objeto da natureza, se oculta um espírito invisível e imaterial que o dirige. "...Essa tendência à personificação das coisas criou, por tôda a parte, os deuses." (Engels.) O animismo surgiu no alvorecer da história humana, quando os homens não sabiam explicar ainda as leis da natureza. O animismo primitivo foi a base das religiões e do idealismo filosófico.

ANISTIA — Palavra de origem grega que significa perdão ou esquecimento de delitos, aplicada geralmente aos delitos de caráter político, e aos crimes comuns conexos. As anistias são, freqüentemente, meios de conciliação política. São concedidas geralmente nas ocasiões das mudanças de reis, presidentes ou mudanças de regimes. A anistia dá por não ocorridos os factos considerados delituosos e por não existente a culpabilidade dos autores. Não é propriamente um perdão, como se fôsse um indulto, mas sim, é um esquecimento. O delito desaparece, não constando, portanto, nos antecedentes penais do anistiado. A anistia pode ser consequência de um movimento popular. Esse foi o caso do Brasil, quando, em 18 de abril de 1945, foi decretada anistia aos presos e fora-

gidos políticos. A anistia é decretada, geralmente, pelo legislativo, quando este existe. No Brasil, foi um decreto-lei, a forma adotada para a sua

decretação.

ANSCHLUSS — Palavra alemã que significa “união” que foi empregada quando da incorporação da Áustria pela Alemanha. No dia 12 de novembro de 1918, a Assembléia Nacional Provisória da Áustria aprovou uma lei, cujo art. 2.º rezava: A Áustria Alemã é uma parte integrante da República Alemã.” No art. 61 da Constituição de Weimar também se previa a anexação da Áustria pelo Reich alemão. No art. 80 do Tratado de Versalhes estabeleceu-se, entretanto, que “a Alemanha reconhece e respeitará estritamente a independência da Áustria; esta independência será inalienável a não ser com o consentimento do Conselho da Liga das Nações.” No ano de 1921, os austríacos tentaram novamente realizar o *anschluss*, mas foram impedidos pelos países aliados, apesar da realização de um plebiscito no qual noventa por cento dos votos foram favoráveis à anexação. Até a tomada do poder da Alemanha por Hitler, a maioria dos austríacos foi partidária do *anschluss* sobre uma base federal. Mas, quando a Alemanha caiu nas mãos dos nazistas, não só os socialistas, como também os católicos e monarquistas, renunciaram aos seus desejos de anexação. Desde então, a Áustria se converteu num centro de oposição à política nazista. Mas o governo da Áustria, que estava, em fevereiro de 1934, nas mãos de Dolfuss, também fascista, sob a influência não da Alemanha, mas da Itália, moveu uma campanha de terror contra os socialistas austríacos. Os governos da França, Inglaterra e Itália sentiram-se alarmados, formulando uma declaração conjunta sobre a “necessidade de manter a independência e a integridade da Áustria, de acordo com os tratados existentes”. A Itália proclamou-se protetora da independência austríaca nos chamados “Protocolos de Roma”, em 17 de março do mesmo ano. Hitler, na Alemanha, não satisfeito com a influência da Itália na Áustria, a 25 de julho de 1934, tentou um golpe armado que fracassou por terem as tropas austríacas se mantido fiéis ao regime constituído. O chanceler Dolfuss foi assassinado por sicários de Hitler, mas a Itália mobilizou tropas no Passo de Brenner e Hitler recuou mais uma vez. Hitler, não perdendo de vista a agressão e incorporação desse país, procurou captar a simpatia da Itália e preparar o ambiente dentro da Áustria com os velhos métodos de anti-socialismo, perseguição de operários, perigos imaginários de golpes comunistas, etc., criando um ambiente de intranquilidade dentro do país. Em 11 de julho de 1936, firmou um tratado com a Áustria no qual reconhecia voluntariamente a soberania desse Estado. Apesar desse tratado, entretanto, em 26 de janeiro de 1938, os nazistas tentaram novamente acabar com a independência da Áustria. Na segunda semana de fevereiro de 1938, Schuschnigg, então chanceler da Áustria, foi chamado à Alemanha e obrigado, por Hitler, a passar o poder a Seyss-Inquart, o mais forte partidário da entrega de sua pátria aos nazistas alemães. A 12 de março de 1938, as tropas alemãs entraram na Áustria, ante a impossibilidade das grandes potências que haviam sustentado a “necessidade de manter a independência da Áustria”.

ANTI-SEMITISMO — Levantado o problema do anti-semitismo na Idade Média, por motivos religiosos, esse foi aos poucos se transformando numa questão política. O sistema capitalista de produção, cuja desorganização permanente estimula a criação dos exércitos dos sem trabalho, massas de esfomeados e desesperados, dispostos a tudo por um pedaço de pão, precisa criar fantasmas e distrações para evitar que essas massas se revoltem e criem obstáculos às manobras do capitalismo. Assim, na Rússia dos tsares, o anti-semitismo era usado como arma para embrutecer as massas esfomeadas, que encontravam, no massacre dos judeus, um derivativo para seus próprios problemas. Com a vitória da revolução proletária, o anti-semitismo desapareceu na União Soviética e todos os povos encontram lá ambiente e campo para desenvolver e criar suas culturas. O anti-semitismo racial surgiu nos meados do século XIX, ao mesmo tempo que as doutrinas e teorias sobre a raça ariana e nórdica. As causas do anti-semitismo, porém, residem em razões econômicas. Todas as teorias anti-semitas são, entretanto, falsas. Não existe raça judia pura; os judeus constituem uma mescla de várias raças e o mesmo acontece com os demais povos. Os anti-remitas utilizam-se de muitos argumentos para encobrir seus verdadeiros desígnios e, entre eles, encontramos o da “dominação mundial” pelos judeus, o que é uma afirmação absurda como o é a de considerar negócios como o dos banqueiros, prestamistas, etc. como “especificamente judeus”, quando sabemos que o capital se encontra nas mãos de toda a classe capitalista e que, nela, se encontram tanto judeus como não judeus. Com a tomada do poder na Alemanha, por Hitler, o anti-semitismo ganhou forças, pois era preciso distrair as massas oprimidas de seus próprios problemas, da escravidão organizada a que estavam sendo submetidas, da fome, da substituição dos produtos básicos da alimentação por *ersatz*, etc., dando-lhes em troca alguma coisa em que pudessem descarregar seus ódios e sua miséria. Assim, Hitler fez suas todas as teorias dos escritores alemães sobre raça e ditou leis de acordo com as mesmas. Os judeus foram declarados raça “inferior”. Os judeus não podiam casar com os “arianos”, tendo sido introduzido no Direito alemão o conceito do crime de “vergonha racial”. Cientistas, como Einstein e Freud, tiveram de fugir da Alemanha por serem judeus, e os músicos Mendelsson e Offenbach também seguiram o mesmo caminho sendo que suas produções não podiam ser representadas na Alemanha nazista. Os judeus foram privados de todos os direitos civis, submetidos às maiores humilhações, eliminados de todos os ofícios e profissões, perseguidos, presos em campos de concentração, e suas propriedades, que eram muito importantes para o regime nazista, foram confiscadas. Noutros países, cujos governos eram fascistas, como a Polônia, Hungria e Rumania, os judeus também foram vítimas de terríveis perseguições, as quais, agora, depois de finda a guerra, com a vitória das forças democráticas, quando estão no poder, governos de união nacional e populares, não tem mais sua razão de ser. E os judeus ganharam, com a vitória, o direito de ser iguais aos demais cidadãos, em suas pátrias.

APAZIGUAMENTO (Política de) — Foi a política realizada pelos governos capitalistas da Inglaterra e da França que, amedrontados com

o poderio crescente da União Soviética na Europa, tentaram temporizar com Hitler e Mussolini, mediante uma série ininterrupta de concessões efetuadas com a esperança de que, satisfeitas as exigências territoriais dos ditadores, esses se voltariam não sobre suas colônias, mas sobre o país do proletariado. Mas a política de apaziguamento não conseguiu seus objetivos. Pretendia afastar o perigo da guerra imediata, pois, uma vez que os fascistas, que já de há muito vinham se preparando militarmente, a fim de se fortalecerem nesse terreno, estavam em posição superior a dos governos democráticos e a guerra seria, a estes últimos, funesta. Essa política foi levada ao seu extremo com o Pacto de Munique, mas já vinha sendo aplicada pela Inglaterra desde 1932, quando da invasão da China pelo Japão. O governo inglês recusou-se a auxiliar a China e continuou a fornecer matérias primas para o Japão. Como consequência dessa política de apaziguamento, também denominada "Muniquismo", e que tinha como objetivo fortalecer o poderio das forças fascistas para as lançar contra a União Soviética, verificaram-se ainda os seguintes factos: assinatura do tratado naval anglo-alemão, depois de Hitler ter violado o Tratado de Versalhes, aumentando os efetivos da Reichswehr em 1935; contemporização frente à agressão italiana à Abissínia e posterior reconhecimento da conquista; permissão a Hitler para ocupar a zona do Reno, o que representava uma violação do Tratado de Locarno; sacrifício da República Espanhola com a intervenção das tropas ítalo-alemãs; impassibilidade ante a anexação da Áustria pela Alemanha; entrega da Tchecoslováquia a Hitler na Conferência de Munique; tolerância frente à anexação da Albânia pela Itália. O ponto máximo da política de apaziguamento foi, como dissemos, o Pacto de Munique, pois foram então assinados acordos sem que fosse sequer consultada a parte mais interessada na questão, isto é, a Tchecoslováquia. Mas os ditadores, com essas sucessivas conquistas, iam se tornando cada vez mais fortes e insaciáveis e, com a ocupação da Boêmia e da Morávia, em 15 de março de 1939, pelas tropas de Hitler, os países democráticos procuraram mudar de tática tentando formar um bloco anti-germânico na política européia, o que não chegou a se concretizar. Em setembro de 1939, quando Hitler ameaçou a Polónia, as potências ocidentais procuraram negociar, tentando deixar a URSS isolada, na defesa do país ameaçado. Só mais tarde, quando a URSS negociou a não-agressão com a Alemanha, se viram obrigados os governos da França e Inglaterra a entrar em guerra com a Alemanha.

A PRIORI — Aquilo que é apresentado precedentemente, antes da experiência dos sentidos, antes dos factos. *Afirmiação apriorística* significa, pois, uma afirmação baseada apenas em condições prévias e abstratas, que não se apóia na experiência, nem na prática. Em oposição a isso, *a posteriori* significa: resultante da experiência, depois da experiência, depois dos factos. O materialismo dialético nega o conhecimento que não se baseia na experiência dos sentidos e na prática. "...método ideológico, também chamado apriorístico, consiste em estabelecer e provar as propriedades de um objeto, não partindo do próprio objeto, mas derivando-as do conceito que dele formamos. A primeira coisa a fazer,

no método apriorístico, é converter o objeto num conceito desse objeto; em segundo lugar, não é preciso mais que inverter a ordem das coisas e medir o objeto pela sua imagem, o conceito. Não é, pois, o conceito que se deve ajustar ao objeto, mas este é que se deve ajustar àquele. (Engels.)

AQUILES — Herói da antiga lenda grega da guerra de Tróia, cantada por Homero na *Iliada* e na *Odisséia*. De acôrdo com a lenda, Aquiles, filho de Tétis, deusa do mar, foi por esta mergulhado nas águas do Estígio, tornando-se invulnerável, exceto no calcanhar, por onde Tétis o segurou ao emergi-lo. Morreu muito jovem, mortalmente ferido por uma flecha envenenada que o atingiu no calcanhar. Daí a expressão "calcanhar de Aquiles". Foi educado por Fenix e pelo centauro Chiron, que o ensinou a atirar ao arco, a curar as feridas, e, para que êle ganhasse forças e ardor másculo, alimentou-o com a medula de leões. Calchas predisse que êle havia de morrer em frente de Tróia. Tétis, sabendo deste oráculo, enviou-o disfarçado em mulher e com o nome de Pirra, à côrte de Licomedes, na ilha de Sciros. Êle apaixonou-se por Deidamia, filha desse príncipe, casou secretamente com ela e teve um filho de nome Nptolemo, ou Pirro. Os gregos, não podendo, todavia, tomar Tróia sem o concurso de Aquiles, encarregaram Ulisses de lh'o levar. O astucioso rei de Itáca apresentou-lhe várias jóias entre as quais escondeu uma espada, e a fingida princeza, mal a viu, empunhou-a logo marcialmente. Tendo-se traído, seguiu Ulisses para Tróia, onde se tornou o terror dos inimigos, e tendo-lhe Agamenon tirado a cativa Briseida, Aquiles, furioso, ia imolar este príncipe, quando foi impedido por Minerva; mas, então, retirou-se para sua tenda, jurando não mais tomar parte nos combates. Esta resolução causou aos gregos muitas derrotas. O próprio Patroclo, tendo revestido a armadura de Aquiles, foi morto por Heitor. Ao saber a nova, Aquiles correu a vingar o amigo; os troianos são vencidos e Heitor morto a seus golpes. Em seguida amarra-o pelos pés ao seu carro e dá assim três voltas às muralhas de Tróia. Cedendo depois às lágrimas do velho Priamo, entrega-lhe o filho. Decorrido pouco tempo, Paris ou Apolo, com as feições de Paris, matou Aquiles, cravando-lhe uma seta no calcanhar. Outros dizem que foi traiçoeiramente morto por Paris num templo de Apolo, em Timbré, no momento em que ia casar com Polixena, filha de Priamo. As cinzas de Aquiles foram depositadas no promontório de Sigéa pelos gregos, que lhe prestaram honras divinas e lhe erigiram templos. O nome de Aquiles emprega-se no estilo figurado para designar ou um homem invulnerável ou de ânimo brilhante e destemido.

ARISTOCRACIA — E' palavra de origem grega, que significa o melhor, o mais forte, govêrno dos melhores, dos escolhidos, unidos por vínculos de interesses e de sangue. Dá-se o nome de aristocracia à nobreza da Idade Média que se atribuía poderes excessivos sobre o povo, e ao seu sistema de govêrno. Êsse termo é usado também para significar exclusivismo social ou intelectual, snobismo, etc. Vide *Aristocracia Operária*.

ARMAMENTISTA (Política) — E' a política seguida por alguns Estados que se preparam militarmente para fazer frente às eventualidades de uma guerra. Essa política também é conhecida com o nome de *rearmamento*. A política imperialista dos Estados capitalistas teme sempre perder seus mercados para seus concorrentes. A luta por novos mercados, novas colônias e novos meios de expansão econômica, leva esses Estados a se manterem permanentemente em guarda e prontos para uma eventual guerra. A política armamentista conduz sempre, portanto, às guerras, pois não há paz que possa ser garantida na ponta das baionetas e na boca dos canhões. A corrida armamentista é sempre um prenúncio de guerra próxima, pois a fabricação de armas representa grande ônus para o Estado e é material que não pode permanecer depositado por muito tempo.

ARMISTÍCIO — E' a suspensão provisória das hostilidades entre povos ou exércitos beligerantes. O armistício pode ser assinado por um pequeno espaço de tempo, à título de trégua, para que os exércitos combatentes retirem os seus feridos ou por qualquer outro motivo, mas mantendo sempre o propósito de reiniciar imediatamente a luta. Pode ser também assinado por um tempo mais longo, como requisito prévio para iniciar as negociações de paz. Nesse caso, o efeito positivo do armistício é a substituição das discussões realizadas através de intermediários neutros ou de declarações recíprocas formuladas publicamente, por negociações diretas. E' comum confundir-se armistício com tratado de paz. O primeiro apenas põe um fim às hostilidades, enquanto que o segundo acaba verdadeiramente com o estado de guerra. A situação criada pelo armistício tem um caráter provisório, cuja duração depende de muitos factores. Não existe um espaço de tempo estabelecido entre o armistício e o tratado de paz. Temos um exemplo de armistício no caso da Alemanha nazista que, a 8 de maio de 1945, pediu aos aliados um armistício e, no entanto, o tratado de paz, à base da rendição incondicional daquele país à Inglaterra, Estados Unidos e União Soviética, só poderá ser realizado muito tempo depois, quando o país tiver sido reorganizado e um novo governo, de tipo democrático, já tiver se levantado das ruínas da Alemanha hitlerista.

ATEÍSMO — Negação, cientificamente fundada, da religião, da crença em milagres, da vida de além-túmulo, etc. O ateísmo nasceu na antiga Grécia. Os materialistas Demócrito e Epicuro negavam o sobrenatural e ensinavam que, no mundo, nada existe fora da matéria, composta de átomos. Entre os séculos XVI e XVII, no período da luta com o feudalismo, as descobertas científicas de Copernico, Giordano Bruno e Galileu desferiram golpe demolidor contra as grosseiras concepções religiosas sobre o mundo e sua constituição. Os mais altos representantes do materialismo no século XVIII (Diderot, Helvécio, Holbach, La Mettrie e outros) desmascararam, implacavelmente, o charlatanismo da religião e da igreja, que exploravam a ignorância das massas populares. Mas somente o marxismo esclareceu cientificamente e profundamente a relação existente entre a religião, o domínio de classe e a exploração. O marxismo demonstrou que a religião é um instrumento dos exploradores para do-

minar espiritualmente os trabalhadores. Paralelamente à evolução do movimento revolucionário e da consciência política, as camadas mais avançadas da classe trabalhadora rompem, ainda sob a dominação capitalista, com os preconceitos capitalistas. Mas o aniquilamento definitivo da religião só é possível com a liquidação do capitalismo e da exploração. A Constituição stalinista (art. 124) (1) confere aos trabalhadores inteira liberdade de consciência: liberdade para o exercício de cultos religiosos e liberdade para a propaganda anti-religiosa. A propaganda da concepção científica materialista do mundo e uma paciente explicação aos trabalhadores sobre a nocividade da religião são problemas muito importantes da ação política e cultural. Em consequência dos êxitos do socialismo e do florescimento da cultura e da ciência muitos milhões de trabalhadores da URSS romperam, para sempre, com a religião.

(1) Art. 124. A fim de garantir aos cidadãos a liberdade de consciência, o Estado e a Escola, na URSS, ficam separados da Igreja. A liberdade de praticar os cultos religiosos e a liberdade de propaganda anti-religiosa são asseguradas a todos os cidadãos.

ATIVO — Termo contabilístico, que significa o conjunto de bens, valores, créditos, que uma empresa possui, mesmo que não em seu poder. Costuma-se, nos balanços comerciais, dividir o ativo em vários títulos: *ativo fixo*, que são os móveis, máquinas, todos os elementos de produção que não são objeto de comércio; *ativo circulante*, *exigível*, (a curto e a longo prazo), *realizável*, *transitório*, *nominal*, etc. A classificação obedece às determinações da lei.

AVANTISTAS — Assim foi chamado o grupo político orientador do periódico *Vperiod* (Avante), entre os quais se encontravam Bogdanov e Lunatcharski.

AXELRÓD (P.B.) — (1850-1928). A princípio, adepto de Bakúnin; depois da cisão da "Zemlia i Vólia" (1879), juntou-se à "Tchorni Perediei" (Divisão Negra). Fundou, em 1883, junto com Plerránov, Deutsch, V. Zassúlitsh e Ignátov, o grupo "Emancipação do Trabalho". Os seus trabalhos, elaborados no último decênio do século XIX, foram muito apreciados pelos social-democratas que operaram na Rússia, entre outros por V. I. Lênin. De 1900 em diante, foi um dos redatores da *Iskra* e da *Zariá*. No II Congresso, em 1903, uniu-se ao menchevismo, ao qual deu em seus artigos na *Iskra* (Ns. 55 e 57) fundamento substancial; desde então, Axelród se apresentou sempre como um dos adversários mais acerbos do bolchevismo. Desempenhou papel orientador na elaboração da tática menchevique, durante toda a existência do Partido menchevique. No IV Congresso (de fusão) do Partido Operário Social-Democrático da Rússia (Stockholm, 1904), Axelród se apresentou com um discurso programático sobre a tática em relação à Duma Imperial e defendeu a idéia da "comunhão do proletariado com a burguesia na Rússia absolutista". No outono de 1905, reclamou a convocação de um "Congresso Operário". A idéia fundamental da política de Axelród pela qual ele se bateu com ardor fora do comum após a derrota da revolução de 1905,

foi a fusão fracional dos mencheviques, com o fim "de levar a cabo uma revolução partidária", isto é, "modificar desde os alicerces o caráter da social-democracia russa, da forma por que se desenvolveu na época pre-revolucionária e revolucionária", e edificá-la sobre os mesmos princípios em que repousavam as organizações partidárias da social-democracia européia, vale dizer, sobre os princípios do reformismo e do legalismo. Nos anos da reação, esteve à frente do "liquidacionismo" e fez parte da direção do órgão dos liquidadores *A voz do social-democrata*. Tomou parte nas conferências de Zimmerwald e Kienthal, onde representou a ala extrema direita; sob a bandeira do internacionalismo, defendeu o social-chovinismo. Axelrod foi, até morrer, membro destacado da Segunda Internacional (membro do bureau socialista internacional) e adversário acerbado do sovietismo, contra o qual propagou a intervenção armada.

O aumento do salário sobe por escada de caracol, enquanto o custo da vida sobe por elevador!

(Deputado José Maria Crispim, discurso em Campos — E. Rio).

A ditadura do proletariado não pode ser uma democracia "completa", uma democracia para todos, para pobres e ricos; a ditadura do proletariado "tem de ser um Estado democrático de um modo novo para os proletários e deserdados em geral e ditatorial de um novo modo, contra a burguesia..." (Lenin, t. XXI, pág. 393. *O Estado e a Revolução*).

...Partido é "a forma superior da união de classe dos proletários", cuja direção política deve tornar-se extensiva a todas as demais formas de organização do proletariado. (Lenin, t. XXV, pág. 194, *Extremismo, Doença Infantil do Comunismo*).

"Esta gente acredita que pode mudar as coisas, mudando-lhes o nome"... (Engels).

O conceito anarquista da abolição do Estado é confuso e não revolucionário. (Engels).

Não cabe dúvida que o nosso partido e a classe operária só podem chegar ao poder sob a forma política da República democrática, (Engels) — *Crítica do Programa de Erfurt* — *Neue Zeit*, ano 20, vol. I, 1901-02, pág. 8).

ÚLTIMAS EDIÇÕES

- HISTÓRIA DO SOCIALISMO E DAS LUTAS SOCIAIS, por Max Beer, 2 vols. Preço de cada volume Cr\$25,00
- PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLÍTICA, por Lapidus e Ostrovitianov, 2 vols. Preço de cada vol. Cr\$25,00
- LENINE, SUA VIDA E SUA OBRA, por D. S. Mirski ... Cr\$25,00
- CARLOS MARX, SUA VIDA E SUA OBRA, por Max Beer (Com um resumo d'O CAPITAL) .. Cr\$25,00
- A QUESTÃO SOCIAL E OS CRISTAOS SOCIAIS, por Lisandro de la Torre Cr\$25,00
- TRES PRINCÍPIOS DO POVO, por Sun Yat Sen Cr\$25,00
- A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO, por F. Engels (Como Apêndice, "O Código Soviético da Família") Cr\$25,00
- ANTI-DUHRING, por Frederico Engels Cr\$30,00
- CAUSAS ECONÔMICAS DA REVOLUÇÃO RUSSA, por M. N. Pokrovski (Como Apêndice, "Preço, Salário e Lucro", por Marx) Cr\$25,00
- URSS, UMA NOVA CIVILIZAÇÃO, por Sidney e Beatrice Webb, 5 vols. Preço de cada volume Cr\$25,00
- A MEDICINA NA RUSSIA SOVIÉTICA, pelo Dr. Lelio Zeno .. Cr\$25,00
- O GÊNIO DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA, pelo Instituto M. E. L., de Moscou Cr\$25,00
- DEMOCRACIA DE HOJE E DE AMANHÃ, por Edvard Benes .. Cr\$25,00
- TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX, ENGELS, LENINE E STALIN SOBRE LITERATURA E ARTE, por Jean Freville Cr\$25,00
- TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX SOBRE FILOSOFIA, seleção de J. Duret Cr\$25,00
- TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX SOBRE ECONOMIA POLÍTICA, seleção de P. Y. Nizan .. Cr\$25,00
- O PODER SOVIÉTICO, pelo Deão de Canterbury Cr\$25,00
- O CRISTIANISMO E A NOVA ORDEM SOCIAL NA RUSSIA, pelo Deão de Canterbury Cr\$25,00
- MISSÃO EM MOSCOU, por Joseph E. Davies Cr\$25,00
- MISSÃO EM TÓQUIO, por Joseph C. Crew Cr\$30,00
- DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO, por John Reed Cr\$25,00
- SANTA RUSSIA, por Maurício Hindus Cr\$30,00
- O SEGREDO DA RESISTÊNCIA RUSSA, por Maurício Hindus .. Cr\$25,00
- A RUSSIA ESMAGARA O JAPÃO, por Maurício Hindus Cr\$25,00
- A RUSSIA NA PAZ E NA GUERRA, de Anna Louise Strong .. Cr\$25,00
- A CHINA LUTA PELA LIBERDADE, de Anna Louise Strong .. Cr\$25,00
- RIO SELVAGEM (Romance da construção socialista), de Anna Louise Strong Cr\$25,00
- ENTRE DOIS MUNDOS, memórias de Anna Louise Strong Cr\$30,00
- ASIA SOVIÉTICA, por Davies & Stelger Cr\$25,00
- A VERDADE SOBRE A RELIGIÃO NA RUSSIA, pelo Patriarca Sérgio e outros Cr\$25,00
- STALIN, por Emil Ludwig .. Cr\$25,00
- PROTEÇÃO À MATERNIDADE E A INFÂNCIA NA UNIÃO SOVIÉTICA, pela Dra. Ester Conus .. Cr\$25,00
- A QUESTÃO AGRÁRIA, por V. I. Lenin Cr\$25,00
- INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO MARXISMO, por F. Engels, A. Talheimer, H. Harari e L. Ségal Cr\$30,00
- MARX, ENGELS E MARXISMO, por Lenin, Marx e Engels, 2 vols. Preço de cada volume Cr\$25,00
- NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE ECONOMIA POLÍTICA, de Luis Ségal, 2 vols. Cada volume Cr\$25,00
- A DEFESA ACUSA... — de Marcel Willard Cr\$25,00
- MATERIALISMO E EMPIRO-CRITICISMO, de V. I. Lenin, 2 vols. Preço de cada volume Cr\$35,00
- PRESTES E A REVOLUÇÃO SOCIAL, de Abguar Bastos Cr\$ 35,00

Editorial CALVINO Limitada

Av. 28 de Setembro, 174 — Rio de Janeiro

AOS NOSSOS LEITORES

Com o objetivo de manter a publicação desta revista, estamos reajustando todos os seus elementos materiais. Somente por isso, nesta edição reunimos os números 17 e 18 e no próximo mês de abril, ainda, publicaremos, numa só edição, os números 19 e 20, com o acréscimo possível de páginas em ambas as edições.

Não tendo a vendagem do último número de *Divulgação Marxista* atingido a 5.000 exemplares, fomos obrigados a reduzir a tiragem desta edição, o que determina seja o seu preço de venda avulsa de Cr\$ 10,00, por exemplar, conforme, aliás, prevíamos em nosso número anterior. Se as condições não se modificarem, a partir de maio próximo seremos forçados a transformar D. M. em publicação mensal. De qualquer forma, porém, nossos atuais e futuros assinantes não serão prejudicados, uma vez que faremos o desdobramento lógico dos prazos de vencimentos de suas assinaturas, que se referem a *números* e não a *meses*.

Aproveitamos, outrossim, a oportunidade para agradecer as primeiras manifestações de solidariedade prática que já nos chegaram às mãos, através de algumas dezenas de novas assinaturas e de informações positivas de que muitos companheiros já iniciaram a campanha de conquista de novos leitores para *Divulgação Marxista*. Se essa campanha fôr intensificada, superaremos rapidamente a crise. E isso sucederá, não temos dúvida.

NOVIDADE!

MATERIALISMO E EMPIRO-CRITICISMO

de V. I. Lênin

"Na realidade, este livro não é somente uma crítica de Bogdánov, Iuchkévitch, Basárov, Valentínov e seus mestres filosóficos, Avenarius e Mach, que em suas obras tentaram ensinar um refinado e polido idealismo, contrapondo-o ao materialismo marxista. O livro de Lênin é, além disso, uma defesa dos fundamentos teóricos do marxismo, do materialismo dialético e do materialismo histórico; uma generalização materialista dos descobrimentos mais importantes e essenciais das ciências naturais, durante um período histórico inteiro, que vai desde a morte de Engels até o aparecimento da obra *Materialismo e Empiro-Criticismo*". (Da *História del P. C. (b) de la URSS*, Ediciones en Lenguas Extranjeras, Moscú).

2 vols. em papel vergé (preço excepcional) Cr\$ 30,00

ATENDE-SE PELO SERVIÇO DE REEMBÓLSO POSTAL

Editorial CALVINO Limitada

Avenida 28 de Setembro, 174 — Rio de Janeiro